

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCIAN RODRIGUES CARDOSO

O PARADOXO DE UMA EXISTÊNCIA:  
A TRAJETÓRIA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NO ESPÍRITO SANTO  
(1945 – 1964)

VITÓRIA  
2018

LUCIAN RODRIGUES CARDOSO

O PARADOXO DE UMA EXISTÊNCIA:  
A TRAJETÓRIA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NO ESPÍRITO SANTO  
(1945 – 1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Ueber José de Oliveira.

VITÓRIA  
2018

LUCIAN RODRIGUES CARDOSO

O PARADOXO DE UMA EXISTÊNCIA:  
A TRAJETÓRIA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NO ESPÍRITO SANTO  
(1945 – 1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profº. Drº. Ueber José de Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Profª. Drª. Lucia Grinberg  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Membra externa

---

Profº Dr.º Luiz Cláudio Moisés Ribeiro  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Membro interno

---

Profº. Drº. Pedro Ernesto Fagundes  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Membro interno

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)  
Bibliotecária: Maria Aparecida da Costa Pereira Akabassi– CRB6-ES-43

---

Cardoso, Lucian Rodrigues, 1989-  
C268p O paradoxo de uma existência : a trajetória do Partido  
Trabalhista Brasileiro no Espírito Santo (1945-1964) / Lucian  
Rodrigues Cardoso. – 2016.  
381 f. : il.

Orientador: Ueber José de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partido Trabalhista Brasileiro. 2. Trabalhismo. 3. Eleições.  
4. Partidos políticos. 5. Ciência política – História – Espírito Santo  
(Estado). I. Oliveira, Ueber José de, 1981-. II. Universidade  
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e  
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

*A História não perdoará os que cometem erros capazes de retroagir as conquistas populares. A História marcará com sinete indelével os que traírem seus juramentos.*

*Mario Gurgel*

Memória e história,  
saber e afetos  
se encontraram  
quando meu maior medo  
era o esquecimento  
da voz dela.

À minha avó, Maria Aparecida  
Rodrigues, que embora tenha  
falecido durante o mestrado,  
permanece viva em minha  
memória.

## AGRADECIMENTOS

Escrever é um ato solitário. Porém, a vida de quem escreve e aquilo que se torna palavra são frutos de diversas redes e relações. Por isso, agradeço a formação humana, solidária e crítica que me fora dada pela minha família. Agradeço ao meu pai, Alberto Cardoso, a minha mãe, Katia R. Rodrigues Cardoso, a minha irmã, Luana Rodrigues Cardoso, e ao meu irmão de coração, Ricky Bertuani Doellinger, pelo incentivo, afeto e apoio que sempre encontrei durante a trajetória de minha vida e do mestrado. Mesmo em momentos em que estive ausente, a presença de vocês nunca me faltou. Dou-lhes um amor inquestionável e meu muito obrigado pela força e compreensão!

Nosso encontro se deu a partir da primeira metade do mestrado, mas sinto que devo grande parcela dos agradecimentos a minha namorada, Thamiris Berlando Juffo. Se nos encontramos pelo caminho, entendi que o esforço de todo o processo valeu a pena quando me deparei com seus sorrisos e palavras de carinho cada vez que a trajetória se mostrava deveras desgastante e temerária. Nossas conversas, nosso companheirismo e seus gestos de compreensão foram fundamentais para que eu alcance esse objetivo, que se torna, cada dia mais, nosso! Agradeço por sua família, durante um carnaval inteiro, me apoiar e contribuir para a finalização da dissertação, em um clima tranquilo e amável. Obrigado, meu bem!

Agradeços aos amigos e as amigas pela força de sempre. O companheirismo, as conversas, as lutas e as cervejas foram fundamentais para que minha mente se mantivesse sã e firme na empreitada. Por isso, agradeço a Ana Beatriz Lima e Silva, César Augusto Coelho, Célio Gusmão, Jean Vitor Rosseto Caneva, Júlia Ott Dutra, Marlon Pittol, Vinicius Machado e Wanberg Mello. Um amigo e uma amiga foram, além de tudo, companheiros de combates pela História. Douglas Edward Furness e Marcela Portela, devo-lhes um agradecimento especial pelas conversas, conselhos e por compartilhar as dores e delícias de um mestrado. A amizade de vocês amenizou todas as angústias dessa trajetória. Obrigado!

Agradeço de forma especial ao meu orientador, Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ueber José de Oliveira. Agradeço sua generosidade por compartilhar sua sabedoria e um tanto de sua capacidade de pesquisador e professor por excelência comigo. Esse trabalho não se tornaria realidade se não fosse sua experiência, suas orientações, sua disposição e sua solicitude sempre que o caminho se mostrava sinuoso. As palavras de incentivo quando mais temi o tempo de conclusão da jornada foram fundamentais para que eu pudesse imprimir confiança na consecução desse trabalho. Obrigado por acreditar desde o começo que nossos esforços conjuntos renderiam frutos!

Agradeço ao Laboratório de História das Interações Políticas e Institucionais (LHIPI) que, através de seu professores e colegas pesquisadores, forneceram adequada estrutura física e fecundo espaço acadêmico que tanto contribuíram para a realização desse trabalho. Agradeço também aos professores Dr<sup>o</sup> Luiz Cláudio M.

Ribeiro e Drº Pedro Ernesto Fagundes pelos conselhos e observações na qualificação dessa pesquisa. Agradeço aos professores do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFES. Em especial, agradeço ao Profº Drº André Ricardo Valle Vasco Pereira, do referido departamento. Agradeço pela oportunidade de poder trabalharmos juntos em pesquisas quando recém me graduei, e que muito contribuiu para a minha formação acadêmica e humana. Durante a graduação, suas palavras de incentivo, seus ensinamentos, seu senso crítico e sua paixão pela pesquisa se tornaram inspiração na construção de minha trajetória acadêmica, que aqui se inicia.

Estar em sala de aula como professor do ensino básico e cursar um mestrado é uma tarefa árdua. Exige compreensão e parcerias que escapam à burocracia. Assim, agradeço aos companheiros e companheiras de trabalho da EEEFM Mariano Firme de Souza que compartilharam experiências e me apoiaram nas angústias cotidianas de um professor-pesquisador. Agradeço também aos meus alunos do “Mariano” que me acolheram durante o tempo da pesquisa e me inspiraram para a tarefa de estudar cada vez mais.

Como prova de que existe excelência, solicitude e competência no serviço público, agradeço ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo pelo esforço de seus trabalhadores. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que me fora concedida durante o mestrado. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História por fornecer a estrutura necessária para a realização da pesquisa.

Por fim, a todos que contribuíram, direta e indiretamente, nessa jornada, que nunca nos falte suor, samba e histórias!

## RESUMO

A presente dissertação tem como principal objetivo analisar a trajetória e o processo de institucionalização do Partido Trabalhista Brasileiro no Espírito Santo, entre os anos de 1945 e 1964. O estudo encaixa-se na necessidade que existe em se estudar os discursos e práticas políticas da época, visando a preencher uma das lacunas da história política de um estado periférico no desenvolvimento político e econômico nacional. Dessa maneira, propõe-se um estudo que faça diálogo com as teses produzidas no plano nacional sobre o partido, a fim de se detectar as congruências e dissonâncias com o plano local. Para isso, adotou-se como base uma teoria sobre desenvolvimento partidário que contempla as decisões originárias de um partido como elementos cruciais para se apreender toda a sua história subsequente. Dito isso, a pesquisa propôs investigar um projeto político que, em seu programa inicial, se assentou, sobretudo, em bases urbanas e operárias, com um ímpeto reformista e esquerdizante a partir dos anos 1960. Porém, trata-se de estudar esse mesmo projeto em um estado essencialmente agrário e tradicional, em que conviviam as práticas clientelista e um novo paradigma político: a emergência das classes trabalhadoras no cenário político. A hipótese principal é a de que, em um estado tardio e retardatário no que tange ao seu processo de desenvolvimento capitalista, caracterizado também por possuir uma sociedade eminentemente agrária e dominada pelos oligarcas, o PTB capixaba, quando intentou disputar com as oligarquias capixabas, optou pelo fisiologismo, empreguismo e clientelismo. Diante disso, se inicialmente comportou um acentuado crescimento em organização e votos, logo sofreu, durante boa parte de sua trajetória, com disputas de interesses dos mais diversos por cargos e posições nas autarquias estatais. Porém, esse cenário não impediu que lideranças comprometidas com o programa partidário e atentas às demandas dos trabalhadores capixaba, como Mario Gurgel e Ramon de Oliveira Netto, surgissem no partido, embora eles fossem dominados pelas oposições internas e externas ao partido que aderiram ou silenciaram-se diante do

golpe e da ditadura civil-militar instaurada a partir de 1964.

Palavras-chave: Partido Trabalhista Brasileiro. Trabalhismo. Eleições. Partidos Políticos. Espírito Santo. História política.

## ABSTRACT

The present dissertation has the main objective to analyze the trajectory and the institutionalization process of the *Partido Trabalhista Brasileiro* (Brazilian Labor Party) in the State of Espírito Santo between the years 1945 and 1964. The research is grounded on the need to study the political discourses and practices of the time, aiming to fill one of the gaps in political history of a peripheral state in the national political and economic development. In this way, a study that dialogs with the theses produced at the national level about the party is proposed, in order to detect congruences and dissonances with the local plan. To that end, it will be settled on a theory of party organization that contemplates the party's decisions as crucial elements for apprehending its entire subsequent history. Therefore, the research proposed to investigate a political project which, in its initial program, was built mainly upon urban and working-class bases, with a reformist and leftist impetus from the 1960s. However, it is a question of studying this very project in an essentially agrarian and traditional state, where the clientelistic practices and a new political paradigm coexisted: the emergence of the working classes in the political scenario. The main hypothesis is that in an overdue and tardy state with regard to its capitalist development process, also characterized by its predominantly agrarian society and dominated by oligarchs, the PTB of Espírito Santo opted for patronage, spoils system and clientelism, when it attempted to compete with the local oligarchies. In view of this, there was a previous marked growth in organization and votes, which then suffered, during a great part of its course, with the most diverse disputes of interests for jobs and positions in the government autarchies. All the same, this scenario did not prevent leaders committed to the party program and attentive to the demands of the Espírito Santo workers, such as Mario Gurgel and Ramon de Oliveira Netto, from appearing in the party, although they were dominated by internal and external oppositions to the party, which joined it or silenced in the face of the coup and the civil-military dictatorship brought about in 1964.

Keywords: *Partido Trabalhista Brasileiro*. Laborism. Elections. Political Parties.  
Espírito Santo. Political History.

## **LISTA DE SIGLAS**

ALES – Assembleia Legislativa Estadual do Espírito Santo

CMV – Câmara Municipal de Vitória

CESMAG - Companhia Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais

COAP - Comissão de Abastecimento e Preços

COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preços

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

IAP - Instituto de Aposentadoria e Pensões

IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais

IAPETC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas

IAPFESP - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IAPM - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

IAPSE - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

PCB – Partido Comunista Brasileira

PDC – Partido Democrata Cristão

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PR – Partido Republicano

PRD – Partido Republicano Democrático

PRP – Partido de Representação Popular

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Nacional Trabalhista

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UES – Universidade Federal do Espírito Santo (atual UFES)

USB – União Social Brasileira

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Eleições para Governador do Estado do Espírito Santo - 1947 .....	71
TABELA 2 - Eleições para Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo por partido e do PTB – 1947 .....	72
TABELA 3 – Eleições para Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo pelo PTB – 1947 .....	74
TABELA 4 - População do Espírito Santo – 1940-1980.....	155
TABELA 5 - Eleições para Governador e Vice-Governador do Estado do Espírito Santo – 1950 .....	202
TABELA 6 - Eleições para Deputado Federais pela Coligação Democrática - 1954 .....	203
TABELA 7 - Eleições para Deputado Estaduais do Estado do Espírito Santo - 1954.....	203
TABELA 8 - Eleições para Deputado Estaduais do Estado do Espírito Santo pelo PTB - 1954 .	204
TABELA 9 - Eleições para Governador e Vice-Governador Estado do Espírito Santo - 1958.....	247
TABELA 10 - Eleições para Senador da República do Estado do Espírito Santo – 1958.....	249
TABELA 11 - Eleições para Deputado Federais do Estado do Espírito Santo por partidos - 1958 .....	249
TABELA 12 - Eleições para Deputado Federais do Estado do Espírito Santo pelo PTB - 1958 .	250
TABELA 13 - – Eleições para Deputado Estaduais do Estado do Espírito Santo por partidos - 1958 .....	250
TABELA 14 - Eleições para Deputado Estaduais do Estado do Espírito Santo pelo PTB - 1958	251
TABELA 15 - Eleições para Governador e Vice-Governador do Estado do Espírito Santo – 1962 .....	294
TABELA 16 - Eleições para Senador da República do Estado do Espírito Santo - 1962.....	295
TABELA 17 - Eleições para Deputados Federais do Estado do Espírito Santo por partido - 1962 .....	296
TABELA 18 - Eleições para Deputados Federais do Estado do Espírito Santo pela Coligação Democrática - 1962.....	296
TABELA 19 - Eleições para Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo por partido - 1962 .....	297
TABELA 20 - Eleições para Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo pelo PTB - 1962 .....	298

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Comissão Executiva Estadual do PTB - 04/01/1953 - 14/06/1953 .....	177
QUADRO 2 - Grupos internos do PTB- 1951-1954.....	191
QUADRO 3 - Grupos internos do PTB – 1951-1954.....	192
QUADRO 4 - Comissão Executiva Estadual do PTB - 14/06/1953-1957 .....	193
QUADRO 5 - Grupos internos do PTB – 1954-1960.....	214
QUADRO 6 - Comissão Executiva Estadual do PTB e a divisão por alas -1957-1960 .....	235

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 REVISÃO DE LITERATURA E ESCOLHAS TEÓRICAS</b> .....	25
1.1 O CORONELISMO NO ESPÍRITO SANTO ENTRE 1945 E 1964 .....	27
1.2 O <i>GATO DE SETE VIDAS</i> : O POPULISMO NA POLÍTICA E NO PTB DO ESPÍRITO SANTO ENTRE 1945 E 1964 .....	31
1.3 NOVAS INTERPRETAÇÕES PARA O PTB E A POLÍTICA DE 1945 A 1964 DIVERSAS AO <i>ENFOQUE POPULISTA</i> .....	42
1.4 POSSIBILIDADES NA ABORDAGEM DO PTB/ES SOB A TEORIA DE ANGELO PANEBIANCO (2005) .....	53
<b>2 A FORMAÇÃO DO PTB NO ESPÍRITO SANTO</b> .....	63
2.1 A FUNDAÇÃO E OS PRIMEIROS ANOS DO PTB NO ESPÍRITO SANTO .....	63
2.2 O PTB EM VILA VELHA-ES: A ALA DO JORNAL DA DUQUE DE CAXIAS .....	83
2.3 AS ELEIÇÕES DE 1950 E A INTERVENÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL NO PTB CAPIXABA .....	90
2.4 A ALIANÇA ENTRE O <i>GETULISTA DE PRIMEIRA HORA</i> E O <i>HOMEM DA GAITA</i> : A EXCLUSÃO DOS DISSIDENTES .....	100
<b>3 O FIM DA ALIANÇA ENTRE O <i>GETULISTA DE PRIMEIRA HORA</i> E O <i>HOMEM DA GAITA</i> NA COALIZÃO DOMINANTE: A ESTRUTURAÇÃO DO PTB CAPIXABA E SUA ATUAÇÃO NAS MÁQUINAS ADMINISTRATIVAS ESTADUAL E FEDERAL (1951 – 1953)</b> .....	115
3.1 DE DISSIDENTES DE FANCARIA A COMPANHEIROS DAS PRIMEIRA HORA DESAVISADOS .....	115
3.2 AS AUTARQUIAS FEDERAIS E AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL NÃOS MÃOS DO PTB CAPIXABA .....	127
<b>3.2.1 As disputas internas e externas na distribuição dos cargos</b> .....	127
<b>3.2.2 As ações das autarquias federais nas mãos dos petebistas</b> .....	139
3.3 O JORNAL <i>FOLHA DO POVO</i> E O TRABALHISMO CAPIXABA .....	143
<b>3.3.1 Trabalhismo</b> .....	146
<b>3.3.2 Sindicalismo</b> .....	148
<b>3.3.3 Políticas urbanas e industrialização</b> .....	150
<b>3.3.4 O PTB e as questões agrária e agrícola</b> .....	152
3.4 A ALIANÇA COM OS SINDICATOS .....	157
3.5 O ACORDO COM OS <i>COMPANHEIROS DAS PRIMEIRA HORAS DESAVISADOS</i> E AS	

NOVAS DISSIDÊNCIAS: A FORMAÇÃO DA NOVA COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL E O ROMPIMENTO COM O PSD.....	167
<b>3.5.1 O acordo com os companheiros das primeiras horas desavisados.....</b>	168
<b>3.5.2 Novas dissidências .....</b>	170
<b>3.5.3 A formação da nova Comissão Executiva Estadual .....</b>	176
<b>3.5.4 O rompimento com o PSD .....</b>	178
<b>4 O SURGIMENTO DAS ALAS RUBINISTA E RANGELISTA: ASCENSÃO ELEITORAL E FRAGMENTAÇÃO INTERNA (1954 – 1958).....</b>	188
4.1 A OPOSIÇÃO AO GOVERNO DE JONES DOS SANTOS NEVES E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL .....	188
4.2 O PTB NAS ELEIÇÕES DE 1954.....	196
4.3 O SURGIMENTO DAS ALAS RANGELISTA E RUBINISTA E O CONFLITO DURANTE O GOVERNO LACERDA DE AGUIAR (1954 – 1958).....	206
4.4. A DISPUTA INTERNA NO PTB PELA PREFEITURA DE VITÓRIA-ES.....	222
4.5 A CONSOLIDAÇÃO DA ALA RUBINISTA NA NOVA COMISSÃO EXECUTIVA E AS ELEIÇÕES DE 1958.....	234
<b>5 A EXPULSÃO DA ALA RUBINISTA, A CONSOLIDAÇÃO DOS RANGELISTAS E RAMONISTAS NO COMANDO DO PTB CAPIXABA E O AI-2 (1959 – 1965).....</b>	258
5.1 O SURGIMENTO DA ALA RAMONISTA E A ALIANÇA COM A ALA RANGELISTA: O ENFRAQUECIMENTO DA ALA RUBINISTA .....	258
5.2 AS ELEIÇÕES DE 1960 E A EXPULSÃO DA ALA RUBINISTA DO PTB CAPIXABA .....	264
5.3 O TRABALHISMO DE MARIO GURGEL: <i>DO GETULISMO AO REFORMISMO</i> .....	275
5.4 AS ALAS RANGELISTA, RAMONISTA E ARGILANISTA DOMINAM O PTB: ENTRE O NACIONALISMO, O REFORMISMO E O EMPREGUISMO.....	282
5.5 UMA CIDADANIA PARTICIPATIVA SE CONSOLIDAVA: <i>MIOPIA REACIONÁRIA</i> E DIRIGISMO .....	302
5.6 UM PARTIDO QUE NÃO REAGIA NAS REFORMAS DE BASE .....	311
5.7 A CASSAÇÃO DE RAMON DE OLIVEIRA NETTO E A VOZ ISOLADA DE MARIO GURGEL: SILÊNCIOS E ADESÕES DO PTB CAPIXABA AO GOLPE E À DITADURA CIVIL-MILITAR.....	320
<b>CONCLUSÃO.....</b>	335
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	355
<b>ANEXO .....</b>	361

## INTRODUÇÃO

A intenção deste estudo sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no estado do Espírito Santo é compreender a experiência particular de um partido político assentado, sobretudo, nas aspirações da classe trabalhadora, com base eleitoral marcadamente popular e urbana. O partido atuou no Espírito Santo em um período de transição em que conviviam, simultaneamente, as práticas oligárquicas, tributárias a uma sociedade predominantemente rural, com uma nova marca política: a configuração da classe trabalhadora como um ator político de peso.

Este trabalho se debruça sobre um período específico, o período de tempo compreendido entre 1945 e 1964, que foi marcado nacionalmente por uma política de nacionalismo desenvolvimentista, uma política de aproximação pragmática a um modelo de desenvolvimento capitalista que combinava investimentos estatais com capital privado (SKIDMORE, 1992).

Na Primeira República, formou-se, no Espírito Santo, o sistema oligárquico que prevaleceu até 1930, quando foi indicado um interventor, João Punaro Bley, que permaneceu no poder até 1943. Nessa fase, foram atraídas jovens lideranças das oligarquias locais que, posteriormente, formaram o Partido Social Democrático (PSD).

Entre 1945 e 1964, o sistema partidário do Espírito Santo era centrado no PSD, como legenda dominante, e em vários partidos menores, que compunham basicamente oposições ao PSD. A base do poder eram os proprietários rurais espalhados ao longo do território da seguinte forma: região sul – com propriedades agrárias mais antigas e decadentes; região centro-serrana - com pequena propriedade familiar; região norte (Linhares e São Mateus) - com propriedades maiores; região nordeste - de ocupação mais recente (PEREIRA, 2004).

As elites regionais ocupavam o poder local e negociavam posições com as lideranças do PSD, que reunia a maior parte dos proprietários rurais por meio do

controle de seus partidos menores. A política urbana, por sua vez, era mais efervescente na cidade do sul capixaba Cachoeiro de Itapemirim - onde havia o Partido Comunista Brasileiro (PCB), razoavelmente forte -, e na capital, Vitória-ES. Na fase da legalidade, o PCB chegou a eleger um deputado estadual e, depois, dois vereadores na Grande Vitória-ES por outras legendas<sup>1</sup>, o que mostra o potencial crescente da política urbana, junto com o peso do PSB em Cachoeiro (PEREIRA, 2004).

Em 1950, conforme o censo do IBGE, o Espírito Santo possuía uma população urbana de 23%. Em 1960, essa população estava na casa dos 32% (MORAES, 1999, p. 29). Além disso, o estado apresentava uma dinâmica política em que os partidos possuíam grande fragmentação interna, “[...] apesar da estrutura social apresentar uma conformação pouco diferenciada em virtude da dominância da economia primário-exportadora [...]” (SILVA, 1986).

Diante disso, a partir da década de 1950, as práticas incipientes de ampliar as políticas voltadas às camadas populares foram encontrando solo fértil no Espírito Santo, uma vez que ocorreu um crescimento da população urbana, aumentando, com isso, as possibilidades de concretização dessas práticas nos campos políticos e eleitorais. Esse novo modo de agir politicamente foi empenhado principalmente pelos partidos Partido Social Progressista (PSP) e PTB. Entretanto, como o Espírito Santo ainda não era um estado essencialmente urbano, o *modus operandi* da política pautado na lógica urbana mesclou-se às práticas personalistas e oligárquicas na atuação político-eleitoral do período.

Essa mescla é relacionada à incipiência de um momento de inversão de uma realidade agrário-exportadora para a urbano-industrial e rebateu-se no plano político-eleitoral, conforme analisou Ueber José de Oliveira (2013). Oliveira (2013) analisa as campanhas eleitorais vitoriosas de Francisco Lacerda de Aguiar<sup>2</sup>, o

---

<sup>1</sup> Benjamin de Carvalho Campos, eleito deputado estadual em 1947; Hermógenes Lima Fonseca, eleito vereador de Vitória-ES pelo Partido Republicano (PR), e Antonio Ribeiro Granja, eleito vereador em Cariacica-ES pela União Democrática Nacional (UDN), ambos em fins de 1947.

<sup>2</sup> Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, nasceu em São José do Calçado (ES) em outubro de

Chiquinho, nas eleições de 1954 e 1962.

Entre 1950 e 1960, a economia do Espírito Santo sofreu uma mudança de direcionamento dos investimentos, de modo a compreender uma industrialização tardia, simultânea ao programa de erradicação dos cafezais de baixa qualidade e pouco produtivos (OLIVEIRA, 2013). Entretanto, “as propostas eram incipientes e pouco refinadas, já que, em seu conjunto, as políticas estavam atrasadas em relação ao que ocorria em nível de Brasil” (RIBEIRO, 2016, p. 129).

Entretanto, apesar do esforço industrializante inaugurado com Jones dos Santos Neves<sup>3</sup> na fase da redemocratização, “[...] os governadores que se seguiram não deram continuidade às ações jonistas. Entre vários fatores vale dizer que o setor agrário ainda permanecia hegemônico [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 155).

Se as estratégias do setor agrário passavam pela composição e alianças com lideranças locais, privilegiando aspectos personalistas, as campanhas de Chiquinho demonstravam que esse modo empenhado pela legenda dominante, PSD, possuía seus limites de efetivação na nova conjuntura de avanço das políticas urbano-industriais. Seria preciso mesclar essa estratégia com alguma outra adaptada aos novos tempos.

No bojo de tal processo estava o surgimento da propaganda como meio de divulgação de ações políticas. (OLIVEIRA, 2013) Assim, nos pleitos de 1954 e 1962, Chiquinho “utilizou sacadas de comunicação de alto efeito, decisivas para interromper a trajetória política da mais longa oligarquia do Estado” (OLIVEIRA, 2013,

---

1903. Em 1944, foi nomeado prefeito de Guaçuí, filiando-se ao PSD no ano seguinte. Entre 1947 e 1950 exerceu o mandato de Prefeito de Guaçuí, desta vez eleito pelo voto. Já em 1950 elegeu-se deputado federal pelo PSD capixaba. Em 1954, já fora do PSD, elegeu-se Governador do Estado apoiado pela Coligação Democrática, legenda que comportava o PTB, o PR, o PRP e o PSP. Em 1962, tornou a ganhar a eleição para o Governo do Estado.

<sup>3</sup> Em 1901, na cidade de São Mateus-ES, nasceu Jones dos Santo Neves. Em janeiro de 1943, foi escolhido como inventor federal no Espírito Santo. Com o fim do Estado Novo, elegeu-se Senador pelo Espírito Santo em 1947 pelo PSD. Já em 1950, elegeu-se governador do estado do Espírito Santo.

p. 158) - representada por Carlos Lindenberg<sup>4</sup> e, em menor grau, por Jones dos Santos Neves, ambos aglutinados no PSD capixaba. Dessa maneira, se representava as elites agrárias, as campanhas de Chiquinho o fizeram aproximar-se da população urbana e pobre das cidades, tornando-se um “fenômeno eleitoral e de massas [que] deveu-se à utilização de sofisticadas e inovadoras técnicas de comunicação”, proporcionada por uma industrialização incipiente e sua consequente urbanização e aperfeiçoamento das comunicações de massa. (OLIVEIRA, 2013, p. 163)

Destarte, enquanto ao longo da história elaborou-se no eixo Rio-São Paulo um modelo voltado para o desenvolvimento do capitalismo, regiões como o Espírito Santo não acompanharam esse movimento e, pelo contrário, reforçaram os aspectos mais tradicionais no seu aspecto econômico, o que se fez rebater também na esfera política.

Em estados como Rio de Janeiro e São Paulo, portanto, o trabalhismo possuía um lugar, que era o atendimento às demandas dos trabalhadores no cenário de mudança, mas essa tarefa era deveras dificultosa em regiões nas quais as mudanças não seguiam o mesmo ritmo e rumo, ou seja, em que a industrialização era recente e ainda não havia se reconfigurado profundamente o padrão de disputas entre as classes mercantins-exportadoras e agrofundiárias, caso do Espírito Santo na época.

O PTB nacional, um dos herdeiros políticos do getulismo, com o passar dos anos, metamorfoseou-se gradualmente em direção a um reformismo esquerdizante (DELGADO, 2001, p. 174). No plano nacional, é possível afirmar que o trabalhismo brasileiro era composto de pluralismo e de diversidade de correntes e, apesar de

---

<sup>4</sup> Carlos Fernando Monteiro Lindenberg é herdeiro da família Sousa Monteiro, oligarquia que comandou o Espírito Santo nas primeiras décadas de 1900. Eleito deputado constituinte em 1933, reeleveu-se deputado federal em 1934, assumindo a Secretaria de Fazenda do Espírito Santo em 1935. Em 1945, filiou-se ao PSD e elegeu-se para a Assembleia Nacional Constituinte. Já em janeiro de 1947 ganhou o Governo do Estado, em 1950 foi Senador e em 1958 voltou a se eleger governador do estado.

suas raízes paternalista e getulista, “[...] não só correspondeu a um programa de reformas sociais, nacionalistas e desenvolvimentistas [...]”, mas também forneceu um projeto de cidadania específico, embebido de elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal (DELGADO, 2001, p. 174).

Estudaremos o PTB capixaba aplicando os pressupostos de Angelo Panebianco (2005). O teórico ressalta que se tornou hegemônica uma leitura dos partidos políticos com enfoques voltados às dinâmicas eleitorais, ao funcionamento das instituições estatais influenciadas pelos partidos, às relações entre os partidos, às classes sociais, e etc. Dessa maneira, os sistemas partidários foram encarados como mais relevantes do que os próprios partidos políticos.

Coadunando com tal teoria, estudaremos a agremiação em questão levando em conta as disputas pelo poder no interior da organização. Nesse caminho analítico, “[...] as escolhas políticas cruciais realizadas pelos fundadores, as modalidades dos primeiros conflitos visando ao controle organizativo e o modo como a organização se consolida deixarão uma marca indelével [...]” (PANEBIANCO, 2005, p. 17) nas ações subsequentes à formação da organização.

Trata-se de uma abordagem que visa a compreender a configuração interna de um partido, visando elucidar em que medida um estado tardio e retardatário, no que tange ao seu processo de desenvolvimento capitalista, caracterizado também por possuir uma sociedade eminentemente agrária, oferecia condições para assimilação e desenvolvimento de um projeto voltado às classes populares e trabalhadores urbanos de um partido trabalhista, em especial, o PTB, que ocorreu durante o processo de institucionalização do partido.

Para chegar ao resultado desejado, analisamos jornais da época lançando mão da análise do discurso, e visando a fornecer explicações sobre a percepção de época dos atores que atuaram no processo político capixaba aqui estudado (PEREIRA, 2015, p. 44). O método objetiva apontar, nos discursos aquilo que é específico - elemento idiossincrático àquela pessoa que o enuncia -, o que é conjuntural - elementos “derivados da percepção, da reflexão humana sistemática, coletiva ou

individual, no tempo médio das conjunturas” -, e o que é estrutural, - os elementos tributáveis ao inconsciente (PEREIRA, 2015, p. 45). A partir daí, a ligação entre cada uma dessas partes será estabelecida, remontando-se o todo da análise.

Em suma, utilizar-se-á a análise visando a explicar a origem e o sucesso das concepções políticas e religiosas, os valores e discursos aos quais determinado ator aderiu e que estão presentes em sua leitura de mundo, mediada por tais elementos (PEREIRA, 2015). Isso significa que falamos em análise do discurso

[...] quando analisamos o discurso das fontes e somos bem-sucedidos em explicar a origem de uma concepção, como ela foi apropriada por certos atores na conjuntura e de que forma ela atuou na construção de apoios para a ação humana (PEREIRA, 2015, p. 51)

Usando esse método, abordaremos o PTB capixaba enquanto agremiação representante do trabalhismo. Em um cenário de disparidades regionais e de retórica de nacionalismo no país, aventa-se, o PTB reforçou os aspectos tradicionais e a instabilidade de projetos no Espírito Santo. A hipótese ora levantada é a de que, em um sistema político oligárquico como o capixaba, o PTB seguiu o modelo de Gláucio Soares (2001), qual seja, aquele em que o PTB optou pela conciliação com as elites locais - ou com frações dessas – com o intuito de obter capital político em regiões despossuídas de uma classe operária que assimilasse e defendesse seu programa clássico. Porém, o PTB capixaba foi, também, capaz de gerar lideranças comprometidas com seu ideário na política e no sindicalismo. São essas contradições que se pretende estudar.

No primeiro capítulo, analisaremos as literaturas disponíveis que tocam no objeto de estudo. Nosso esforço passará pela adoção de teorias que criticam os enfoques que concebem o coronelismo e o populismo para o período estudado. No mesmo capítulo, esboçaremos as contribuições de Angelo Panebianco (2005) para o estudo de um partido político. Já no segundo capítulo, discorreremos acerca da formação

do PTB capixaba e da dinâmica de suas lutas internas nos primeiros anos. Seguindo o trabalho, nos terceiro, quarto e quinto capítulos abordaremos o processo de institucionalização do partido através do estudo de suas elites organizacionais. Ao final, pretendemos oferecer uma interpretação sistemática acerca do modelo de organização forjado no PTB capixaba, explorando seu processo de institucionalização.

## 1 REVISÃO DE LITERATURA E ESCOLHAS TEÓRICAS

Numa leitura consagrada da política do Espírito Santo, o período de 1945 a 1964 teria abrigado a dicotomia coronelismo *versus* populismo na política partidária espírito-santense. Por essa interpretação, o PTB seria a agremiação que cimentaria o pacto populista e arregimentaria os votos das classes populares em favor da elite agrária e comercial-exportadora no Espírito Santo.

Segundo essa leitura – dita, aqui, consagrada porque, ainda hoje, e com méritos inquestionáveis, é base para se entender a história política do Espírito Santo -, o político é constituído pelo sistema estatal (a estrutural institucional do Estado) e pelo sistema político (partidos; sindicatos e organizações diversas etc.). O sistema político e o que aqui nos interessa nessa abordagem, os partidos políticos “[...] agregam e articulam interesses de classe, que expressam demandas sociais, as quais visam, incessantemente, serem transformadas em ação” (SILVA, 1986, p. 237).

Segundo a mesma compreensão, nesses sistemas - estatal e político -, as demandas que são processadas variam, ou não, de acordo com a especificidade de cada subsistema. No caso dos sistemas partidários, algumas relações atravessam esse processamento de demandas, ou seja, influenciam tanto na dinâmica interna de um partido quanto nas relações estabelecidas no interior de cada organização - nas que ocorrem entre as diversas agremiações; as estabelecidas entre os eleitores; com os sindicatos; com os grupos da sociedade civil organizada etc. Isto é, as demandas, no seio de um partido, dependem da relação que ele estabelece com as práticas sociais, assim como com as instituições que operam o político em geral.

Ainda nessa leitura, “[...] a instância do político e das relações sócio-políticas subsequentes [1945 a 1964] estiveram altamente determinadas pela estrutura montada no período anterior” (SILVA, 1986, p. 244) - no Estado Novo sobretudo. Assim, o sistema partidário que emerge em 1945 tem, como contrapartida, o

aparelho de Estado, ambos agregando e articulando interesses. Como esse Estado foi forjado no sentido de comportar, de modo mais efetivo, as demandas sociais, o novo sistema partidário nasce defasado porque, de acordo com essa visão, seu surgimento é tributário ao objetivo de atender às necessidades inseridas nas relações estabelecidas entre os diversos segmentos sociais.

Marta Zorzal e Silva (1986, p. 242), estudiosa a quem fazemos referência na leitura acima citada, partilha da ideia de que, no seio das forças políticas no poder, não houve uma substituição radical em sua composição quando o fim do Estado Novo chegou (1937 – 1945) (SILVA, 1986, p. 242). Dessa maneira, o período do Estado Novo seria a base do novo regime democrático. Ou seja, o processo que instaurou a redemocratização a partir de 1945 aconteceu comportando uma ruptura associada à ideia de continuidade, comportando, entretanto, mais permanências que descontinuidades (SILVA, 1986, p. 244).

Na visão de Silva (1986, p. 245), sob a nova Constituição e a nova Legislação Eleitoral é que as características de permanências se materializaram na redemocratização, a partir de 1945, tornando o novo sistema partidário elitista e excludente. Tal assertiva é também verificável na ideia de que os partidos, exceto o PCB, que atuaram no período de 1945-64, foram criados por meio da estrutura estatal ou de líderes políticos que já atuavam no cenário político anterior a redemocratização.

A redemocratização foi o momento, então, dessas lideranças, e de outras que não ocupavam o aparelho de estado, de *retricotarem* as teias de suas redes políticas. Nesse aspecto, a autora percebe o novo regime como um mantenedor do *status quo*, muito mais capaz de absorver as novas demandas sociais surgidas no avançar do pós-45 (SILVA, 1986, p. 247). Isso significa que a nova democracia dificultaria o surgimento e a consolidação de novas lideranças, tais como partidos políticos que defendessem outros interesses que não os já existentes e consolidados na formação social brasileira.

O viés autoritário do estado brasileiro e do arcabouço legal montado com a

Legislação Eleitoral e Constituição pós-46, na visão de Silva (1986, p. 248), foi a base para a atuação dos partidos em sua dinâmica interna e na sua relação com as esferas externas, tanto no plano nacional, quanto no regional.

### 1.1 O CORONELISMO NO ESPÍRITO SANTO ENTRE 1945 E 1964

Tratando do período da redemocratização de 1945 no Espírito Santo e em seu sistema partidário, Silva (1986, p. 249) refere-se a ele como fragmentado, expressando, por consequência, a fragmentação das forças sociais. Tal fragmentação foi reforçada pela exigência de que os partidos se constituíssem nacionalmente, e não mais regionalmente, como na Primeira República. Ou seja, as elites políticas encontraram maior espaço para atuar, desde que por meio da ocupação das diferentes agremiações locais.

Além disso, segundo a autora, a fragmentação social, no romper dos anos do pós-45, alargou-se ao comportar segmentos sociais diferentes dos já existentes e capazes de serem representados politicamente. Se até os fins dos anos de 1940 as classes agrofundiárias e mercantis-exportadoras polarizavam a disputa pelo aparelho de Estado, as demandas provocadas pela mudança na sociedade brasileira farão surgir dois novos segmentos, capazes de influenciar a arena política: as forças ligadas a pequena produção rural e aos núcleos urbanos do interior, e as forças representantes das classes populares urbanas (SILVA, 1986).

Se as duas primeiras forças - agrofundiárias e mercantis-exportadoras - já estavam estabelecidas politicamente, os anos seguintes seriam emblemáticos no que tange aos seus esforços no sentido de conquistarem as mentes e os corações dos outros dois segmentos - as classes ligadas a pequena produção rural e núcleo urbano do interior e as classes populares. Emblemático também seriam os esforços dessas

duas últimas classes de fazerem-se representadas na política capixaba.

Quando os atores políticos do Espírito Santo se empenharam na fundação das agremiações partidárias para o período democrático de 1945 a 1964, o principal fenômeno que norteou tais acontecimentos foi a vinculação entre lideranças regionais e nacionais. Essa dependência das afinidades entre lideranças nacionais e regionais para se efetivar a criação de partidos políticos revelava a importância das lideranças regionais, tal como sua capacidade de mobilizar recursos, de modo a efetivar a criação de um partido nacional no território regional (SILVA, 1986).

As agremiações que atuavam no período de 1945 a 1964 deveriam ponderar suas estratégias visando a conquista dos setores populares urbanos e das classes pertencentes às relações que povoam a pequena produção rural (vendeiros, parceiros, colonos etc.). Há que se ressaltar que, com a legislação eleitoral de 1946, o voto aos analfabetos era vetado. Como a maior parte dos alfabetizados estavam no meio urbano, estes setores constituíam-se o pendor da balança numa eleição (SILVA, 1986).

Ao reportar as estratégias, que deveriam nortear a atuação dos partidos visando a uma maior eficácia eleitoral com os dois segmentos sociais nascituros do período 1945 a 1964 (setores populares urbanos e classes ligadas a pequena produção rural), nos deparamos com dois postulados caros às análises de Silva (1986). O primeiro é o de que os partidos tributários dos interesses das classes agrofundiárias ressuscitaram práticas coronelísticas usuais na Primeira República. O segundo postulado, por sua vez, defende que os partidos ligados aos interesses mercantis-exportadores, ao abarcarem as demandas das classes populares urbanas e da pequena produção rural, utilizaram práticas populistas juntamente com a mediação coronelista.

Assim como José Murilo de Carvalho (1998), defende-se, neste trabalho, uma abordagem histórica do coronelismo, segundo a qual tal fenômeno é historicamente datado. Esse termo, segundo o autor, é correntemente confundido com mandonismo e clientelismo. Coronelismo, ao contrário da ideia de permanência no período pós-45

de Silva (1995), ressalta Carvalho (1998), constitui um sistema político nacional, que nasceu do federalismo implantado com a Primeira República e da decadência econômica dos fazendeiros. Dessa maneira, era um sistema tributário a um tipo de relação entre governo federal, estadual e municipal, que atendia aos coronéis, pertencendo a um contexto específico e, por isso, não existiu antes de 1889 e nem depois da implantação do regime de 1937.

Assim, o que Silva (1986) cita como práticas coronelísticas para descrever a relação entre governo, elites políticas e corpo eleitoral no Espírito Santo, de 1945 a 1964, podem ser entendidas como mandonismo e clientelismo, elementos característicos do coronelismo, e que perpassam a história política do país. Não duvidamos que, típico do mandonismo, houvesse no Espírito Santo elementos locais oligárquicos e personalistas que, devido a posse da terra ou de outros recursos fundamentais à existência humana, exerciam um poder pessoal e arbitrário que impedia, de certa maneira, a seus dependentes o acesso ao mercado e à sociedade política (CARVALHO, 1998). Nesse sentido, não se pode descartar a influência do clientelismo na política capixaba, sendo esse semelhante ao mandonismo. Entretanto, ao contrário do mandonismo, que tendia a diminuir, a partir de 1930, com o aumento da participação do estado nos lugares mais isolados, o clientelismo possui uma especificidade, que reside na bilateralidade da relação, além de poder variar para mais ou para menos, dependendo do contexto político. Assim, “[...] as relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população” (CARVALHO, 1998).

Nesse sentido, não descartamos a existência, na política espírito santense entre os anos de 1945 a 1964, de elementos ligados a posse da terra ou de outros recursos necessários à existência humana que usavam destes privilégios para garantir o imperialismo de interesses na arena política. Aspectos desse tipo, que foram protagonistas na Primeira República, atravessaram os anos do pós-30 até a redemocratização de 1945. Entretanto, o que permaneceu, entendemos, não foi o

sistema denominado coronelismo, mas sim práticas de clientelismo e mandonismo, dessa vez compondo um outro sistema e, por isso, tendo nuances de adaptação e inovação a ele. É como se ficassem os “coronéis” - e as aspas não são mero recurso linguístico de citação, mas sim uma forma de relativização e significação diversa ao comum -, porém, constituindo um novo pacto entre as elites governantes e os entes federativos e locais com o poder federal, que não cabem no conceito de coronelismo.

O segundo postulado caro às análises de Silva (1986) assenta-se na tese de que as classes mercantis-exportadoras, ao alocarem-se em partidos que, nacionalmente, atuavam por meio de práticas populistas ou alinhavam-se com partidos desse tipo de atuação, tenderam a mesclar práticas populistas com a forma coronelista de relação com as classes dominadas. Mais à frente, a ideia de populismo também será alvo de debate. Antes, porém, é interessante finalizarmos a exposição da leitura da referida autora para o período e fenômeno estudado.

Os partidos políticos organizados no Espírito Santo deveriam ter capacidade de assimilar lideranças espontâneas dos novos segmentos já citados anteriormente. Mais do que isso, segundo a tese de Silva (1986), no que concerne ao eleitorado urbano, deveriam os partidos representantes dos interesses das classes' mercantis-exportadoras incorporar as práticas populistas. Entretanto, como o estado do Espírito Santo, durante o período de 1945 a 1964, era essencialmente agrário e dominado pela economia primário-exportadora, esses mesmos partidos deveriam utilizar-se da combinação das estratégias de maior diálogo com os novos segmentos com as estratégias coronelistas para produzir maior musculatura na arena eleitoral capixaba.

Nesse sentido, algumas tendências foram comuns na criação dos partidos políticos no Espírito Santo neste contexto. Lideranças políticas tributárias aos diversos interesses dominantes - classes mercantis-exportadoras e classes agrofundiárias - adotaram a estratégia de se dividir para permanecer mandando. Dessa maneira, políticos ligados a cada um desses interesses, ao invés de abrigarem-se no mesmo

partido, acabaram por abrigar-se nas diversas siglas que surgiram. Isso garantia que, qualquer que fosse o partido, o mesmo grupo estaria representado no Aparelho de Estado. Além disso, outro comportamento detectado assenta-se na ocupação da mesma sigla por facções opostas, porém ligadas às mesmas classes (SILVA, 1986).

Dessa forma, pode-se dividir os ingressantes nos partidos políticos instalados no Espírito Santo em três grupos: as lideranças rivais desde outrora no plano estadual; as lideranças pertencentes ao mesmo segmento social, porém, aglutinadas em partidos diferentes na estratégia já citada de dividir para manter-se dominando; e as novas lideranças surgidas com as mudanças econômicas (industrialização incipiente), sociais (aumento, apesar de bastante tímido, das classes populares urbanas) e territoriais (expansão da ocupação do território rumo ao norte do Espírito Santo) (SILVA, 1986). Nessa leitura, a racionalidade que presidiu a fundação dos partidos políticos capixabas não permite identificar que determinado grupo era representado hegemonicamente por uma única organização.

## 1.2 O GATO DE SETE VIDAS: O POPULISMO NA POLÍTICA E NO PTB DO ESPÍRITO SANTO ENTRE 1945 E 1964

Numa leitura outrora consagrada nacionalmente, e agora sustentada sem maior vigor, o PTB seria um dos protagonistas do populismo, fenômeno que teria regido às relações entre Estado e sociedade durante o período estudado neste trabalho. Este tópico trata da apresentação de duas leituras da política capixaba que contemplam o populismo como presente durante algum momento entre 1945 e 1964. Esclarece-se, pois, que serão apresentadas as leituras de Marta Zorzal e Silva (1986) e de Jefferson Alvarenga (2012). No tópico a seguir, tentaremos abordar esse período sob outros enfoques, que não os que discutem a existência ou não do populismo na política do Espírito Santo.

Vinculada a tal leitura, Marta Zorzal e Silva (1986) reporta a criação do PTB no Espírito Santo como reflexo das movimentações pró-candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, em 1945, no Espírito Santo, no movimento que ficou conhecido como *Queremismo*. Esse movimento fundou, em 21 de agosto de 1945, com o apoio do então interventor Jones dos Santos Neves, o Partido *Nós Queremos* no Espírito Santo, no qual figuraram como membros da diretoria provisória José Borges de Santa Rosa, Emílio José de Andrade, Nery de Freitas Nascente, Edmundo Sandoval, Alencar Marinho e Adalberto Passos. O potencial eleitoral e a experiência de organização dos apoiadores do *Queremismo*, segundo Silva (1986), seriam a principal força organizadora do PTB no Espírito Santo, uma vez que o Estado carecia de número relativamente maciço de trabalhadores urbanos, que constituiriam, ideologicamente, a base de sustentação da agremiação.

Na organização do diretório estadual do PTB figurariam os mais diversos interesses: industriais, exportadores, comerciais, lideranças sindicais, etc. O destaque desse último setor trata-se de Saturnino Rangel Mauro, à época, ferroviário, que estaria representando os trabalhadores urbanos. Na leitura de Silva (1986), os elementos que formavam o PTB ou eram pertencentes à classe de políticos que não se alinhavam às lideranças ingressantes no PSD e UDN, ou eram adeptos da proposta varguista de atacar a influência comunista nos setores urbanos e operários, “[...] assegurando, em benefício da classe dominante, o voto da classe trabalhadora” (SILVA, 1986, p. 264).

Assim, na concepção de Silva (1986), o PTB nasceu como uma espécie de *partido astuto*, em que a classe trabalhadora, por algum motivo (populismo), o veria como seu legítimo representante e ali depositaria seu voto. Entretanto, ao invés de fazer valer suas reivindicações, estaria, na verdade, dando fôlego a classe dominante. Essa leitura retrata os elementos que formaram o PTB/ES determinados à sua criação por motivos que não se relacionam a afinidade com os pressupostos da agremiação, mas que se constituem, unicamente, da negação de uma ligação com outro grupo – uma espécie de “não somos ligados a políticos do PSD e UDN,

criamos o PTB”.

Entendemos ser essa uma interpretação enviesada, em que a afirmação da negação (petebistas como os anti-PSD e UDN/ anti-comunistas/ anti-classes trabalhadoras), deixa escapar a complexidade da experiência de formação do partido trabalhista capixaba. Ao optar por uma leitura diversa e diversificada, não descartamos que o comportamento de oposição - sou PTB, porque não sou PSD e UDN -, mais que de afirmação, presidiu a filiação de alguns elementos ao partido nascituro. Da mesma maneira, não caímos em leitura inocente ao não abordar que membros de uma elite dominante – que não quer dizer totalmente dominadora – adentraram ao partido com interesses diversos aos das classes populares e operárias urbanas – se dominadas, não totalmente -, pretensas bases do partido.

Mesmo que se registre membros da elite capixaba na formação do PTB do Espírito Santo, não acreditamos que a classe trabalhadora seja passiva e facilmente ludibriada por um partido a serviço de lobos, vestidos, porém, de cordeiros.

No mesmo sentido de Silva (1986), Jefferson Ferreira Alvarenga (2012) disserta com fito de investigar se no Espírito Santo, entre 1930 e 1958, é perceptível a presença de práticas populistas no Espírito Santo. Em seus estudos, aborda que, diferentemente da tese de Octavio Ianni (1978) e Francisco Weffort (2003), que consideram que os acontecimentos de 1930 teriam dado início ao populismo na política brasileira, o Espírito Santo não acompanhou essa dinâmica evolutiva (ALVARENGA, 2012). A Revolução de 1930 não teria modificado as estruturas políticas e econômicas forjadas na formação histórica e social do Espírito Santo. Dessa maneira, as duas elites, com interesses tributáveis ao café, permaneceram hegemônicas na esfera pública capixaba constituindo, portanto, uma *guerra de coronéis*, em que houve um rearranjo das forças políticas ligadas a essas elites cafeeiras, uma vez que a maior parte dessas lideranças passou a uma situação governista, em face de uma minoria oposicionista (ALVARENGA, 2012, p. 61).

Dessa maneira, ao modo da teoria de Ianni (1978) e Weffort (2003), não houve uma crise de hegemonia no seio da elite político-econômica capixaba, que teria como

causa a emergência do populismo, de modo que o Estado aparecesse como um ente capaz de regular os conflitos sociais e despontar como hegemônico na arena política, já que haveria uma classe dominante incapaz de realizar tal processo e uma classe média débil. O que houve foram apenas rivalidades entre os diferentes grupos dessa elite visando ao controle da administração pública. Em linhas gerais, o primeiro interventor federal, após a Revolução de 1930, João Punaro Bley, não governou, ao modo populista, apoiando-se nas massas, mas sim, contemporizando os interesses agrários e exportadores ligados ao café, incorporando os últimos a administração pública (ALVARENGA, 2012).

Além disso, a primeira interventoria de Bley tratou de reproduzir, no estado, a centralização administrativa estimulada pelo plano federal, tal como uma racionalização burocrática em que a participação popular ficaria em segundo plano. O que poderia atenuar essa prática, os sindicatos criados no período, estavam a serviço dos interesses do governo numa relação de corporativismo inclusivo, de modo que a então interventoria não aumentou os canais de participação popular, pelo contrário (ALVARENGA, 2012).

Com as medidas do governo Bley, ampliou-se a cidadania aos grupos que vivem nas áreas urbanizadas, esses, entretanto, eram a minoria da população capixaba (ALVARENGA, 2012). Há que se destacar, ainda, que o Espírito Santo não possuía uma grande complexidade em sua formação social, fazendo com que o comando do Estado permanecesse nas mãos das elites ligadas principalmente ao cultivo e comércio do café (ALVARENGA, 2012). Essa permanência das elites ligadas a uma atividade primária, à revelia da entrada em cena de setores urbanos e populares, seria um dos entraves para a emergência do populismo no Espírito Santo após os eventos de 1930.

Outro entrave elencado para o nascimento de tal fenômeno na política capixaba diz respeito à manutenção das estruturas agrárias, ao invés de substituí-la pelo desenvolvimento do capitalismo mais urbano-industrial. Durante o período de 1930 a 1945, pelo contrário, o governo estadual e as elites políticas e econômicas

privilegiaram as intervenções voltadas às lavouras, ainda que o governo federal tenha contribuído com a formação de indústria de médio e pequeno porte (Chocolates Garoto, Moinho Vitória-ES, Companhia Ferro e Aço de Vitória-ES, entre outras) no Espírito Santo e, também, com a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de todo o seu aparato de exportação de minério. O esforço capixaba tratou apenas de implementar uma maior diversificação da produção agrícola, de modo que as receitas capixabas não ficassem tão ao sabor dos ventos dos preços do café no mercado. Essa escolha de manutenção das estruturas agrárias não permitiu o surgimento de uma miscelânea de novas forças sociais na sociedade capixaba, tal como não inseriu o Espírito Santo no bojo do desenvolvimento capitalista nacional. Dessa maneira, não houve uma evidente migração campo-cidade, tal como não haviam grandes manifestações de massa na realidade capixaba (ALVARENGA, 2012).

Outro componente do populismo não verificado no Espírito Santo no período posterior a 1930, na análise de Alvarenga (2012), diz respeito ao elemento do *carisma* como qualidade extracotidiana do líder. A frente do governo, Bley, ao que consta, não possuía uma atuação que o fizesse ligado sentimentalmente às massas, pelo contrário, seu perfil era autoritário e distante dos anseios populares. Ainda segundo Alvarenga (2012, p. 70), Bley “[...] se comportava mais como um soldado que obedecia ao seu líder [...] era uma liderança sem ambição política [...] seguia apenas as diretrizes propostas por Vargas”.

Pode-se relativizar essa falta de ambição política e de comunicação com as massas, analisando como o então interventor, capitão Punaro Bley, racionaliza o uso de seus trajes em aparições públicas. Fernando Achiamé (2010), em considerações gerais, percebeu uma preocupação de Bley em passar mensagens ao povo através de sua indumentária. Em diversas ocasiões, quando o evento era composto em sua maioria por civis, o interventor de Vargas utilizava trajes militares. O contrário, a aparição era com trajes civis. Para Achiamé (2010), uma racionalidade presidia esse comportamento.

Não tendo sido eleito, Bley precisava afirmar-se como uma liderança civil para a população capixaba. Porém, os militares gozavam de grande prestígio como fiadores da política do pós 1930 e, deste modo, não poderia deixar escapar sua condição de um oficial militar. Assim, a escolha nos trajes adequados para cada aparição demonstra que o ator em questão “desejava passar uma mensagem irretorquível: um mesmo corpo físico pode abrigar duas modalidades de poder, o civil e o militar” (ACHIAMÉ, 2010, p 180).

Era como se Bley fosse deveras militar para ser julgado como um simples político, tal como um político em exercício para ser julgado segundo manuais militares. Essa racionalidade demonstra, portanto, um interventor diferente de “um soldado que obedecia ao seu líder”, como aborda Alvarenga (2012, p.70). Ao contrário, a preocupação de um soldado “sem ambição política” seria, certamente, se seu traje militar estava alinhado ou não. Porém, conforme o samba da época, para além dessa visão de alguém que governa à revelia de uma aspiração política, Bley demonstrava na representação política a preocupação profunda de Noel Rosa: “com que roupa eu vou?”.

Em suma, recorrendo a esses parâmetros analíticos, para Alvarenga (2012), o populismo não esteve presente no íterim 1930 – 1945, diferentemente do que contempla a teoria do populismo para esse mesmo período no cenário federal.

Em se tratando do período de nosso interesse (1945 – 1964), Jefferson Alvarenga (2012) concorda com a leitura de Marta Zorzal e Silva (1986) - já anteriormente explicitada - quando ela defende que a mediação entre classe dominante e dominada, tal como o acesso das elites cafeeiras ao aparelho de Estado no Espírito Santo do pós-Vargas, se deveu a lealdades pessoais, a forma coronelística de articulação política e as relações patrimonialistas entre as partes, ou seja, às táticas ressuscitadas da Primeira República.

Relacionados a este comportamento estariam os governos Carlos Lindenberg (1947

– 1950), Jones dos Santos Neves (1951 – 1954)<sup>5</sup> e Francisco Lacerda de Aguiar (1955 – 1958)<sup>6</sup> (ALVARENGA, 2012, p. 72). Então, se na reabertura democrática não houve nenhuma crise política ou econômica, e mais, se houve uma realocação das forças políticas já estabelecidas no aparelho de estado, não havia condições de surgir uma nova relação entre Estado e sociedade (ALVARENGA, 2012).

Já nos contrapomos a essa leitura de permanência do coronelismo para o período pós-1930. Cabe agora discorrer acerca do pretenso populismo na política capixaba. Nesse sentido, os segundos governos de Carlos Lindenberg (1959 – 1962) e de Francisco Lacerda de Aguiar (1963 – 1966) seriam fruto de outra experiência política, com maior independência em relação às elites cafeeiras, sobretudo devido a uma maior diferenciação social ocorrida sob a intensificação das migrações campo-cidade, muito embora a população do Espírito Santo fosse ainda eminentemente rural (ALVARENGA, 2012, p. 72).

Em linhas gerais, nesses dois governos acima citados, o populismo revelou-se como a forma de mediação entre o Estado e a sociedade. Na sua visão sobre o populismo para o Espírito Santo, Alvarenga (2012) discorre que ele não acompanhou o padrão do Sudeste, visto que, no caso capixaba, a economia primária baseada no café permaneceu como motor da economia, tal como as elites ligadas à sua produção e a sua exportação, que eram a base dos governos, que deveriam negociar posições e políticas com essas elites (ALVARENGA, 2012).

Assim, a intensificação do fluxo migratório campo-cidade, a crise cafeeira observada a partir de 1955 e a consequente crise política pediriam respostas que fossem

---

<sup>5</sup> O governo de Jones dos Santos Neves, apesar das lealdades as elites agrárias, esforçou-se por uma agenda em favor do lançamento das bases de uma maior industrialização do Espírito Santo, entretanto, encontrou grande resistência em sua base de sustentação política e, por isso, não obteve resultados consistentes, ficando apenas na incipiência dos planos (ALVARENGA, 2012 p. 73).

<sup>6</sup> Apesar de estabelecer uma relação mais personalista com a população capixaba e, por isso, introduzindo práticas populistas em seu governo, Lacerda de Aguiar possuía como base de sustentação de seu primeiro governo as elites cafeeiras. Seu governo, nesta leitura, se trata apenas de uma introdução do populismo no Espírito Santo, consolidado *a posteriori* (ALVARENGA, 2012, p. 73).

capazes de trazer novos horizontes para a realidade capixaba, em temas políticos, econômicos e sociais, o que foi obtido através da conciliação entre o desenvolvimento industrial, associado à defesa do café e o pacto populista (ALVARENGA, 2012, p. 93).

A compreensão do conceito de populismo por Alvarenga (2012) parte das análises de Mário Petrone e Maria Moria Mackinnon (1998) apud ALVARENGA (2012), que são postulantes de algumas condições de existência do populismo num determinado espaço e tempo. São estabelecidas, então, determinadas características para verificação da existência do populismo, tais como: uma crise que faz emergir o fenômeno; a mobilização popular ser a forma de participação das massas; a existência da verificação de ambiguidades nos movimentos populistas; a existência de dinâmica de incorporação-exclusão dos segmentos sociais; a percepção da base social do movimento populista; e a formação histórica e social de cada Estado populista como pré-condições para o surgimento do populismo. Além disso, Alvarenga (2012) incorpora a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial como outro requisito para o populismo.

Diferentemente da tese de Gino Germani (1979), que percebe essa transição numa análise etapista, Alvarenga (2012) retrata o populismo enquanto experiência histórica, algo como uma *concretude histórica* e, nesse sentido, amplia também seus postulados para a verificação de lideranças carismáticas que incorporem setores populares, a ampliação da cidadania e o desenvolvimento capitalista (ALVARENGA, 2012).

Assim, partindo dessa unidade analítica, o autor postula a crise do café, iniciada em 1955, como fator determinante para uma mudança de paradigma na política capixaba. O Espírito Santo, à época, produtor de café de baixa qualidade e de cotação baixa no mercado, fora drasticamente atingido pela política de erradicação dos pés de cafés improdutivos, levada adiante pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), durante o Governo de Juscelino Kubitschek, obrigando grande contingente de desempregados a migrarem do campo para a cidade, fenômeno que se desenrolará

a partir desse período e terá seu ápice na década de 1980. Diferente dos estados mais desenvolvidos (São Paulo e Rio de Janeiro), o café era produzido por pequenas propriedades familiares e o Estado não possuía uma economia diversificada, impossibilitando, dessa maneira, a substituição de uma economia primário-exportadora, pré-capitalista, para uma economia industrial, inserida no capitalismo brasileiro. O Plano de Metas e o esforço de industrialização do governo JK só respingariam no Espírito Santo a partir de 1960 (ALVARENGA, 2012).

Antes disso, o que ocorreu foi uma crise econômica e social, qual seja, a intensificação (lenta e gradual) da migração campo-cidade, o que tornou a cidade de Vitória-ES (posteriormente, a Grande Vitória-ES) um novo *lócus* de demandas sociais emergentes (habitação, saneamento básico, infraestrutura etc.) (ALVARENGA, 2012). Na concepção do autor, essas novas demandas foram importantes para o surgimento do populismo no Espírito Santo, visto que as lideranças políticas não teriam sua atuação pautada somente pelos interesses das elites ligadas ao café, mas deveria abarcar a miscelânea de reivindicações dos setores populares e urbanos.

Nesse sentido, seria natural que os partidos remodelassem sua atuação e sua relação com a sociedade visando a sobreviver a um novo ambiente. Assim, por exemplo, o PSD, nas eleições de 1958, incorporou os novos segmentos populares e urbanos principalmente através da instalação de subdiretórios nas áreas rurais e bairros da Grande Vitória-ES, os quais eram comandados e mantidos por elementos locais, colocando em contato as lideranças políticas de maior envergadura com as massas populares, bem como inserindo os novos segmentos sociais na participação política e partidária (ALVARENGA, 2012).

Dessa maneira, quando os novos tempos implicaram em mudança lenta e gradual de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, sobretudo a partir do segundo governo de Carlos Lindenberg (1959 – 1962), quando esse destinou recursos para amenizar os efeitos da erradicação dos pés de cafés, quando também implementou obras que subsidiariam, a posteriori, uma industrialização incipiente, as

elites tradicionais começaram, igualmente de maneira lenta e gradualmente, a perder espaços para as forças industriais emergentes, sem, entretanto, perder a hegemonia no comando do aparelho estatal (ALVARENGA, 2012). Houve uma maior racionalidade e tecnicidade na atuação do estado. Além disso, na emergência do capitalismo no Espírito Santo, entidades sindicais patronais, como a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), foram frutos de uma organização das forças industriais emergentes ganhando, cada vez mais, protagonismo nos ditames da política capixaba.

Entretanto, além da crescente contemplação dos interesses das elites industriais emergentes e das elites agrárias já estabelecidas, a experiência populista no Espírito Santo, na visão de Jefferson Alvarenga (2012), era sustentada pela ampliação da cidadania aos segmentos populares urbanos e rurais. Se, no plano nacional, Getúlio Vargas ampliou a cidadania através da assistência social via sindicatos, no Espírito Santo, a partir de 1955, a cidadania viria por meio de políticas públicas, tanto para a população rural, quanto para a população urbana (ALVARENGA, 2012, p. 138). Como exemplo, podemos mencionar o acesso à educação pública, que foi um dos destaques da atuação de Lacerda de Aguiar em seu segundo governo (1963 - 1966), tal como instalações para propiciar água encanada e sistema de esgoto rural e urbanos, construção de hospitais e de habitações, entre outras ações (ALVARENGA, 2012).

Conforme Alvarenga (2012), os segundos governos de Carlos Lindenberg e de Lacerda de Aguiar tinham bases sólidas nas elites cafeeiras, entretanto, estabeleceram a dinâmica “incorporação-exclusão” dos segmentos populares rurais e urbanos. No caso de Lindenberg, estabeleceu-se tal dinâmica por meio dos subdiretórios partidários e de políticas públicas voltadas a ampliar os canais de participação política (ALVARENGA, 2012). Já no segundo governo de Aguiar, a inclusão social foi estabelecida através de uma relação de personalidade e carisma entre líder e massa, sobretudo por meio das audiências públicas, associações de moradores e abaixo-assinados, bem como através de favores concedidos aos

sindicatos, sem desenvolver canais consistentes de participação popular. Porém, o governo de Aguiar garantiu o atendimento de ganhos materiais aos setores populares urbanos e rurais (ALVARENGA, 2012). Entretanto, essa inclusão não quer dizer, na leitura de Alvarenga (2012), controle absoluto do líder sobre as massas, na medida em que sua capacidade de exercer tal controle, dependeu da sua inclusão, ou seja, “[...] o líder detém certo controle das massas na mesma proporção em que ele mesmo atende às exigências sociais” (ALVARENGA, 2012, p. 142).

O último elemento que fia a defesa da existência do populismo no Espírito Santo diz respeito ao elemento carismático. Para Alvarenga (2012), diferentemente da historiografia oficial, Lindenberg, assim como Lacerda de Aguiar, imbuíu-se desse elemento para a construção de sua imagem pública. O primeiro apresentava-se como um homem comum, do interior, que era próximo das necessidades das classes populares e que, por isso, era reconhecido como “[...] a esperança de melhor qualidade de vida para a população do interior e da Grande Vitória-ES [...]” (ALVARENGA, 2012, p. 149) e como um dos seus. Ou seja, “[...] é como se todos os indivíduos participassem da vida pessoal e pública do líder [...]” (ALVARENGA, 2012, p. 149).

Essa ligação de caráter emocional entre líder e massa, em que a figura desse primeiro é confundida com o Estado, está presente na figura de Lacerda de Aguiar representada no abandono de protocolos, na linguagem simples e direta e, também, nos hábitos comuns, como ressalta Jefferson Alvarenga (2012). A apresentação de si como um homem de alianças e conciliação, numa época de maiores polarizações, sem julgar seus adversários, faziam-no identificar-se com as massas que, então, à sua semelhança, passavam a não mais julgá-lo em suas atividades públicas. Ademais, Alvarenga (2012) defende a sedução do carisma não como um véu que se punha na face das massas cegando-as, mas como algo que lhes era convidativo.

Verificando estes postulados na sociedade, economia e política capixaba, Alvarenga (2012) conclui que inexistiu populismo antes de 1958 no Espírito Santo, visto que a política fora arena hegemônica das elites cafeeiras, optando por relações sobretudo

coronelísticas. Entretanto, a partir de uma crise política, social e territorial – além de requisitos que preenchem seu arcabouço teórico - o populismo teria surgido na política do Espírito Santo a partir do segundo governo de Carlos Lindenberg,

### 1.3 NOVAS INTERPRETAÇÕES PARA O PTB E A POLÍTICA DE 1945 A 1964 DIVERSAS AO *ENFOQUE POPULISTA*

Refutando, pelo menos parcialmente<sup>7</sup>, o entendimento de Alvarenga (2012), veremos que novos estudos e referenciais teóricos nos encaminham a outras percepções acerca do PTB capixaba e da própria política capixaba como um todo no referido período.

Embasados em novas abordagens da relação entre Estado, sociedade e partidos políticos para o período de 1945 a 1964, partiremos de uma leitura da política capixaba diversa a essa que privilegia o populismo como categoria explicativa, uma vez que entendemos que tal leitura “põe, no mesmo saco, farinhas de procedências diferentes”, assim como deixa escapar experiências outras que não aquelas se encaixam no enquadramento ora recusado.

No presente trabalho, optamos por não discutir a construção e desconstrução da categoria populismo, até porque entendemos que alguns exímios historiadores já o fizeram com elevado grau de erudição.<sup>8</sup> Apenas recorreremos a esses mesmos historiadores quando, no bojo da desconstrução do populismo, fornecem

---

<sup>7</sup> A discordância com Jefferson Alvarenga (2012) está mais no âmbito conceitual do que nos conteúdos de sua análise. Concordamos com o diagnóstico que o autor faz da política neste período e verificamos neste trabalho, com algumas diferenças triviais, os mesmos postulados. Entretanto, conforme se verá na análise deste subcapítulo, não contemplaremos o conceito *populismo* para qualificar tal fase da política capixaba.

<sup>8</sup> Cf. FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

interpretações novas para entendermos a política e o PTB capixabas de 1945 a 1964.

Assim como Angela de Castro Gomes (2013, p. 46), quando investigamos a relação do PTB com a classe trabalhadora, consideramos, por princípio, que esta se apresenta como sujeito capaz de operar escolhas diante de uma miscelânea de possibilidades. Isso inviabiliza leituras que percebem a classe trabalhadora como massa (portanto, sem características que pudesse lhe atribuir o *status* de classe) mais ou menos passiva diante de um estado – e de partidos políticos - que a manipula, mesmo que sem controle absoluto, exercendo certo controle sobre essas massas na mesma proporção com que atende às suas reivindicações.

Dessa maneira, perceberemos o período 1945 – 1964 como aquele período marcado por um diálogo entre atores, mesmo que houvesse recursos de poder diferenciados, “[...] mas igualmente capazes não só de se apropriarem de propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las [...]” (GOMES, 2013, p. 46). Posto nestes termos, não perceberemos o PTB como *cooptador* das classes populares em benefício das classes dominantes, visto que tal lógica exclui “[...] uma relação de troca, esvaziando o sujeito da cooptação de qualquer poder (inclusive o de ter suscitado a cooptação), e transformando-o em objeto que é, por definição, incapaz de negociação” (GOMES, 2013, p. 47).

Dessa maneira, o período é pensado como aquele do *pacto trabalhista* no que concerne a relação entre a classe trabalhadora e o Estado, em que

[...] os benefícios materiais “oferecidos” e implementados [...] serão “recebidos” e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidade e vivências (GOMES, 2013, p. 48)

Assim, se em determinado período, de 1945 a 1964, Estado, sindicalismo e partido possuíram uma sinergia de atuação pautada pelo corporativismo, não há que se vitimar a sociedade, mas sim, percebê-la como partícipe dessa relação. E, mesmo

que essa relação seja desigual em face ao poder do estado, percebemos a sociedade igualmente protagonista de seu reconstruir-se.

Da mesma forma, o enquadramento em populismo ou qualquer outro paradigma acarreta, geralmente, em se perder as especificidades e historicidade de cada projeto, além de ler o passado como uma disputa entre figuras e personalidades políticas, desfigurando, assim, projetos políticos em que estas mesmas pessoas figuraram (FERREIRA, 2013, p. 76).

Assim, optando por **trabalhismo** – e não populismo -, queremos trazer a luz “[...] um certo conjunto de ideias e práticas políticas, partidárias e sindicais”, “[...] ligada a alguns partidos e lideranças, especialmente e não casualmente, do pós-45” (GOMES, 2013, p. 55).

Se Jorge Ferreira (2013) enquadra a primeira geração que estudou o populismo como aquela que privilegiou as relações entre classe trabalhadora e Estado sob o prisma da satisfação, manipulação e persuasão, e a segunda geração como aquela que, influenciada pelos trabalhos de Antonio Gramsci, privilegiou a dicotomia repressão e persuasão (FERREIRA, 2013, p. 85), Alvarenga (2012) poderia ser enquadrado como um estudioso do populismo da terceira geração, posto que seu enfoque, para falar do populismo no Espírito Santo, admite repressão e persuasão, mas também não deixa de fora a variável satisfação, porém criticando a teoria da modernização e os enfoques que jogam fardo pesado nos camponeses recém chegados às cidades. Nesse sentido, as determinações sócio-estruturais permanecem quando Alvarenga (2012) incorpora a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial como um outro requisito para o populismo, mesmo que não a incorpore sob o prisma etapista.

Portanto, percebemos como uma falsa questão discutir se o período, integral ou sob um recorte específico, foi ou não populista. Tal como salienta Jorge Ferreira (2013), não compreendemos que o populismo seja o fenômeno que presidiu as relações entre Estado e sociedade no período de 1930 a 1964, posto que, como ele, “[...] sequer creio que o período tenha sido “populista”, mas, sim como uma categoria

que, ao longo do tempo, foi imaginada, e, portanto, construída, para explicar a mesma política” (FERREIRA, 2013, p. 63 e 64). Dessa maneira, fugimos de enfoques que observam os movimentos sociais como reflexos de variáveis socioeconômicas, em que determinantes estruturais explicam o comportamento das classes sociais, ou seja, a origem rural da classe trabalhadora tal como o processo de industrialização, explicariam a adesão das massas ao populismo, não se considerando, portanto, elementos de ordem política e ou cultural (FERREIRA, 2013).

Não se nega a intervenção estatal para construir uma forma de cidadania e identidade coletiva da classe trabalhadora. Entretanto, trataremos esta como *relação* não de mão única, em que o Estado é o todo poderoso e um partido, como o PTB, seria instrumento para ludibriar as classes trabalhadoras. Como Jorge Ferreira (2013) advoga,

[...] no trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças e valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica (p. 103).

Nesse sentido, o trabalhismo, em nível nacional, adquiriu crescente sucesso porque seu projeto dialogou e ressignificou elementos presentes na cultura política popular, não sendo algo imposto de cima para baixo, parcial ou totalmente, sob os instrumentos de coerção policial ou propaganda estatal (manipuladora ou não), embora não se negue a presença dos dois elementos no período de 1945 a 1964.

Como pensa Maria Helena Rolim Capelato (2013, p.146), reportando Gareth Stedman Jones (1984), “[...] um movimento político não significa simplesmente manifestação de miséria e de dor [...]”, mas “[...] sua existência se caracteriza por uma convicção, comum a muitos, que articula solução política da miséria e diagnóstico político de suas causas [...]”. Dessa maneira, os discursos ligados ao

PTB em solo capixaba serão analisados em seu objetivo de despertar esperanças de soluções dos problemas da sociedade da época quando propõem ações concretas, articulando o visionário e o crível. Isto nos situa no que concerne ao projeto trabalhista.

Neste quesito, Lucília Neves (2013, p. 170) nos fornece alguns subsídios, pois, para a autora, “a busca do significado de um tempo [1945 a 1964] é também a busca dos valores e projetos que o conformaram”. Assim, a partir dos anos 1940, sobretudo no alvorecer dos 50, fez-se presente na sociedade uma crença partilhada de que seria a transformação do presente o instrumento para se forjar um futuro diferente, obviamente, do presente vivido. É nesta lógica de pensamento que projetos que visavam forjar uma nação foram construídos e defendidos (NEVES, 2013).

Ou seja,

[...] na década de 1950, surgiu na sociedade brasileira uma geração de homens e mulheres que, partilhando idéias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas sócio-econômicas do país, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontrariam os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade (NEVES, 2013, p. 171).

Elementos como reformas estruturais, melhor distribuição de renda e nacionalismo figuraram na crença compartilhada chamada desenvolvimentismo. Porém, se houve um viés desenvolvimentista sob os auspícios do trabalhismo e do PTB, católicos progressistas, comunistas, estudantes e sindicatos também se engajaram nessa luta, aliando-se a variações dessa crença, defendido por diferentes agremiações partidárias e projetos (NEVES, 2013, p. 172).

Em nível nacional, portanto, o PTB foi um dos arautos do desenvolvimentismo através do projeto trabalhista, que, por sua vez, não se circunscreveu apenas a essa

agremiação estudada, sendo também defendido por setores da sociedade (sindicatos, movimentos sociais etc.), assim como por outras agremiações.

Avançando a leituras de apoio acerca do tema trabalhismo e do PTB e suas contribuições a esta proposta de pesquisa, recorda-se que o PTB representava um projeto de nação que deveria ser promovido e levado a cabo pelo Estado brasileiro, pautado pela configuração da classe trabalhadora como um ator político, como bem enfatizou Angela de Castro Gomes (2005). Apropriando-se dos símbolos, tradições e demandas históricas dos operários e de seus representantes, o trabalhismo conseguiu ressignificar e apresentar como algo novo o projeto de país pautado em ideias já correntes no seio da classe trabalhadora brasileira.

Dessa forma, havia a coexistência de ganhos materiais – adquiridos por meio dos benefícios da legislação social - e de ganhos simbólicos, sendo o principal o reconhecimento dos trabalhadores como um dos atores influentes na agenda e nas disputas políticas do país, uma vez que era tributada a essa classe o direito a expressar-se, defender suas ideias, reivindicar suas demandas, etc. Como discorre Capelato (2005), introduziu-se uma nova cultura política em que o Estado cumpriu o papel de intervir nas relações sociais ao mesmo tempo em que atendia a reivindicações sociais, políticas e subjetivas da sociedade.

Benevides (1989) contribui ao debate comco estudo das disputas entre o PTB, o adhemarismo e o janismo pelo apoio dos trabalhadores em São Paulo, sendo esse fato um dos motivos do enfraquecimento do PTB paulista, já que havia dificuldades em se consolidar os diretórios municipais por causa da oscilação e fragmentação das lealdades das lideranças, ora apoiando Jânio Quadros, ora apoiando Adhemar de Barros. No Espírito Santo, dentro do trabalhismo, competiam as figuras de diversos interesses. Assim como Benevides (1989), apresentamos, nos capítulos que seguem, as rivalidades, os diferentes debates, as disputas, as alianças, as coligações políticas e a experiências administrativas em que figuraram o PTB capixaba, com fito de compreender a trajetória e os rumos políticos do partido no Espírito Santo.

A literatura acerca do tema, sobretudo após a abordagem inaugural de Castro Gomes (2005), fazem, em geral, referência ao projeto trabalhista como aquele que lutava pela defesa de um Estado interventor e promotor da unidade e da justiça social, com ênfase nas questões da saúde pública, educação, arte popular, higiene mental e segurança social do operário, bem como aquele que lançou a classe trabalhadora como um importante ator político através da vinculação que perpassa todo período democrático: PTB-sindicato-Estado. Como fator legitimador desses pressupostos residia o nacionalismo, que, como observam Elina Pessanha e Regina Morel (2001), servia de neutralização dos conflitos sociais, visto que não era pautado pela defesa de uma classe em particular, mas, apesar disso, era lido, defendido e apropriado de formas diferentes por cada uma. Sob esse ponto de vista, é trabalho fecundo ressaltar a maneira como era entendida a ideologia nacionalista no discurso dos petebistas capixabas, tornando-se base para se entender as posições no que tange ao projeto trabalhista dentro do PTB e suas diferentes frações em torno deste projeto.

Acerca de diferentes frações, no seio do Partido Trabalhista, havia variações e discordâncias nos entendimentos tanto do que 'deveria ser' o trabalhismo, como em 'de que forma' proceder para torná-lo viável na realidade. Como ressalta Lucilia Delgado (1989), havia, por parte dos *doutrinários reformistas*, propostas de trabalhismo mais autônomo e autêntico, rivalizando com algumas mais 'flexíveis' e fisiológicas, defensoras do mito getulista, advogadas pelos *getulistas-pragmáticos*, assim como havia uma espécie de misto entre as outras duas, os *pragmáticos reformistas*. As classificações de Delgado (1989) nos ajudam enquanto modelo a ser verificado na experiência da atuação política dos petebistas em solo capixaba.

Além disso, Jorge Ferreira (2005) faz considerações acerca da radicalização de figuras importantes do PTB entre os anos 1961-64, em que se pregou uma participação mais direta dos trabalhadores na vida institucional do país, propondo a modificação da atuação controlada e elitizada dos atores políticos falando pelos trabalhadores. À luz dessa constatação, importa analisar se o PTB capixaba foi

simpático a essa nova ideia de mobilização ou se partilhava da defesa de outra forma de participação dos trabalhadores.

Miguel Bodea (1992), por sua vez, ressalta que, com exceção do Rio Grande do Sul, o PTB, em seu início, não comportou intelectuais de esquerda, e não possuía propostas socialistas em suas bases. Dessa maneira, o PTB gaúcho surge por esforço de três vertentes, com origens e integração no partido distintas e em etapas e formas diversas.

A primeira vertente dizia respeito a denominada *corrente sindicalista*, que abarcava lideranças sindicais que se forjaram, sobretudo, no Estado Novo. Núcleo inicial do partido, era considerada a vertente fundadora da agremiação. Essa fração cindiu o PSD gaúcho logo nos primeiros anos da redemocratização, o que marcou a trajetória política de ambos, dificultando futuras composições ou alianças entre as duas siglas regionais.

A segunda vertente era a *corrente doutrinária-pasqualinista*, composta por intelectuais progressistas (bacharéis e profissionais liberais), eram seguidores da doutrina do advogado Alberto Pasqualini. Suas ideias comportavam temas social-reformistas, baseadas no trabalhismo britânico em maior grau e, em menor grau, na social-democracia europeia. Antes de integrar o PTB, estes elementos formaram a União Social Brasileira (USB), movimento por meio do qual Pasqualini e seu grupo defendiam suas bandeiras e pensamentos.

Dessa maneira, o PTB gaúcho teria uma característica distinta da agremiação trabalhista no contexto nacional, posto que fora a única seção, segundo Bodea (1992), que absorveu um movimento de esquerda - reformista, mas portador de um certo grau de elaboração doutrinária. A USB ocupava, de fato, pelo menos uma parcela do espaço político reservado à Esquerda Democrática nos outros estados. Ou seja, era uma esquerda democrática que optou por integrar-se ao PTB e não à UDN, como ocorria em nível nacional. No caso gaúcho, isso teria dupla consequência. Por um lado, o PTB adquiriu, desde sua fundação, uma conotação de "partido de esquerda" e não apenas de "partido popular" ou simplesmente de

"legenda popular", como tendia a ser nos estados com maior peso político e econômico do país. Por outro lado, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Rio Grande do Sul.

Já a terceira vertente que formou o PTB gaúcho diz respeito à *corrente pragmático-getulista*, que adentrou o partido durante o ano de 1946, após o pleito presidencial. Essa corrente era composta, essencialmente, por políticos profissionais saídos do PSD por orientação de Vargas. O seu objetivo imediato era o de fortalecer o partido no pleito estadual de 1947. Jango, por exemplo, se filiara ao PSD em 1945, mas também esteve entre os que se transferiram por intermédio de Vargas.

Ao que parece, no Espírito Santo, como não se nota uma entrada de um grupo socialista conciso no PTB, a exemplo da USB no Rio Grande do Sul, sobrou espaço para atuação, inclusive sindical, de um partido como o PSB na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, localizada no sul do estado do Espírito Santo. Dessa forma, será importante pensar se, por conta dessa ausência de um grupo socialista em sua formação, não havia um grupo de pressão considerável tendendo o partido para esquerda no PTB capixaba.

No Rio Grande do Sul, o PTB nasceu primeiramente de esforço dos sindicalistas, que comandaram por um bom tempo o partido, tanto que, a princípio, eram contra a entrada de profissionais liberais e "políticos profissionais" na legenda. Cabe investigar em que medida a agremiação trabalhista capixaba recebera influência de correntes sindicalistas e vertentes socialistas ou mais progressistas em sua formação. Interessa, do mesmo modo, compreender a forma como ocorreu a negociação dos conflitos entre os interesses das mais diversas correntes formativas da seção capixaba.

Por fim, Bodea (1992) observa o ano de 1954 como um marco para o trabalhismo gaúcho, posto que demarca o encerramento de um ciclo em que predominou as lideranças de Vargas e Pasqualini no partido. Após a morte do primeiro e a derrota eleitoral do segundo, os herdeiros do trabalhismo gaúcho, Brizola e Jango, assumem a direção máxima do partido, em que as bandeiras anti-imperialista e

reformistas marcariam o novo período de 1954 a 1964. Brizola assumiria a liderança regional e Jango seria o expoente maior do trabalhismo brasileiro. Faz-se necessário e oportuno também o estudo de como esta transição foi percebida e influenciou os rumos do partido e do trabalhismo capixaba. Cabe, então, apreender como estava organizado e as formas de atuar do PTB no cenário político capixaba antes e depois deste ciclo de formação e consolidação rumando à fase de ressignificação da doutrina em que confluíram, no caso gaúcho, as três correntes formadoras da legenda trabalhista.

Avançando ainda as leituras, tratando do íterim de 1952 e 1954, em que João Goulart adquiriu papel de destaque no cenário político brasileiro e trabalhista, Márcio Sukman (2014) opta por uma abordagem que destaca a consolidação de Jango como uma das maiores lideranças do país. Através da noção de trajetória social, o autor propõe desmistificar a imagem frágil de um ex-ministro, ex-vice-presidente e ex-presidente do PTB que o liderou por mais de dez anos, constituindo um período de grande crescimento para a agremiação. Assim, o surgimento de Jango no cenário político e no comando do PTB nacional seria o início de um movimento de renovação do trabalhismo, pautada por prática política de mobilização dos trabalhadores, articulada por meio da estrutura sindical oficial, em torno da melhoria das suas condições de vida e do bem-estar para a classe laboral.

Na hipótese de Sukman (2014), a relação de Jango com os trabalhadores perpassa três faces distintas: como ministro do Trabalho; como presidente de um partido político; e como amigo dos trabalhadores. Assim, o político se mostrou um aliado e tornou-se uma referência de liderança popular. O período de ascensão de Goulart no cenário político nacional é identificado com o processo concomitante de rotinização do carisma depositado em Vargas. Neste, Vargas tratou de transferir seu poder excepcional para uma agremiação política, no caso, o PTB, tendo, como herdeiro de seu legado, a pessoa de Goulart.

Tal processo, segundo Sukman (2014), seria dividido em dois momentos. O primeiro diz respeito à formação de uma organização ainda incipiente, através do

protagonismo de líderes secundários na sociedade e no movimento sindical. Em seguida, a rotinização se efetivaria através da dispersão do carisma, ou seja, tais lideranças secundárias ganhariam uma espécie de legitimidade, tendo independência e autonomia junto ao eleitorado, mas que, entretanto, se apresentaria como herdeiras políticas do então chefe.

Entretanto, o processo de herança do carisma de Vargas não fora algo tranquilo e fácil, posto que contou com oposições e resistências dentro do partido. Passou-se, no caso de Goulart, por uma derrota eleitoral para o Senado pelo Rio Grande do Sul, em 1954. Porém, contou-se, também, com os louros de sua eleição para a vice-presidência do país em 1955.

Assim, o trabalho de Sukman (2014) torna-se referência e, partindo dele, investigaremos como foi assimilada e recebida pela seção capixaba a entrada de Jango e dos novos atores, tal como Brizola, no leme do trabalhismo. Cumpre analisar se esse processo de rotinização do carisma do chefe adquiriu profundidades suficientes para afetar o partido num cenário político periférico, com atores comprometidos com as elites agrárias e mercantis. Além disso, torna-se relevante perceber como foi a assimilação desse novo discurso reformista, nacionalista e mobilizante imbuídos nas novas bandeiras do PTB nacional, porém em um estado com as forças produtivas do capitalismo ainda pouco desenvolvidas, tal como com uma classe operária ainda em formação e em um ambiente marcadamente rural com predomínio de relações oligárquicas.

Por fim, trata-se de um partido que, nacionalmente, iniciou suas atividades sob um forte guizo getulista, paternalista e corporativista, mas isso não fora impeditivo para surgir um partido que

[...] não só correspondeu a um programa de reformas sociais, nacionalistas e desenvolvimentistas, como também constituiu-se em uma doutrina caracterizada por apresentar um projeto de cidadania [...], (NEVES, 2013, p. 174)

mesclando atributos social democratas com o assistencialismo estatal

#### 1.4 POSSIBILIDADES NA ABORDAGEM DO PTB/ES SOB A TEORIA DE ANGELO PANEBIANCO (2005)

Estudar um partido extrapola a empreitada de analisar seu projeto e as ressonâncias que ele obteve na sociedade de uma determinada época. Desse modo, se Lucilia Neves Delgado (2013) elenca nove temas<sup>9</sup> como “[...] preocupações básicas daquela agremiação partidária [...]”, Panebianco (2005) nos fornece subsídios para investigar como um partido, além de um programa, também se preocupa com sua sobrevivência organizacional.

Dito isso, estudaremos o PTB capixaba no que concerne

[...] a dimensão do poder organizativo, que explicam o funcionamento e das atividades organizativas, sobretudo, em termos de alianças e de conflitos pelo poder entre os diferentes agentes que compõem a organização (PANEBIANCO, 2005, p. XV).

Nessa abordagem, percebe-se o partido político como uma organização que *também* cumpre a tarefa de aumentar, consolidar ou perpetuar o poder social de uma elite que a domina. (PANEBIANCO, 2005, p. XV).

---

<sup>9</sup> Direitos trabalhistas; garantia de emprego; políticas públicas destinadas à qualificação do trabalhador; previdência social ampla; políticas públicas voltadas para lazer, a saúde, a educação, a proteção à infância e à maternidade; política de planificação econômica dirigida pelo Estado; distribuição de renda e de “riquezas”; extinção do latifúndio improdutivo e adoção de uma política agrária voltada para a distribuição de terras e fixação do homem rural no campo; incentivo ao cooperativismo econômico e à solidariedade entre todos os cidadãos”, visando à paz social (Programa do PTB, apud NEVES, 2013, p. 175).

Sob essa ótica, as dinâmicas e as escolhas engendradas por uma determinada organização em sua fase constitutiva irá moldá-la, fazendo com que o observador não possa explicar sua feição em determinado período sem retroceder a uma análise originária.

Acompanhando Panebianco (2005, p. 04), não observaremos o PTB atuando na arena política capixaba como “[...] produto das ‘demandas’ dos grupos sociais por eles representados”. Ou seja, não analisaremos o comportamento dos partidos e os conflitos infrapartidários dos líderes como frutos diretos de clivagens sociais na arena política. Isso seria dar margem ao que Panebianco (2005) denomina de *preconceito sociológico*, que concorre para o equívoco de se atribuir desvios e distorções na representação do que deveria ser a atuação em face dos interesses de seus eleitorados, lideranças, composição de filiados e militantes. Nesse sentido, o preconceito sociológico não concebe a existência de desigualdades produzidas no próprio interior dos partidos, definidas pelo referido autor como desigualdades organizativas. Quando damos voz ao preconceito sociológico, análises sobre o sistema partidário começam na ideia de que os partidos são criados para representar determinada força social em conflito e, caso isso não ocorra da forma esperada, os mesmos estão deslocados, desviados ou iludem suas bases, e terminam na conclusão de que, por isso, o sistema partidário está defasado porque é incapaz de abrigar demandas de outros grupos, que não os de uma elite econômica e política já pré-estabelecida.

Isso contribui para uma das teses defendidas na obra de Panebianco (2005), que será passível de verificação neste trabalho, qual seja, em suas próprias palavras, a de que “[...] a principal causa dos conflitos infrapartidários deve ser buscada no sistema de desigualdades internas do partido que tem, sim, ligações com as desigualdades sociais, mas que não é absolutamente o seu simples reflexo” (p.6).

Tampouco nos seduziremos pelo chamado *preconceito teleológico*, que seriam os objetivos que um partido deveria encerrar sua atuação e razão de existir. Sob este preconceito, a atuação e características dos partidos são analisadas em decorrência

deste tal objetivo, aventando desvios e aproximações no comportamento do partido em face daquele *objetivo-motivo*. Nesse caso, não cairemos, portanto, na ideia de que um partido é organizado visando saciar objetivos específicos e fundacionais, e tem nisso o motivo de sua existência. Ou seja, que “[...] os partidos são grupos que perseguem seus objetivos; [e que] A ideologia de cada partido é o melhor indicador dos seus objetivos [...]” (PANEBIANCO, 2005, p. 7).

Segundo Panebianco (2005), o analista deve apresentar os objetivos partidários através de uma análise empírica ao invés de dá-los por conhecidos, como algo que já é essência do próprio objeto de pesquisa e, portanto, é desprezado das formalidades da verificação empírica. Além disso, tentaremos demonstrar a fragilidade dos objetivos partidários como reflexos diretos da ideologia manifesta de uma organização partidária. Outrossim, esvazia-se as análises sociais se, pautado por este preconceito, percebermos como *objetivos reais* os *objetivos declarados* pelo partido objeto de pesquisa. Nessa lógica, conforme Panebianco (2005), bastaria que o estudioso procedesse “[...] a simples descrição de uma representação ideológica [...]” partindo da própria definição que uma organização dá a si mesma (p. 8).

Outro viés do *preconceito teleológico* assenta-se na definição de objetivos mínimos para todas as agremiações de uma determinada arena política. Nesse sentido, os ‘partidos são vistos a partir de um fim específico, pautando sua atuação, por exemplo, a vitória eleitoral, caso esta seja elencada como o objetivo mínimo próprio de cada partido. Ou seja, não atribuiremos objetivos elementares aos partidos para explicar sua atuação tendo esses mesmos como pano de fundo (PANEBIANCO, 2005). Da mesma forma, não veremos arcabouços legais e características do Estado brasileiro à época como base unívoca para a dinâmica de formação do partido. Se as legislações e códigos diversos são importantes, é mais fecundo pensar na interação entre esse arcabouço legal e o sistema partidário e as organizações, que, por sua vez, possuem interações internas próprias como ferramenta de explicação dos comportamentos organizacionais.

Diante desses pressupostos, partiremos de uma análise que privilegia como objeto

de pesquisa o que em outras observações é visto como dados de uma análise dos partidos políticos. Assim, nossa abordagem identifica *dilemas organizativos*, como demandas opostas que determinadas organizações partidárias devem equilibrar visando a sua sobrevivência organizativa (PANEBIANCO, 2005, p. 11).

Dessa maneira, pretende-se lançar mão da tese central de Angelo Panebianco (2005), em que é fundamental, para entender a evolução e a história de um partido político, o estudo do seu momento de formação, visto que sua dinâmica de intervenção no ambiente externo é submetida ao modo como o partido resolveu suas questões conflitivas, através do estabelecimento de suas regras básicas de convivência e negociação.

Assim, seguindo Panebianco (2005), torna-se necessário estudar como os partidos resolveram seus dilemas organizativos, típicos do momento de fundação dessas organizações políticas, e construíram sua trajetória para os momentos posteriores até a fase de institucionalização. Neste trabalho, para cada dilema abordado, destinaremos um capítulo vindouro específico.

Sendo assim, o primeiro dilema corresponde ao fato de que os partidos possuem objetivos a cumprir, conforme sua ideologia, os quais, entretanto, tendem a ser relegados a segundo plano em favor de sua sobrevivência ambiental, que nem sempre é condizente com o cumprimento dos objetivos oficiais da organização. Então, torna-se fundamental perceber como o PTB capixaba resolveu tal dilema: em que medida um partido, a priori nascido sob o princípio de promover o carisma de Getúlio Vargas e defender o legado das leis trabalhistas, ampliando-as para o campo, se preocupou mais em sobreviver com ações pragmáticas num ambiente pouco urbanizado e cuja dominação política baseava-se em laços tradicionais e clientelistas/mandonistas. Ou seja, torna-se fundamental investigar como o PTB do Espírito Santo resolveu a equação do dilema **objetivos x sobrevivência**.

Sobreviver ou cumprir os objetivos depende, em grande medida, do segundo dilema, que seria a tensão entre a distribuição de *incentivos seletivos* e *coletivos*. Enquanto os incentivos coletivos cumprem a função de assegurar a participação coletiva, tal

como têm o caráter de produzir identificação com a organização através de projetos que visam a cumprir certos ideais, os *incentivos seletivos* são distribuídos de forma desigual, apenas para alguns membros. Os *seletivos*, portanto, são meios de garantir a continuidade organizativa e o equilíbrio entre as hierarquias internas, que disputam, entre si, o controle dos cargos na burocracia partidária ou na administração pública.

Entretanto, os dois tipos de incentivos comportam um dilema, visto serem contraditórios. A ideologia interna do partido sofre uma dupla pressão, de um lado, porque ela, principal fonte dos *incentivos coletivos*, garante a identidade da organização em face aos seus defensores. De outro, porque deve ocultar o caráter dos incentivos seletivos para os defensores da organização e também para seus beneficiados. Ou seja, a ideologia organizativa deve ser levada em consideração na adoção de estratégias de divisão dos incentivos, constituindo-se um limite para o poder dos líderes, visto ser temerário perder o apoio de atores que não recebem incentivos seletivos. O peso de um ou de outro pode variar de acordo com o partido e com sua história, porém, o desequilíbrio entre um e outro incentivo pode levar ao colapso da organização, que depende tanto da continuidade da máquina partidária, garantida pelos seletivos, quanto do apoio eleitoral, garantido pelos coletivos.

Deste modo, cumpre identificar como o PTB capixaba resolveu o dilema citado, visto, nacionalmente, ter sido um partido criado a partir da burocracia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado Novo, bem como a partir de uma identificação muito forte com a figura de Getúlio Vargas. Será necessário analisar como o partido, em âmbito local, lidou com a necessidade de distribuir incentivos seletivos, sobretudo por meio da burocracia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e suas instituições correlatas (IAPs; DRTs; Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho etc.). Isso será analisado em contextos díspares, tanto em períodos que operavam essa estrutura, como em contextos em que não operavam - durante o Governo Dutra, por exemplo. Assim, torna-se necessário assentar o desenvolvimento do dilema de formação **incentivos seletivos x**

**incentivos coletivos** na dependência do sucesso político de Vargas para conseguir negociar cargos na burocracia estatal (incentivos seletivos), assim como para promover a distribuição de incentivos coletivos, visto que o PTB representava a encarnação do projeto político de ampliar e cumprir a legislação trabalhista.

O terceiro dilema consiste no conflito de estratégias com que o partido se depara no momento de instituir respostas ao ambiente externo em que atua, o que consiste, então, na dicotomia **adaptação x dominação**. No primeiro caso, o partido absorve fatores do ambiente, para se adaptar a suas demandas, por meio de mudanças de suas estratégias partidárias, com intuito de obter sucesso eleitoral. Já no segundo caso, a organização intervém no ambiente, visando a moldá-lo ao seu projeto político, bem como influenciando em associações, sindicatos, etc. Os dois eixos do dilema podem ser implementados ao mesmo tempo devido às diferentes arenas nas quais um partido político deve atuar, tornando-se mais fecundo pensar em ambientes intercomunicantes e independentes ao mesmo tempo, que exigem respostas diferentes aos seus desafios. O que pode diferenciar, pender-se para um lado ou outro da balança, é o ambiente ser mais hostil ou não a ideologia organizativa, assim como a distribuição dos incentivos.

Segundo Panebianco (2005), quanto mais incentivos coletivos são distribuídos, mais a organização tende a dominar o ambiente; por outro lado, quanto mais são os incentivos seletivos, menos forte torna-se a instituição, tendendo-se à adaptação ao meio sob negociações fisiológicas. Entretanto, cabe ao estudo proposto perceber tal dicotomia no caso do PTB, visto que, com o desenvolvimento partidário e com a hegemonia do partido na máquina estatal, sobretudo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o que se percebeu foi uma maior distribuição de incentivos coletivos, ao mesmo tempo que uma reformulação do trabalhismo após a morte de Vargas, em que promoveu-se o reformismo nacionalista e mobilizador como projeto político. Ou seja, os incentivos seletivos não levaram o partido diretamente a uma situação de mais adaptação do que de intervenção no sistema político brasileiro.

Em se tratando do PTB capixaba, torna-se fecundo analisá-lo sob a perspectiva

dialética ao cenário nacional de maior urbanização no período de 1945-64, visto o estado ter, até posteriormente ao período estudado, a maior parte de sua população morando em zonas rurais e uma economia agrário-exportadora. Ou seja, é sintomático que o partido em sua seção local tenha optado por estratégias diversas ao plano nacional, visto o ambiente capixaba exigir respostas diferenciadas na resolução dos outros dilemas.

O quarto dilema formativo de um partido assenta-se na resolução dos conflitos internos por liderança entre os grupos. Assim, as decisões são tomadas, geralmente, por coalizões ou acordos entre os grupos majoritários de uma agremiação, fazendo surgir uma coalizão majoritária e uma ou outra minoritária. Entretanto, pelo fato das decisões dependerem de acordos entre os grupos, um torna-se o árbitro do outro, resultando na tentativa de cada grupo desenvolver mecanismos para aumentar sua liberdade de ação frente aos outros. Dito isso, Panebianco (2005) ilustra este dilema sob a oposição **liberdade de ação x constrangimentos organizacionais**, em que quanto mais uma coalizão dominante possui a liberdade de ação, mais chances terá de interferir no ambiente externo, e quanto mais constrangimentos há nas relações entre os grupos internos, menos capacidade de agir seguramente frente ao ambiente externo será possível pela coalizão dominante.

Posto nesses termos, Angelo Panebianco (2005) reconhece a importância da ideologia organizativa e dos objetivos oficiais, que não são, como em outras literaturas, reféns de arbítrios dos líderes ou usados como simples dissimuladores das ações. Mudanças nas esferas ideológicas dependem de profundas mudanças organizacionais, e quando essas ocorrem, chama-se o processo de *sucessão dos fins*, fenômeno que ocorre com certa raridade. Na resolução dos dilemas organizativos é mais comum, segundo o autor, observar-se outro fenômeno, chamado de *articulação dos fins*, em que há um tolerado desvio entre os objetivos oficiais e a ação partidária.

No esforço por resolver os dilemas organizativos fundamentais da formação de um

partido, Panebianco (2005) apresenta um modelo interpretativo acerca desse processo: a *institucionalização*. Nele, a instituição cresce em número e solidifica sua estrutura, garantindo sua continuidade. Assim, durante a consecução dessa fase, segundo o modelo relativizado pelo próprio autor conforme cada caso aplicado, o partido passaria da ênfase em *incentivos coletivos* para a ênfase nos *seletivos*; de uma ideologia manifesta (com objetivos explícitos e coerentes) para um estado de latência ideológica (com objetivos vagos, implícitos e contraditórios); o partido passaria para um estado de progressiva redução da liberdade de ação dos líderes; e estratégias desenvolvidas mais para adaptação do que para o enfrentamento ou modificação do ambiente externo.

Conforme Panebianco (2005), o meio se estudar a ordem organizativa de um partido é a investigação de sua estrutura de poder, ou seja, a forma como o poder é distribuído, como se reproduz e como modifica as relações dentro da organização. O poder, por sua vez, depende do controle sobre as zonas de incerteza por parte dos grupos partidários, derivando-se em acordos, lutas e negociações por parte desses grupos, não sendo, porém, o poder, propriedade de um líder, tampouco um processo recíproco entre as partes influentes. Na definição alternativa de poder do referido autor, trata-se de uma relação de troca desigual entre um líder e seus seguidores. Porém, essa liderança só pode ser cumprida se levada em conta as exigências e expectativas dos outros, que exigem algo em troca ao submeterem-se. Isto, podemos perceber, diverge de uma leitura em que determinado grupo se instaura numa espécie de “*partido-lobo*” e, daí, transveste-se de “cordeiro” para iludir, dominar e “caçar” seu oponente.

Na lógica de Panebianco (2005), os líderes são os que mantêm o controle sobre a maior parte das zonas de incerteza garantindo a estabilidade da organização, tal como a manutenção da ordem interna a seu favor. Ou seja, eles devem ter o controle da competência técnica, das relações com o ambiente externo, da comunicação interna, das regras formais, do financiamento e do recrutamento, que se configuram como as principais zonas de incerteza nas relações horizontais (que

envolvem as lideranças) e verticais (entre líderes e membros).

Essas relações acima citadas são enquadradas por Panebianco (2005) em alguns tipos de agentes: eleitorado cativo, que é o objetivo da distribuição de *incentivos coletivos*; membros de base do partido, geralmente não ativos e normalmente mais dependentes de incentivos coletivos; núcleo ativista, composto por militantes chamados de *crentes* (ativos, mas dependentes de incentivos coletivos) e os *carreiristas* (dependentes de incentivos seletivos). Se os penúltimos fazem pesar na organização a consecução dos objetivos oficiais, tal como a ocorrência mais comum de articulação e substituição dos fins, neste último, os carreiristas, assentam-se a “pedra no sapato” dos líderes, visto serem aqueles que possuem contato estreito com os *crentes* e, também, desse grupo emergirem novas lideranças e resgates da ideologia na luta interna pela ascensão no partido. Nesse sentido, cabe aos líderes cooptarem os carreiristas, através de sua disposição em aceitar incentivos seletivos, ou expulsá-los. Dessa maneira, a análise dos carreiristas e sua dinâmica de luta com as lideranças dentro do partido explicam em grande medida os jogos verticais e horizontais de poder.

E, segundo Panebianco (2005), esses jogos são protagonizados tanto por *tendências* (grupos fracamente organizados), quanto por *facções* (grupos fortemente organizados). As *tendências* podem atravessar o partido verticalmente, assim como podem se resumir a espaços específicos; já as *facções* tendem a ser construídas pelo topo, sem participação da base. Quando *tendências* ou *facções* se unem, formam as *coalizões*, em que a coalizão majoritária irá dominar o partido. Em um partido excessivamente *faccioso*, a coalizão majoritária não teria uma profunda homogeneidade, fazendo com que as *facções* flutuem de lado a lado no que concerne a luta pelo equilíbrio de forças. Entretanto, essas flutuações das *facções* não devem ser desconexas com a a ideologia partidária, tampouco distantes dos objetivos oficiais do partido, o que pode poderia gerar o risco de perda de credibilidade para o grupo.

Ao investigar a forma como os partidos enfrentam os dilemas organizativos, tal como

seus grupos agem perante as zonas de incerteza e o ambiente de atuação, a análise pode municiar-se de instrumentos para avaliar o nível de institucionalização de um partido. O nível de institucionalização tem um grau de variedade, que vai de baixa a alta institucionalização. Dito isso, o teórico classifica os partidos em partidos *oposicionistas*, *governistas* e *carismáticos*. Os primeiros tendem a contar com um processo de maior institucionalização do que os governistas porque são dependentes de encontrar mecanismos e recursos de manutenção não oriundos do governo. Já os carismáticos, geralmente, não conseguem avançar a uma maior institucionalização, com exceção de raríssimos casos em que há a dispersão do carisma do líder para o partido. E, os governistas, por disporem de recursos da burocracia estatal, geralmente, tendem a desenvolver uma institucionalização fraca.

Em suma, os pressupostos teóricos que Panebianco (2005) apresentam-se fecundos para uma releitura do caso do PTB na esfera nacional que se mune de uma investigação do partido na esfera local, em sua dinâmica com o ambiente político capixaba e no âmbito federal.

Assim, para se contrapor a abordagens que apontam a perda de uma pretensa coerência quando os recortes históricos se apresentam ambíguos e contraditórios, o trabalhismo e o seu partido de maior destaque serão analisados em sua “coerente” ambiguidade e contradição (privilégio não só do trabalhismo, muito menos do período de 1945 a 1964), posto que “[...] significou paradoxalmente dirigismo, paternalismo e potencial de autonomia para sujeitos históricos, como eram os trabalhadores brasileiros [...]” (DELGADO, 2001, p. 202) além de congregar personalismo com propostas cooperativistas e coletivistas. Serão destacadas, também, as críticas dos atores da agremiação ao capitalismo desumano com vistas não a derrubá-lo, mas a humanizá-lo, ainda que aproximando-o do socialismo reformista e do incentivo a mobilização dos trabalhadores, muito embora repudiando a luta de classes. E isso foge a enquadramentos variados que estruturam a história em um quase eterno *deveria ter sido*. Deixemos os desvios para os rios, que já se sabe que irão se dar com o mar.

## 2 A FORMAÇÃO DO PTB NO ESPÍRITO SANTO

Ao se tomar Panebianco (2005) como base, estudar a formação do PTB no Espírito Santo se torna essencial, visto que seu modelo originário, ou seja, o momento de formação do partido, baliza o que se verifica em momentos posteriores, na sua consolidação. Dessa forma, como sintetiza D'araujo (1996, p. 18), “[...] a formação de um partido tem ingerência crucial sobre seu destino”. Partiremos do pressuposto de Panebianco (2005), em que a formação de um partido apresenta-se como um processo complexo, visto que diferentes grupos políticos, normalmente heterogêneos, atuam nessa fase. Assim, se “[...] toda organização traz consigo a marca de suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores, [ou seja] as decisões que “modelaram” a organização” (PANEBIANCO, 2005, p. 92), passaremos a analisar tais decisões originárias no caso do PTB capixaba.

### 2.1 A FUNDAÇÃO E OS PRIMEIROS ANOS DO PTB NO ESPÍRITO SANTO

O PTB formou sua primeira Comissão Executiva Nacional em 15 de maio de 1945. A agremiação surgiu por esforço de Marcondes Filho, quando Ministro do Trabalho do Estado Novo (1937-1945), e tinha como objetivo abrigar as lideranças sindicais e as ligadas ao Ministério do Trabalho, e suas autarquias, de modo que elas defendessem o nome e a legislação social varguista, além de canalizarem eleitoralmente o apoio das massas trabalhadoras urbanas.

Assim, o partido nasceu com a missão de sustentar uma narrativa em que a história dos trabalhadores brasileiros assentava-se nos seguintes termos: os operários, durante toda a história brasileira, eram considerados nas eleições, porém, logo

depois, “[...] ficava-nos [aos operários] mais uma decepção, mas a jornada diária continuava a ser de dez, onze ou doze horas, a exclusivo critério do empregador [...]”, porém, “[...] o Presidente Vargas foi o único político no Brasil que prometeu menos do que realizou”<sup>10</sup>. Essa narrativa, defendida por um dos fundadores do PTB nacional, Calixto Ribeiro Duarte, então presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, com base territorial no Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, ainda sustenta que “[...] tudo nos foi dado espontaneamente pelo nosso Grande Presidente”<sup>11</sup>.

Dessa forma, o partido deveria comportar o movimento dúbio que existiu no Estado Novo. Por meio dos sindicatos corporativistas, deveria estreitar os laços entre Estado, partido e trabalhadores. Ao mesmo tempo, a conexão entre trabalhadores e sindicatos só seria efetivada por meio de uma representação legítima.. Afere-se, assim, que “[...] não se buscava apenas o mero controle, mas a adesão e a mobilização, o que só é possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real” (GOMES, 2005, p.185). Tal dinâmica de antecipação das reivindicações e mobilização será ponto sinuoso em toda a história do PTB.

As fontes não são precisas quanto ao processo de formação do PTB em solo capixaba. As eleições de 1945, para Presidência da República, Senado e Câmara Federal, embora contasse com candidatos petebistas do Espírito Santo, parece preceder a qualquer mínima organização da agremiação. A formação inicial do PTB ainda é ponto obscuro, embora Marta Zorzal e Silva (1986) aponte o *Queremismo* como aquele que “[...] no movimento subsequente [à queda de Vargas], não deixaria de fornecer seu apoio e bases para o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB que estava sendo organizado” (p. 263). Entretanto, torna-se uma falsa questão discutir se o PTB nasceu no bojo do *Queremismo* ou se a agremiação impulsionou o movimento queremista. Conforme Gomes (2005), importa analisar que ambos os

---

<sup>10</sup> EM 1930 o proletariado teve a sua “Lei do Ventre Livre” e em 37 a sua “Lei Aurea”. **A Gazeta**, Vitória, p.01, 11 mar. 1945.

<sup>11</sup> Ibid., p.

movimentos eram tributáveis ao trabalhismo, que foi criado e alimentado desde 1942 no Ministério do Trabalho.

Nesse sentido, “[...] sem o suporte ideológico do trabalhismo, o queremismo teria sido praticamente impossível” (GOMES, 2005, p. 284). Do mesmo modo, “[...] o trabalhismo não implicava necessariamente uma organização partidária” (GOMES, 2005, p. 284), apesar de a ideia de uma agremiação sob ditames do aparato burocrático do Ministério do Trabalho fosse ideia já corrente anteriormente. Assim, “[...] trabalhismo e queremismo bebiam da mesma fonte; eram, basicamente, a mesma “ideia” [...]” (GOMES, 2005, p. 284), muito embora PTB e queremismo fossem objetos diferentes.

Da mesma maneira, o PTB, criado como um elemento para atuar no campo eleitoral, deveria obedecer às regras e as dinâmicas de tal campo de atuação, visto que uma ligação direta entre o PTB e a figura de Vargas criaria desconfiças no Ministério do Trabalho, no partido e em todo o processo de transição. Ao contrário, o queremismo poderia atuar com menor preocupações no que tange à alianças políticas e à propaganda do continuísmo de Vargas, como o fez, aliando-se aos comunistas.

Posto isto, “[...] foram cautelosos os contatos entre queremismo e PTB a partir de meados de 1945 [...]” (GOMES, 2005, p. 284). Corroborando as observações de Gomes (2005), não se vê, propositalmente, elementos de formação do PTB capixaba como agitadores principais do movimento queremista no Espírito Santo. Alencar Marinho, um dos articulares do movimento queremista, era sindicalista no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Espírito Santo. Trabalhista, ao que parece, não ingressou no PTB em sua formação, mas sua nomeação a delegado regional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, IAPI, ocorrida em 1951, indica fortes ligações com quadros formadores do partido.

Entretanto, percebe-se que a fundação do PTB do Espírito Santo acompanha o desejo das elites partidárias nacionais de transformar dirigentes sindicais em lideranças capazes de promover a organização do partido e conquistar eleitores.

Entre os primeiros fundadores do partido no Espírito Santo pode-se destacar: Manoel Vianna Neto, então presidente do Sindicato dos Ferroviários da Vitória a Minas; Antônio Jacob Paixão, comerciante e membro do Diretório Central do PTB em sua fundação, na I Convenção Nacional, realizada entre 26 de Agosto e 5 de setembro de 1945; Alcyro de Souza Poubel; Adelpho Poli Monjardim (membro de família abastada no estado, escritor e funcionário público de Vitória-ES); Guilherme dos Santos Neves, vogal da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, representante dos empregadores; Luiz Batista; Mozart Medina de Mendonça; Nilo Guimarães, Saturnino Rangel Mauro<sup>12</sup>, Racine Leão Castelo, e outros elementos. (SILVA, 1986, p. 264).

Dessa maneira, os fundadores da agremiação trabalhista, em sua maioria, se relacionam a elementos sindicais e de autarquias do Ministério do Trabalho, comportando elementos tanto de representação dos trabalhadores, como dos empregadores. A formação congregava, então, elementos ligados aos sindicatos e à burocracia do Estado Novo.

Já em 1946, na campanha eleitoral para o Governo do Estado, o PTB capixaba estava em vias de construir uma organização mais sólida. É sintomático que sua estrutura física e de comando ainda não estivessem plenamente constituídas, visto que cogitava-se, devido a conflitos internos no PSD, a filiação de Jones dos Santos Neves, ex-interventor e um dos fundadores do PSD capixaba, ao PTB. Corriam rumores de que Jones, uma vez que “[...] sua posição no PSD era precaríssima conforme os fatos [...]”<sup>13</sup>, teria enviado seu irmão, Guilherme dos Santos Neves, um dos fundadores do PTB capixaba, para negociar sua ida para a agremiação trabalhista, sob a condição de ganhar a presidência da organização.<sup>14</sup>

Mostrava-se aí a primeira cisão do partido. Pela ocasião da filiação de Jones dos Santos Neves, a sigla ficara dividida em duas alas: uma que aceitava, outra que

---

<sup>13</sup> POLITICA do Estado: O acordo Jones - PTB. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 17 mai. 1946.

<sup>14</sup> Ibid., p. 01.

combatia. A primeira seria chefiada por Jefferson Aguiar, então advogado dos Empregados da Estrada de Ferro Vitória a Minas, a segunda, por Mozart Medina de Mendonça, que aceitava Jones apenas como companheiro de partido. Por orientação do seu irmão, Jones teria ido à inauguração da sede do partido, ocasião em que foi elogiado nos discursos de inauguração, lembrando sua proximidade com o presidente de honra nacional do PTB, Getúlio Vargas.<sup>15</sup>

Deixando à parte a veracidade dos fatos, o que se afigura da cogitação de Jones de pousar no ninho petebista é a imagem de um partido ainda com um comando não consolidado, a ponto de se cogitar um fundador do PSD inscrever-se no partido já como presidente da agremiação. Entretanto, Jones não era um elemento qualquer. Foi interventor de Vargas e seguia sua orientação quanto à política desenvolvimentista, embora possuísse perfil mais técnico. Isto evidencia um PTB em que ser *amigo de primeira hora* de Vargas era requisito primeiro - e talvez o único - para um elemento cerrar fileiras no partido, o que garantiu a miscelânea de interesses em sua formação.

Ainda decorrente dessa possibilidade, o jornal *A Gazeta*, por meio de seu colunista e diretor Rosendo S. Souza Filho, critica a pluralidade de posições de Vargas em todos os seus governos, de modo a comparar Jones ao ex-presidente, visto que o “[...] presidente emérito do PSD [Jones], consegue acomodar essa posição notória e honrosa com a de membro destacado do PTB”<sup>16</sup>. A crítica, como já dissemos, demonstra um PTB capixaba muito ligado a Vargas e a suas alianças do Estado Novo em sua formação. Continuando, o jornal afirma que, com isso, surge no PTB duas correntes: uma “liberal e generosa”, outra “reacionária e egoísta”<sup>17</sup>.

Ou seja, não se trata de uma divisão estritamente política, mas sim, baseada na posição *pró Jones presidente do PTB x contra Jones presidente do PTB*. O desfecho desse episódio pode ser visto na saída de Jefferson de Aguiar do PTB, por ser

---

<sup>15</sup> Ibid., p.01.

<sup>16</sup> FILHO, Rozeno S. Souza. Políticos bifrontes. **A Gazeta**. Vitória, p.01, 19 mai. 1946. p.01

<sup>17</sup> Ibid., p.01

favorável a entrada de Jones no partido trabalhista, o que não logrou êxito. No pleito do ano seguinte ao episódio, Aguiar candidata-se a deputado estadual pelo partido de Jones, o PSD.

A vinculação direta entre PTB-Vargas é, também, vista em declarações partidárias, exemplificada pelo convite veiculado na imprensa em que o partido convida “[...] os petebistas, simpatizantes e amigos do seu ilustre Presidente de Honra, senador Getúlio Vargas”<sup>18</sup>, para a reunião em que traçarão as diretrizes partidárias para o pleito.

Portanto, tanto na cogitação de uma nova liderança entrando no partido, quanto na nota convidativa do partido, percebe-se que, na formação da agremiação estudada, “[...] a força que o movia e que lhe dava sustentação emanava do carisma de Vargas, mas não foi suficiente para evitar que em torno do partido se formassem grandes zonas de incerteza” (D’ARAUJO, 1996, p. 21)

Passado os dois primeiros anos, conturbados e incertos, verificados nas fontes disponíveis, já seguindo a campanha eleitoral para o pleito estadual de 1947, a direção do PTB capixaba sustentava que o partido se abstinhasse das eleições presidenciais e conclamasse aos trabalhadores para que votassem nos candidatos petebistas para as casas legislativas estaduais. Nesse sentido, em nota oficial, o partido afirmava que não teria candidatos a Governadoria e nem a 3º Senador, deixando seu eleitorado livre de compromissos, interessando-se pela votação na chapa de deputados, “[...] para qual espera integral apoio de todos os trabalhistas do Espírito Santo, os verdadeiros amigos do Senador Getúlio Vargas”<sup>19</sup>. Essa decisão reflete um dos principais problemas para os primeiros anos da agremiação nacionalmente, que se refletiu também no Espírito Santo: uma corrente optava por tendências isolacionistas e outras optavam por alianças e acordos com outros setores da política nacional.

Um partido criado para *servir ao seu chefe*, fizera a organização depender do peso

---

<sup>18</sup> AO POVO: convite do PTB. **A Gazeta**. Vitória, p.06, 29 nov. 1946. Política do Estado. p.06.

<sup>19</sup> PARTIDO Trabalhista Brasileiro: Ao povo. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 05 jan. 1947. p.05.

da fala de Vargas para se traçar planos e diretrizes (D'ARAUJO, 1996). Na ausência do peso da fala de Vargas, vozes plurais se arvoravam para falar pelo partido. Assim, se no dia 05 de janeiro de 1947 o partido lançou uma nota oficial de caráter “isolacionista”, dez dias depois foi noticiado que um membro petebista, Mozart Medina, falaria em nome do PTB no comício de encerramento da candidatura da *Coligação Democrática*<sup>20</sup>, contrário à candidatura de Carlos Lindenberg, PSD<sup>21</sup>. Porém, um dia depois, em nota oficial, o partido desmente a nota de *A GAZETA*, reafirmando que “[...] Mozart Medina e nem ninguém [...]” está autorizado a falar pelo PTB no comício da candidatura para o Governo do Espírito Santo de Attilio Vivacqua, pela Coligação Democrática<sup>22</sup>.

Durante a campanha, o PTB apresentou vinte e seis candidatos a deputação estadual. Entre eles, destaca-se a presença de seis indivíduos provenientes dos sindicatos e das autarquias do Ministério do Trabalho durante o Estado Novo e que, posteriormente, ocuparam postos importantes na administração do PTB estadual. Antonio Jacob da Paixão era comerciário e membro do Diretório Central do PTB em sua fundação, na I Convenção Nacional, realizada entre 26 de agosto e 5 de setembro de 1945, representando o Espírito Santo; Alvaro Fraga era advogado de sindicatos; Altamir Faria Gonçalves, pertencia à direção do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de 1937 a 1952 (sendo presidente de 1941 a 1951); Guilherme dos Santos Neves, era vogal dos empregadores na Junta de Conciliação e Julgamento durante o Estado Novo; Manoel Vianna Netto, era presidente do Sindicato dos Ferroviários da Vitória a Minas em 1945) e Saturnino

---

<sup>20</sup> Coligação Democrática era a denominação para o grupo que comportava os partidos contrários ao PSD em determinadas eleições estaduais para o período 1945-1964. A primeira Coligação Democrática surgiu nas eleições de 1947, em que Attilio Vivacqua, pelo PR, disputou a eleição para governador contra Carlos Lindenberg, do PSD. Os partidos que compuseram a coligação variaram conforme as eleições, sendo que em duas ocasiões, o referido grupo sagrou-se vitorioso no pleito à governadoria, em 1954 e 1962 com Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho.

<sup>21</sup> ENCERRAR-SE-Á amanhã a campanha eleitoral da grande Coligação Democrática Espiritossantense. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 15 jan. 1947. p.01..

<sup>22</sup> NETTO, Manoel Vianna. Movimento Partidário: Partido Trabalhista Brasileiro **A Gazeta**, Vitória, p. 04, 15 jan. 1947. p. 04.

Rangel Mauro, era presidente Sindicato dos Empregados no Comércio do ES.

Um dos fundadores da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Estrada de Ferro Vitória a Minas, Mauro, foi, em 1936, eleito vereador e presidente do Centro Político Distrital de Argolas – bairro operário do município de Vila Velha-ES -. No mesmo ano, Mauro foi eleito presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio do Espírito Santo, ficando em sua presidência até 1947. Ainda antes da redemocratização, em 1941, o trabalhista foi nomeado por Vargas como vogal da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho no Espírito Santo. Findado o Estado Novo, em 1945, Saturnino Rangel Mauro foi preso no 3º Batalhão de Caçadores.

Durante sua gestão na presidência da entidade representativa dos comerciários, Mauro alinhou-se com os postulados do Estado Novo, colocando na organização “atividades de caráter público destinados a evidenciar o apoio dos trabalhadores à condução da política sindical praticada por Vargas tanto para organizar o ‘mundo do trabalho’ como para isolar as entidades sindicais” (RIBEIRO, 2006, p. 49) do comunismo e anarquismo.

Seus discursos contemplavam o nacionalismo e o equilíbrio entre capital e trabalho como promotores de bem-estar social para os trabalhadores (RIBEIRO, 2006) Com a instituição da unicidade sindical e do imposto sindical obrigatório, a gestão de Mauro ampliou o assistencialismo aos trabalhadores e seus familiares. Do mesmo modo, arquitetou a criação de uma cooperativa de consumo e aprimoramento de serviços médicos e educacionais. (RIBEIRO, 2006) Segundo o professor Luiz Cláudio M. Ribeiro (2006), durante a presidência de Saturnino Rangel Mauro, “o SEC destacava-se como uma das entidades sindicais mais engajadas no projeto trabalhista de Vargas” (p. 54)

No pleito de 1947, o prestígio de Saturnino Mauro no município de Vila Velha-ES e no interior foi decisivo, sendo que foi eleito deputado com 896 votos, a maior votação da bancada trabalhista. Além dele, foi eleito o professor José Monteiro Peixoto com 833 votos. A partir daí, o caminho estava pavimentado para o comando

de Saturnino na sigla trabalhista do Espírito Santo, não sem oposições, pelo menos até o pleito de 1950.

TABELA 1 - Eleições para Governador do Estado do Espírito Santo - 1947

<b>Eleições de 19 de janeiro de 1947</b>		
<b>Governador do Estado</b>		
<b>Legendas/Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleito</b>		
PSD/UDN/PTN/PPB	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	59.008
<b>Não eleito</b>		
PR	Attílio Vivácqua	31.968
Votos nominais		90.976
Votos brancos		2.213
Votos nulos		1.369
Votos apurados		94.558
<b>Eleições de 30 de novembro de 1947</b>		
<b>Vice-Governador do Estado</b>		
<b>Legendas/Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleito</b>		
PSD	José Rodrigues Sette	55.093
<b>Não eleito</b>		
PR	Eleosippo Cunha	27.675
Votos nominais		82.768
Votos brancos		15.864
Votos nulos		2.710
Votos apurados		101.342
<b>Vitória – Capital</b>		
José Rodrigues Sette(Eleito) - 8.029 votos; Eleosippo Cunha - 6.832 votos; Votos nominais - 14.861; Votos brancos - 1.368; Votos nulos - 496; Votos apurados - 16.725; Eleitorado - 24.288.		

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 2 - Eleições para Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo por partido e do PTB – 1947

Eleições de 19 de janeiro de 1947				
Deputados Estaduais				
Legendas/ coligações	Votações			Número de eleitos
	Nominais	Legendas	Totais	
PSD	27.880	21	27.901	9 + 5 = 14
UDN	18.262	43	18.305	6
PR	13.822	17	13.839	4
PDC	8.379	Vide notas abaixo	8.365	2
PTB	7.655	33	7.688	2
PRP	6.417	13	6.430	2
PRD	3.995	14	4.009	1
PCB	3.723	28	3.751	1
	Votos nominais/de legendas		90.288	
	Votos brancos		2.143	
	Votos válidos		92.431	
	Votos nulos		2.228	
	Votos apurados		94.659	
	Representação			32
	Quociente eleitoral		2.88	

Nota: Estranhamente, nas fontes pesquisadas, aparecem os votos nominais do PDC (8.379), para Deputados Estaduais, em número superior ao que é atribuído, no total (Nominais + Legenda), ao referido partido (8.365), no cálculo do quociente eleitoral (Votos válidos - 92.431: Representação - 32 = Quociente eleitoral - 2.888).

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

Assim, logo após o pleito, em maio de 1947, o PTB estadual convoca os membros do Diretório Estadual para tratar de assuntos relevantes, “[...] inclusive a reestruturação do PTB no Estado e o estudo do ante-projeto constitucional [...]”<sup>23</sup>. A nota é assinada por Gualter Oliveira, como 1º secretário, não se sabendo, entretanto, o total da composição da Executiva Estadual.

Mas, ao que parece, Saturnino Mauro reunia as tropas para, então, trazer para si o butim conseguido com o pleito. Isso parece razoável de se supor diante de uma nota que, dois dias depois da data da reunião, dá ao conhecimento que a a mesma designou Saturnio Rangel Mauro, José Monteiro Peixoto e Gualter Oliveira para constituírem a Comissão Estadual de Coordenação, “[...] com poderes para

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Gualter. Partido Trabalhista Brasileiro. **A Gazeta**, Vitória, p. 04, 29 mai. 1947. p. 04.

processar a reestrtuturação do nosso Partido, neste Estado [...]”<sup>24</sup>. Possivelmente, numa demonstração da força dos elementos sindicais nesses primeiros anos do PTB capixaba, assina a referida nota Alvaro Fraga, 2º secretário e advogado do sindicato dos comerciários, presidido por Saturnino.

A partir daí, Saturnino Rangel Mauro toma as rédeas visando à reestruturação do partido e às eleições municipais de 1947. Não é à toa que, logo após uma convocação dos membros do Diretório Estadual do PTB para reunião visando à tomada de decisões administrativas e político-partidárias, decidiu-se pela candidatura de Domício Mendes, um aliado rangelista em um dos principais municípios capixabas, Vila Velha.<sup>25</sup>

A consolidação de Saturnino Rangel Mauro no comando da sigla veio com as eleições municipais, em fins de 1947. Na Câmara Municipal de Vitória-ES, o PTB elegeu o sindicalista Altamir Faria Gonçalves e um aliado de Saturnino, Oscar Paulo da Silva, sendo esse o segundo mais votado na capital. Neste certame, a organização constituiu-se na segunda força na capital, ficando atrás da UDN, com três cadeiras, e empatando com o PSD, com duas. Em Vila Velha-ES, seu aliado mais próximo, Domício Mendes, foi eleito prefeito, vencendo o candidato do PSD com quase o dobro de votos (2077 votos contra 1154). Além disso, na cidade canela-verde<sup>26</sup>, o PTB ganhou nos votos da legenda, com 1279 votos, contra o PSD, com 1145, a UDN, com 540, e o PDC, com 203.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> FRAGA, Alvaro. Partido Trabalhista Brasileiro: comunicação. **A Gazeta**, Vitória, p. 04, 31 mai. 1947.

<sup>25</sup> POLITICA do Estado: Lançada a candidatura pessedista à prefeitura de Vila Velha. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 set. 1947.

<sup>26</sup> Termo atribuído aos cidadãos nascidos e ou radicados no município capixaba de Vila Velha-ES.

<sup>27</sup> O PLEITO de 30 de novembro: Espetacular derrota do PSD em Vila Velha – Vence a UDN em Alegre, Afonso Claudio e Cariacica. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 03 dez. 1947. p. 06.

TABELA 3 – Eleições para Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo pelo PTB - 1947

<b>Deputados Estaduais</b>			
<b>PTB - Partido Trabalhista Brasileiro</b>			
<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleitos: 02</b>			
Saturnino Rangel Mauro	896	José Monteiro Peixoto	833
<b>Suplentes</b>			
Luiz Batista	596	Joanito Campos	520
Racine Leão Castelo	517	Oscar Paulo da Silva	484
Altamir Faria Gonçalves	386	Adelpho Poli Monjardim	376
Altanito de Souza Bragança	341	Romildo Gonçalves	338
Mozart Medina de Mendonça	324	Salim Calil Salim	322
Alcyro de Souza Poubel	283	José Santana	211
José Rios Júnior	205	Nilo de Oliveira Guimarães	158
Guy Jacob	130	Gualter W. Oliveira	128
Antônio Costa Gama	98	Armando de Oliveira Filgueiras	94
Antônio Jacob da Paixão	87	Guilherme Santos Neves	81
Walter Macedo	76	Manoel Viana Neto	60
Reinaldo Evaristo da Silva	60	Álvaro Fraga	51
	Votos nominais		7.655
	Votos de legenda		33
	Total de votos do PTB		7.688

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

No que concerne à relação com o governo estadual de Carlos Lindeberg, do PSD, a estratégia de Saturnino Mauro no comando da sigla foi a de criar uma atuação independente, aliando-se, na Assembleia Legislativa, com as oposições coligadas de UDN, PR, PDC e PRP. Assim, se, no início da legislatura, Saturnino defende que o PTB não tem nenhum compromisso com o governo Lindenber, embora julgasse oportuna uma moção de confiança ao governo, proposta e aprovada na “casa de leis”<sup>28</sup>, no ano seguinte a relação entre o presidente estadual do PTB e o governo de Lindenber iria se desgastar.

Durante os anos de 1947 e 1948, o deputado Saturnino Mauro vai à tribuna reclamar

<sup>28</sup> ASSEMBLÉIA Constituinte Estadual. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 04 abr. 1947. p. 01.

constantemente de perseguições e demissões de funcionários públicos estaduais simpatizantes do PTB, ao ponto de dizer, segundo suas próprias palavras, que sempre subiria a tribuna para se dirigir “[...] ao Chefe do Executivo, ainda que os meus apelos ou reclamações não encontrem agasalho no seio do Governo do Estado”. Na mesma ocasião, cita, ainda, a “[...] maldade, a falta de escrúpulo e de respeito ao pensamento alheio, dos supostos chefes das correntes políticas-partidárias que pensam ganhar eleições pela força bruta com o financiamento dos cofres públicos e através de ameaças e suborno aos incautos e aos tímidos”.<sup>29</sup>

Ainda em 1948, Mauro e a bancada petebista ensaiavam a cisão efetiva com o governo, por ocasião da eleição da mesa diretora para aquele ano. Estavam definidas duas candidaturas para a presidência da casa: Luiz de Lima Freitas, pelo PSD, e Alberto Stange, pela UDN-PR-PDC-PRP-PRD, tentando conquistar o PTB. Segundo o jornal *A Gazeta*, os dois deputados petebistas só disseram que não votavam no candidato incondicional do PSD, Luiz de Lima Freitas. Assim, diante do impasse, surgiu o nome de Lauro Ferreira Pinto, indicado por Saturnino e apoiado pela coligação acima citada, visto Pinto, apesar de pessedista, configurar uma derrota ao governo, que ficaria sem seu candidato incondicional. Diante da pressão do Palácio Anchieta, a UDN recusou-se participar da Mesa e as oposições coligadas dominaram as indicações da mesa.<sup>30</sup> O acontecimento evidencia uma transição: o PTB, de elemento independente ao governo de Lindenberg (PSD), passava a arquitetar derrotas para o governador.

Por isso, três meses depois, em novembro de 1948, Saturnino assina um manifesto ao povo dos deputados da oposição ao Governo do Estado. Por meio dele, denunciam à opinião pública um cerceamento de participação dos deputados da oposição nas discussões do projeto de Orçamento, de modo que os oposicionistas não pudessem interferir no Orçamento para 1949, no aumento de vencimento de funcionários e magistrados e na proposta do governador de criar novos impostos.

---

<sup>29</sup> Id., 14 out. 1947, p. 01.

<sup>30</sup> Id., 17, mar. 1948, p. 01.

Revelaram, ainda, que o governo estava negociando o aumento de vencimentos condicionando-o ao aumento da tributação.<sup>31</sup>

No ano seguinte, em 1949, a aliança de petebistas com setores da oposição ao governo estadual fica clara. Saturnino Mauro (PTB) figura na chapa derrotada para a Mesa com os deputados Miletto Rizzo (UDN), Wilson Cunha (PR), Jasson Martins (PR), Jofre Lobo (PDC), José Monteiro Peixoto (PTB) e Sebastião Marreco (PRP). A chapa vencedora era composta por Alberto Stange Junior (PRD), Odilon Castelo (PSD), Hildo Garcia (PSD), Luiz de Freitas Lima, (PSD) Pedro Saleme (PSD), Judith Leão Castelo Ribeiro (PSD) e Oto de Oliveira Neves (PSD). Na eleição das comissões, estoura uma discussão entre a minoria (oposição) e a maioria (governo), resultando no pedido de dispensa de elementos da minoria nas comissões que foram eleitas. José Monteiro Peixoto, deputado pelo PTB, alega inconstitucionalidade da eleição e condena a atuação do Palácio Anchieta nos trabalhos da Casa.<sup>32</sup>

Desse modo, a presidência de Saturnino Mauro Rangel no PTB capixaba começa com uma forte tendência de independência frente ao aparelho de Estado. Por isso, outra estratégia traçada pela Executiva Estadual sob o comando de Rangel Mauro foi fortalecer os diretórios regionais e municipais no interior e nos bairros periféricos da Grande Vitória-ES. Em 1949, por exemplo, uma nota do partido noticia a instalação do Diretório Regional do PTB do Forte São João, bairro periférico e operário de Vitória-ES, contando com a presença dos deputados petebistas, Saturnino e José Monteiro, além dos vereadores da capital, Altamir Faria Gonçalves e Oscar Paulo. A nota reforça que o partido conta com muitos adeptos na referida comunidade operária, o que revela um potencial eleitoral nessas regiões da cidade.<sup>33</sup>

Entretanto, esta estratégia, supõe-se, estava posta desde a fundação do partido. Em

---

<sup>31</sup> MANIFESTO dos deputados da coligação democrática ao povo. **A Gazeta**, p. 01, Vitória, 25 nov. 1948. p. 01,

<sup>32</sup> ONTEM, na Assembleia... **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 17 mar. 1949. p. 01.

<sup>33</sup> PARTIDO Trabalhista Brasileiro. **A Gazeta**, Vitória, p. 04, 10 jun. 1949. p. 04.

entrevista ao jornal *A Gazeta*, o vereador petebista na Câmara Municipal de Vitória-ES, Oscar Paulo da Silva, disserta que, antes de 1930, fundou com amigos o centro eleitoral em Santo Antônio, outro bairro da periferia da capital capixaba, moradia de grande número de elementos das classes populares. Já em 1949, o centro eleitoral contava com 800 eleitores, ainda que, relembra Paulo, o centro eleitoral tenha sido fechado com a revolução de 1930. Entretanto, como era simpático à “causa” e a Vargas, aceitou o convite do amigo Saturnino Rangel Mauro para se candidatar a deputado em 1946, sem, segundo ele, fazer rigorosa propaganda. Na capital, foi o mais votado, tendo 400 votos. Para vereador, foi estimulado por amigos - possivelmente, Mauro aí incluído. Afirma, o então vereador, ter levado benefícios para outros bairros da periferia de Vitória-ES, como Morro dos Alagoanos, Ilha do Príncipe, Ilha das Caieiras e, sobretudo, Santo Antônio.<sup>34</sup> Não parece ter sido ocasionalmente que, durante a formação do PTB capixaba, Saturnino conclamou seus amigos com peso eleitoral nas periferias para compor com ele nas fileiras do partido.

Mesmo diante dessas estratégias, segundo Maria Celina Soares D’araujo (1996), a dificuldade em transformar dirigentes sindicais em lideranças com capacidade de obter votos e em dirigentes partidários era tarefa árdua. Isso trazia instabilidade e desorientação ao partido.

A entrevista, a presença de lideranças sindicais entre candidatos e diretores do PTB nos primeiros anos, assim como o movimento de independência com o governo pessedista de Lindenberg - não sendo um alinhamento automático aos partidos da oposição -, demonstra que Saturnino Mauro buscava criar as bases do partido por meio de alianças com lideranças sindicais e locais, muito mais do que através da máquina do Estado.

Entretanto, a força que movia o partido “[...] e que lhe dava sustentação emanava do carisma de Vargas [...] não foi suficiente para evitar que em torno do partido se formassem grandes zonas de incerteza [...]” (D’ARAUJO, 1996, p. 21), o que fez

---

<sup>34</sup> CAMARA Municipal de Vitória. *A Gazeta*, Vitória, 13, jul., 1949. p. 01,

com que o partido enfrentasse disputas internas ao longo de toda a sua formação.

As disputas internas começaram a ficar favoráveis a um grupo de membros do partido. Diante de fissuras internas dos quadros nacionais, em 1948, deu-se o afastamento do então presidente nacional do PTB, Baeta Neves, e uma Comissão Provisória fora eleita para pacificar o partido. Getúlio Vargas tornou-se o presidente formal da comissão, tendo Salgado Filho como seu vice e presidente efetivo. O Senador Salgado Filho viajou por todo o país visando a unificar o PTB nacional, o que “[...] era uma tentativa de tirar o PTB do cotidiano de disputas pessoais e lançá-lo na política nacional, visando a sucessão presidencial” (D’ARAUJO, 1996, p. 52). D’araujo (1996) demonstra que a gestão de Salgado Filho configurou-se numa vitória de grande fileira de getulistas, desejosos de “[...] transformar o partido em interlocutor válido dos setores dominantes da política brasileira [...]” (p. 52). Esse fato seria o sinal de que o PTB não seria mais construído como um partido dirigido por lideranças sindicais.

Nesse sentido, em setembro de 1949, por ocasião da visita ao Espírito Santo do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, aventou-se que o PTB não iria recebê-lo no aeroporto, visto que, segundo *A Gazeta*, nem para isso o partido se entendia com os companheiros da minoria, imagine na política estadual. Na ocasião, o mesmo jornal criticou que o partido só faria algo se fosse dado o aviso.<sup>35</sup> Pela coluna do jornal, não se sabe qual seria esse aviso e por quem seria dado, porém, demonstra-se a visão de um partido fragmentado, em que não se chegava a consensos para coisas mínimas e, por isso – ou devido a isso -, esperaria-se sempre a direção de alguém, possivelmente, de sua liderança carismática, Getúlio Vargas.

Ainda em 1949, visando à preparação do partido para o pleito que ocorreria no ano seguinte, aventava-se que os elementos da sigla reuniriam-se até o final do mês para aparar arestas e definir os métodos de trabalho.<sup>36</sup> Para essa ocasião, não há confirmação de convocação oficial do partido.

---

<sup>35</sup> CRUZEIROS & Centavos. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 07 set. 1949. p. 01.

<sup>36</sup> Id., 15 set. 1949, p. 01,.

Porém, antecipando-se à reunião e reforçando a ideia de luta interna do partido, *A Gazeta* aventa que o prefeito de Vila Velha-ES, Domício Mendes, iria cindir com seu aliado e presidente do PTB capixaba, Saturnino Rangel Mauro. Por isso, propõe um movimento de desidratação da presidência de Saturnino, que seria substituído por Analdo Andrade, então presidente do Vitória Futebol Clube, sendo o vereador da capital, Oscar Paulo, seu vice-presidente<sup>37</sup>, o que não passou de um rumor.<sup>38</sup>

Essa luta se acirraria com a aproximação das eleições para Presidente da República, Governadores e Deputados Estaduais em 1950. Se haviam lutas infrapartido, duas correntes se apresentariam antagônicas. Ainda em dezembro de 1949, *A Gazeta* revela que Jones dos Santos Neves esteve na capital e o ponto alto de sua estadia foi a reunião com Saturnino e com o empresário José Buaiz, então vice-presidente do PTB capixaba. O primeiro era descrito como aquele que poderia garantir votos para Jones, sobretudo no município de Vila Velha-ES. Já Buaiz é descrito como aquele que seria capaz de angariar recursos para a candidatura.<sup>39</sup> Havia aí dois elementos, se ainda não antagônicos, distintos no comando do PTB capixaba: Saturnino, líder sindical, e José Buaiz, ligado às classes empresariais e mercantis.

A publicação do jornal *A Gazeta* nos permite analisar alguns pontos. O primeiro é a miscelânea de interesses que a agremiação comportava. Se havia uma liderança com relativa capacidade de transferir votos, assentada em bairros operários do município de Vila Velha-ES e Vitória-ES, influente nos meios sindicais, havia também um poderoso comerciante da capital, garantidor de apoio financeiro para a campanha e interessado na defesa das demandas mercantis. Outro elemento que se afere é que, ao longo do governo pessedista de Carlos Lindinberg, a bancada capixaba da Assembleia Legislativa, sob liderança de Saturnino Mauro, começou dando votos de apoio ao então governador, depois declarou independência frente ao Executivo, para depois passar a atuar na oposição do Palácio Anchieta. Entretanto,

---

<sup>37</sup> Id., 21 out. 1949, p. 01.;

<sup>38</sup> Id., 22 out. 1949, p. 01.

<sup>39</sup> Id., 30 dez. 1949, p. 01.

para o pleito de 1950, haviam negociações para o apoio à sigla pessedista. Tal apoio revela uma marca do PTB: o getulismo e as alianças/amizades de Getúlio Vargas como fator determinante para apoio a uma determinada candidatura. Como vimos anteriormente, Jones dos Santos Neves abraçava o projeto nacionalista e desenvolvimentista de Vargas e, além disso, foi um ex-interventor no Estado Novo.

Adentrando no ano de 1950, *A Gazeta* ressalta a dubiedade de comportamento da agremiação trabalhista. Dessa forma, retrata um Saturnino que só “[...] vive a fazer ursadas com os companheiros de orquestra [...]”,<sup>40</sup> além de acusar o deputado de ter dito que a coligação - na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, com os partidos de oposição ao governo do PSD - existirá até as vésperas das eleições. Em seguida, aventa-se existir negociações entre PSD e PTB por meio das pessoas de Jones dos Santos Neves, pelo primeiro partido, de Saturnino Mauro e de José Buaiz pelo segundo. Haveria, por isso, estranhamentos na agremiação trabalhista, visto que Saturnino e José Buaiz estavam “[...] conchavando”<sup>41</sup> com Jones, sem a devida autorização do diretório ou mínima consulta aos correligionários.

Um dia depois, no dia 04 de janeiro de 1950, a crítica continuava em andamento entre os líderes do PTB e do PSD, porque se, por um lado, o deputado estadual e Presidente do PTB estava negociando com um senador pessedista, por outro, não estaria contribuindo para a unificação da coligação opositora ao governo pessedista. Diante da duplicidade de atuação, *A Gazeta* noticia que Saturnino teria dito “petebistamente”<sup>42</sup>, que o acordo era quase impossível pela diferença interna no grupo.

O termo “petebistamente”, utilizado pelo jornal, parece dizer respeito a um comportamento que o jornal tributa ao partido: oportunismo. Para o jornal, se na Assembleia Legislativa os deputados petebistas atuavam na oposição ao governo do PSD, ao final de 1949 e início de 1950, não o estavam fazendo visando as eleições

---

<sup>40</sup> Id., 31 dez. 1949, p. 01.

<sup>41</sup> Id., 03 jan. 1950, p.01.

<sup>42</sup> POLITICA Estadual. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 04 jan. 1950. p. 01.

de 1950. Entretanto, parece ter havido discussões no seio do partido quanto ao andamento das negociações, em que a direção do partido seria acusada de discutir acordos sem a consulta aos órgãos diretivos do partido. Essa acusação perpassará a formação do PTB capixaba, tornando-se a justificativa da intervenção da Executiva Nacional no comando partidário capixaba, que começa a se desenrolar a partir das negociações para as eleições de 1950.

Por fim, no que tange à discussão do elemento anticomunista como centelha principal da formação do PTB, Angela de Castro Gomes (2005), analisando o surgimento do PTB nacional, como já citado anteriormente, demonstra que tal partido não nasceu às pressas, como se pensa, tampouco como um partido criado para “atalhar à marcha dos comunistas, à esquerda”, conforme Silva (1986, p. 264) defende ao citar Skidmore (1992). O anticomunismo na formação do PTB capixaba não fica claro em termos de prática da organização, sendo que a leitura política do comunismo e do PCB aparecem de forma difusa em leituras idiossincráticas de elementos díspares do PTB capixaba.

Em maio de 1947, no mês da cassação do registro do PCB pelo TSE, Saturnino enfrenta crítica de Benjamim Campos, deputado eleito pelo PCB, endereçada à Vargas e ao Estado Novo. Na ocasião, Mauro o faz ressaltando avanços neste período, destacando a Legislação Trabalhista. Porém, em nenhum momento - e como outros colegas faziam -, o então presidente do PTB constrói sua defesa acusando Campos de ser elemento subversivo e antinacional, por ser comunista.<sup>43</sup>

Seis meses depois, no bojo das discussões nacionais acerca da cassação dos mandatos dos comunistas, enquanto, num comício em Cachoeiro de Itapemirim-ES, o deputado comunista Benjamim Campos recomendou ao eleitorado comunista que se votasse no petebista Nelo Vola Borelli. Borelli, por sua vez, teria recusado o apoio através do alto-falante do partido naquela cidade.<sup>44</sup> Entretanto, é razoável supor que a reação de Borelli, se ocorreu, é tributária a um recurso meramente eleitoral, uma

---

<sup>43</sup> ASSEMBLEIA Constituinte Estadual. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 01 mai. 1947. p.01.

<sup>44</sup> Id., 25 nov. 1947. p. 01.

vez que, um mês antes do referido comício, a cassação dos mandatos dos comunistas já havia sido aprovada no Senado, cabendo somente a Câmara Federal ratificar a decisão, o que aconteceu em janeiro de 1948 (D'ARAUJO, 1996).

Já o vereador Oscar Paulo da Silva, mesmo após a cassação do PCB e a extinção dos cargos dos comunistas, defende-se afirmando que sempre foi “[...] um adversário do Partido Comunista, como também da Esquerda e da Direita [...]”<sup>45</sup> para criticar a prisão do ex-vereador comunista Hermógenes Lima Fonseca. Assim, sua oposição ao comunismo é equiparada à luta política contra qualquer outra agremiação do espectro político. Portanto, não fica evidente um sentimento anticomunista.

A posição, porém, mais emblemática é a do deputado estadual petebista Argilano Dario. Ao se propor voto de louvor a Carlos Lindenberg por ter denunciado, no Senado, infiltração comunista no Brasil, Dario afirma não votar a favor visto que “[...] não se combate o comunismo pela *forma* por que se quer combater, com discursos, com demagogia, com política [...]”.<sup>46</sup> Para ele, “[...] se combate o comunismo olhando para o povo, tomando medidas que possam beneficiar o povo; dando ao povo a assistência de que ele tanto necessita para poder viver”<sup>47</sup>, posto que, “[...] via na ideologia comunista muita coisa de útil, de aproveitável, muito embora não seja comunista”<sup>48</sup>

Assim, é razoável afirmar que o PTB, apresentando-se como um partido voltado aos interesses dos trabalhadores brasileiros, imbuía-se do ofício de ser uma opção, de ser um elemento diferente do comunismo, o que é muito diferente de apresentar como razão de sua criação, *tout court*, o anticomunismo (GOMES, 2005).

---

<sup>45</sup> CAMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p.01, 13 out. 1949. p. 01,

<sup>46</sup> ONTEM, na Assembleia... **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 jun. 1951. p. 01,

<sup>47</sup> Ibid., p.01.

<sup>48</sup> Ibid., p. 01.

## 2.2 O PTB EM VILA VELHA-ES: A ALA DO JORNAL DA DUQUE DE CAXIAS

Na formação do PTB capixaba é notória a influência de elementos do partido no município do Espírito Santo, como era chamada a cidade de Vila Velha-ES. Entre 1931 e 1938, a cidade permaneceu anexada ao município de Vitória-ES. Já entre 1939 e 1943, a cidade gozou de autonomia administrativa, o que, porém, não durou muito e a cidade foi novamente anexada ao município de Vitória-ES em 1943, tendo a nova autonomia da cidade chegado somente em 1947, por meio da atuação de petebistas nesse processo independentista.

A população canela-verde, até, pelo menos, a década de 1980, era constituída, em sua maioria, de trabalhadores que moravam na cidade, mas trabalhavam e estudavam na capital, Vitória-ES. Além disso, durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, a cidade abrigava grande contingente de trabalhadores, contando com bairros operários tradicionais, redutos de ferroviários e portuários, como São Torquato, Garrido, Paul, Cobi, Argolas, Ilha das Flores, Aribiri, e redutos de trabalhadores da fábrica de chocolates Garoto, como o bairro da Glória.

O presidente do PTB estadual, Saturnino Rangel Mauro, foi uma das lideranças mais destacadas de Vila Velha-ES. Eleito deputado estadual em 1947, com 896 votos, Saturnino tornou-se, durante a Assembleia Constituinte Estadual, o 3º secretário na Mesa. Já com a aprovação da constituição estadual, Saturnino ocupava os postos de 2º vice-presidente (1947) e 1º vice-presidente (1948). Durante a atuação de Saturnino na Assembleia Legislativa, o PTB atuou com relativa independência frente ao Palácio Anchieta. Sua atuação era voltada, sobretudo, à defesa dos interesses de bairros suburbanos da Grande Vitória-ES, principalmente de Vila Velha-ES.

Seus esforços foram pautados pela defesa da autonomia do município de Vila Velha-ES, ocorrido com a promulgação da constituição estadual, em 1947, dos direitos dos trabalhadores da iniciativa privada e órgãos públicos e de melhoramentos para bairros periféricos e operários da Grande Vitória-ES. Em 08 de abril de 1947,

Saturnino criticava a deficiente distribuição de água em bairros suburbanos de Vitória-ES, encaminhando um pedido de moradores para que se instalassem duas torneiras na Glória, bairro tradicional de Vila Velha-ES.<sup>49</sup> Dias depois, Saturnino faz crítica às demissões de servidores públicos, por parte do governo, pedindo cautela para não se criar perseguições políticas. Cita, na ocasião, o caso de um fiscal de rendas do município da Serra-ES, que exercia tal função há cerca de 16 anos. Segundo ele, o fiscal não era filiado, mas simpatizante declarado do PTB, prestigiando um trabalhista para deputação estadual.<sup>50</sup>

Merecedor de destaque é sua atuação na constante crítica aos serviços da prestadora de serviços de bondes, Companhia Central Brasileira Força Elétrica (CCBFE), sobretudo na linha Vila Velha-Paul. Ao fim de 1949, em setembro, a Comissão Especial de Inquérito sobre a Central Brasileira, que tinha Saturnino Mauro como membro, findou seus trabalhos. O relatório afirmava que somente por meio da encampação poderia se devolver ao Estado o caminho para o progresso.<sup>51</sup> A encampação, entretanto, não foi para frente durante os anos vindouros.<sup>52</sup>

Isso demonstra que a participação política de Saturnino Mauro deveria ser mais autônoma em relação do Governo do Estado, visto que a manutenção da sua base eleitoral dependia, enormemente, do quanto ele conseguia levar as demandas dos bairro operários da cidade de Vila Velha-ES aos deputados e ao Governo do Estado.

Na composição partidária, Saturnino Mauro comandou estruturação da sigla, logo após as eleições de 1947. Na ocasião, em reunião no mês de maio, o PTB designou Saturnio Rangel Mauro, José Monteiro Peixoto e Gualter Oliveira para constituírem a

---

<sup>49</sup> ASSEMBLEIA Constituinte Estadual. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 08 abr. 1947. p. 01.

<sup>50</sup> Id., 24 abr. 1947. p. 01.

<sup>51</sup> A encampação da Central Brasileira: o parecer da Comissão Especial. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 16 set. 1949. p. 01.

<sup>52</sup> A campanha pela encampação volta à tona com toda a força nos anos finais da década 1950, com o surgimento da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A em 1956, com fito de cuidar da construção de usinas no estado, além de racionalizar o sistema elétrico promovendo uma gradativa encampação de pequenas empresas e, posteriormente, da CCBFE. A partir de 1968, a CCBFE e a Escelsa se fundiram em uma só empresa pública, formando a nova Escelsa, sob controle federal (RIBEIRO, 2005)

Comissão Estadual de Coordenação, “[...] com poderes para processar a reestruturação do nosso Partido, neste Estado [...]”<sup>53</sup> Assim, sua massiva votação, e seu prestígio em Vila Velha-ES, o garantiu no comando da agremiação trabalhista.

Por isso, em outubro de 1947, Saturnino sobe à tribuna da Assembleia Legislativa do Espírito Santo e, em nome do partido, cita a “[...] maldade, a falta de escrúpulo e desrespeito ao pensamento alheio, dos supostos chefes das correntes políticas-partidárias que pensam ganhar eleições pela [...] ameaças e suborno aos incautos e aos tímidos”.<sup>54</sup> Dá, como exemplo, a atitude do prefeito do Município do Espírito Santo (como era chamada a cidade de Vila Velha na época) que, antes de ser nomeado para tal cargo, havia dado ultimatoss ao secretariado, convocando-os à reuniões do PSD, assim como obrigando seus fiscais a distribuir *convites irrecusáveis* aos comerciantes e proprietários residentes no tradicional município. Na mesma ocasião, Mauro reclama também que o presidente da Assembleia, Waldemar Mandes, através do alto falante do partido em Vila Velha-ES disse que o candidato do PSD era candidato do Governador, deixando de lado a liberdade e a democracia do pleito.

Essa oposição ao PSD canela-verde demonstra que seu apoio ao PSD estadual em eleições futuras dependeriam, também, da boa relação com o referido partido em Vila Velha-ES, uma vez que a situação política de Saturnino em seu próprio município interferia diretamente no seu poder de comando nas hostes trabalhistas, tal como na barganha com os elementos adversários.

A força do PTB no município de Vila Velha-ES é evidenciada por ocasião da candidatura do petebista Domício Mendes à Prefeitura Municipal, contra Américo Bernardes, candidato do PSD. Ao que parece, a também oposição de Saturnino Mauro ao PSD na Assembleia Legislativa é permeada pela cisão com o PSD no seu domicílio eleitoral, Vila Velha-ES.

---

<sup>53</sup> FRAGA, Alvaro. Partido Trabalhista Brasileiro: Comunicação **A Gazeta**, Vitória, p. 04, 31 mai. 1947. p.04.

<sup>54</sup> ASSEMBLEIA Legislativa Estadual. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 14 out. 1947.p. 01.

Em sua campanha, Domício Mendes prometeu um programa pautado na melhoria “[...] do transporte coletivo, abastecimento de água, serviços de esgotos, assistência social completa, estímulo a fundação de cooperativas de produção e crédito, educação etc., especialmente visando a principal indústria do município, a pesca; construção de matadouros e mercados, etc”<sup>55</sup>. Ou seja, se Vila Velha-ES era território fecundo para se conseguir apoio dos trabalhadores urbanos para os candidatos petebistas, as propostas do petebista, veiculadas na mídia, evidenciam essa preocupação, mais voltada às classes populares.

Ao final de 1947, a força do PTB em Vila Velha-ES é evidenciada quando Domício Mendes, coligado com a UDN, vence o candidato do PSD com quase o dobro de votos (2077 contra 1154 votos). Além da vitória majoritária, o PTB ganhou nos votos da legenda com 1279 votos, contra o PSD, com 1145, a UDN, com 540, e o PDC, com 203 votos. A vitória demonstrou o sucesso da atuação dos petebistas em solo canela-verde, tal como consolidou a liderança de Saturnino nas hostes petebistas, haja vista que Domício Mendes, funcionário da Assembleia Legislativa Estadual, era apresentado como seu protegido.<sup>56</sup>

Passadas as eleições, já no início da gestão de Mendes, *A Gazeta* publicou uma nota, possivelmente paga por particulares, assinada por Alberto Isaias Ramires, de São João da Barra, fazendo elogios a atuação de Domicio Mendes na PMVV. Para o articulista, Mendes tem

[...] proporcionado uma melhor assistência a pobreza [sic], construindo estradas em todo o município, facilitando sob todos os aspectos a construção de casas [...] saneando bairros insalubres como o de São Torquato [...] construindo açougues em Aribiri e Paul<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> MOVIMENTO Partidario: Domicio Ferreira Mendes. **A Gazeta**, Vitória, p. 04, 26 nov. 1947. p. 04.

<sup>56</sup> GATTI, Alvino. O escrupuloso Rangel. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 28 set. 1949 p. 01.

<sup>57</sup> RAMIRES, Alberto Isaias. Domicio Mendes cumpre o que promete! **A Gazeta**, Vitória, p. 04, 03 fev. 1949. p. 04,

A nota, espontânea ou de cunho propagandístico, revela uma preocupação em mostrar uma atuação do prefeito petebista em Vila Velha-ES mais voltada ao bem-estar das classes populares e dos bairros operários do município.

Ao que parece, o grupo de Saturnino e Domício contava com uma ampla rede de comunicação em Vila Velha-ES. Já no início de 1950, *A Gazeta* engrossou as críticas à ala canela-verde, afirmando que “[...] o jornalzinho do prefeito de Vila velha não fará mais propaganda de seu próprio dono, Domício Mendes [...]”<sup>58</sup>. Além disso, Saturnino, confirmando sua liderança no município de Vila Velha-ES, foi lançado candidato a prefeito, contando, em diversos bairros da cidade, tal como o bairro operário de Argolas, com uma poderosa rede de alto-falantes.<sup>59</sup> É razoável supor que, se a ala possuía votos em Vila Velha-ES, isso se devia graças a uma relativa estrutura, contando, inclusive, com um jornal.

A dobradinha Saturnino-Domício causava incômodo não só em seus correligionários, mas também na oposição representada pelo referido jornal. Nesse sentido, *A Gazeta* ironiza que Domício Mendes seria deputado estadual e Saturnino Mauro, prefeito de Vila Velha-ES nas eleições de 1950. Diz, ainda, que, em 1954, será o inverso e, assim, sucessivamente por anos e anos.<sup>60</sup> Havia aí uma demonstração clara de sinergia entre os dois principais líderes do PTB no município de Vila Velha-ES.

Porém, a atuação de Saturnino Rangel Mauro não estava voltada somente aos interesses dos municípios da Grande Vitória-ES. Por isso, durante o mandato de deputado estadual, Rangel Mauro levou aos deputados e ao governo estadual reivindicações de diversos núcleos do interior capixaba. Seguindo esta linha, em 1947, o deputado apresentou na tribuna da “casa de leis” a demanda do diretório do PTB em Itapemirim-ES, no caso, a construção de escolas para filhos dos trabalhadores da cidade, e pediu, na mesma ocasião, que se procedesse à nomeação de professores para todos os núcleos de trabalhadores nas condições da

---

<sup>58</sup> CRUZEIROS & Centavos. **A Gazeta**, Vitória, 26 jan. 1950. p. 01,

<sup>59</sup> NOTAS Políticas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 30 jul. 1950. p. 01.

<sup>60</sup> CRUZEIROS & Centavos. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 jul. 1950. p. 01.

referida cidade interiorana.<sup>61</sup> Ainda nesse sentido, Mauro reclamava providências do governador contra as coações na campanha eleitoral de Conceição da Barra-ES.<sup>62</sup>

A força do grupo comandado por Saturnino Mauro estava se estendendo para os núcleos do interior do Espírito Santo. A primeira demonstração de peso eleitoral no cenário capixaba foi reconhecida pelo próprio jornal que criticou o grupo como já anteriormente retratado. Conforme as eleições de 1950 iriam chegando, Jones dos Santos Neves, candidato ao cargo majoritário do Estado, sentiu necessidade de conversar com Saturnino Mauro, que, segundo *A Gazeta*, poderia lhe garantir votos em Vila Velha-ES e no interior.

Outra demonstração de capilaridade eleitoral do grupo petebista liderado por Saturnino em Vila Velha-ES é demonstrada na campanha eleitoral de 1950, em que o partido fez diversos comícios na Fábrica de Balas Garoto, em prol das candidaturas de Getúlio Vargas (para Presidente), Jones dos Santos Neves (para Governador), Carlos Lindenberg (para Senador), Saturnino Rangel Mauro (para Prefeito canela-verde), Domício Mendes (para Deputado Estadual) e outros elementos do PTB.<sup>63</sup> Assim, a agremiação trabalhista fez forte campanha, “[...] notadamente, no Município do Espírito Santo, onde, inegavelmente, possui poderio [...]”. Também em São Torquato, “forte reduto eleitoral trabalhista”, o PTB realizou comício.<sup>64</sup>

Segundo consta, o grande núcleo operário residente em São Torquato “[...] compareceu em massa ovacionando os nomes dos candidatos trabalhistas que continuam sua atividade sob a égide do Senador Getúlio Vargas [...]”.<sup>65</sup> Sintomática, então, seria a visita de Vargas, durante sua campanha para a Presidência da República, ao município de Vila Velha-ES, onde foi homenageado pelo Diretório do PTB, demonstrando, com isso, a importância do partido na referida cidade.

---

<sup>61</sup> ASSEMBLEIA Constituinte Estadual. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 19 jun. 1947. p. 01.

<sup>62</sup> ASSEMBLEIA Legislativa Estadual. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 25 nov. 1947. p. 01.

<sup>63</sup> NOTAS Políticas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 13 ago. 1950. p. 01.

<sup>64</sup> NOTAS Políticas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 17 ago. 1950, p. 01.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p.01.

Dessa maneira, fica evidente que a entrada da ala de Saturnino Mauro nas negociações com o PSD para as eleições de 1950 passava pela ambição de contar com os votos do PTB no município de Vila Velha-ES e seus populosos, para os padrões capixabas da época, bairros operários. Vale ressaltar que a eleição para a prefeitura foi impugnada e remarcada para 1951, ao passo que as eleições para a Câmara Municipal de Vila Velha-ES foram oficializadas em 1950, ocasião em que o PTB obteve a maioria da Casa: quatro cadeiras (Jose Buzio da S. Silva; Dionizio Ruy; Manoel Barcelos Neto e Alberto Gaudio Simões); contra a UDN, com três, e o PSD, com duas.

Assim, a liderança da ala de Vila Velha-ES, a *ala do jornal da Duque de Caxias*, estava se tornando perigosa para os interesses de outras lideranças trabalhistas. A força do grupo comandado por Saturnino estava se estendendo para os núcleos urbanos do interior do Espírito Santo.<sup>66</sup> A disputa não se dava por questões puramente regionais (petebistas de Vila Velha-ES x petebistas de Vitória-ES), mas havia outros elementos em jogo que posicionavam o grupo ligado ao empresário José Buaiz contra o ala do sindicalista Saturnino Mauro. A natureza da oposição assentava-se na discordância com o modo com que Saturnino conduzia a legenda. Dessa maneira, conforme as eleições de 1950 iriam chegando, Jones conversava com Saturnino, que poderia lhe garantir votos em Vila Velha-ES, “[e] [com] o sr. José Buaiz... bem, infelizmente, a colônia síria não vota... mas tem a “gaita”<sup>67</sup>. A gaita, entretanto, cantou e, ainda em 1950, uma nota da Comissão Executiva Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro comunicou a intervenção na seção estadual, retirando Saturnino de sua Presidência.

---

<sup>66</sup> MORCEGANDO. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 14 nov. 1950. p. 01.

<sup>67</sup> CRUZEIROS & Centavos. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 30 dez. 1949. p. 01.

### 2.3 AS ELEIÇÕES DE 1950 E A INTERVENÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL NO PTB CAPIXABA

As eleições para Presidente da República, Senadores, Governadores, Deputados Estaduais e Federais de 1950, configurou-se como um dos marcos importantes no processo de formação do PTB capixaba.

As conversas sobre as candidaturas intensificaram-se nos últimos meses de 1949. Já em dezembro, o jornal *A Gazeta* noticiava que Jones dos Santos Neves, candidato a governador pelo PSD, o Presidente e o Vice-Presidente do PTB estadual, respectivamente, Saturnino Rangel Mauro e José Alexandre Buaziz, conversavam visando a uma aliança PTB-PSD nas eleições<sup>68</sup> Se naquele momento o jornal coloca Saturnino Mauro e José Buaziz como as figuras que negociariam pelo PTB, em outras ocasiões somente a figura de Saturnino Mauro é identificada como negociador, que estaria, inclusive, conversando com Jones dos Santos Neves (PSD) sem a anuência dos seus correligionários e diretório estadual.<sup>69</sup> Porém, protagonizando as negociações ou não, Buaziz é isentado por *A Gazeta* quando a empresa cerra críticas à costura do acordo PTB-PSD. Se Saturnino posiciona-se sempre “petebistamente”, o jornal defende que não define José Buaziz tal como Saturnino, absolvendo o primeiro.<sup>70</sup>

Esse apoio de *A Gazeta* a um elemento petebista, Buaziz, e rechaço a outro, Mauro, parece encaixar-se em dois comportamentos que permearam o momento de fundação dos diretórios regionais na redemocratização de 1945: representantes de um mesmo conjunto de forças sociais abrigando-se em partidos distintintos (Carlos Lindenberg no PSD e Fernando Lindenberg na UDN) e lideranças divergentes entre si agregando-se num mesmo partido, criando alas (Atílio Vivacqua e Jones dos Santos Neves no PSD) (SILVA, 1986).

---

<sup>68</sup> Ibid., p. 01.

<sup>69</sup> Id., 25 jan. 1950. p. 01,

<sup>70</sup> POLITICA Estadual. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 04 jan. 1950.p. 01.

Antes de ser anárquico, esse comportamento possui uma racionalidade, na medida em que essa fragmentação, em vários partidos, é fruto tanto de fatores de ordem legal-institucional como de ordem contingencial regional. Ou seja, a racionalidade refere-se ao fato de que os partidos precisavam se constituir enquanto organizações nacionais, necessitando-se fundar diretórios em todos os Estados da Federação, e refere-se também a existência, no Espírito Santo, de um grupo heterogêneo de lideranças políticas (as historicamente rivais no plano estadual; as do mesmo conjunto de forças sociais, divididas no plano político para garantir a dominância do grupo no Aparelho Regional de Estado; as novas lideranças que surgiram devido a mudanças socioterritoriais). (SILVA, 1986)

Tal dinâmica de ocupação garantiria a permanência ou o acesso ao aparelho de Estado por elementos diferentes, porém, pertencentes as mesmas forças sociais dominantes. Não é demais ressaltar, novamente, as origens de José Buaiz, filho de imigrantes sírio-libaneses e abastado empresário do Espírito Santo, constante anunciante nos jornais, o que talvez explique as relações sempre cordiais e elogiosas com os grupos empresariais que geriam o jornal *A Gazeta*.

Dessa forma, não tardaria para o jornal veicular uma disputa pelo comando da sigla petebista. Ainda em janeiro de 1950, portanto, antes das eleições, já havia rumores de que José Buaiz iria ao Rio de Janeiro, a chamado do Diretório Central do PTB, para deixar o referido diretório “a par” das atividades de Saturnino Mauro e, por lá, noticia-se ainda, que Buaiz “preparou a cama” do então presidente estadual do PTB, Saturnino.<sup>71</sup>

Já em julho de 1950, aventa-se também a participação do PTB na formação da *Coligação Democrática*, com partidos contrários a candidatura de Jones, do PSD, e promessa de maiores disposições de candidaturas, inclusive dispondo da vice-governadoria, o PTB capixaba. Assim, de posse da proposta do PSD e da Coligação Democrática, Saturnino Mauro seguiu para o Rio e trouxe a decisão de marchar com o PSD e a candidatura de Jones dos Santos Neves para ser apreciada pelos

---

<sup>71</sup> CRUZEIROS & Centavos. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 25 jan. 1950.p. 01; Id.,01 fev. 1950. p. 01.

petebistas capixabas.<sup>72</sup>

No mesmo mês, o PTB realizou sua convenção estadual e, com a presença de representantes de todos os diretórios municipais e distritais, referendou a seguinte chapa: Getúlio Vargas para Presidente, pelo PTB; Jones dos Santos Neves, do PSD, para Governador; Francisco Alves de Athayde para Vice-Governador, também do PSD; Lindenberg para Senador, pelo PSD, e Edson Pitombo Cavalcanti, do PTB, para suplente de Senador.

A composição da chapa com o PSD é justificada, por Saturnino, em um comício em Argolas, bairro de Vila Velha-ES, em que o Presidente do PTB capixaba atribuiu a parceria com o PSD ao “[...] comportamento das correntes políticas frente ao Chefe do seu Partido e candidato do mesmo à Presidência da República, Senador Getúlio Vargas”.<sup>73</sup> O PTB estadual, ao que parece, seguiu a indicação das hostes petebistas nacionais de relegar as candidaturas estaduais a segundo plano, privilegiando o apoio a candidatura de Vargas a Presidência da República na costura de alianças. Dessa maneira, o partido, “[...] aparentemente caminhava coeso no apoio a Vargas, mas a pacificação interna estava longe de se concretizar” (D’ARAÚJO, 1986, p. 57).

Conforme D’araújo (1986), a imposição de Danton Coelho para a Presidência do PTB por Vargas, em julho de 1950, seria uma estratégia visando a sua própria eleição, e a secundária preocupação com a organização partidária. Assim, sem uma costura de acordos internos na agremiação, a composição de chapas de candidatos aos cargos proporcionais foi traumática para o partido em diversos estados, o que parece ocorrer com o PTB capixaba (p. 57).

Nesse sentido, um mês após a divulgação do acordo PSD-PTB no Espírito Santo, Saturnino vai à imprensa rechaçar as críticas de que o acordo foi feito ao seu bel-prazer, posto que “[...] a direção central do PTB dele tomou conhecimento, sobre ele opinou e chegou-se a conclusão [...]”<sup>74</sup> de que aquele seria o único rumo a tomar.

---

<sup>72</sup> DEFINIU-SE o PTB capixaba. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 07 jul. 1950.p. 01.

<sup>73</sup> NOTAS Políticas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 30 jul. 1950.p. 01.

<sup>74</sup> NOTAS Políticas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 10 ago. 1950. p. 01.

Afirma que o acordo se manteria de pé, visto que “[...] foi ditado pelos altos interesses partidários de ambas as agremiações políticas”.<sup>75</sup> E, dias depois, ainda em agosto de 1950, Mauro “engrossou a voz” taxando que “[o] presidente do PTB aqui no Estado sou eu. Não temos tutor nem admitimos tutela de elementos alheios à situação política de nossa terra e de nosso Partido”.<sup>76</sup> Assim, Mauro põe-se firme na candidatura de Jones, “[...] que nunca hostilizou o nosso chefe Getúlio Vargas [...]”.<sup>77</sup> A passagem, mais uma vez, demarca a base do acordo PSD-PTB em solo capixaba, que seria pautada pelo apoio a Getúlio Vargas, ou seja, pelos ditames da Executiva Nacional do PTB.

Seguindo a campanha, falando aos eleitores e correligionários, Saturnino afirma, em nota, que o PTB recusou a proposta da *Coligação Democrática* porque examinou “[...] o comportamento dos seus integrantes todos ou quase todos inimigos reconhecidos e declarados do Senador Getúlio Vargas [...]”.<sup>78</sup>

Assim, quando as pessoas da época se referem ao PTB como “o partido de Vargas” não parece ser apenas um recurso adjetivo, mas, sim, configura-se como um substantivo da agremiação. A forma de atuar da agremiação estava intimamente ligada aos interesses e à figura de Vargas, tanto que a justificativa para ficar com o PSD no Espírito Santo é a posição da coligação em relação ao líder, e não necessariamente, está baseada em um programa.

Outro fator de crise para o comando de Saturnino Mauro na presidência do PTB capixaba diz respeito a visita de Getúlio Vargas a Vitória-ES, por ocasião de sua campanha eleitoral. O PSP enviou ao PTB um convite para compor o comitê local de recepção a Getúlio Vargas em Vitória-ES. Respondendo à carta, Saturnino veicula um ofício endereçado ao PSP discorrendo que o PTB capixaba já organizou “O Programa de Recepção ao nosso Chefe” e que não convidou a agremiação porque “[...] o nome do nosso Chefe não pode ser invocado, nem explorado em favor dos

---

<sup>75</sup> Ibid., p. 01.

<sup>76</sup> Id., 11, ago., 1950, p. 01.

<sup>77</sup> Ibid. p. 01.

<sup>78</sup> Ibid., p. 01.

seus inimigos, como se processa no Estado”<sup>79</sup> Entretanto, torna-se salutar o destaque de que o PSP estava coligado nacionalmente com o PTB, tendo João Café Filho como candidato a vice-presidência na chapa de Vargas.

Dessa maneira, dias antes da chegada de Vargas à capital capixaba, Baeta Neves, fundador e vice-presidente do PTB, se dirige a Vitória-ES para dar conta dos preparativos da recepção ao candidato à Presidência. Quanto à presença do PSP, Neves determina que o referido partido tome parte em todas as comissões, visto este ser “[...] o desejo a mim [Neves] expresso pelo deputado Saturnino Rangel Mauro”.<sup>80</sup> A reboque, o Movimento Operário Adhemarista também foi convidado para participar da recepção. Mais uma vez, uma decisão da Executiva Estadual, no que tange ao relacionamento com outras agremiações, passa pela relação da candidatura de Getúlio Vargas com essas mesmas agremiações, sendo relativizadas as idiossincrasias da política estadual.

A indicação de Baeta Neves foi confirmada pelo discurso de Vargas, em 02 de setembro de 1950, em sua campanha na capital do Espírito Santo. Destacando a importância do Estado na exportação de ferro pelo Porto de Vitória-ES, ao falar de política estadual, Vargas fez elogiosas referências a Jones que, quando interventor, deixou um legado nos assuntos de natureza social. Por isso, o candidato a Presidente disse apoiar e indicar Jones “[...] sem que isto, entretanto, implique em animosidade ou hostilidade aos demais candidatos, nos quais, dentro do legalismo espírito de democracia, reconheço méritos e virtudes que, se for da vontade popular, serão reconhecidos”.<sup>81</sup> Dessa maneira, uma atuação mais autônoma e independente, como parece ter sido a Presidência de Saturnino no PTB capixaba, não agradaria a amplos setores do PTB capixaba.

---

<sup>79</sup> “O NOME DO nosso chefe não pode ser explorado em favor dos seus inimigos” – O presidente do PTB responde ao PSP. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 22 ago. 1950. p. 01.

<sup>80</sup> DECLARA o deputado Baeta Neves: “Não há nenhuma alteração na conduta do PTB”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 ago. 1950. p. 01.

<sup>81</sup> “JONES dos Santos Neves como governador deixou uma administração marcante sob o aspecto social. Este, portanto, é o candidato que recomendo ao eleitorado capixaba” – disse o sr. Getúlio Vargas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 02 set. 1950. p. 01.

A mudança na estratégia do PTB nacional, agora, durante a campanha de 1950, disposta a “[...] incorporar elementos não vinculados aos interesses dos trabalhadores [...]”(D’ARAÚJO, 1986, p. 66), revelou-se dificultosa enquanto o sindicalista Saturnino Mauro esteve como Presidente da agremiação. Deste modo, se “[...] o crescimento eleitoral do partido dependeu do prestígio eleitoral de Getúlio em 1945 e em 1950, e também da capacidade dos dirigentes petebistas de diversificar alianças” (D’ARAÚJO, 1986, p. 66), era necessário remover os entraves a essa nova tendência aliancista.

É sintomático que, no auge da campanha, em 03 de setembro de 1950, em artigo avulso, Armenio Clovis Jouvin, organizador do Movimento Operário Adhemarista no Espírito Santo, tenha feito uma série de denúncias e críticas ao PSP capixaba e ao jornal *A Tribuna*, segundo as quais o primeiro teria comprado a maior parte das ações do segundo. A principal crítica dá conta de que os líderes do PSP do estado se aliaram

[...] contra Adhemar de Barros e a candidatura de Getúlio Vargas, o que seria o mesmo que dizer, contra os nossos interesses programáticos comuns [...] contra o PSP, contra os anseios populares e contra o proletariado, a serviço, paradoxalmente, das candidaturas rivais<sup>82</sup>

Por fim, esbraveja Jouvin que os membros do Movimento Operário Adhemarista estariam com Adhemar de Barros e Getúlio Vargas, motivo pelo qual ingressariam nas fileiras do PTB, disputando ao lado dos petebistas as próximas eleições. Relembrando a passagem em que Saturnino veta a participação do PSP capixaba no Espírito Santo, acusando-os de serem antigetulista, Jouvin, membro influente do PSP capixaba, rompe com o partido de Adhemar de Barros justamente devido ao caráter antigetulista da agremiação, inclusive, durante a campanha em que, nacionalmente, o PSP coligou-se com o PTB de Vargas. Segundo o autor do artigo,

---

<sup>82</sup> JOUVIN, Armenio Clovis. Seção Livre: Razões de uma atitude. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 03 set. 1950. Seção Livre. p. 06.

o PSP capixaba era PSP “*made in PR*” porque fazia o jogo da UDN, do PR e do PRP.<sup>83</sup> Dessa forma, percebe-se a dificuldade do PTB capixaba em sustentar posições de maior autonomia frente ao comando nacional do partido. Se o PSP local tinha relativa autonomia para compor eleitoralmente com elementos da *Coligação Democrática*, formando uma oposição contra a chapa PSD-PTB no Espírito Santo, o PTB deveria aceitar o PSP, por exemplo, na formação da comitiva que iria receber Vargas durante a campanha, mesmo que na seção estadual do partido adhemarista houvesse um sentimento antigetulista. Isso revela uma adesão ao getulismo não de uma forma irracional, como correntemente se aventa, mas uma combinação entre getulismo e cálculo político.

Assim, no contexto do esforço de Danton Coelho na Presidência Nacional do PTB para promover decisões de cunho mais pragmáticos, e se levado em conta a Presidência Estadual da agremiação trabalhista por Saturnino Mauro, de cunho mais independente, os rumores de um racha e de uma intervenção não tardariam, e se arvoravam durante o auge da campanha, em setembro de 1950, o que o PTB capixaba negava incessantemente. Ao negar a intervenção, acusa o “[...] órgão em que as marionetes do Senador Vivacqua agem de acordo com os barbantes [...]”<sup>84</sup>, ou seja, o partido acusou seus inimigos de inventarem uma disputa pelo comando da sigla como estratégia de adversários da *Coligação Democrática* para tirar os votos da coligação estadual PSD-PTB e de Getúlio Vargas. Procurado por *A Gazeta*, José Buaiz negou ser escolhido interventor no PTB. Entretanto, mais à frente, veremos que esta negação de racha e intervenção foi também uma estratégia eleitoral.

Torna-se curioso que o mesmo Armenio Clovis Jouvin, aquele articulador do Movimento Operário Adhemarista no Espírito Santo, tenha lançado um segundo artigo em que afirma não haver nada de anormal na vida interna do PTB, “[...] estando todos os seus dirigentes na melhor harmonia e no firme propósito de

---

<sup>83</sup> JOUVIN, Armenio Clovis. O partido de Getúlio Vargas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 26 set. 1950.p. 01.

<sup>84</sup> “NÃO houve intervenção no PTB”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 15 set. 1950.p. 01.

lutarem pela vitória de Getúlio Vargas [...]”<sup>85</sup>. Diga-se curioso devido ao fato de Jouvin, menos de um mês antes e ainda na condição de elemento do PSP, ter sido organizador dos círculos operários adhemaristas, que, obviamente, não se tornariam getulistas somente por ocasião de uma aliança nacional PTB-PSP. Ao que parece, a crença em um PTB fracionado era tão intensa que, na impossibilidade de trazer à luz em plena campanha eleitoral uma intervenção nacional de modo a arbitrar o conflito em favor de uma ala, recorre-se a um elemento *outsider* como garantia de normalidade partidária na agremiação trabalhista.

No mesmo artigo, o autor relembra que o PTB foi criado para defender o legado trabalhista de Vargas, assim como para unificar a massa operária em torno dos seus postulados, mas que, nos últimos cinco anos, o partido estava em situação delicada, sobretudo, devido a ausência forçada de Vargas nas páginas políticas. Dessa maneira, tão logo o propósito de elevar Vargas às primeiras páginas políticas novamente se concluiu, publicamente, a propagada harmonia feceneu no seio do PTB capixaba.

Quinze dias após a eleição, em 03 de outubro de 1950, o novo porta-voz do PTB capixaba na ocasião da campanha eleitoral, já não escondia o que viria a ser o motivo de uma intervenção nacional no comando da sigla até então liderada por Saturnino e seus companheiros sindicalistas. Jouvin, através de artigo, evidencia que Danton Coelho estaria já reestruturando o PTB em todas as unidades da Federação, principalmente em seções como no Espírito Santo que, ao contrário do Rio Grande do Sul, do Distrito Federal e de São Paulo, que dispunham de quadros partidários e substancial eleitorado, o petebistas capixabas “[...] nunca tiveram organização nem base política [...]”. Sua leitura pauta que, no Espírito Santo, o PTB conseguiu

[...] apenas sobreviver aos cinco anos de estagnação política, por um milagre de fé e confiança em Getulio Vargas e pelo dever de gratidão de um

---

<sup>85</sup> JOUVIN, Armenio Clovis. O partido de Getulio Vargas. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 26 set. 1950. [p. 06.](#)

reduzido número de correligionários que, pelo prestígio incontestado de seu nome ou pelo seu favor pessoal, se haviam eleito ou permanecido nos cargos públicos com que haviam sido aquinhoados<sup>86</sup>.

Entretanto, a crítica à direção de Saturnino se acirrou e, no mesmo artigo, Jouvin acusa o então Presidente do PTB capixaba de não ter fortalecido a organização partidária, de modo a aproveitar o momento em que Vargas era candidato à Presidência da República pelo mesmo partido. Se o PTB não obteve sucesso era porque havia uma “[...] política individualista e fascista de alguns próceres do diretório local [...]”<sup>87</sup>, existindo, segundo Jouvin, leilão de cargos e escolha de cabos eleitorais e amigos sem expressão eleitoral.

Porém, se é perceptível a precária existência organizacional do partido nos seus cinco primeiros anos de formação, o argumento de Jouvin pode ser relativizado pelos resultados eleitorais alcançados pela sigla. Na capital Vitória-ES e nos municípios vizinhos de Vila Velha-ES e Cariacica-ES, o PTB contou com a maioria dos votos válidos para a Câmara Municipal, obtendo a maior bancada. Na capital, elegeu cinco vereadores<sup>88</sup>, contra quatro cadeiras do PSD e duas da UDN, PDC e PSP. Ressalta-se, também, que os quatro vereadores mais votados na capital eram das fileiras petebistas. Ou seja, de dois vereadores, a agremiação passou a contar com cinco novos representantes na Câmara Municipal de Vitória-ES. Já em Vila Velha-ES, reduto trabalhista, o partido obteve quatro cadeiras, contra três da UDN e duas do PSD. Em Cariacica-ES, outra cidade vizinha à capital, elegeu três vereadores, mesmo número da UDN e do PSD. Em Cachoeiro de Itapemirim-ES, considerada a segunda maior cidade capixaba na época, também um município de efervescência política e operária, Nelo Vola Berelli elegeu-se Prefeito Municipal pelo PTB.

---

<sup>86</sup> JOUVIN, Armenio Clovis. Trabalhismo, palavra de ordem. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 18 out. 1950. p. 06.

<sup>87</sup> Ibid., p.06.

<sup>88</sup> Foram eles Mario Gurgel; Theophilo A. da Silveira; Adir Sebastião Baracho; Isaac Los Rubim e João Felix da Silva, pela ordem crescente de votação.

Já na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, o PTB conseguiu eleger os deputados Floriano Lopes Rubim, Ely Junqueira, Domício Mendes, Argilano Dario, Sebastião da Rosa Machado e Lauron Calmon Nogueira da Gama. Dessa maneira, se na primeira eleição contou com dois deputados (Saturnino Mauro e José Monteiro Peixoto), nas eleições de 1950 aumentou a bancada para seis deputados.

Para um partido ainda com uma organização incipiente, foi um crescimento considerável. Nas eleições de 1950, o PTB configurou-se como o partido com o maior crescimento de bancada na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Dessa forma, se observadas, também, as notícias da intervenção antes mesmo das eleições de 1950, a relativização do desempenho eleitoral como razão da saída do grupo de Saturnino do comando do PTB ganha ainda mais musculatura.

Porém, se a nomeação de Salgado Filho para presidente do partido em 1948 demonstrou uma virada nos interesses partidários, agora voltados a abarcar setores dominantes da política capixaba, o PTB capixaba, dois anos depois, tratou de entrar nos eixos desejados pela Executiva Nacional. Se “[...] três anos de vida partidária haviam demonstrado que era impossível mantê-lo sob a administração de líderes classistas sem experiência política [...]” (D’ARAÚJO, 1996, p. 52) contra os interesses de empresários e burocratas há muito ambientados com as disputas pelo poder, no caso capixaba, mesmo uma liderança sindical com experiência e relativo peso político, não lograria êxito na luta contra esses interesses.

Se já havia um motivo, uma ideia corrente nas hostes petebistas opositoras ao comando da sigla por Saturnino Mauro, também já havia um nome para substituí-lo. Menos de um mês depois das eleições, Jouvin anunciou o novo Presidente do PTB capixaba, Edson Pitombo Cavalcanti, apoiado pela Executiva Nacional e por Getúlio Vargas. Tratava-se, agora, de reformular o partido e alijar dos postos de comando os líderes do primeiro momento de formação.

Procedendo-se às eleições municipais de 1951, Saturnino Rangel Mauro perdeu a Prefeitura de Vila Velha-ES para o médico Antônio Bezerra de Faria, da UDN. Esse parece ter sido um duro golpe para Saturnino, que, após perder as eleições, foi

excluído do diretório municipal do PTB, ainda em 1951. Dessa maneira, o comando da sigla por Saturnino Rangel Mauro parece estar intimamente ligado com o prestígio da *ala do jornal da Duque de Caxias* nos bairros operários de Vila Velha-ES. Quando não foi capaz de transformar tal prestígio em votos, a ala canela-verde se dividiu, Domício seguiu seu caminho para apoiar a nova ala vencedora, e Saturnino passou a ser visto como alguém que procede sob a “política individualista e fascista”.<sup>89</sup> Há que se ressaltar, também, que havia cinco anos que o Brasil tinha participado da Segunda Guerra Mundial, combatendo em possessões italianas, berço do fascismo. Os soldados brasileiros voltaram ovacionados pela sociedade e diversos estados fundaram ligas anti-fascistas, que foi o caso do Espírito Santo. Dessa maneira, *fascista* à exemplo de *comunista*, era um atributo depreciativo autoevidente, que justificava qualquer sanção punitiva contra o seu portador.

#### 2.4 A ALIANÇA ENTRE O GETULISTA DE PRIMEIRA HORA E O HOMEM DA GAITA: A EXCLUSÃO DOS DISSIDENTES

Passada as eleições de 1950, com a vitória de Getúlio Vargas para a Presidência da República e o sucesso da chapa estadual PSD-PTB, não havia mais motivos para se esconder a intervenção da Executiva Nacional. Agora, tratava-se de dar maior musculatura ao Partido, pacificar e promover a coexistência das alas divergentes na organização.

Nesse sentido, Clovis Jouvin escreveu um artigo explanando que o partido capixaba passava por uma fase de “[...] renovação, afastados os destroços [...]”, sob a Presidência de um “[...] getulista de primeira hora Edson Pitombo Cavalcanti, com o apoio irrestrito da Executiva Nacional e do próprio Presidente Getúlio Vargas, bem

---

<sup>89</sup> JOUVIN, Armenio Clovis. Trabalhismo, palavra de ordem. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 out. 1950.p. 01.

como prestígio pela maioria petebista local”<sup>90</sup>. A missão de Cavalcanti seria fazer o partido crescer em termos de organização partidária e, para isso, o PTB contaria com um veículo de publicidade próprio com “[...] grande e moderno jornal diário [...]” e também “[...] expurgará todos os aproveitadores e traidores [...]”, sendo seus diretórios “[...] células de permante irradiação ideológica e de vigilância na aplicação de seus postulados [...]”, “[...] cooperando lealmente com o governo Jones dos Santos [...]”.<sup>91</sup>

Edson Pitombo Cavalcanti foi, desde a fundação, Presidente de honra do PTB capixaba. Antes disso, durante o Estado Novo, foi Inspetor Chefe do Trabalho, Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, cooperou na implantação e execução da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), tendo organizado e dirigido o Serviço de Alimentação da Previdência Social, *SAPS*,<sup>92</sup> até 1945. Trata-se, dessa maneira, de uma figura com trânsito livre entre as lideranças nacionais do trabalhismo. Não foi ocasional, assim, que se tornou o interventor na Executiva Nacional após a destituição de Saturnino Mauro da Presidência do PTB estadual.

Essa ligação com lideranças nacionais está presente em uma nota oficial assinada pelo PTB nacional. Na nota do presidente da Comissão Executiva Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, Danton Coelho, “[...] considerando os inexplicáveis e descabidos rumores que têm chegado ao meu [de Danton] conhecimento acerca da situação reinante nos meios petebistas espiritosantenses [...]” diz que a destituição da antiga Comissão Executiva Estadual, sob a presidência de Saturnino, se deu devido a “[...] imperiosos motivos disciplinares [...]” e “[...] relevante interesse partidário [...]”. Nesse sentido, Coelho esclarece que Edson Pitombo Cavalcanti, “[...] pela sua elogiável firmeza e lealdade partidária [...]”, conta com seu apoio da referida Comissão e de Vargas, e conclama aos petebistas para apoiá-lo “[...] nos trabalhos de reestruturação e soerguimento do partido [...]”. Por extensão, cumprimenta o PSD

---

<sup>90</sup> Ibid., p.01.

<sup>91</sup> Ibid., p. 01.

<sup>92</sup>Autarquia criada por Vargas a partir de 1940 que congregava restaurantes populares com espaços de lazer e de promoção cultural.

por colaborar na “[...] vitória de nossos ideais políticos personificados na figura exponencial do grande líder GETÚLIO VARGAS [...]”.<sup>93</sup>

Em sua defesa, Saturnino Mauro sobe à tribuna da Assembleia Legislativa Estadual para ressaltar ser um falso pretexto o de que foi retirado porque não queria deixar a Presidência do partido. Dessa maneira, anuncia que recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral contra os “[...] sem escrúpulos, espia-marés, legítimos fomentadores da discórdia nos meios trabalhistas do Espírito Santo [...]”.<sup>94</sup> Esse episódio demonstra o que D’araujo (1996) obsejou como uma das principais marcas do PTB nacional, existente também na seção estadual: o deslocamento do conflito para o campo jurídico, sendo o partido que mais apelou a Justiça Eleitoral no período de 1945 a 1964.

Durante um mês, pelo menos, o imbróglio do comando do PTB capixaba permaneceu na esfera judicial. O oficial *porta-voz do partido*, Armenio Clovis Jouvin, mais uma vez, escreve um artigo para justificar que seus textos haviam tratado não da reestruturação do PTB no Espírito Santo, mas sim “[...] da organização real e definitiva da seção estadual do Partido Trabalhista Brasileiro [...]”, uma vez que o partido “[...] não passara de um aglomerado de remanescentes getulistas da campanha de 45, sem enquadramento partidário, dirigido por elementos de pouca expressão na política regional [...]”<sup>95</sup>, não tendo, portanto, planejamento e cartas na manga para enfrentar uma eleição favorecida com a candidatura de Vargas.

Este conflito parece demonstrar que havia uma pressão para se buscar filiações muito mais pautadas nos ganhos eleitorais do que na identificação programática. A intervenção no PTB capixaba se efetivou em setembro de 1950, mas seu começo pode ser detectado já em 1947. Nos dias 5 a 10 de março de 1947, ocorreu a II Convenção Nacional do PTB, que aprovou uma reforma nos estatutos, o aumento do Diretório Nacional e promoveu a eleição de nova Comissão Executiva. Essa

---

<sup>93</sup> COELHO, Danton. Aos correligionários do Espírito Santo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 09 set. 1950.p. 01.

<sup>94</sup> ONTEM, na Assembleia... **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 10 set. 1950.p. 01.

<sup>95</sup> JOUVIN, Armenio Clovis. Cena Final. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 11 nov. 1950.p. 01.

reforma visou a ampliar a participação de diferentes regiões do país nos rumos partidários, ao mesmo tempo que visava a englobar novos setores sociais no partido, diminuindo o número de trabalhadores em favor de políticos mais abastados e de maior tradição.

Quando Jouvin defende que o partido “[...] não passara de um aglomerado de remanescentes getulistas da campanha de 45, sem enquadramento partidário, dirigido por elementos de pouca expressão na política regional [...]”<sup>96</sup>, parece estar falando da existência de lideranças sindicais e trabalhadores na direção do partido sem terem, entretanto, envergadura eleitoral. O argumento do ex-adhemarista de que a direção contava com “[...] decisões um tanto estabanadas e personalíssimas de um presidente que pretendia poder dirigi-lo a seu bel-prazer, como se o partido fosse propriedade sua [...]”<sup>97</sup> parece ser uma crítica ao desempenho isolacionista e independente do PTB comandado por Saturnino Mauro, entrave, ao que parece, da entrada de outros setores sociais no partido<sup>98</sup>

Mas os quase cinco anos da presidência de Saturnino Mauro no PTB capixaba lhe deu credenciais para seguir lutando pela presidência. Segundo *A Gazeta*, Mauro se comportava ainda como presidente, porque “[...] comanda[va] igualmente uma forte parcela do PTB do interior [...]”<sup>99</sup>, convocando, inclusive, uma reunião do partido com a participação de Membros do Diretório. Dessa maneira, outro atrito acabou se desenhando: uma ala ligada ao sindicalista de Vila Velha-ES, Saturnino Mauro, aliada a elementos do interior, contra uma ala ligada a um empresário de Vitória-ES, José Buaiz, aliado a um burocrata com trânsito nacional, Edson Pitombo Cavalcanti. A acusação, dessa vez, era a de que Saturnino estava liderando uma dissidência no seio da agremiação. Diante disso, a nova direção do PTB capixaba o ameaçava com o abandono de sua candidatura a Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, por ter sido

---

<sup>96</sup> Ibid., p. 01.

<sup>97</sup> Ibid., p. 01.

<sup>98</sup> Ibid., p. 01.

<sup>99</sup> MORCEGANDO... 14 nov. 1950.p. 01.

conseguido devido à impugnação das urnas no município.<sup>100</sup>

Ainda no mês de novembro de 1950, noticia-se um possível acordo no PTB capixaba. A nova Executiva teria obtido o seu registro junto ao TSE e, em dezembro, o partido iria se reunir para definir os postos de comando da agremiação, acomodando as duas alas. Nesse acordo, Saturnino teria seu lugar na Executiva e o partido se empenharia na sua candidatura em Vila Velha-ES.<sup>101</sup> A ameaça do abandono de apoio à sua candidatura revela a ideia, antes aventada, de que a força interna de Saturnino pelo comando da sigla dependia, em grande medida, do seu sucesso eleitoral, principalmente em Vila Velha-ES.

Dias depois do possível acordo entre a ala rangelista e pitombista, Edson Pitombo Cavalcanti já dava entrevistas criticando o comando anterior do PTB capixaba e traçava planos de reestruturação partidária. Para fim de reestruturação, o Estado foi dividido em três zonas políticas: “[...] a norte, convergindo para Colatina, a centro, com jurisdição em Vitória, e a sul, dependente de Cachoeiro do Itapemirim”.<sup>102</sup> A organização, nesses moldes, “[...] contem algumas inovações, tais como a criação de Diretórios Regionais e de Agrupamentos Políticos, com a manutenção, entretanto, das determinações estatutárias e dos Diretórios Municipais como postos-chave do nosso sistema político [...]”<sup>103</sup> À medida em que faria a reestruturação, Cavalcanti anuncia que a nova direção tomaria medidas contra elementos que ainda, segundo ele, interferiam na estabilidade do partido, para “[...] proceder ao saneamento político que se fizer mister [...]”<sup>104</sup> Dessa maneira, se Saturnino gozava de prestígio com os petebistas do interior do Espírito Santo, a reestruturação do PTB com a nova divisão por regiões poderia encaminhar aos postos de comando do partido os apoiadores da nova gestão partidária.

---

<sup>100</sup> JOUVIN, Armenio Clovis. Ineditoriais: Eis o homem. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 14 nov. 1950.p. 06.

<sup>101</sup> MORCEGANDO. 24 nov. 1950, p. 01.

<sup>102</sup> EDISON Pitombo, líder do PTB capixaba, delcara: “Toda a nossa atenção está devotada à reestruturação do Partido e à cooperação com o governo do sr. Jones dos Santos Neves”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 30 jan. 1951.p. 01.

<sup>103</sup> Ibid., p. 01.

<sup>104</sup> Ibid., p. 01.

Já dissemos que a liderança de Saturnino Mauro partia de um município em que os trabalhistas conseguiam fazer frente às outras siglas, qual seja a cidade de Vila Velha-ES. Com a eleição, em 1950, de Jones dos Santos Neves para a Governadoria do Estado, cabia ao PTB a indicação para cargos na administração estadual. Dito isso, Edison Pitombo Cavalcanti informou que consultou as bases para escolher o nome do PTB para a Secretaria de Educação do Estado, Prefeitura de Vitória-ES, diretoria do Departamento de Municipalidades e Secretaria de Saúde. A região sul indicou um nome para a Secretaria de Saúde; Vitória-ES (região central) a de seu prefeito; Colatina-ES (região norte) e São Mateus-ES, respectivamente, os nomes dos diretores dos Departamentos de Municipalidades e de Saúde<sup>105</sup>. Embora as fontes não mostrem os nomes dos escolhidos, essa divisão das hostes petebistas por região, efetivada por essa consulta às bases partidárias sob essa divisão, parece também dizer respeito a manobra de alijar Mauro e seu grupo de trabalhistas de Vila Velha-ES das decisões importantes do partido.

Quanto à aliança com o PSD, ocasionada pelas eleições, Pitombo Cavalcanti foi descrito como “[...] o campeão da aliança entre as duas forças políticas e o seu maior apologista [...]”<sup>106</sup>. Isso parece ser também um dos elementos chaves para a intervenção da Executiva Nacional no PTB capixaba.

Saturnino, durante sua presidência no partido, não foi um entusiasta dos elementos pessedistas. Sua atuação na Assembleia passou de uma neutralidade para oposição ao então governador do Estado, liderança forte do PSD, Carlos Lindenbergh. Ao que parece, se Saturnino não foi tirado da presidência por flertar com a *Coligação Democrática* ou por defender um viés mais independente para o PTB durante as eleições de 1950, sua retirada se deveu ao não desejo de que ele comandasse as indicações para os cargos resultantes dessa aliança. De qualquer forma, a aliança com o PSD não parece ter sido algo defendido com entusiasmo pelo ex-presidente, Saturnino Mauro, ficando a decisão por aquela a cargo da decisão da Executiva

---

<sup>105</sup> Ibid., p. 01.

<sup>106</sup> Ibid., p. 01.

Nacional.

Efetivada a intervenção na direção do PTB capixaba, tratou-se de organizar um Comitê Político de Reestruturação, em que figuraram o próprio Cavalcanti, José Alexandre Buaiz e Dylo Guardia de Carvalho.

A permanência de José Buaiz no centro de comando do PTB revela que, se este não fora um dos interlocutores do pedido de intervenção no PTB capixaba, pelo menos, pertencente à ala de Saturnino Rangel Mauro também não era. José Buaiz foi o vice-presidente do partido quando Saturnino era o presidente. Sua permanência durante a reestruturação é sintomática, revela uma aliança com o grupo de Pitombo Cavalcanti.

Já afirmamos a origem social de Buaiz, abastado empresário da capital. Durante as conversas para as eleições de 1950, Buaiz e Mauro aparecem como os interlocutores do PTB na candidatura de Jones do Santos Neves, do PSD. Se Saturnino era o garantidor de votos, “[...] o sr. José Buaiz... bem, infelizmente, a colônia síria não vota... mas tem a ‘gaita’.<sup>107</sup> A reportagem que noticia tal acordo apresenta duas lideranças assentadas em garantias diferentes: a de Saturnino Rangel Mauro, em votos, e a de José Alexandre Buaiz, em seus recursos financeiros, a dita “gaita”.

Já aproximando-se a eleição, *O Radical*, jornal carioca ligado ao PTB nacional, republicado em *A Gazeta*, faz elogios a José Buaiz. A nota o apresenta como um “[...] acatado e conceituado negociante e industrial [...]”, dotado de “[...] altas qualidades morais e intelectuais, o industrial, comerciante e bacharel [...]”. Ressaltando suas atividades comerciais, aponta para as “[...] iniciativas que visam o bem da coletividade [...]”. Diante de tantos adjetivos, “[...] deve-lhe o esporte inúmeros favores [...]”, sendo que seu principal feito foi porque “[...] patrocinou a gravação dos hinos do PTB e de Getúlio Vargas [...]”. Por fim, fala de outros grupos, nos quais “[...] faz parte da Associação Comercial, Associação dos Representantes

---

<sup>107</sup> CRUZEIROS & Centavos. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 30 dez. 1949.p. 01.

Comercial, Associação Profissional de Comércio Atacadista e do Rotary Club. [...]”<sup>108</sup>

Percebe-se, dessa maneira, que o chamado na época *homem da gaita*, no momento de demonstrar suas credenciais para a candidatura a deputado, não o faz através de seus feitos em acordo com o programa do PTB, mas sim sob os favores a ele devidos, sendo o principal o uso da “gaita” para fazer propaganda do partido.

A força do *getulista de primeira hora*, amigo pessoal de Vargas, Edson Pitombo Cavalcanti, adicionada a força dos recursos financeiros do *homem da gaita*, José Alexandre Buaiz, não foram páreo para a liderança de Saturnino Mauro. Cabia agora, depois de retirado da presidência, manobrar o partido de modo a neutralizar a força do sindicalista.

Em fevereiro de 1951, Pitombo Cavalcanti foi nomeado por Vargas como Diretor Geral do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), autarquia fundada sob o comando do mesmo Cavalcanti. O destaque da cerimônia de posse demonstra mais uma derrota política de Saturnino Mauro. Domício Mendes, ex-prefeito e aliado de Mauro em Vila Velha-ES, agora deputado estadual, elogia Edson Cavalcanti e sua atuação, posto que “[...] via encerrados todos os mal entendidos e participava do pensamento geral dos petebistas capixabas [...]”. Em retribuição, o novo diretor geral do SAPS mostrou-se “[...] comovido com a atitude do deputado petebista, disse que agora estava definitivamente unida a família petebista espírito-santense [...]”.<sup>109</sup> A demonstração do novo deputado estadual soa como, senão um rompimento com o antigo presidente do PTB, Mauro, uma adesão a liderança do novo Presidente da sigla, Cavalcanti. A hipótese, neste caso, é que a liderança trabalhista em Vila Velha-ES estivesse, nesse momento, sendo disputada por Mauro e Domício Mendes. De qualquer forma, a resposta de Pitombo ao gesto de Mendes demarca uma passagem de tempo: do passado, em que Domício Mendes era aliado de Mauro, para o *agora*, de união da família petebista, após aquele gesto elogioso e

---

<sup>108</sup> JOSÉ Alexandre Buaiz, um nome que é uma afirmativa de trabalho e realizações. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 26 ago. 1950.p. 01.

<sup>109</sup> FALA à A Gazeta o novo Diretor Geral do SAPS Edison Pitombo Cavalcanti. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 21 fev. 1951.p. 01.

de adesão<sup>110</sup>

A hipótese defendida neste tópico é a de que Saturnino Mauro fora retirado pelo partido devido às repercussões da tese nacional, defendida na II Convenção Nacional, em 1947, de que um partido nas mãos de lideranças sindicais seria inviável. Era necessário a incorporação de elementos de outros setores sociais, inclusive, de empresários. Nesse sentido, em 1951, durante o processo de reestruturação partidária, o empresário e membro do Comitê Político de Reestruturação Partidária, José Buaiz, argumentou que “[...] a vida do PTB no Espírito Santo será marcada, de início, por um amplo movimento de reestruturação [...]”<sup>111</sup>. Essa reestruturação, segundo o abastado comerciante, seria “[...] em todos os sentidos, incluindo-se também, o voluntariado político-partidário, destinado a receber quantos queiram fortalecer as nossas fileiras com suas adesões e sua colaboração [...]”<sup>112</sup>. Assim, parece ter havido uma mudança no recrutamento das bases partidárias. Com os novos comandantes, as origens dos novos filiados pouco importavam, senão seu desejo de colaborar com o maior peso da sigla. Continuando, afirma, portanto, que buscaria apoiadores de “todos os setores” e municípios, “[...] trabalhando, como se vê, não apenas pelo engrandecimento do Partido mas pela arregimentação dos valores expressivos [...]”.<sup>113</sup>

No dia 25 de maio de 1951 chegava ao fim a reestruturação dos quadros do PTB capixaba. Convocada pela Comissão Reestruturadora Estadual e seu Comitê Político, a Assembleia Estadual elegeu o Diretório Estadual e a respectiva Comissão Executiva, com mandatos por dois anos. Antes da reunião, porém, ocorreu a reestruturação dos diretórios municipais da capital e do interior. Assim, 25 diretórios municipais enviaram seus delegados, sendo a eleição processada por aclamação, obedecendo ao critério de proporcionalidade, levando-se em conta o coeficiente eleitoral partidário obtido nas últimas eleições, situações político-econômicas locais e

---

<sup>110</sup> Ibid., p p. 01.

<sup>111</sup> FORTALECIDOS os laços do acordo PTB-PSD. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 28 fev. 1951. p. 01.

<sup>112</sup> Ibid., p.01.

<sup>113</sup> Ibid., p. 01.

outros detalhes não divulgados, cabendo aos próprios delegados municipais a escolha de seus representantes ao Diretório. Escolhido o Diretório Estadual<sup>114</sup>, passou-se a eleição da Comissão Executiva, que ficou composta nos seguintes termos: Presidente, Edson Pitombo Cavalcanti; 1º vice-presidente, José Alexandre Buaiz; 2º vice-presidente, Nelo Vola Boreli; 3º vice-presidente, Fernando Pinto Aleixo; Secretário geral, Argilano Dario; 1º secretário, Ely Junqueira; 2º secretário, José Rodrigues Oliveira; 3º secretário, Altamir Faria Gonçalves; Tesoureiro-geral, Antonio Jacob da Paixão; 1º tesoureiro, Floriano Lopes Rubim; 2º tesoureiro, Luiz Batista; 3º tesoureiro, Joanito Campos; Conselho Fiscal, Alci de Almeida, Domício Mendes, José Ribeiro Martins, José Rios Junior, Isaac Lopes Rubim; Suplentes, Edgard Daumas de Almeida, Eudete de Souza Cruz, José Santana, Evaldo Ribeiro da Costa e Manoel Marcondes de Souza.<sup>115</sup>

É curioso como a prometida inclusão de Saturnino Mauro na nova Comissão Executiva não se efetivou. O sindicalista de Vila Velha-ES era, ainda, candidato a Prefeitura de Vila Velha-ES, eleição não realizada até maio de 1951, e não exercia nenhum outro cargo eletivo. Assim, se a presidência do PTB ficou com o *getulista de primeira hora*, Cavalcanti, e a vice-presidência com o *homem da gaita*, Buaiz, a não participação de Mauro em eleições parece ter tirado - o que também reforça a ideia

---

<sup>114</sup> Jabaeté (atual Viana): Alvino de Oliveira Pádua; Cariacica: Luiz Gonzaga Ribeiro da Silva e Jocarly Gomes Sales; Serra: Edson Juraci e Borges Miguel; Mimoso do Sul: Eli Junqueira, Evaldo Ribeiro de Castro, Rubens Rangel e João Maximiano Guarçoni; Cachoeiro do Itapemirim: Nelo Vola Boreli, Sebastião da Rosa Machado, José Santana e José Rios Junior; Alegre: José Rodrigues de Olivera, Arquimimo Lugon dos Reis, Eliezer de Souza e Nacib Tanure; Barra de Itapemirim: Manoel Marcondes de Souza e Antonio Carvalho; Itaguaçu: Lauron Calmon Nogueira da Gama; Colatina: Alci de Almeida, Lourenço Pereira Cardoso e Manoel Mendonça Peixoto; São Mateus: Joel Guilherme da Silva e Ari Afonso dos Santos; Linhares: Antonio Elias; Conceição da Barra: Bento Daher; Aracruz: Landerico Ferreira Lamego; Castelo: Rassine Gonçalves; Santa Tereza: Jonas Lobato; Anchieta: Antonio Ribeiro da Silva; Domingos Martins: Joanito Campos e João Mario Pitanga Pinto; Ibirapu: Jocelin Rocha dos Santos; Guarapari: Alcides da Costa Oliveira; Afonso Claudio: Miguel Jones e Antonio Costa; Fundão: Eudete de Souza Cruz; Iconha e Itapoama: Edgard Daumas de Almeida; Barra de São Francisco: Nino Ribeiro de Oliveira e Floriano Lopes Rubim; Baixo Guandu: Luiz Batista e Walter Magalhães; Muniz Freire: Dermeval Ribeiro Soares; Iúna: Manoel Correia Dantas. MOVIMENTO Partidario. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 30 mai. 1951.

<sup>115</sup> O PTB capixaba encerrou a reestruturação dos seus quadros partidários. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 26 mai. 1951. p. 01.

anteriormente defendida – o foco de onde emanava sua liderança, os números eleitorais depositados em seu nome.

Cinco meses após a propagada reestruturação do PTB capixaba, as dissidências ainda não haviam sido suturadas. O jornal *A Gazeta* desferiu que, apesar de estar no governo com Getúlio Vargas e se apoiar integralmente pessoal e politicamente no referido líder, “[...] dele fazendo uma bandeira [...]” é de se estranhar que o partido “[...] sofra tais desagregações, admissíveis, mais claramente, em partidos opocisionistas [...]”.<sup>116</sup> Para defender esse ponto de vista, o jornal argumenta que a seção estadual possuía não mais uma ala dissidente, mas uma *filial*. A publicação toca num ponto chave: o apoio e referência a Vargas, que poderia ser o ponto de coesão e convergência dos trabalhistas, por si só não bastava para cimentar um pacto infrapartidário. Como a principal referência não arbitrava nessas questões, as brigas ganhavam contornos *ad eternum*.

Os líderes dessa nova *filial* defendem-se argumentando o que pode ser identificado com elementos presentes no PTB durante a presidência de Saturnino Mauro. Para eles, os dissidentes trabalham por um

[...] trabalhismo nacional, mas dentro de sua verdadeira expressão, sem fazer do PTB um simples cabide de empregos, sem fazer do PTB um simples caudatário de outras agremiações partidárias, quando o nosso predomínio poderia ser explicado para uma legítima política popular [...].<sup>117</sup>

As críticas estendem-se às negociações por cargos nas autarquias federais e estaduais empenhadas pela nova direção partidária de Cavalcanti e Buaiz. Por fim, o jornal identifica os diretórios municipais do interior capixaba como *locus* de rebeldia. Esses elementos identificam a liderança de Saturnino por trás dessa filial. Outro elemento presente neste conflito diz respeito a um dilema de Angelo Panebianco (2005), em que o equilíbrio entre incentivos coletivos ou incentivos seletivos torna-se

<sup>116</sup> SERÃO expulsos os dissidentes do PTB? *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 16 out. 1951.p. 01.

<sup>117</sup> Ibid. p.01.

um dos paradoxos da formação de um partido.

Nesse sentido, a mesma reportagem de *A Gazeta*, que deu voz aos dissidentes, retrata que o antigo aliado de Rangel Mauro, Domício Mendes defendeu a exclusão dos dissidentes, fato que corrobora a tese de rompimento entre os dois petebistas canela-verdes e a possível disputa pela liderança em Vila Velha-ES.

A reação da Comissão Executiva do PTB capixaba não tardou em chegar. No dia 16 de outubro de 1951, um ano e um mês depois da intervenção da Executiva Nacional na presidência de Saturnino Mauro, definiu-se por sua exclusão do diretório de Vila Velha-ES, além da retirada de outros líderes da dissidência: Luiz de Palma Lima (diretório de Vitória-ES), Antonio Carvalho (diretório de Barra de Itapemirim-ES) e Arnaldo Andrade, do Diretório Estadual. Apesar de continuarem no partido, a dissidência liderada por Saturnino perdia sua última arma na luta interna do partido.

Retirado de qualquer posto de comando no PTB/ES, somando-se a derrota de sua candidatura à Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, Saturnino Rangel Mauro não suportou a pressão interna. A pouca autonomia do partido em suas seções estaduais acirrava a convivência conflitiva entre sindicalistas, empresários e burocratas, que não chegaria ao fim. Mas, no PTB capixaba estava definida, provisoriamente, com a aliança das forças daqueles que têm os pesos da *amizade* e da *gaita*.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A afirmação de Angela de Castro Gomes (2005) de que, diante do patrocínio oficial de Vargas à formação do PSD e de seu empenho na candidatura de Eurico Gaspar Dutra, em 1946, o PTB era visto, em sua formação, como “[...] um filho dileto, porém espúrio, cujo franco e rápido reconhecimento poderia causar problemas [...]” (GOMES, 2005, p. 283), dá a dimensão da crise que esse pensamento causaria em um partido criado sob a mística do varguismo.

Enquanto um partido carismático, em que “[...] o líder se torna para o eleitorado, assim como para uma parte majoritária dos militantes, o intérprete autorizado da política do partido [...]” (PANEBIANCO, 2005, p. 98), esperava-se que esse elemento arbitrasse sobre suas dissidências e seus conflitos internos, porém, Getúlio Vargas negava ao PTB o peso de sua mão para direcioná-lo, sob risco de despertar a ira do partido caudatário de sua estabilidade política, o PSD.

Dessa forma, o nascituro partido carismático comportou sucessivos conflitos internos durante boa parte de sua existência. Em sua fase inicial, discursivamente, as disputas nos conflitos caíam na discussão sobre quem seria mais agraciado pelo líder, que poderia defender melhor seu legado e sua permanência política. Por isso, no PTB capixaba, a disputa se dava por quem era mais getulista. Se, em 1950, Saturnino foi retirado da Presidência por ser um elemento traidor dessa tarefa, sua defesa, na tribuna da Assembleia Legislativa, acusava seus perseguidores de falsos getulistas.

Em um momento de constante apelo à figura de Getúlio Vargas como o cimento da organização, o cenário mostrou-se dificultoso para uma liderança como a de Saturnino Rangel Mauro, primeiro Presidente do PTB estadual, que tão logo se elegeu deputado, em 1947.

Mauro era ligado aos sindicatos e aos bairros operários urbanos e buscava uma atuação, senão mais independente, de caráter menos aliancista para o PTB. Quando perdeu a eleição para a Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, cidade vizinha à capital, foi retirado de qualquer cargo de direção do partido, embora, um ano antes, já houvesse sido retirado do comando do PTB.

O pretexto da saída de Mauro era o de que ele não preparou o partido com candidaturas de envergadura eleitoral no Espírito Santo, de modo que se aproveitasse a oportunidade da eleição de Vargas, pelo PTB, em 1950, sendo o ápice dessa não preparação o seu descuido na recepção do líder máximo na sua campanha eleitoral, que passava por Vitória-ES.

Entretanto, como vimos, tal justificativa pode ser relativizada, já que o partido comportou o maior crescimento de bancada na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, era a maior bancada nas Câmaras Municipais de Vitória-ES, Vila Velha-ES e Cariacica-ES e ainda elegeu um prefeito em Cachoeiro de Itapemirim-ES, cidade capixaba importante para a política da época.

Desde 1947 o comando nacional do PTB tentava retirar o partido das mãos dos trabalhadores, de modo a abrir o leque das filiações partidárias, abrigando diversos segmentos sociais. O partido também pendia para uma política de alianças com os diversos partidos que apoiassem Vargas. Assim, a preocupação era a de que os trabalhadores e sindicalistas não possuíam capilaridade eleitoral.

Porém, Saturnino Mauro, até 1950, possuía uma relativa base eleitoral. Quando não disputou nenhuma eleição, sintomaticamente, foi removido do comando da sigla e excluído do diretório municipal por esforço de um empresário, José Buaiz, e de um burocrata, Edson Cavalcanti. Um tinha os recursos financeiros, o outro, bom trânsito nacional.

Parece-nos, então, que a legitimação do poder de Saturnino no partido vinha das urnas. A postura de maior independência dele pareceu ser um entrave às alianças. Sua aposta, aventa-se, foi a de se aliar a lideranças locais, como Oscar Paulo, Domício Mendes e outros elementos do interior, muito mais do que promover alianças a outras agremiações, apostando mais na força da influência local para os votos, do que nas alianças partidárias.

Por isso, quando Mauro não passou pelo crivo das urnas, e ainda perdeu a eleição para a Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, em 1951, pereceu diante de outros dois interesses. Dessa forma, o conflito originário na formação do PTB nacional, revela-se em solo capixaba. Na ocasião, a ala sindicalista foi retirada do poder por ocasião da aliança entre a ala ligada aos burocratas, “amigos de primeira hora de Vargas”, e a ala ligada aos empresários, “os homens da gaita”. Faltava a Saturnino a força das amizades e da gaita, restava-lhe apenas a força dos votos, situação dificultosa em um ambiente marcadamente rural e oligárquico.



### **3 O FIM DA ALIANÇA ENTRE O *GETULISTA DE PRIMEIRA HORA* E O *HOMEM DA GAITA* NA COALIZÃO DOMINANTE: A ESTRUTURAÇÃO DO PTB CAPIXABA E SUA ATUAÇÃO NAS MÁQUINAS ADMINISTRATIVAS ESTADUAL E FEDERAL (1951 – 1953)**

#### **3.1 DE DISSIDENTES DE FANCARIA A COMPANHEIROS DAS PRIMEIRA HORA DESAVISADOS**

Fugindo de teorias que antagonizam a atuação de lideranças individuais dentro de um partido, ora enfocando sua autonomia para tomar decisões, ora privilegiando os limites impostos aos atores individuais, Angelo Panebianco (2005) propõe uma leitura diferenciada sobre os processos decisórios nos partidos políticos. Segundo seu enfoque, a dualidade acima citada é uma falsa questão, haja vista que tais análises privilegiam a simples atuação individual de um político e se afastam da ideia de que “[...] na maior parte dos casos, trata-se [os partidos] de coalizões de indivíduos e/ou de grupos [...]” (p. 28). Ou seja, os processos decisórios passam pelo crivo de negociações internas, em que os agentes organizativos são influenciadores recíprocos. Por isso, a chamada *coalizão de decisão* é produto da necessidade de se manter o equilíbrio organizativo, congregando-se interesses diversos, limitando-se, assim, uma pretensa *liberdade de escolha*. (PANEBIANCO, 2005, p. 28)

Por isso, “[...] cada decisão deve ser considerada como o resultado - negociado explícito ou implicitamente - de uma pluralidade de forças no interior da coalizão [...]” (PANEBIANCO, 2005, p. 28). Se há uma *coalizão majoritária* – ou *dominante* - que decide, há também uma, ou mais, *coalizações alternativas* que ambicionam chegar ao posto de comando e, por isso, anseiam para que um erro seja cometido na direção partidária. Isso posto, para o autor, limita-se a *liberdade de escolha* de cada

liderança partidária.

Se, por um lado, a *liberdade de escolha* é limitada pelas negociações internas entre as coalizões, Panebianco (2005) não descarta sua presença nos partidos políticos, uma vez que há uma miscelânea de objetivos específicos dentro de cada organização, sendo que cada partido é perseguido com estratégias e dinâmicas próprias.

O que se questiona em uma análise partidária, portanto, é em que medida uma agremiação, em determinado tempo histórico, é dominada por uma *coalização majoritária* com mais ou menos liberdade de escolha. Trata-se de um dos dilemas cruciais na vida de um partido, apresentado por Panebianco (2005). Para se manter dominante, uma *coalizão dominante* “[...] deve levar em consideração as exigências organizativas próprias da organização no seu funcionamento cotidiano e deve “antecipar” as reações dos seus adversários [...]” (PANEBIANCO, 2005, p. 28). Advém, também desse dilema, um limite para a liberdade de escolha. Em outras palavras, uma coalizão pode ser dominante, mas a organização correria o risco do desequilíbrio, e do conseqüente esfacelamento, se ela se comportasse como dominadora na acepção mais autoritária da palavra, em que pressupõe um outro passivo. O dilema latente está em

[...] mecanismos poderosos, que tendem a limitar a todo momento a liberdade de manobra dos líderes organizativos, e de esforços contínuos por parte desses últimos para evitar esses limites e ampliar ao máximo a própria liberdade de manobra (PANEBIANCO, 2005, p. 29).

Dito isso, a história do PTB no Espírito Santo, durante o governo de Getúlio Vargas na Presidência da República (1951 – 1954) e de Jones dos Santos Neves no Governo do Estado (1951 – 1955), foi marcada por uma consolidação na estrutura do partido, por uma definição de trabalhismo, pela atuação nas autarquias e secretarias federais e estaduais, e, também, por diversas disputas internas, que, se

não ameaçaram a sobrevivência partidária, dificultaram ainda mais seu caminho institucional.

Se, na primeira dissidência analisada por este trabalho, a disputa foi vencida por uma *coalizão dominante* - formada pelo funcionário de carreira no Ministério do Trabalho, Edison Pitombo Cavalcanti, *o getulista de primeira hora*, e pelo empresário José Alexandre Buaiz, *o homem da gaita* -, essa não foi capaz de eliminar a *ala dissidente*, organizada, outrora, “sob a batuta” do afastado Saturnino Rangel Mauro, conforme abordamos em capítulo anterior. A percepção do dilema por Angelo Panebianco (2005) nos faz constatar que, embora minoritária, a coalizão que perdeu o comando do PTB capixaba após as eleições de 1950 ainda restringia a liberdade de escolha da aliança Cavalcanti-Buaiz no comando do partido.

Dessa maneira, a carência de fontes impossibilita sabermos o destino imediato de Saturnino Rangel Mauro após a intervenção na sua presidência e sua consequente exclusão do Diretório Municipal de Vila Velha, no dia 16 de outubro de 1951. O que se averigua, entretanto, é que Mauro, em julho 1953, estava no PSD, atuando com a mesma estratégia de fundar sub-diretórios nos bairros populares e operários de Vila Velha-ES<sup>118</sup> Entretanto, pelo menos um elemento ligado ao ex-petebista, também excluído naquela ocasião, passou a ser líder de um grupo chamado pelos petebistas de *coalizão majoritária* de *Ala Dissidente* - que comportava outros adjetivos conforme a ocasião do discurso. Trata-se de Arnaldo Andrade, candidato a deputado estadual pelo PTB em 1950.

Os dissidentes, até 1951, eram organizados por Saturnino Rangel Mauro. Após sua saída, aparentemente sozinho, os dissidentes passaram a ser liderados por Arnaldo Andrade, e cresceram mesmo com a reestruturação partidária e colocaram à prova o poder da coalizão assentada nas lideranças de Edison Cavalcanti e José Buaiz. A coalizão dos dissidentes tanto cresceu que, na primeira edição do jornal *Folha do Povo* - veículo de imprensa cujos aspectos explicitaremos em um próximo tópico -, em fevereiro de 1951, uma nota do Presidente da Comissão Executiva Nacional do

---

<sup>118</sup> REESTRUTURA-SE o PSD em Vila Velha. **Folha do Povo**, Vitória, p. 08, 15 jul. 1953. p.08

PTB, Danton Coelho, advertiu aos indisciplinados da seção estadual:

Este ano será para o nosso partido o ano da batalha pela sobrevivência. Os adversários estão fortes e estão unidos contra nós. Já penetraram mesmo nossas fileiras. Cabe a nós, sinceros trabalhistas, descobri-los, combatê-los e batê-los. Só assim, escoimado de traidores, disciplinado e coêso em torno de um ideal, poderemos fazer do P.T.B. o Partido dos Trabalhadores do BRASIL.<sup>119</sup>

O discurso combativo e mais duro de Danton Coelho contra as dissidências influenciou no padrão de comportamento que a coalizão majoritária - que detinha os principais postos de comando da Comissão Executiva Estadual do PTB - destinou a chamada *Ala Dissidente*. A principal acusação era a de que o grupo *alternativo*, tendo seus interesses feridos, se voltava contra a agremiação. Embora sejam escassas as referências a nomes que compunham esse grupo que se rebelava, os discursos do comando do PTB os identificava como elementos presentes desde a fundação do partido, conferindo-lhes, por isso, o título de *getulistas de primeira hora*. Dessa forma, aventa-se que o grupo era o mesmo presente na organização do partido, liderado por Saturnino Rangel Mauro. Como já discutimos, ao se defender a intervenção da Executiva Nacional em sua presidência, Mauro se identificou como um legítimo getulista porque foi um dos fundadores do partido.<sup>120</sup>

Outra acusação remete-nos às justificativas para a intervenção na agremiação ainda em 1950. Uma nota no jornal *Folha do Povo* acusava a ala dissidente de defender a moralização do partido, mas “[...] ao tempo que mandavam, com poderes absolutamente ditatoriais, haviam distribuído entre si os cargos que lhes pareceram os melhores aquinhoados [...]”<sup>121</sup>. Além disso, continuava a denúncia, queriam “[...] apenas querelas como as de Secretário de Educação, Prefeito da Capital, Delegados de Autarquias, Diretor dêsse [sic] ou daquele serviço federal, Chefe ou

<sup>119</sup> PARA o início de nossa circulação...**Folha do Povo**, Vitória, p. 1, 5 fev. 1952. p. 01.

<sup>120</sup> O PTB de hoje. **Folha do Povo**, Vitória, p. 03, 5 fev. 1952.

<sup>121</sup> Ibid.,p. 03.

Sub-chefe de setores especializados da administração estadual [...]”<sup>122</sup>.

Porém, o mesmo texto elogiava a nova presidência de Edison Cavalcanti no PTB estadual, inclusive por obter cargos “[...] na direção de importantes serviços públicos locais [...]”<sup>123</sup>, sob indicação da Comissão Executiva. Dessa maneira, a crítica relegada ao ex-presidente do PTB, Saturnino Rangel Mauro, se faz presente: a de que Mauro empenharia as indicações aos cargos das administrações estaduais e federais conforme seu melhor juízo, não dialogando com outros grupos internos.

Nessa fase do PTB capixaba, percebemos pelo menos três tendências. As duas tendências que comandavam o partido e, portanto, formavam uma *coalizão dominante*: uma liderada por Edison Pitombo Cavalcanti, outra tendo José Alexandre Buaiz como porta-voz. E a terceira, *alternativa*, sob o comando do PTB, presente desde a intervenção da Executiva Nacional, em 1950. Optamos pelo uso de *tendências*, e não *facções*, baseados na definição do conceito proposta por Angelo Panebianco (2005).

*Facções* implicaria em grupos com forte organização, cruzando o partido verticalmente ou geograficamente concentrados, formando uma coalizão dominante pouco coesa, porque não possui o monopólio das zonas de incerteza que devem ser dominadas dentro de uma organização. Essas zonas de incerteza, importantes nos jogos de poderes internos, dizem respeito ao controle da competência técnica das relações entre a organização e o ambiente externo, da comunicação interna, das regras formais, do financiamento e do recrutamento.

Uma coalizão dominante é mais ou menos concentrada à medida que domina mais ou menos essas zonas de incerteza. Já um partido com facções, ou seja, grupos altamente organizados, tende a pulverizar essas zonas de incertezas nas mãos desses grupos, tornando a coalizão dominante menos coesa, “porque é o resultado de um acordo entre algumas facções – cada qual mantendo a própria individualidade – em relação a outras” (PANEBIANCO, 2005, p. 75).

---

<sup>122</sup>Ibid., p.03.

<sup>123</sup> Ibid., p. 03.

No caso de *tendências*, ou seja, grupos fracamente organizados, as zonas de incerteza são dominadas por um seletivo grupo e, por isso, a coalizão dominante é mais coesa, congregando poucos interesses divergentes. Veremos que a coalizão dominante que se instalara no PTB capixaba, com a presidência de Edison Cavalcanti e vice-presidência de José Buaiz, dominava as principais zonas de incerteza do PTB capixaba: a relação com o ambiente externo através das autarquias federais e estaduais, os veículos de comunicação do trabalhismo capixaba, e etc.

Se o grau de coesão entre os grupos da coalizão dominante envolve a maior ou menor pulverização da influência dos diversos líderes partidários sobre as trocas verticais - aquelas que envolvem as elites e os seguidores -, a estabilidade da organização depende, em grande medida, dos acordos criados entre as elites. Um partido que comporta desequilíbrios entre essas trocas tenderá a ter uma instabilidade no vértice da organização. Disso decorre a conclusão de que “tendencialmente, uma coalizão dominante coesa é também uma coalizão estável” (PANEBIANCO, 2005, p. 76) E a estabilidade, veremos até o final do capítulo, não foi uma marca indelével do PTB capixaba.

A briga entre a *coalizão majoritária ou dominante* e a *coalizão alternativa* – essa liderada por Mauro até 1951 e, a partir de 1952, tendo Arnaldo Andrade como porta-voz -, leva-nos a outro dilema que uma organização deve enfrentar durante seu caminho à institucionalização: a tensão entre a distribuição de **incentivos coletivos** e **seletivos**.

Os incentivos coletivos são benefícios, e promessas de benefícios, que produzem identificação a um sem número de seguidores e adeptos do partido, de modo a suscitar lealdades organizativas. Esses incentivos são aqueles que visam a alcançar objetivos oficiais através da promoção de uma ideologia organizativa, no caso do PTB, o *trabalhismo*. Por outro lado, esses incentivos ocultam a distribuição de incentivos seletivos, cargos distribuídos a um pequeno número de clientes ou militantes, que visam a melhores colocações na carreira. A distribuição de incentivos,

portanto, define os objetivos oficiais que a organização deve perseguir, ao passo que seleciona o “território de caça” do partido. Dessa forma, as distribuições materiais (incentivos seletivos) não explicam por si só o comportamento das elites que “se digladiam” pelo comando partidário. Caso contrário, teríamos um déficit na compreensão de todos os elementos que defendem a organização, estes nem sempre interessados em ganhos materiais (PANEBIANCO, 2005, pp. 19, 20, 21).

Nesse sentido, a *ala dominante*, tendo seus interesses feridos, acusava a *ala dissidente*, ou *alternativa*, de se voltar contra a agremiação. Pouco sabemos, documentalmente, sobre as alegações da ala que se opunha à direção partidária. As principais fontes são do jornal *A Gazeta*, ligada ao PSD e, até meados de 1953, aliada da Comissão Executiva Estadual do PTB, e o jornal *Folha do Povo*<sup>124</sup>, nas mãos de elementos da direção do partido até setembro de 1952.

Por isso, quando *Folha do Povo* tece elogios à direção de Edison Pitombo Cavalcanti no PTB capixaba, apelida a *ala dissidente* de *dissidentes de fancaria*<sup>125</sup>. O termo, usado em seu sentido figurado, refere-se a pessoas que agem unicamente por interesse materiais, visando a lucros. Apesar da necessidade de diminuir o tamanho do grupo opositor, a estratégia incentivada por Danton Coelho – detectar, combater e expulsar os dissidentes – não logrou sucesso no PTB capixaba.

A tendência fora do comando do partido possuía relativo número, uma vez que chegava a se organizar para lançar manifestos contra a direção partidária. Em uma oportunidade, lançaram um manifesto, assinado por 31 membros, reivindicando a moralidade do partido. Por essa medida, o jornal oficial do PTB ironizava que os dissidentes não conseguiram audiência e naquele momento “[...] já não mais desejam moralizar o partido. O que apregoam é dar assistência jurídica e médica gratuita aos operários [...]”. Percebe-se, que, na falta de obter lugares na direção do

---

<sup>124</sup> O jornal citado, - em outro subcapítulo detalharemos melhor - embora fosse de propriedade de José Alexandre Buaiz e comportasse seus aliados, era um veículo oficial do PTB capixaba e, por isso, possuía Edison Pitombo Cavalcanti e seu grupo como dirigentes e partícipes. Dito isso, o jornal servirá de fonte para interpretarmos os discursos da elite dirigente do PTB capixaba.

<sup>125</sup>Ibid., p. 03.

PTB capixaba, a quem cabia cargos na administração estadual e federal – e isto iremos detalhar mais à frente -, a estratégia do grupo foi o contato direto com a base do partido: os trabalhadores urbanos. Havia, dessa forma, uma luta pelos incentivos. Se a direção do partido garantia os incentivos seletivos, os chamados *dissidentes de fancaria* optavam pelos incentivos coletivos. Ressalte-se que a assistência social era uma estratégia eficaz na construção de bases e apoio nos meios operários e populares, porque visava a um objetivo oficial do PTB, o bem-estar do trabalhador. Na mesma matéria, os articulistas de *Folha do Povo* identificam o líder do grupo com versos: “[n]a baiuca do [Arnaldo] Andrade/A coisa é de colher/Da receita ao remédio/Do exame ao elistér”.<sup>126</sup>

Percebe-se, nesse sentido, que o desequilíbrio na distribuição dos incentivos, referendando as ideias de Angelo Panebianco (2005), causava instabilidade na organização partidária. A cisão entre as duas tendências que comandavam o PTB capixaba com a *tendência alternativa* era de tal modo que o jornal veiculou dois telegramas de congratulações ao Governo do Estado pelo aniversário do mandato de Jones dos Santos Neves. Um era da Comissão Executiva Estadual do PTB, outro da chamada *Ala Dissidente*, em que assina outro elemento detectado nesse grupo, Adelpho Poli Monjardim, funcionário de carreira da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, de família tradicional do mesmo município.

O PTB ainda era um partido a se consolidar. Embora a *coalizão dominante* de Cavalcanti e Buaiz dominassem as indicações no que tange aos incentivos seletivos, essa liberdade de escolha não era tranquila. Havia tensões permanentes. Dessa forma, a *ala dissidente* era uma ameaça às indicações dos dirigentes petebistas, uma vez que, na coluna *Chuva de Pedras*, do jornal *Folha do Povo*, assevera-se que a *ala sedenta* intentava uma aproximação com a direção do PTB através de um prefeito “sulino” – que poderia ser Nelo Vola Borelli, prefeito petebista de Cachoeiro de Itapemirim-ES, ou Rubens Rangel, petebista à frente da cidade de Mimoso do Sul-ES. O temor por parte da ala comandada por Buaiz, pela aproximação da ala

---

<sup>126</sup> CHUVA de Pedras. **Folha do Povo**, Vitória, p. 3, 05 fev. 1952. p. 03.

dissidente com a tendência de Cavalcanti, residia no provável atendimento das reivindicações dos dissidentes: a maioria na Executiva e no Diretório, além de empregos na máquina. Por fim, ironiza que o prefeito cachoeirano, Borelli, ficara abismado e desistira da missão pacificadora<sup>127</sup>

Apreende-se, dessa maneira, que, nos primeiros dias de 1952, a *coalizão dominante* do PTB não estava disposta a negociar com outra tendência as indicações para os cargos destinados ao partido. As reivindicações da *coalizão alternativa* eram tratadas com ironias, sem perspectivas de acordos com os chamados *dissidentes de fancaria*. Embora a *ala dissidente* contasse com relativa autonomia, a ponto de escrever manifestos para o governador do Estado, havia uma dominação por um seleto grupo e, por isso, a *coalizão dominante* era mais coesa, congregando poucos interesses divergentes.

Porém, no final de fevereiro de 1952, há uma reviravolta na relação do grupo majoritário com os dissidentes petebistas. José Alexandre Buaiz, após a V Convenção Nacional do PTB, pediu licença da Comissão Executiva Estadual. Ressalta-se que o presidente do PTB, à época, Edison Pitombo Cavalcanti, havia sido indicado por Vargas ao cargo de Diretor Geral do SAPS, ficando, portanto, no Rio de Janeiro. Cabia, assim, ao vice-presidente do PTB, a organização e a resolução de questões partidárias imediatas. Dessa maneira, Fernando Pinto Aleixo, que passou a ser o presidente em exercício do PTB capixaba, na ocasião da licença de Buaiz, falou de “certas incompreensões locais [sic]”<sup>128</sup> como motivações para o afastamento.

Aventa-se que, diante da impotência de conseguirem *detectar, combater e expulsar* uma tendência, a resolução do comando nacional partidário determinava uma negociação com grupos dissidentes. Ou seja, para uma tendência da *coalizão dominante*, a intervenção nacional adviria de “certas incompreensões locais”. Porém, as questões locais, em um partido centralizado como PTB, poderiam ser

---

<sup>127</sup> CHUVA de Pedras. **Folha do Povo**, Vitória, p.01,13 fev. 1952. p. 01

<sup>128</sup> CRISE na política capixaba. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01,21 fev. 1952. p. 01

relegadas a segundo plano em diversos contextos, como vimos no primeiro capítulo. Um partido fragmentado em cismas locais não serviria de base para o presidente da República, Getúlio Vargas. Em declaração a *Folha do Povo*, Pinto Aleixo, novo presidente em exercício do PTB, nos fornece essa dimensão. Segundo ele, em entendimentos com lideranças de proa do trabalhismo nacional, essas abordaram o desejo de Vargas na união dos petebistas,

por que ele precisa contar com uma força disciplinada e coêsa [sic] para poder enfrentar a onda de reação que cada vez mais se avoluma contra o seu governo, e que também é a mesma que se tem infiltrado no PTB, procurando minar-lhe a estrutura para melhor enfraquecê-lo e mesmo destruí-lo, o que está acontecendo presentemente aqui no Estado.<sup>129</sup>

Uma determinação nacional de coesão e disciplina ensejou também uma nova relação com a *ala dissidente* do PTB capixaba. Se antes eram encarados como os *dissidentes de fancaria*, nova alcunha coube aos companheiros em cisma. Ainda comentando sobre o que estava acontecendo dentro da organização, Aleixo defende que “campanheiros das primeiras horas [estão] se desavisando [...] procurando minar amizades antigas e sólidas, fazendo o jogo dos partidos e políticos que nos querem vêr [sic] destruídos”.<sup>130</sup> Se antes o problema estava nos interesses materiais e pessoais da tendência comandada por Arnaldo Andrade e Adelpho Poli Monjardim, agora a culpa recaía sobre os partidos que se opunham ao PTB.

Nesse sentido, o problema propriamente dito deixava de ser a *tendência dissidente* e tornava-se os grupos externos que contribuía para a cisão. O inimigo não mais era interno, mas externo, os *iguais*, ainda que dissidentes, eram suscetíveis a negociações.

Entretanto, as negociações com os, doravante, *companheiros das primeiras horas*

<sup>129</sup> SENSACIONAIS declarações do Sr. Fernando P. Aleixo. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 23 fev. 1952. p.01.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 01.

*desavisados* ensejavam um pedido de licenciamento do comando do PTB capixaba por parte de José Alexandre Buaiz, e a tarefa exigia muita habilidade. Por isso, o novo presidente em exercício do PTB, Pinto Aleixo, da mesma forma que estende as mãos aos dissidentes, costura elogios aos líderes dos outros grupos, posto que “[...]. [o] Sr Edison é um grande amigo do Sr José Buaiz que, justiça seja feita, tem sido um dos grandes baluartes de nossa organização [...]”<sup>131</sup>, fazendo com que os petebistas entendessem que “[...] o partido não pode viver sem Edison Cavalcanti e José Buaiz [...]”<sup>132</sup>. A preocupação central, a partir de então, seria o equilíbrio organizativo, uma vez que, para o petebista, unidos seria a “[...] única forma de prestigiarmos o governo do nosso eminente chefe [Getúlio Vargas]”<sup>133</sup>.

É seguro que não só a direção estadual passava por uma desorganização. A V Convenção Nacional teve rebatimentos no Espírito Santo e resultou no licenciamento de José Buaiz. A reunião escapou ao controle de Vargas e decidiu pelo afastamento de Danton Coelho da presidência da Executiva Nacional do PTB. Estava derrotada a estratégia de não negociar com dissidência, o que Buaiz não concordava. Além disso, os convencionais reformaram os estatutos da agremiação, criando o cargo de presidente do Diretório Nacional, sem prévio conhecimento de Vargas. O clima de desorganização era geral e se relacionava as diversas disputas, inclusive às relativas as benesses do governo (D’ARAUJO, 1996, p. 89)

Nessa ocasião, Vargas ficou resignado! A alegação para atitude era que o *filho* – o Partido – teria atingido a maioria, o que não merecia seu repúdio. No entendimento de Celina D’arújo (1996), se tratava do “reconhecimento de que lideranças secundárias começavam a ganhar fôlego na agremiação, ainda que várias delas fossem ligadas à parentela” (p. 89). Seguindo esse pensamento, as declarações de Fernando Pinto Aleixo demonstram essa resignação quanto a *tendência dissidente* do PTB capixaba. Ao modo de Vargas, o partido poderia se tratar de um *filho* rebelde, para quem a solução passaria por reconhecer a liderança

---

<sup>131</sup> Ibid., p. 01.

<sup>132</sup> Ibid., p.01.

<sup>133</sup> Id. 23 fev. 1952.

dos *pais* (Cavalcanti e Buaiz, conforme foram apresentados como imprescindíveis ao partido), o que não impedia que estes negociassem posições com aquele.

Se no âmbito nacional o PTB estava dividido, o diretório municipal do partido em Vitória-ES não escapava à instabilidade. Em sessão da Câmara Municipal da capital, o petebista João Félix da Silva comunicava à Casa que Theophilo Athayde da Silveira, também petebista, era o líder da *Ala Dissidente* do PTB entre os vereadores.<sup>134</sup>

Porém, o líder da bancada do PTB na Câmara Municipal de Vitória-ES, Mario Gurgel, acolheu as indicações nacionais de harmonia partidária. Ao se opor ao discurso do dissidente João Félix, por esse insinuar que a Comissão Executiva Estadual do PTB estava cheia de oportunistas de última hora, Gurgel enalteceu que há um ponto em comum entre o PTB e sua *ala dissidente*: a figura de Vargas. Nesse sentido, seu discurso foi ao encontro das determinações de pacificação, de modo que o partido fosse uma das bases de sustentação do governo federal.<sup>135</sup>

Interessante notar que, nas páginas de *Folha do Povo*, o discurso de Mario Gurgel acerca da *Ala Dissidente* foi editado de modo resumido a uma simples acusação de que *a ala dissidente era uma minoria*<sup>136</sup>. Se o comando capixaba do PTB e a direção nacional do partido determinavam um melhor diálogo entre as tendências, o órgão noticioso de José Alexandre Buaiz pareceu acompanhar o comportamento de seu dono: a de não concordância com os desígnios do comando nacional - e consequente hostilização da ala dissidente. Isso corrobora a hipótese sobre seu pedido de licenciamento da presidência em exercício do PTB capixaba.

Por fim, o tratamento da *coalizão dominante* com a *coalizão alternativa* do PTB capixaba, se iniciou com uma ironia sob a alcunha de *dissidentes de fancaria*, com as determinações nacionais e a impossibilidade de *detectar, combater e expulsar*, recebeu um novo tratamento: aquele que, com a mesma resignação de Vargas fora

---

<sup>134</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 1 mar. 1952.

<sup>135</sup> Id., 8 mar. 1952, p.01.

<sup>136</sup> PELA Câmara Municipal. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 8 mar. 1952.

dados aos grupos que se rebelaram na V Convenção Nacional, e passou a vê-los como *companheiros das primeiras horas desavisados*. Iniciava-se, a partir de março de 1952, as tratativas entre a *coalizão dominante* e a *ala dissidente* para pacificar o partido. Entretanto, como veremos nas linhas a seguir, essa nova postura não fora encarada tranquilamente, causando novas dissidências. As negociações visando uma maior harmonia e equilíbrio organizativo não passaram por um diálogo nas indicações aos cargos das autarquias federais e órgãos estaduais. A estratégia era passar tais indicações pelo crivo da direção partidária, cuja dominação ainda estava nas mãos das tendências lideradas por José Alexandre Buaiz e Edison Pitombo Cavalcanti. Assim, duas tendências continuariam dominantes em um importante dilema, o sistema de incentivos, e uma imprescindível zona de incerteza, das relações com o ambiente externo. O desequilíbrio do partido seguiria latente.

## 3.2 AS AUTARQUIAS FEDERAIS E AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL NÃOS MÃOS DO PTB CAPIXABA

### 3.2.1 As disputas internas e externas na distribuição dos cargos

Conforme explicitamos anteriormente, Angelo Panebianco (2005) elenca o conflito entre a distribuição de incentivos coletivos e incentivos seletivos como um dos principais dilemas que um partido político deve enfrentar em seu processo de institucionalização. Sua tese defende que

[...] os partidos, sendo ao mesmo tempo burocracias com exigências de continuidade organizativa e de estabilidade das próprias hierarquias internas e associações voluntárias que devem garantir ao menos uma certa quota mínima de participação não-obrigatória, devem, simultaneamente, distribuir incentivos, tanto seletivos quanto coletivos. (p. 18 e 19)

Nesse subcapítulo elaboraremos a maneira como o PTB capixaba, sendo parte do governo estadual de Jones dos Santos Neves até fins de 1953 e tendo as autarquias do Ministério do Trabalho sob sua indicação, enfrentou a distribuição dos incentivos seletivos de maneira a moldar sua continuidade organizativa e equilibrar as disputas internas.

Os incentivos seletivos - aqueles distribuídos a um pequeno grupo de ativistas e de modo desigual - fortalecem as organizações, porém, segundo Panebianco (2005), não são capazes de produzir a identificação de outros atores com o partido. A identificação partidário-ideológica é produzida através dos incentivos coletivos, ou seja, a ideologia organizativa, que será analisada no próximo tópico. Dito isso, “a organização deve, portanto, equilibrar a exigência de satisfazer interesses individuais por meio dos incentivos seletivos e a exigência de alimentar as lealdades organizativas que dependem dos incentivos coletivos” (PANEBIANCO, 2005, p. 20).

Esses incentivos estão em constante contradição e definem a tendência de um partido, em maior ou menor medida, de se adaptar ao ambiente externo ou dominá-lo. Um partido que privilegia a distribuição dos incentivos seletivos está fadado a atuar visando mais à adaptação ao ambiente externo, do que a sua dominação.

Em uma teoria original sobre o poder organizativo, Panebianco (2005) não se enquadra em enfoques que vislumbram a relação entre os associados como aquela de dominantes-dominados, sob uma lei de ferro. Ele aperfeiçoa a tese de Robert Michels (2001)<sup>137</sup>, para quem o objetivo dos dirigentes partidários tornam-se, com o passar dos anos, a manutenção da própria organização. Para esse objetivo, “o poder torna-se algo muito semelhante a uma ‘propriedade’, a algo que se possui e se exerce sobre os outros” (PANEBIANCO, 2005, p. 42).

Para Panebianco (2005), é inegável que os líderes de um partido têm capacidade de

---

<sup>137</sup> Cf. MICHELS, Robert. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Lisboa: Antígona, 1984.

manipulação e controle da organização, embora também se empenhem para manter sua base de apoiadores. O autor se alinha a estudos que estudam o poder organizativo sob uma perspectiva em que os atores possuem uma influência recíproca. Para o autor, mais fecundo é

[...] uma definição capaz de explicar tanto a capacidade de manipulação da liderança organizativa (portanto, o poder que os líderes exercem sobre os próprios seguidores) quando o fenômeno inverso, a existência de limites ao poder organizativo, a capacidade de os seguidores, por sua vez, exercerem pressões eficazes sobre a liderança. (p. 43-44)

O mais adequado, então, seria pensar em uma relação de troca desigual, ou seja, se o líder ganha mais do que outro membro do grupo, ele também deve ser capaz de dar algo em troca (PANEBIANCO, 2005). E essa capacidade é mediada pelo controle das zonas de incertezas, o que contribui, assim, para a vida da organização e para o equilíbrio de sua ordem interna. Os líderes da organização são aqueles que controlam essas zonas de incerteza e as usam para os jogos internos. Esse controle, porém, não pode ser arbitário, ou ser uma lei de ferro, uma vez que o mais simples dos militantes possui influência, ainda que seja somente sob a forma de ameaça de abandono da organização ou de apoio a uma ala minoritária. Nessa lógica residem os limites do poder das lideranças do partido (PANEBIANCO, 2005). Ou seja, se a coalizão dominante souber fazer uso dos aparelhos de maneira adequada para um dado momento, ela conquista a hegemonia na organização, mas esse processo será sempre complexo e tenso.

Dessa maneira, a distribuição de incentivos está intimamente ligada à capacidade de liderança de uma coalizão e à estabilidade interna do partido. Os cargos das autarquias federais e das secretarias da administração estadual, aqui explicitados, se tratam de benefícios seletivos – materiais ou de status. Esses incentivos visavam a atingir, sobretudo, os chamados carreiristas, militantes cuja característica principal é a de constituírem a principal massa de manobra nos jogos de poder entre as

lideranças, tornando-se ameaças em potencial à ordem organizativa, passíveis, por isso, de serem cooptados ou expulsos. Uma distribuição deveras desigual dos incentivos seletivos por parte da *coalizão dominante* leva a “desvalorização” da retribuição por parte dos carreiristas, criando fraturas e profundas divisões entre as coalizões partidárias (PANEBIANCO, 2005)

Com a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República em 1950, ao PTB coube o comando do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A pasta comportava também diversas autarquias e órgãos da Previdência e da Justiça do Trabalho, que também ficaram sob domínio dos trabalhistas. Era a hora do PTB capixaba comandar as delegacias regionais dos diversos órgãos do referido ministério no Estado do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, a eleição de Jones dos Santos Neves para o Governo do Estado foi conseguida através de um acordo - chamado *Acordo de Cambuí* - em que o PTB deveria fazer indicações a secretarias de governo, além de postos na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, bem como para da Câmara Municipal de Vitória-ES.

As indicações para esses cargos constituíram uma das motivações para a intervenção da Executiva Nacional no comando do PTB capixaba em 1950. Ao novo presidente da seção estadual do partido, Edison Pitombo Cavalcanti, coube as negociações para as indicações dos nomes que ocupariam os cargos anteriormente mencionados. é pertinente lembrar que, funcionário de carreira do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e um dos articuladores da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social, Cavalcanti foi nomeado Diretor Geral do SAPS tão logo Vargas assumiu o governo, em 1951.

As primeiras indicações da coalizão dominante do PTB para os cargos federais e estaduais eram submetidas ao crivo da Comissão Executiva do PTB capixaba. No governo estadual, seriam destinados, ao PTB, a Secretaria de Educação e as diretorias dos departamentos de municipalidade e saúde, além da Prefeitura Municipal de Vitória-ES. A estratégia da *coalizão dominante* para o preenchimento dos cargos foi a de pedir indicações de nomes para os diretórios do interior do

estado, de forma que se alijasse da escolha a *ala dissidente*, que continha elementos da capital, em sua maioria<sup>138</sup>.

Para a Secretaria de Educação, no Governo Jones (1951-1955), foi indicado, primeiramente, o deputado petebista Sebastião Rosa Machado. Já os departamentos das municipalidades e de saúde ficaram para, respectivamente, os petebistas Antonio Jacob da Paixão e Jaime dos Santos Neves. Já para a Prefeitura de Vitória-ES, foi indicado o engenheiro José Ribeiro Martins, ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim-ES, diretor da Estrada de Ferro de Itapemirim e de São Mateus e então chefe da Divisão do Cais de Minério da Vale do Rio Doce. Tratava-se de um cargo de “importância fundamental para a implementação das diretrizes quer da política social quer da política econômica” (SILVA, 1986, p. 413) de Jones dos Santos Neves e, por isso, se tratou de uma indicação acordada com o PTB. Apesar de pertencer ao PTB, a indicação de Martins era vista sob um viés mais técnico do que político, uma vez que o próprio Martins afirmava que a confiança de sua escolha se inspirava no fato de ter sido escolhido por ser alguém “não subordinado integralmente a liames partidários”<sup>139</sup>.

Quanto aos cargos federais, reuniões entre o comando estadual e nacional do partido, no Rio de Janeiro estabeleceram que os postos chaves do Ministério do Trabalho seriam entregues a petebistas capixabas. Assim, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC) passou a ter o petebista Altamir Faria Gonçalves<sup>140</sup> como delegado regional. Já o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM) e dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) ficaram com os petebistas Pedro Lima do Rosário<sup>141</sup> e Fernando Pinto

---

<sup>138</sup> EDISON Pitombo, líder do PTB capixaba, declara. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 30 jan. 1951, p. 01.

<sup>139</sup> JOSÉ Ribeiro Martins na Prefeitura de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. Início-fim, 20 mar. 1951. p. 01.

<sup>140</sup> Altamir Faria Gonçalves foi presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo entre 1941 e 1951. Em 1945, tornou-se secretário geral da comissão organizadora do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT). Nas eleições municipais de 1947, tornou-se vereador em Vitória-ES. Dirigindo os bancários, adotou uma postura reformista moderada, uma vez que defendia os postulados trabalhistas e dirigiu duas greves, em 1946 e 1951. (PEREIRA, 2014.)

<sup>141</sup> Filiado ao PTB, tornou-se delegado regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos

Aleixo, respectivamente. Já o SAPS, teria Antonio Jacob da Paixão como diretor regional.<sup>142</sup> Ao longo dos primeiros meses do ano de 1951, outros cargos – do Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), dos Servidores do Estado (IAPSE), dos Bancários (IAPB); e do Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC) - foram preenchidos por petebistas<sup>143</sup>.

Entretanto, percebe-se uma característica particular, que em muito diz respeito a Cavalcanti. Se ele mesmo era um burocrata, algumas das indicações se tratavam de elementos técnicos, carreiristas da época do Ministério do Trabalho do Estado Novo ou especialistas ligados às políticas forjadas nos governos de Vargas. Fernando Pinto Aleixo, nomeado delegado regional do IAPETC no Espírito Santo, serviu de 1935 a 1938 no Ministério da Agricultura como médico veterinário no Serviço de Defesa Animal. De 1939 a 1941, trabalhou como assistente do professor na Chefia Química do Jockey Clube Brasileiro. Em 1942, começou a dedicar-se à extração de pedras semipreciosas e cristais no Espírito Santo. A partir de 1947, passou a trabalhar no Grupo Financeiro proprietário da Cia. Viação Aérea Transcontinental e Santos Dumont S/A, cuja representação exercia até então. Tratava-se, assim como Cavalcanti, de um ator com experiência na burocracia dos governos de Getúlio Vargas, assim como um *outsider* da política capixaba. Por isso, justifica-se a concordância entre Edison Cavalcanti e o governador Jones dos Santos Neves em indicar um elemento de perfil mais técnico na Prefeitura de Vitória-ES, quando Jones afirmava que o presidente do PTB viu em sua pessoa “um trabalhista fora da atividade partidária”<sup>144</sup>.

O mesmo acontece quando Jones dos Santos Neves resolve substituir o médico e deputado petebista, Sebastião da Rosa Machado, no cargo de Secretário de

---

Marítimos (IAPM) em 1951, ficando no cargo até pelo menos 1960.

<sup>142</sup> OS novos delegados trabalhistas para o IAPM, IAPC, IAPETC e SAPS. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 14 mar. 1951. p. 01.

<sup>143</sup> O Ministro Danton Coelho visitará o Espírito Santo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 22 mai. 1951. p. 01.

<sup>144</sup> PALAVRAS do Prefeito José Ribeiro Martins. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 08 abr. 1951. p. 01.

Educação. Para o seu lugar, o educador paulista Rafael Grisi<sup>145</sup> assumiu a secretaria, indicado pela direção nacional do PTB. Nas duas ocasiões, a estratégia do governador foi apelar para a direção nacional do PTB e para a intervenção de Getúlio Vargas e seus representantes (SILVA, 1986, p. 413).

No início de 1951, os noticiários relacionavam claramente o sistema de distribuição de incentivos à reestruturação do PTB, promovida com a assunção de Cavalcanti ao comando do partido. Assim, o jornal *A Gazeta*, veículo de imprensa do PSD, ironizava que “a reorganização do PTB feita há pouco tempo não teve efeito”<sup>146</sup>. Nesse sentido, dissidências surgiram – o que se verifica com a existência da chamada *ala dissidente* - mesmo que, segundo a publicação, a reorganização tenha comportado “técnicos renovadores, vindos de fora”<sup>147</sup> como colaboradores. O jornal ainda enuncia que “o partido talvez não se tenha organizado, mas que os técnicos se organizaram não há dúvida”<sup>148</sup>. Percebe-se, nesse sentido, que os conflitos que se iniciavam entre a *ala dissidente* e a *coalizão dominante* estavam não só ligados a ausência nos postos de comando do partido, mas, em considerável medida, estavam ligados, também, às indicações aos cargos no PTB.

À medida que as lutas internas do partido se acentuavam e os governos de Getúlio Vargas, na Presidência da República, e de Jones dos Santos Neves, na governadoria estadual, vão consolidando suas premissas, o PTB capixaba intensifica as disputas e discussões em tornos dos incentivos. Em uma reunião da seção estadual do partido, o Diretório Municipal de Mimoso do Sul-ES envia telegrama reclamando que não foi contemplado com o cargo na Companhia Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais (CESMAG). Em contrapartida, os deputados

---

<sup>145</sup> Rafael Grisi foi professor de Psicologia Educacional, História da Educação, Pedagogia, Filosofia Educacional e Didática, atuando em escolas e faculdades paulistas. Atuando como técnico e professor, traçou vigoroso relatório sobre a situação educacional do Estado. (CAMPOS, 2008) A partir disso, como Secretário de Educação, implementou uma reforma que ficou conhecida à época como Reforma Grisi. Quase unanimidade entre as elites políticas capixabas, a reforma possuía postulados técnicos e, talvez por isso, sofreu perseguições anos posteriores.

<sup>146</sup> NOS bastidores políticos...: *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 17 out. 1951. p. 01.

<sup>147</sup> Ibid., p.01.

<sup>148</sup> Ibid., p. 01.

estaduais petebistas, 1º tesoureiro do partido, Floriano Rubim, e o vice-presidente, José Alexandre Buaiz, defendem que o partido deixe de reivindicar cargos públicos.<sup>149</sup>

Sintomático é que, durante a mesma reunião, uma proposta do deputado estadual Lauro Calmon Nogueira foi deliberada e aprovada, visando um entendimento com a chamada *Ala Dissidente*. Conforme explicitamos em tópico anterior, a partir de março de 1952, mês da reunião acima citada, a *coalizão dominante* passou a negociar uma trégua com a *ala dissidente*.<sup>150</sup> Nessa ocasião, os cargos das autarquias federais e das secretarias e companhias estaduais já estavam preenchidos. A defesa da não reivindicação de cargos públicos, aventa-se, pode ter como pano de fundo as negociações com a *ala dissidente*, privada de indicação aos postos partidários e de incentivos seletivos desde a intervenção da Executiva Nacional, em 1950.

Outro elemento que salta aos olhos é a deliberação, na mesma reunião, acerca da obrigatoriedade, a todos os delegados regionais de autarquias, de apresentar, à apreciação da Comissão Executiva Estadual, as vagas de pessoal em aberto, de modo que fossem preenchidas por elementos do partido<sup>151</sup>. A contradição existente entre aprovarem a não reivindicação dos cargos públicos para o partido e a exigência de se preencher vagas secundárias com pessoas ligadas ao PTB capixaba pode contribuir com a hipótese, ora sugerida, de que o equilíbrio organizativo entre as tendências era buscado, porém, a *coalizão dominante* não abriria mão da distribuição dos incentivos seletivos.

Entretanto, a disputa pelos cargos nas autarquias federais não envolvia somente as lideranças do PTB capixaba. Em um movimento nacional, após o discurso de Getúlio Vargas no *Dia do Trabalhador*, em que o presidente sinalizara que passaria a direção dos Institutos da Previdência Social para o comando dos trabalhadores (D'ARAÚJO,

---

<sup>149</sup> DEFINIU-SE a seção estadual do PTB. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 22 mar. 1952. p. 01

<sup>150</sup> *Ibid.*, p.01.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p.01.

1996, p. 92), os sindicatos reivindicavam a indicação dos diretores regionais de seus respectivos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), algo que cabia ao partido. Assim, dez dias após o discurso, *A Gazeta* refere-se a nomeação de José Cecílio Ferreira Marques para o cargo de presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC). Tratava-se de um indivíduo da classe dos Sindicatos dos Rodoviários, dos Motoristas e dos Estivadores.<sup>152</sup>

O novo presidente ensejava novos delegados regionais, o que provocou uma discussão na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. O deputado estadual Arnaldo Bastos, da UDN, propôs um voto de louvor ao então indicado para a delegacia regional do IAPETC no Espírito Santo, João Oliveira dos Santos, a contragosto dos deputados petebistas. O comportamento dos deputados revela que ainda haviam negociações para os cargos no seio da Comissão Executiva do PTB. Além disso, demonstram que tais negociações não resultavam em acordos unânimes, posto que, se o deputado da UDN, Eurico Rezende, aprovou o comportamento da Comissão Executiva do PTB, que acatou a indicação do sindicato da categoria, os deputados petebistas Sebastião da Rosa Machado, Ely Junqueira e Lauro Calmon da Gama manifestaram-se contrários. Já o petebista Argilano Dario justificou ter votado favorável por *costume de casa*, mas identificou malícia na proposta de Arnaldo Bastos, visto que o partido tomou outra decisão que não aquela do sindicato, discordando da escolha feita e promovendo a apresentação de três outros nomes.<sup>153</sup>

A discussão pode revelar, também, que os incentivos seletivos eram temas de suma importância no PTB capixaba. Apesar da determinação de Vargas em indicar trabalhadores classistas para os seus referidos Institutos de Aposentadorias e Pensões, essas indicações deveria, passar pelo crivo dos interesses partidários. E não estava em disputa somente os interesses do PTB. Na ocasião do voto de louvor para o suposto novo delegado do IAPETC, o PSD foi acusado de estar por trás

---

<sup>152</sup> REIVINDICAÇÃO dos sindicatos de classe. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 11 mai. 1952. p. 01.

<sup>153</sup> Id., 07 jun. 1952. p. 01.

desse voto de louvor, uma vez que elogiava uma pessoa que sequer seria empossado. Fernando Pinto Aleixo, pertencente à Comissão Executiva Estadual do PTB, a quem o voto de louvor fora direcionado, era também delegado regional do referido instituto. Os cargos nos institutos eram intrínsecos à harmonia partidária, visto que a suposta substituição do delegado do IAPETC causara grande debate e discordâncias dentro da Comissão Executiva do PTB capixaba<sup>154</sup>.

Outra ocasião referenda que os cargos nas autarquias federais eram preocupações não só do PTB, mas também das forças que regiam o jornal *A Gazeta*, ligadas ao PSD. Em março de 1953, o jornal aponta que o presidente do PTB e diretor geral do SAPS, Edison Pitombo, solicitou à Comissão Executiva do Partido uma lista tríplice para indicar ao cargo de diretor da autarquia. Uma das preocupações principais das elites políticas capixabas era a de que as indicações seguissem o critério de escolha de um elemento do Espírito Santo, posto que, para o jornal, se um deles fosse escolhido delegado regional do SAPS, “de qualquer maneira, porém, fica em casa o elevado posto do SAPS entre nós”<sup>155</sup>.

Pode-se também detectar um comportamento que se tornou padrão nas indicações desde 1951. Os nomes dos indicados teriam de passar primeiro pelo crivo do PTB. Se a recomendação era a de que indivíduos de classe deveriam preencher os cargos para os IAPs ou outras entidades dos trabalhadores, os mesmos deveriam estar ajustados ao trabalhismo, de modo a serem aproveitados pela coalizão dominante do PTB nos jogos de poder.

Caso contrário, o partido imbuía-se do papel de discutir a substituição dos contemplados com o sistema de benefícios. Assim, em março de 1953, o PTB reuniu-se para discutir a situação do então delegado regional do IAPI, Leopoldo Rossi, “tendo em vista seus desserviços ao partido naquela autarquia”. Na mesma reunião, definiram que Antonio da Costa Gama, membro do partido, seria seu

---

<sup>154</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 07 jun. 1952. p. 01.

<sup>155</sup> NOVO diretor para o SAPS? **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 mar. 1953. p. 01.

substituto, “cabendo-lhe então direção trabalhista do IAPI”<sup>156</sup>.

Os discursos evidenciam que, apesar de discutirem a distribuição de incentivos seletivos e, portanto, a sua oferta se restringia a um pequeno grupo e sua distribuição acontecia desigualmente, há uma preocupação no que tange a distribuição dos incentivos coletivos. Se Leopoldo Rossi seria substituído por não estar dando o retorno esperado ao partido que lhe indicou, Costa Gama assumiria em seu lugar, com objetivo de dar a autarquia uma “direção trabalhista”, ou seja, de acordo com a ideologia do partido, uma vez que “a primeira função interna da ideologia é manter a identidade da organização aos olhos dos seus defensores: a ideologia organizativa é a principal fonte dos incentivos coletivos” (PANEBIANCO, 2005, p. 20). O PTB, na ocasião, demonstra a utilização da

segunda função interna da ideologia [que] é ocultar a distribuição dos incentivos seletivos não só aos olhos daqueles que, dentro da organização, não se beneficiam deles, mas, frequentemente, também aos olhos dos próprios beneficiados. (PANEBIANCO, 2005, p. 20)

Para o comando do PTB capixaba, Leopoldo Rossi não perseguia os objetivos oficiais do partido. Essa crítica enquadrava Costa Gama para que, quando se efetivasse delegado regional, observasse as determinações partidárias quanto ao uso do incentivo seletivo de forma a agradar a coalizão dominante que o indicava.

Os cargos, nas autarquias da Previdência Social, estavam tão conectados com o trabalhismo do PTB capixaba, que romper com o PTB politicamente implicaria, necessariamente, fazer críticas a operação dessas autarquias. Dessa maneira, quando o PTB rompe com o PSD e o governo de Jones dos Santos Neves – os motivos veremos em outro tópico -, o Secretário da Fazenda, em maio de 1953, recorre à imprensa para justificar a redução de gastos da máquina estadual, fazendo com que órgãos que não faziam parte dessa máquina pagassem suas contas de luz,

---

<sup>156</sup> SUBSTITUIÇÃO do delegado do IAPI. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 25 mar. 1953. p. 01.

telefone, e etc. Na ocasião, Cavalcanti é acusado de tentar deixar mal o governo devido as críticas aos cortes nos escritórios do SAPS no Espírito Santo.<sup>157</sup>

Outro episódio foi digno de considerações do secretário de Fazenda Ary Vianna: no mesmo mês de maio, caminhões do SAPS haviam sido apreendidos pelo Fisco Estadual sob o argumento de que as mercadorias estavam sem a documentação identificadora. Para o governo estadual, se tratava de atitude banal, visando a proteger o próprio SAPS.<sup>158</sup> Porém, a cisão tomou corpo quando Ary Vianna, reconhecendo o bom trabalho de Vargas como idealizador e animador do SAPS, ofereceu telefones do Serviço Estadual para serem utilizados pela autarquia, no lugar de pagar suas contas de telefone. Tratava-se, então, ao se eleger Vargas como idealizador e animador do SAPS, de desferir uma crítica a principal característica do comandante do PTB capixaba, já que Cavalcanti se autointitulava um dos idealizadores do SAPS. Além disso, Edison Cavalcanti assumiu o PTB capixaba sob as garantias de ser elemento exponencial do trabalhismo brasileiro, uma vez que era considerado o mentor e criador do SAPS. Falamos, então, de um elemento cujo poder assentava-se no alinhamento ideológico, mas também em relações pessoais e na lealdade institucional à Getúlio Vargas. Esvaziar o propagado lugar como animador e idealizador do SAPS era o mesmo que tentar minar a autoridade interna e externa de Cavalcanti no partido.

Percebe-se que o sistema de incentivos, administrado pelo PTB capixaba, era alvo de disputas e cisões não só das tendências do partido, mas também das lideranças que intentavam dominar igualmente o ambiente externo, qual seja, a arena política do Espírito Santo. Entretanto, a distribuição de cargos nas autarquias e secretarias de estado não ensejavam apenas o aparelhamento de órgão das administrações federais e estaduais, visando a ampliar o poder das lideranças petebistas nos jogos de poder. As indicações e atuações nos referidos cargos deveriam perseguir os objetivos oficiais do PTB.

---

<sup>157</sup> O SAPS e a administração estadual. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 08 mai. 1953. p. 01.

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 01.

Dessa maneira, um partido que se propunha trabalhista, em uma época em que o nacionalismo, o distributismo e o reformismo caracterizaram-se como elementos constitutivos da identidade do recorte temporal 1940 a 1960 (DELGADO, 2013, p. 172), não poderia se descuidar dos incentivos coletivos, por correr o risco de perder adesões e expor-se como partido tipicamente fisiológico. Assim, se a Comissão Executiva do PTB capixaba não se furtava a indicar seus militantes ou carreiristas mais leais, os objetivos oficiais do trabalhismo deveriam ser perseguidos nas políticas promovidas pelas autarquias e secretarias sob seu domínio.

No próximo tópico, abordaremos o trabalhismo que as elites do PTB capixaba operavam no Espírito Santo. Aqui, cabe ressaltar que a preocupação com uma previdência social que alcançasse os mais diversos setores, a defesa dos direitos trabalhistas, a luta pela garantia e ampliação da oferta de empregos, a preocupação com a qualificação e com as políticas públicas e sociais acerca do lazer, saúde, educação, e etc., em suma, as políticas voltadas ao bem-estar social do trabalhador estavam na agenda do dia do trabalhismo (DELGADO, 2013, p. 174)

### **3.2.2 As ações das autarquias federais nas mãos dos petebistas**

Apesar de haver diferentes tendências no interior do PTB capixaba, conforme assevera Delgado (2013, p.177), “havia um eixo, uma estrutura dorsal nacionalista, distributivista e desenvolvimentista” presente no trabalhismo de cada uma delas, que, unia esses matizes em um único projeto para o país. Quanto a essas diferenças, por escassez de fontes, elas não poderão ser explicitadas. Assim, as atuações das autarquias serão observadas à luz desse projeto unívoco. O que nos interessa mais, neste subtópico, diz respeito ao caráter distributivista do trabalhismo, haja vista que as principais autarquias e órgãos nas mãos dos trabalhistas capixabas diziam respeito a tal área.

No Espírito Santo, dois temas ganhavam lugar de destaque nas análises políticas das diversas matizes do jogo político: a carestia de habitações, principalmente na Grande Vitória-ES e nos centros urbanos do interior, e a alta dos preços dos gêneros alimentícios. Nesse sentido, os trabalhistas utilizaram a máquina da Previdência Social para interferir no ambiente externo.

Cabe ressaltar que, na Prefeitura Municipal de Vitória-ES, havia um elemento alinhado ao trabalhismo, indicado por ocasião do acordo PSD-PTB. Assim, já em novembro de 1951, através de doação de terreno da municipalidade, o IAPETC anunciou o lançamento da pedra fundamental das construções de habitações para a classe por ela representada no Horto Florestal, em Maruípe, bairro de Vitória-ES.<sup>159</sup>

Os esforços para construir habitações operárias por meio dos Institutos de Previdência eram notórios. Intentava-se aumentar a atuação dos institutos para os núcleos urbanos do interior do Espírito Santo, que sofriam igualmente da carestia de habitações populares. Assim, foi um membro do PTB, o deputado estadual Argilano Dario, que anunciou a chegada do presidente do IAPETC, Sebastião Nascimento, ao Estado para a instalação de delegacias e institutos nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim-ES e Colatina-Es<sup>160</sup>.

Já o IAPC, em 1951, inaugurava o seu Ambulatório Médico. Em discurso de inauguração de seu delegado regional, o petebista e ex-vereador Altamir Faria Gonçalves, salientou que considerava que estavam, naquele momento, fazendo a verdadeira assistência social. E elogiava Vargas como sendo um símbolo da assistência social<sup>161</sup>. Ou seja, o programa e os objetivos oficiais do PTB se confundiam com a figura do líder.

Percebe-se, então, que a estratégia revelava uma deliberação, inclusive, partidária. A obrigatoriedade da participação dos delegados regionais dos IAPs nas reuniões partidárias demonstram esse esforço. Muitos criticavam que, quando Vargas

---

<sup>159</sup> NÚCLEO Residencial do I.A.P.E.T.C. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 29 nov. 1951. p. 01.

<sup>160</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 jun. 1953. p. 01.

<sup>161</sup> Ibid., p. 01.

assumiu, o IAPTEC prometeu muito, mas que nada tinha feito pelos seus segurados, principalmente para os motoristas de Cachoeiro de Itapemirim-ES, cidade do interior capixaba, “que nem um empréstimo para aquisição de automóveis conseguiram obter”<sup>162</sup>. Nesse contexto, os deputados estaduais petebistas Floriano Rubim e Argilano Dario subiam à tribuna da Assembléia para defender o Instituto. Havia um esforço sistemático dos trabalhistas com mandato pela defesa dos institutos nas mãos do PTB.

No que concerne o enfrentamento do aumento dos preços dos gêneros alimentícios, a estratégia era utilizar o SAPS, em sua delegacia regional, para baixá-los. Nesse sentido, postos de distribuição foram instalados nos bairros vizinhos à Vitória-ES, Jardim América, Cobi, Ilha das Flores e São Torquato<sup>163</sup>. Torna-se interessante ressaltar que tratava-se de bairros populares, que comportavam grandes contingentes de operários. Esses mesmos bairros eram, outrora, locais onde o ex-presidente do PTB capixaba, Saturnino Rangel Mauro, buscava os eleitores do PTB, construindo uma base considerável de votantes no partido. Sugere-se, por isso, que a relação com o ambiente externo – os bairros operários - e os recursos para os jogos de poder interno – ganhar prestígio nesses bairros e transformá-los em pontos de eleitores - em que o novo presidente do PTB capixaba, Edison Pitombo Cavalcanti, protagonizava, passava pela atuação dessa autarquia da Previdência Social.

Em suma, conforme Angelo Panebianco (2005) expressou, a distribuição de incentivos seletivos e de incentivos coletivos estão em constantes tensões. Se o primeiro pode fortalecer a agremiação, o segundo é imprescindível na formação de uma identificação dos militantes que podem vir a defender a organização. Trata-se, portanto, de um dilema que o partido deve resolver, minando os desequilíbrios.

Um partido que, em 1945, participou das eleições com uma organização mínima e

---

<sup>162</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p.01, 13 mai. 1953. p. 01.

<sup>163</sup> O SAPS e a distribuição de gêneros alimentícios em diversos bairros. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 29 dez. 191.

que, na incipiência de sua construção de bases sofreu uma intervenção da Executiva Nacional em 1950, revelou-se, se não dependente, acentuadamente preocupado com a distribuição dos incentivos seletivos. Com a *coalizão dominante* de Buaiz e Cavalcanti, vigente durante boa parte do período de fins de 1950 e meados de 1953, nas mãos de duas tendências que não estavam dispostas a negociar cargos com a *tendência alternativa*, o sistema de incentivos continuou dando o tom das cisões de disputas não só externas ao partido, mas também internas.

Se em dezembro de 1953, o senador pessedista pelo Espírito Santo, Carlos Lindenberg, criticou o SAPS afirmando que a crise econômica da autarquia se deve ao processo de escolha dos seus administradores, a maioria sendo ligados ao PTB sem competência para o cargo<sup>164</sup>, meses antes, em julho, o vereador petebista João Felix da Silva criticava as gestões dos Institutos de Previdência em Vitória-ES. Para ele, “as autarquias deveriam fazer menos política e prestar maior assistência aos seus assegurados, cumprindo, desse modo as determinações e finalidades de sua criação”<sup>165</sup>.

Evidencia-se, aí, o dilema apresentado por Panebianco (2005) existente entre a distribuição dos incentivos seletivos e coletivos. Por isso, aventa-se que, apesar dos esforços para se dar um conteúdo ideológico para o preenchimento dos cargos nas autarquias e órgãos das administrações federal e estadual, a distribuição dos incentivos coletivos não teve a eficácia necessária para “ocultar a distribuição dos incentivos seletivos não só aos olhos daqueles que, dentro da organização, não se beneficiam deles, mas, frequentemente, também aos olhos dos próprios beneficiados” (PANEBIANCO, 2005, p. 20). O desequilíbrio na distribuição dos incentivos dava também seu tom para as cisões internas do PTB.

---

<sup>164</sup> O SAPS tomou ontem todo o tempo do Senado. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 02 dez. 1953.

<sup>165</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 04 jul. 1953. p. 01.

### 3.3 O JORNAL *FOLHA DO POVO* E O TRABALHISMO CAPIXABA

O jornal *Folha do Povo* teve sua primeira edição publicada em 05 de fevereiro de 1952. Porém, em uma assembleia estadual para reestruturação dos postos de comando do PTB capixaba, em 26 de maio de 1951, a Comissão Executiva Estadual já anunciava o lançamento do jornal oficial para o ano seguinte. Apesar de ser considerado um porta-voz do trabalhismo capixaba, o jornal era de propriedade de José Alexandre Buaiz – pelo menos até sua abertura de capital no final de 1952.

Além de José Alexandre Buaiz, como proprietário do jornal, o veículo possuía o petebista Armenio Clovis Jouvin como diretor, Nilo Martins da Cunha como secretário, e o também petebista Ely Junqueira, como gerente. Dito isso, o jornal *Folha do Povo* está sendo abordado no presente trabalho como fonte do pensamento político trabalhista no Espírito Santo, assim como um importante recurso do poder organizativo do PTB em termos regionais cuja dominância “permite que determinados agentes desequilibrem a seu favor os jogos de poder” (PANEBIANCO, 2005, p. 65). Trata-se, portanto, da disputa por um recurso vital de uma organização, que é composta de zonas de incerteza.

Dado o fato de que uma organização significa um sistema de informações, o controle de seus canais, isto é, da distribuição, manipulação, retardamento ou supressão das informações, garante um controle sobre uma zona de incerteza importante, capaz de desequilibrar para um lado as relações internas de poder de um partido (PANEBIANCO, 2005).

Nesse sentido, em sua primeira edição, o jornal apresenta-se como aquele “[...] integrado por elementos exponenciais de todas as classes [...]”<sup>166</sup>, idealizado e organizado por José Alexandre Buaiz e Armenio Clovis Jouvin. Trata-se, portanto, de dois sujeitos de uma tendência, que compõem a coalizão dominante. Armenio Jouvin, conforme abordamos no segundo capítulo, foi o porta-voz da intervenção da

---

<sup>166</sup> NOSSO Programa. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 05 fev. 1952. p. 01.

Executiva Nacional na presidência de Saturnino Rangel Mauro, defendendo tal medida na época. Buaiz era o vice-presidente do PTB capixaba, uma espécie de presidente em exercício permanente, uma vez que o presidente, Edison Cavalcanti, residia no Rio de Janeiro-RJ.

O mesmo programa fornece indícios de que o grupo de José Buaiz controlava outra importante zona de incerteza: o financiamento do partido. Dado que o financiamento é um dos pilares de uma organização, seu controle reserva um grande capital para os envolvidos nos jogos de poder internos. No segundo capítulo já demos demonstrações desse poder de Buaiz, pois foi ele o responsável, no Espírito Santo, pelo financiamento da propaganda do então candidato Getúlio Vargas para a Presidência. Mais uma vez, *o homem da gaita* usa sua posição social de grande empresário para fazer com que *Folha do Povo* circule com “[...] sólida base financeira, de molde a poder manter-se com independência econômica, livre, portanto, de influências que lhe possam alterar o rumo idealístico”<sup>167</sup>.

Era esperado que, tendo os líderes de duas tendências diferentes - José Buaiz como proprietário, e Edison Cavalcanti como diretor da sucursal da Capital Federal -, o domínio da zona de incerteza relacionada ao financiamento partidário serviria para a *coalizão dominante* na briga contra a *coalizão alternativa*, liderada por Arnaldo Andrade e Adelpho Poli Monjardim. Assim, quando a chamada *ala dissidente* é citada pelo jornal, as críticas são bastante contundentes conforme vimos no primeiro subcapítulo. Não cabia dar voz aos insurgentes contra a *coalizão dominante*.

Por outro lado, o jornal comportava diversas matérias elogiosas aos membros da *coalizão dominante*, na mesma proporção com que exaltava os feitos do grupo. Um editorial, por exemplo, retratando a ida de José Buaiz e Ely Junqueira à Capital Federal para pleitear a construção de casas populares, por meio da *Fundação da Casa Popular*, elogia o ministro do Trabalho, Segadas Viana, Buaiz, Junqueira e o governador Jones dos Santos Neves, pela consecução do objetivo em comum, “que é o de proporcionar às classes menos favorecidas a possibilidade de terem um lar

---

<sup>167</sup> Ibid., p. 01.

próprio, sonho que se está tornando aos poucos em realidade”<sup>168</sup>.

Como prova de que não cabia espaço para *tendência alternativa*, Edison Pitombo Cavalcanti, Diretor Geral do SAPS, é evidenciado no jornal vespertino como o principal arauto “na campanha sistemática pró melhoramento da alimentação das classes menos abastadas, como combate à ganância e aos lucros ilícitos dos fornecedores de gêneros à população”<sup>169</sup>

Controlar a zona de incerteza referente a comunicação fornece subsídios para que as lideranças deem sua definição dos objetivos oficiais a serem seguidos para que a ideologia organizativa seja tangível. Posto isso, o jornal *Folha do Povo* constitui fonte privilegiada para que passemos a analisar o que os petebistas capixabas entendiam por trabalhismo, enquanto projeto político-ideológico do PTB.

Já em sua primeira edição, em 05 de fevereiro de 1952, o vespertino se apresenta como “fiel aos princípios que norteiam o verdadeiro trabalhismo”, através da “educação das massas dentro dessa orientação político-partidária”<sup>170</sup>, ao mesmo tempo que defende medidas que proporcionem “bem estar, equilíbrio econômico e justiça social” ao povo<sup>171</sup>. Ressaltemos, porém, que o trabalhismo brasileiro não fora homogêneo, tendo comportado diversas tendências e correntes. Tampouco permaneceu inerte com o passar dos anos, renovando-se e reorientando-se conforme a mudança de cada época em que atuou (DELGADO, 2013). Por isso, a ideia de trabalhismo apresentada no jornal *Folha do Povo* compreende o projeto político do PTB no recorte temporal de 1951 a 1953, bem como reflete esse projeto moldado aos padrões da *coalizão dominante*, detentora do veículo de comunicação. Trata-se, portanto, da construção discursiva e teórica do trabalhismo, inserido em um ambiente específico, o Espírito Santo, operada por um grupo, a *coalizão dominante* de Edison Cavalcanti e José Alexandre Buaiz no PTB.

---

<sup>168</sup> O MINISTRO cumpre. **Folha do Povo**, Vitória, p. 03, 25 mar. 1953.

<sup>169</sup> EDISON Cavalcanti – líder trabalhista na luta contra a ganância. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 25 mar. 1953. p.01.

<sup>170</sup> NOSSO Programa. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 05 fev. 1952. p. 01.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 01.

### 3.3.1 Trabalhismo

Tão logo o jornal foi lançado, havia uma preocupação em esclarecer ao público o significado do termo *trabalhismo*. Um artigo intitulado *Trabalhismo em pílulas*, assinado por Acejota – possivelmente um pseudônimo -, esclarecia que pensava erroneamente quem achava que *trabalhista* só poderia ser o trabalhador braçal, o operário, o que resultaria na ideia de que somente eles poderiam cerrar fileiras e participar do partido. Segundo o articulista, a interpretação não procede, uma vez que

[...] o TRABALHISMO, é uma doutrina segundo a qual a sociedade humana é um sistema de cooperação que tem por base o TRABALHO, isto é, a prestação recíproca de serviços entre os membros da coletividade, pois não sendo o HOMEM auto-suficiente, é indispensável a cooperação de todos para o bem estar social e econômico em comum [...] <sup>172</sup>

Na lógica defendida pelo autor do artigo, para que exista a cooperação na sociedade humana, cada membro deveria exercer uma atividade que servisse aos demais. No mesmo sentido, deveria existir um valor social do trabalho, segundo a contribuição de cada um a esse todo. E, concluindo, como só o trabalho do operário braçal “não resolve os problemas da coletividade”<sup>173</sup>, o partido pode ter outros membros, que exerçam diversos ofícios. Dessa forma, a ideia de trabalhismo ora defendida congrega elementos defendidos pela *coalizão dominante* Cavalcanti-Buaiz logo que assumiram a direção do partido, com seu esforço para abrir o leque de filiações de modo a abarcar os mais diversos setores sociais. Até porque o operariado capixaba,

---

<sup>172</sup> ACEJOTA. *Trabalhismo em pílulas*. **Folha do Povo**, Vitória, p. 04, 05 fev. 1952. p.04.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p.04.

nesse contexto, era bem restrito. Nesse caso, o PTB optou por abrir o leque de filiados e eleitores para além do operário braçal, numa lógica de comportamento *catch-all*, o que significa que o discurso é flexibilizado para abarcar mais segmentos sociais.

O trabalhismo, para esse grupo, estava inserido em uma “marca muito especial” que dominou o debate público no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1950: “[...] a da crença na transformação do presente com o objetivo de construção de um futuro alternativo ao próprio presente [...]” (DELGADO, 2013, p. 171). Os discursos dos trabalhistas capixabas visavam a ações que forjavam um novo futuro, “[...] buscando-se implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social [...]” (DELGADO, 2013, p. 171).

Dessa maneira, o jornal *Folha do Povo* era veículo de uma escrita que não se resumia ao presente de sua época. Ela não só visava a construir uma realidade diferente, mas propagava, em torno dos meios e das ações humanas, ideias para alcançar esse momento posterior. Acreditava-se, no interior do jornal, que operavam “[...] a revolução social pacífica, mas profunda, que está visível e em marcha acelerada [...]”, por meio da “[...] trilogia [Petrobrás, eletrificação e siderurgia] na qual se assenta a grandeza dos povos, e sem a qual nunca haverá independência incompleta”<sup>174</sup>.

É perceptível, nesse discurso, que a construção do futuro passava por valores e crenças compartilhados por uma geração de homens e mulheres. Havia uma defesa do nacionalismo e da soberania nacional, assim como acreditava-se “nas reformas das estruturas socioeconômicas do país, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade” (FERREIRA, 2005, p. 119), de modo a se alcançar o desenvolvimento da nação e o bem-estar geral da sociedade. Se, no discurso, os trabalhistas do jornal defendiam um tripé de desenvolvimento, certas personalidades do PTB capixaba, em agosto de 1952, participavam da criação da Comissão Estadual Pró-Siderurgia, que contava, entre outros, com Joubert de

---

<sup>174</sup> POLÍTICA Petebista. **Folha do Povo**, Vitória, p. 03, 19 jul. 1952. p. 03.

Barros - superintendente do Porto de Vitória-ES, ligado ao PTB -, José Ribeiro Martins – então prefeito de Vitória-ES, indicado com anuência do PTB, e Armenio Clovis Jouvin – diretor de *Folha do Povo*.<sup>175</sup>

### 3.3.2 Sindicalismo

Um jornal que se propusesse como representante do trabalhismo do PTB capixaba deveria ser um veículo com “[...] forte interlocução do partido com os trabalhadores [...]”, tendo essa interlocução um “[...] misto de um forte dirigismo estatal e de uma forte conotação distributivista e participacionista [...]” (DELGADO, 2013, p. 176). Não por acaso, já nas primeiras edições, o jornal dedicava uma página inteira, intitulada *Folha do Povo do Trabalhador*, a assuntos ligados às classes laboriosas, quais sejam: sindicalismo, a CLT, noticiários, informações dos Institutos de Previdência e Caixas de Aposentadorias, Juntas de Conciliação e Julgamento, Delegacias Regionais do Trabalho, entre outros temas.

Nesse intento, o título de uma matéria é sintomático da relação com os trabalhadores, apregoada segundo o trabalhismo defendido pelos petebistas detentores do jornal. Intitulada *Um presente do PTB ao trabalhador capixaba*, a matéria indica que, por esforço do PTB, do Governador do Estado, de Edison Cavalcanti e do prefeito petebista José Ribeiro Martins, um restaurante de Emergência do SAPS fora criado para os festejos de aniversário de Vitória, mas seguiria com caráter experimental, visando a instalação de um restaurante permanente. As tendências dominantes do partido reportavam essa medida como a prova de que as figuras de proa do trabalhismo se preocupavam com o povo, porque eram imbuídos de ideias trabalhistas - boa vontade e detenção de função pública de

---

<sup>175</sup> SIDERURGIA em Vitória, **Folha do Povo**, Vitória, p. 08, 28 ago. 1952.

relevo.<sup>176</sup>

Ser imbuído de ideias trabalhistas, para a *coalizão dominante*, era defender o trabalhismo típico de um grupo detectado no PTB nacional por Lucilia Delgado (2013): os *getulistas pragmáticos*. São características desse grupo o cultivo do carisma de Vargas como forma de mobilização política e social dos trabalhadores e a luta pela manutenção da legislação trabalhista, criada na década de 1930 e consolidada a partir da década de 40. A forma de interferir no ambiente externo para a defesa dessas bandeiras seria operada através de ações pragmáticas.

Assim, o discurso em que o restaurante popular do SAPS se tratava de *Um presente do PTB ao trabalhador capixaba* e que preocupava-se com o povo por conta da detenção de função pública de relevo revela um grupo que “tinha como um de seus objetivos manter vinculadas a ação sindical e a militância partidária em uma interação dinâmica com o Estado” (DELGADO, 2013, p. 181).

Outros dois elementos típicos do trabalhismo aparecem em uma matéria na página intitulada *Folha do Povo do Trabalhador*. Na ocasião da construção do restaurante, o jornal oficial do PTB argumentou que os sindicatos deveriam defender os interesses de seus associados

[...] de uma maneira construtiva, sem perturbar a ordem legal e de modo a fazer-se respeitar seu direito, não procurando, de nenhuma maneira, os desajustamentos entre as classes empregadoras e de empregados, para não haver os chamados desequilíbrios econômicos.<sup>177</sup>

Percebe-se, no trecho retratado, uma ideia de mobilização, porém, respeitando-se a ordem legal, e a conciliação entre capital e trabalho como meio de atingir o equilíbrio social. Ou seja, os *getulistas pragmáticos* “apostavam na participação dos trabalhadores, mas repudiavam o conflito social e, portanto, investiam em uma ação

---

<sup>176</sup> UM presente do PTB ao trabalhador capixaba. **Folha do Povo**, Vitória, p. 04, 05 fev. 1952.

<sup>177</sup> ASSOCIAÇÕES Profissionais. **Folha do Povo**, Vitória, p. 04, 5 fev. 1952. p. 04.

de caráter dirigista por parte do Estado” (DELGADO, 2013, p. 184). O projeto trabalhista do PTB era o de “[...] tornar visível a força dos trabalhadores junto à opinião pública e ao mesmo tempo controlar seus possíveis arroubos conflitivos [...]” (DELGADO, 2013, p. 184).

Apostar na participação e na organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo que vinculando “[...] a ação sindical e a militância partidária em uma inter-relação dinâmica com o Estado [...]” dava o tom de outros discursos. Tratava-se de “[...] uma forma de cidadania participativa, mas não autônoma [...]”, ou seja, “[...] participação e dirigismo estatal unidos simbioticamente” (DELGADO, 2013, p. 181).

Por isso, se uma matéria do jornal oficial ensinava o que era e como se criava uma associação profissional<sup>178</sup>, outra matéria conclamava as donas de casa para criarem uma associação, de modo a combaterem o aumento do custo de vida. O clamor era acompanhado por frases de efeito: “Unam-se as donas de casas! Una-se toda a população. Guerra democrática aos exploradores!”. Mas a defesa da iniciativa impunha os limites da ação, isto quer dizer que as reivindicações deveriam ser feitas dentro da ordem, excluindo depredações e agitações. O dirigismo do movimento se fazia presente quando o jornal punha seus recursos à disposição “das valorosas descendentes de Maria Ortiz, que queiram capitanear um movimento contra a alto do custo de vida para o que as interessadas deverão ter um entendimento prévio em nossa redação”.

### **3.3.3 Políticas urbanas e industrialização**

No que tange às políticas voltadas ao ambiente urbano e industrial, os discursos dos petebistas em *Folha do Povo* se voltavam aos problemas que afligiam as camadas mais pobres, sobretudo de Vitória-ES e cidades adjacentes. Os temas versavam

---

<sup>178</sup> Ibid., p.04.

principalmente sobre habitação para os mais pobres e o acentuado processo de favelização e ocupações dos morros da capital, em virtude do êxodo rural. Vale a pena lembrar que os discursos sobre os déficits de habitação acompanham a ênfase dada a resolução dessa questão pelos Institutos de Previdência.

Assim, Fernando Pinto Aleixo, delegado regional do IAPETC, quando anunciou a construção do primeiro conjunto residencial do instituto em Vitória-ES, em terrenos cedidos por um prefeito petebista, apresentou tal empreendimento como “elemento perfeitamente enquadrado na nova política objetiva trabalhista que vem realizando o PTB local”<sup>179</sup>. Percebe-se que havia uma deliberação partidária para se usar os institutos e instâncias das administrações públicas com o objetivo de se levar em frente um item do programa do partido, qual seja o bem-estar do trabalhador.

Isso evidencia um dos suportes que os getulistas pragmáticos utilizavam em sua atuação. Trata-se, nas palavras de Delgado (2013), de um suporte “de natureza organizativa, que buscou no Ministério do Trabalho e em seus tentáculos sindicais e previdenciários o suporte institucional para a estruturação partidária” (p. 180).

Já a industrialização, quando objeto de considerações dos trabalhistas no jornal, aparecia como um projeto voltado ao futuro. Segundo um editorial de março de 1952, que abordava a possível instalação de uma agência da Fábrica Internacional de Motores e Tratores nos arredores de Vitória-ES, o Espírito Santo passaria por mudanças para os próximos anos, que fariam parte de uma “fase de trabalho e progresso”<sup>180</sup>, por conta do crescente movimento comercial e industrial que se iniciava no Estado. Esperava-se que essa nova fase “abalasse todo o seu sistema político-administrativo”<sup>181</sup>. Entretanto, os trabalhistas não se furtavam ao presente, pois, no mesmo texto que rogava por maior industrialização, o editorialista alertava que “uma política econômica bem delineada não pode sem dúvida relegar para

---

<sup>179</sup> OBJETIVANDO a política do verdadeiro trabalhismo. **Folha do Povo**, Vitória, p. 08, 5 fev. 1952. p.08.

<sup>180</sup> POLÍTICA econômica. **Folha do Povo**, Vitória, p. inicial-final, 14 mar. 1952.p. 01.

<sup>181</sup> *Ibid.*, p.01.

plano inferior a questão agrícola”<sup>182</sup>.

### 3.3.4 O PTB e as questões agrária e agrícola

Se, no plano nacional, o PTB deveria falar com as massas trabalhadoras urbanas, em um estado eminentemente agrário, como o Espírito Santo, a sobrevivência da organização correria um sério risco, caso não intentasse conquistar mentes e corações no interior do Estado. Pensando nisso, quase diariamente, *Folha do Povo* trazia editoriais abordando temas agrários. O principal tema abordado era a monocultura do café, algo combatido com veemência pelos trabalhistas do jornal.

Assim, ao abordarem o problema da broca nas lavouras de café, denunciavam “que a balança econômica nacional, e mui particularmente a do Estado – que se alicerça numa criminosa monocultura – é sensivelmente influenciada pelo café”<sup>183</sup>. O partido defendia que o governo deveria focalizar os problemas em torno do café, porém, sem esquecer o incentivo as outras culturas.

Os getulistas pragmáticos, além de cultivarem o carisma de Vargas como meios de mobilização política e social, deveriam “lutar para a manutenção da legislação trabalhista implantada ao longo da década de 30 e início da de 40”<sup>184</sup>. Essa luta passava pelas relações de trabalho no ambiente rural. Foi por esse movimento que o jornal, havendo notícias tendenciosas dizendo que a lei do salário mínimo não se aplicava ao trabalhador rural, procurou o delegado regional do trabalho, José Pessoa Cavalcante. Para o delegado, o texto da Lei e as declarações do Ministro Segadas Viana demonstram claramente que a CLT se aplicava aos trabalhadores do campo. Aproveitando a questão, o jornal se propagandeou como “o

---

<sup>182</sup> Ibid., p. 01.

<sup>183</sup> A Bróca no Espírito Santo. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 12 fev. 1952.

<sup>184</sup> Ibid., p.01.

arauto credenciado das classes trabalhadoras”<sup>185</sup>, oferecendo-se para retirar outras dúvidas dos trabalhadores, e encaminhá-las à Delegacia Regional do Trabalho.

Entretanto, o que há de idiossincrático no trabalhismo do PTB capixaba se percebe quando o jornal *Folha do Povo* imbrica os problemas verificados sobretudo nos meios rurais com a política voltada as zonas urbanas. Se particularmente em Vitória-ES, “nosso comércio não pode em nenhuma hipótese explorar o povo”<sup>186</sup> com o aumento dos preços dos gêneros alimentícios, a solução sugerida a tal problema seria o investimento estatal na policultura, que passaria a sanar o “[...] abandono que sofre o homem do campo [...]”, ao mesmo tempo que diminuiria importação de diversos produtos.

A defesa por moradia aos trabalhadores não se limitava somente à capital e aos seus centros urbanos vizinhos. Posto que, “[...] fiéis a cartilha trabalhista e à confiança que lhe depositam o povo espirito-santense, não se descuidaram da solução dos problemas mas (sic) populares [...]”, representando a Comissão Estadual do PTB, José Alexandre Buaiz e Ely Junqueira, quando, no Rio de Janeiro, conferenciaram com o ministro do trabalho, Segadas Viana, e o presidente da Fundação Casa Popular, Jorge Behering de Oliveira Matos, a possibilidade de construção de casas do tipo popular na capital, Vitória-ES, e no interior do Estado.

Assim, se segundo Glaucio Soares (2001), o PTB se deparava “[...] com uma dura realidade [...]” em que “[...] na maioria absoluta dos municípios rurais brasileiros, a política tinha um fundamento sólido na propriedade da terra e era conduzida, exclusivamente por uma oligarquia rural [...]”. Para o autor, enfrentar as oligarquias rurais e a dominação dos coronéis - que dominavam a comunicação e a interação desse contingente populacional com os mercados políticos eleitorais – era uma certeza de derrota. Por isso, “o PTB utilizou ao máximo as dissensões no seio da oligarquia dominante, aliando-se com muita frequência a uma das facções” (SOARES, 2001, p. 163).

---

<sup>185</sup> Ibid., p.01.

<sup>186</sup> No mundo dos negócios. **Folha do Povo**, Vitória, p. 05, 12 fev. 1952. p. 01.

Não se descarta o esforço do PTB, nesse sentido, conforme vimos em linhas anteriores, por meio, principalmente, de fundações de diretórios no interior do Estado e de alianças com partidos com maior penetração rural, como era o caso do PSD. Entretanto, os discursos do jornal *Folha do Povo* podem relativizar essa tese. Havia um esforço por dialogar com essas massas populacionais através da defesa de medidas reais, que visavam, principalmente, ao incentivo à policultura, bandeira tipicamente da pequena produção rural, já que o Espírito Santo não possuía o latifúndio como propriedade da terra dominante. Além disso, pode-se perceber uma tentativa de abarcar os eleitores das zonas urbanas das cidades interioranas do Espírito Santo através de uma política de habitação e combate aos preços elevados. Reduzir o contato dos municípios rurais com o mundo exterior apenas à dominação de oligarcas e coronéis, assim como abordar “esses mesmos contingentes [como aqueles que] eram os mais submissos a dominação dos coronéis e das famílias tradicionais” (FERREIRA, 2013, p.90) seria subestimar a capacidade de escolha e de reconhecimento de interesses mútuos, mesmo que em uma relação de troca desigual, de grande contingente populacional das zonas rurais. Vale lembrar, conforme defendido no primeiro capítulo, que “o poder dos poderosos não é tão poderoso assim” (FERREIRA, 2013, p. 90).

Além disso, quando se empenhava nas questões rurais, o partido parecia também optar por uma outra estratégia: rejeitava os líderes políticos ligados à causa rural como fomentadores das soluções e registravam um apelo ao tecnicismo. Como exemplo disso, podemos citar a declaração do editorialista de *Folha do Povo*, que, ao defender que a principal medida contra o aumento do preço seria o incentivo à policultura, o insinuou que o fomento à produção agrícola deve ser dado a um elemento técnico, “de reconhecida capacidade, afastados os elementos que já deram provas sobejas de incapacidade nesse setor, senão as coisas ficarão como dantes”<sup>187</sup>. Ao que parece, nesse momento da política capixaba, o PTB apostou mais no apelo ao preenchimento de cargos com competência técnica como discurso

---

<sup>187</sup> POLICULTURA, técnica e financiamento. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 13 fev. 1952. p. 01.

visando apoio, do que no confronto direto ou na aliança com facções de oligarcas do campo capixaba. Nesse caso, parece se apresentar um outro suporte da ação dos getulistas pragmáticos, qual seja, o “de natureza ideológica – a doutrina do trabalhismo inglês, que coloriu com tons de eficácia social e de ‘neutralidade’ o fisiologismo e o corporativismo do PTB em seus primeiros anos” (DELGADO, 2013, p. 180).

Curiosamente, José Alexandre Buaiz, elemento influente principalmente na capital do Espírito Santo, como membro da *coalizão dominante*, ao elencar respostas eficazes contra os problemas de habitação, transporte, alimentação, vestuário, diversão, trabalho e de finanças nas zonas urbanas, apresenta, como eixo principal, o enfrentamento do êxodo rural. Nesse intento, agradaria a Buaiz que o Estado orientasse o jovem do interior e os chefes de família da *hinterlandia* sobre “a realidade da vida urbana e fazendo-os compenetrados da imensa tarefa que lhes cabe aos ombros”, no caso, a tarefa de atribuir à roça a “patriótica tarefa da produção agrícola”<sup>188</sup>.

TABELA 4 - População do Espírito Santo – 1940-1980

POPULAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	1940	1950	1960	1970	1980
Rural	632.224 (80,1%)	758.052 (79,2%)	1.014.887 (71,5%)	877.417 (54,9%)	729.962 (36,0%)
Urbana	157.925 (19,9 %)	199.186 (20,8%)	403.461 (28,5%)	721.916 (45,1%)	1.293.378 (64,0%)
Total	790.149	957.238	1.418.348	1.599.333	2.023.340

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações de SILVA (1986)

A astúcia do PTB estava na abordagem não só de problemas que afligiam as classes populares urbanas, mas também os pequenos e médios produtores rurais, uma vez que, como se percebe na Tabela 3, até a década de 1970, a maior parte da população capixaba se encontrava nas zonas rurais, embora desde a década de

<sup>188</sup> BUAIZ, José A. Sábado escreve. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 16 fev. 1952. p. 01.

1950 houvesse uma incipiente migração do campo para a cidade. Nesse ponto, o PTB se aproximava com a plataforma eleitoral da Coligação Democrática<sup>189</sup> de 1950. Em sua plataforma, a coligação derrotada para a aliança PSD-PTB colocava as questões voltadas a pequena propriedade rural como seu eixo. Assim como o PTB, em *Folha do Povo*, defendiam a fixação do homem no campo, a mecanização da lavoura e o “aparelhamento da agricultura” (SILVA, 1986, p. 403).

O que se apreende dos discursos é que, para os trabalhistas do jornal oficial do PTB, o Espírito Santo vivia um atraso na política agrícola. Sendo assim, cabia mais defender o aprimoramento agrícola do Estado do que uma industrialização. Isso era posto até como medida de contenção do êxodo rural. Ou seja, a forma que os *getulistas pragmáticos* encontraram para atuar no ambiente rural capixaba não era advogar amplamente sua industrialização, mas defender uma modernização do campo, sem, por aquele momento, tocar na questão da reforma agrária por meio de distribuição de terras.

Por fim, reiteramos que o jornal *Folha do Povo* nos permite analisar brevemente, mas de forma profícua, o trabalhismo da coalizão dominante do PTB somente até os fins de 1952. Isso acontece porque, já em setembro de 1952, o jornal publica um manifesto, assinado por José Alexandre Buaiz e Armenio Clovis Jouvin, afirmando ter o jornal ultrapassado as capacidades materiais de suas instalações, resolvendo, por isso, fundar uma empresa gráfica para a impressão de jornais e livros, denominada Empresa Gráfica e Publicitária Excelsior S/A, cujo capital seria aberto para novos sócios.

Não sabemos se é devido a essa reestruturação ou a outro imperativo que o jornal não está mais disponível como fonte na *Hemeroteca Digital* a partir de 30 de

---

<sup>189</sup> Coligação Democrática era a denominação dada para o grupo que comportava os partidos contrários ao PSD em determinadas eleições estaduais para o período 1945-1964. A primeira Coligação Democrática surgiu nas eleições de 1947, em que Attilio Vivacqua, pelo PR, disputou a eleição para governador contra Carlos Lindenberg, do PSD. Os partidos que compuseram a coligação variaram conforme as eleições, sendo que, em duas ocasiões, o referido grupo consagrou-se vitorioso no pleito à governadoria, em 1954 e em 1962, com Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho.

setembro de 1952, voltando somente em 02 de janeiro de 1953. Entretanto, em sua volta, o jornal já estava sob outra direção, sendo, a partir de então, propriedade de Empresa Gráfica E Publicitária “Folha do Povo” S.A e passava a contar com a direção de José Rodrigues Sette, tendo Alvinho Gatti como redator chefe, Berlinck da Silva como gerente e Darly Santos como secretário. Não estava mais nas mãos de petebistas.

Assim, se em seus primeiros dizeres, *Folha do Povo* se apresentava a serviço da coletividade e das classes laboriosas, depois de vendido, faz propaganda de si como um jornal que “tem procurado manter uma linha de serenidade, em busca de melhores dias para a coletividade através da solução de seus problemas básicos”, além de estar “sempre posta em favor da coletividade, na defesa dos sagrados e indestrutíveis princípios da Democracia e da Verdade”<sup>190</sup>. Tratava-se, agora, de um discurso genérico e vago, que demonstrava uma clara mudança em sua linha editorial. O jornal deixava de ser um veículo do trabalhismo capixaba, e se oporia duramente ao PTB a partir do momento em que esse partido entrava em rota de colisão com o governo de Jones dos Santos Neves, do PSD. A coalizão dominante do PTB capixaba e, mais precisamente, a tendência de José Alexandre Buaiz perdia uma importante arma nos jogos internos de poder, qual seja, o domínio de uma zona de incerteza: a comunicação.

### 3.4 A ALIANÇA COM OS SINDICATOS

Apesar de, no começo de 1952, o jornal *Folha do Povo* indicar a tentativa do PTB de ter os trabalhadores urbanos como base por meio da publicação da página *Folha do Povo do Trabalhador*, no decorrer das edições do referido ano, a página foi deixada de lado, dando lugar a editoriais sobre questões agrárias. Entretanto, a partir de

---

<sup>190</sup> PRIMEIRO ano de existência. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 05 fev. 1953. p. 01.

meados de 1952, as crises no governo de Getúlio Vargas se intensificaram. Além da instabilidade política, Vargas enfrentava uma crise econômica herdada, em boa medida, do governo de seu antecessor, Eurico Gaspar Dutra, marcada pela falta de reservas em moeda estrangeira, maximizada com a queda internacional dos preços do café (FERREIRA, 2005, p. 100).

Dessa maneira, o presidente sofria com a crítica dos defensores da inserção do capital estrangeiro na economia, dos comunistas e das oposições conservadoras. O cenário ficava pior quando “os trabalhadores, castigados pelas perdas salariais, demonstravam que a estima e o reconhecimento ao presidente tinham limites” (FERREIRA, 2005, p. 100). Sua base de sustentação ruía com o acirramento das crises internas do PTB e com sua estratégia de conciliação com os grupos conservadores, capitaneados pela UDN e parte do PSD.

Por isso, Jorge Ferreira (2005) argumenta que, com a alta do custo de vida, que já mencionamos ser um dos combates do PTB capixaba, “e [a] deterioração dos salários, era muito difícil para os trabalhistas seguirem a orientação do presidente e defenderem a ‘política de consenso’, de ‘colaboração de classes e de ‘união nacional’” (FERREIRA, 2005, p. 100).

Como marco da chegada de Vargas ao poder com o PTB, Celina D’araújo (1996) observa “uma tentativa de adequar o sindicalismo à via partidária, o que se procurou fazer mediante uma dupla estratégia: incentivo à estrutura corporativa, através de Segadas Viana, e à mobilização sindical, através de João Goulart” (p. 88).

Em 05 de setembro de 1952, Danton Coelho pediu exoneração do Ministério do Trabalho. Em seu lugar, assumiu Segadas Viana, presidente do PTB carioca e ex-diretor do Departamento Nacional do Trabalho durante o Estado Novo. Tratava-se, portanto, de um elemento conhecedor da vida sindical, prova de que, devido às diversas crises internas do PTB, Vargas teria optado por um contato direto com os trabalhadores e sindicatos. Entretanto, em um período democrático, era inegável a necessidade de uma participação do PTB nesse enlace (D’ARAÚJO, 1996, p. 89).

Assim, o PTB capixaba deveria traçar suas estratégias para lidar com as determinações partidárias de âmbito nacional, ao mesmo tempo que atuar no mundo externo que se apresentava diante do partido. Trata-se da tentativa de controlar uma importante zona de incerteza, isto é, a relação com o ambiente. Quem domina essa importante zona controla as alianças com as diversas organizações que compõem o ambiente externo, assim como estabelece os temas que norteiam os conflitos com outras organizações. Por outro lado, esse controle tem consequências para o poder da coalizão ou tendência que a domina, já que

[...] aqueles que desempenham essas tarefas ocupam a posição dita "secante marginal", participam efetivamente de dois sistemas de ação, um interno à organização e outro formado pela relação entre a organização e o ambiente (ou partes do ambiente). O papel desempenhado no segundo sistema de ação é um recurso fundamental, que pode ser gasto, com razoáveis expectativas de vantagem, no primeiro. (PANEBIANCO, 2005, p. 68)

Esse controle do ambiente externo, porém, não pode ser puramente resultado de ações pragmáticas. Os objetivos oficiais do partido têm a característica de exercer um peso na agremiação, em sua dinâmica interna ou em suas relações com o ambiente, sob o risco de serem resgatados a favor de um grupo numa disputa entre as tendências, afetando, com isso, o equilíbrio de poder. Se, nacionalmente, o partido fora construído para disputar o voto dos trabalhadores urbanos, ele era ainda incipiente em um Espírito Santo eminentemente agrário. O partido, astutamente, poderia ter centrado forças na maior parte dos eleitores localizados nos perímetros urbanos do interior e na pequena produção rural. Porém, não podemos descartar que se tratava de um partido criado sob um pesado centralismo e que tinha, entre os seus objetivos oficiais, sustentar o carisma de Vargas, servindo como a organização que disputaria o apoio das massas trabalhadoras urbanas por meio do incentivo à mobilização ao mesmo tempo que sob um dirigismo e uma contenção dessa mesma massa.

É por isso que, diante do desgaste do apoio dos trabalhadores ao governo de Getúlio Vargas, o PTB capixaba deveria acompanhar as deliberações do âmbito nacional. O partido deveria voltar sua atenção às classes trabalhadoras urbanas, em especial, a àquelas organizadas sindicalmente.

Desde o seu começo, o jornal oficial do PTB falava aos sindicatos e tentava demonstrar uma ligação do partido com essas organizações. Ainda em fevereiro de 1952, o jornal retrata a viagem do “elemento destacado do PTB”<sup>191</sup>, Calixto Freire, também delegado do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Vitória junto à Federação Nacional dos Ferroviários, para uma audiência com o Ministro do Trabalho, Segadas Viana. O objetivo da viagem eram as tratativas para a criação de um Banco Nacional dos Ferroviários que, segundo o jornal, possuía o apoio de 42 mil ferroviários de todo o Brasil.<sup>192</sup> Apresentar Freire como liderança sindical só fazia sentido, portanto, se a ligação com o PTB fosse evidenciada.

Além da disposição de uma maior aproximação com os sindicatos por parte do governo de Getúlio Vargas, um acontecimento marcou essa intenção. Tratava-se da eleição de João Goulart para a presidência do PTB, por indicação de Vargas, fato ocorrido durante a VI Convenção Nacional, em 20 de maio de 1952. Como pano de fundo, o PCB havia tomado a decisão de voltar a disputar o comando oficial dos sindicatos. Era, portanto, necessidade imperativa ligar o alerta e disputar o ambiente sindical. Nesse sentido, “visando o controle da política trabalhista, o governo apoiou-se no Ministério do Trabalho, nas vantagens oferecidas pela estrutura sindical corporativa e na consolidação de Jango no PTB” (D’ARAÚJO, 1996, p. 92). A tarefa do PTB seria consolidar-se como um canal de diálogo entre governo e sindicatos.

Para isso, as alianças com os comunistas não estavam descartadas em ambientes em que eles fossem mais influentes, garantindo a penetração dos trabalhistas em determinados setores. Em maio de 1952, o vereador de Vitória-ES, Francisco Salles,

---

<sup>191</sup> CALIXTO Freire partirá para o Rio, em defesa dos interesses dos ferroviários. **Folha do Povo**, Vitória, p. 06, 08 fev. 1952. p. 06

<sup>192</sup> Ibid., p.06.

do Partido Democrata Cristão (PDC), acusava o governo federal de colocar elementos comunistas em autarquias, como teria sido o caso da nomeação de José Cecílio Ferreira Marques para o cargo de presidente do IAPETC<sup>193</sup>. A troca do delegado regional do IAPETC no Espírito Santo também “deu pano para manga” nas fileiras petebistas. A Comissão Executiva Estadual do PTB indicara três nomes para escolha do delegado pelos petebistas, entretanto, o deputado estadual Argilano Dario apresentou um nome da lista, o que causou desagrado em alguns de seus partidários. A defesa de Dario justificava que esse havia agido isoladamente, como representante classista. Argilano Dario foi o organizador do Sindicato dos Contabilistas e o presidia. Tal episódio demonstra a situação dúbia que o PTB comportava: abarcava elementos sindicais, mas, em algumas ocasiões, as decisões eram contrárias aos interesses desses segmentos.

Imbuído do papel de mediador, através de *Folha do Povo*, ofereceu-se a publicação grátis de editais, memorandos e circulares a todos os sindicatos capixabas. No mesmo esforço, o deputado estadual petebista, Argilano Dario, explicitou que, sem o PTB, a massa trabalhadora “sua aliada natural, até então [estava] sem uma diretiva no que concernia aos rumos políticos”<sup>194</sup>. Rememorando o conselho de Vargas para que os trabalhadores cerrassem fileiras em seus sindicatos, Dario explicava que isso faria a classe atingir “a maioria social e política”. A título de exemplo, o parlamentar citou os casos dos sindicatos de choferes, doqueiros, estivadores e conferentes de cargas e descargas, uma vez que deram demonstrações da força que um sindicato pode ter para se impor politicamente “desde que unidos a um partido político como o PTB”. Por fim, indaga que força parará os sindicatos quando aliados a um partido como o PTB e remedia: “somente nessa ocasião é que se poderá verdadeiramente entender o sentido das diretrizes sociais e políticas que o grande líder Getúlio Vargas vem imprimindo ao seu atual governo”<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 28 mai. 1952.

<sup>194</sup> O Sentido da aliança entre trabalhadores e trabalhistas. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 03 jul. 1952. p. 01.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p.

Se quando as lideranças sindicais dominavam a *coalizão dominante* do PTB capixaba, elas sofreram um intenso processo de alijamento, segundo as determinações nacionais, Argilano Dario, representante da *coalizão dominante* que intentava dominar a relação com os sindicatos, defendia uma aliança entre trabalhadores e o partido. Entretanto, percebe-se, em seu discurso, que *direção partidária* e *trabalhadores* são colocados como elementos diferentes, não intrínsecos. Só se promove alianças com quem tem algo a oferecer e não é totalmente passivo. Obviamente, porém, a ligação pensada pela *coalizão dominante* do PTB com os sindicatos parecia ser uma espécie de *aliança*, mas dirigida pelo partido no campo político. Essa lógica revela a vinculação Estado-partido-sindicatos como única fonte de conquistas para os trabalhadores. Tratava-se, portanto, da tentativa de dominar uma zona de incerteza – a relação com o ambiente externo – sob um dos objetivos oficiais do PTB, qual seja o de “manter vinculadas a ação sindical e a militância partidária em uma inter-relação dinâmica com o Estado”, ou seja, “uma forma de cidadania participativa, mas não autônoma” (DELGADO, 2013, p. 181). Assim, essa participação seria dirigida de uma forma paternalista, visto que se tratava de um ator que ainda não tinha atingido a *maioridade política e social*.

O tom paternalista apareceria também voltando aos trabalhadores desempregados. Ao jornal oficial do PTB, não cabia críticas direcionadas aos governos de Jones dos Santos Neves e Getúlio Vargas visando propostas e soluções para o problema do desemprego. A solução passaria por uma mediação do jornal/partido com os patrões e empregadores. Por isso que o anúncio do jornal dizia nos termos a seguir:

você é pobre e está desempregado? folha do povo publicará gratuitamente o seu anúncio, ajudando-o a obter uma colocação. bastará que nos procure fornecendo os dados indispensáveis. É uma forma de colaboração do jornal mais popular do Espírito Santo aos menos favorecidos da sorte<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> VOCÊ é pobre e está desempregado? **Folha do Povo**, Vitória, p. 06, 01 jul. 1952. p. 01.

Nota-se no fragmento que, se havia desemprego e pobreza, o jornal não se apresentava como um crítico mordaz da situação, mas era um veículo de *colaboração*, diante de uma situação propiciada, não pelas estruturas sociais e econômicas, mas pela *falta de sorte*.

Nessa lógica, o debate deveria ser incentivado e alocado publicamente pelo jornal do PTB. Por isso, uma matéria elucida que um dos incentivos do partido para o incremento da sindicalização foi oferecer as colunas de seu jornal para o debate das classes trabalhadoras sobre assuntos de seu interesse, tal como a veiculação de todos os documentos dos sindicatos (editais de convocação, resoluções, etc.). Assim, o incentivo à participação sindical no PTB, mais uma vez, passava por apresentar o partido como canal para as reivindicações dos trabalhadores. Se os trabalhadores intentavam fazer “[...] reclamação sensata contra uma injustiça patronal ou das autoridades e a propaganda de suas reivindicações [...]”<sup>197</sup>, o jornal do PTB apresentava-se como um dos responsáveis por “incrementar o sindicalismo [...] dando força e prestígio às classes, para que cumpridos sejam os verdadeiros postulados trabalhistas [...]”<sup>198</sup>.

Intensificando o diálogo com a classe trabalhadora, o PTB reconhece que suas atividades “[...] não se restringem apenas ao campo político, propriamente dito, mas devem influir decisivamente no sentido de que as coletividades, dentro de sua área de influência e mesmo fora dela, sejam por elas beneficiadas [...]”<sup>199</sup>. Como exemplo de sua atuação fora do campo político propriamente dito, os petebistas de *Folha do Povo* citam terem conseguido dois milhões de cruzeiros para financiamento de casas destinadas a comerciários sindicalizados, através do IAPC, comandado por Altamir Faria Gonçalves, que também era membro da Comissão Executiva do partido. Ainda nessa ocasião citada, o presidente do Sindicato dos Comerciários, Deusdedit Silva, é elogiado por sua atuação, ao ter recorrido, no Rio de Janeiro, ao presidente do PTB capixaba, Edison Pitombo Cavalcanti, para pressionar a liberação

---

<sup>197</sup> UM jornal para os trabalhadores. **Folha do Povo**, Vitória, p. 03, 05 jul. 1952. p.03.

<sup>198</sup> Ibid., p.03.

<sup>199</sup> AÇÃO Petebista. **Folha do Povo**, Vitória, p. 03, 29 jul. 1952. p, 03.

das verbas. Por isso, o redator afirma que

[...] além dessa ação partidária, o PTB não pode prescindir da influência de homens de elite, como Edison Cavalcanti e alguns outros, cuja entrosagem perfeita com as altas esferas da administração federal, muito tem servido para que a secção regional do partido seja convenientemente atendida, beneficiando as classes trabalhadoras.<sup>200</sup>

Outro acontecimento merecedor de destaque é a posse de João Goulart no Ministério do Trabalho. Diante de diversos movimentos grevistas em São Paulo e no Rio de Janeiro, antes de sua posse, houve uma disputa entre o presidente do PTB, que defendia a negociação e concessão de aumento de salário para os grevistas, e o Ministro do Trabalho, Segadas Viana, que optava por cumprir a CLT através de seus dispositivos de controle. Com a desautorização de Viana por Vargas, Goulart foi incumbido das negociações, sendo, posteriormente, nomeado Ministro do Trabalho. Segundo D'araújo (1996), o carisma de Vargas passava nesse momento, por um processo de rotinização.

O discurso acima referenciado, portanto, é emblemático da relação do PTB capixaba com os sindicatos, intensificada com a posse de João Goulart no Ministério do Trabalho, em junho de 1953. A vinculação sindicatos-partido-autarquias/Estado era evidente e elogiável, justificando, inclusive, um certo grau de elitismo e fisiologismo interno ao partido. Assim, fica patente que

[...] mobilizar o movimento sindical, incentivar as lideranças autênticas dos operários, aproximar-se das esquerdas e patrocinar a participação dos trabalhadores nos negócios do Estado necessariamente não se anulavam, ou entravam em contradição, com a política de cooptação, de distribuição de empregos e de práticas fisiológicas.

---

<sup>200</sup> Ibid., p.03.

A dominação sobre o ambiente externo no que se refere à relação do PTB capixaba com os trabalhadores urbanos, por meio, principalmente, dos sindicatos, não esteve longe de conflitos. Havia conflitos com as agremiações partidárias que também viam no campo sindical um ambiente fecundo para penetração partidária. Nesse sentido, Floriano Rubim demonstrou, em discurso na Assembleia Legislativa Estadual, haver sintonia entre seu mandato e os presidentes de sindicatos “contrário às atividades do sr. Jefferson de Aguiar [pessedista, presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo no período] que vem procurando colocar em má situação elementos do PTB local com os diretórios estadual e federal”<sup>201</sup>. Jefferson de Aguiar, descendo ao plenário para rebater as acusações, tornando a sessão tumultuosa, conforme noticiava *A Gazeta*, esbravejava que, mesmo sendo advogado classista, não frequentava os sindicatos há mais de um ano e nunca se meteu em questões internas de partidos. Havia aí uma disputa em torno do ambiente externo. Enquanto Rubim usava a relação com os presidentes de sindicatos como capital político contra Aguiar, esse relembra a atuação daquele como advogado sindical. O apelo ao elemento sindical, percebe-se, poderia conferir certo poder e legitimidade em disputas entre as diversas organizações. Uma entidade débil, manipulada, cooptada, amorfa ou vítima do Estado, defende-se aqui, não teria o porquê de ser usada como recurso em uma disputa entre partidos.

Segundo esse critério de análise, “se observarmos as iniciativas e os comportamentos dos militantes sindicais diante das políticas públicas implementadas por Goulart, não há razões para vitimizá-los” (FERREIRA, 2005, p. 111), posto que os trabalhadores fizeram escolhas, e não constituíram simples frutos da manipulação e cooptação estatal. A escolha dos trabalhadores capixabas foi, por exemplo, reunirem-se na sede do Sindicato do Comércio Armazenador para receber a Delegação dos Sindicatos do Espírito Santo que foi ao Primeiro Congresso da Previdência, organizando, na ocasião, uma Comissão Permanente. No mesmo dia,

---

<sup>201</sup> ONTEM, na Assembleia. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 25 abr. 1953. p. 01.

[...] deliberou a Comissão, em consonância com as resoluções do [I] Congresso [da Previdência], em sugerir a todos os Sindicatos a eleição de uma Comissão Sindical de Previdência Social, que será credenciada junto as Delegacias dos Institutos e Caixas, com o objetivo de acompanhar os interesses dos segurados dessas autarquias, instruindo-os e auxiliando-os na obtenção de seus direitos.<sup>202</sup>

A reunião acima citada evidencia que, principalmente após a permanência de João Goulart no Ministério do Trabalho,

[...] os líderes e dirigentes sindicais foram mobilizar as bases, intensificar o ritmo das reivindicações e lutar por maior autonomia, mas também, e no mesmo movimento, estreitar as suas relações com o Estado através dos órgãos da Previdência Social, incluindo, nessa última opção, as práticas do clientelismo, fisiologismo e empreguismo. (FERREIRA, 2005, p. 112-113)

Se a carência de fontes não nos permite trazer à luz os discursos que embasavam as tentativas de dominar o ambiente, por meio da relação com os grupos sindicais, por parte da *tendência alternativa* liderada por Arnaldo Andrade e Adelpho Poli Monjardim, indícios demonstram apenas que ocorreram conflitos internos no PTB. A disputa foi revelada quando a *Folha do Povo* criticou a *ala dissidente*, que apregoava dar assistência jurídica e médica aos operários ainda no início de 1952 e, portanto, antes das determinações nacionais de se aproximarem dos sindicatos<sup>203</sup>. Entretanto, a voz que se destacava era a da *coalizão dominante*, principalmente por que acumulava outra zona de incerteza - cara também aos historiadores, reféns das fontes: a comunicação.

---

<sup>202</sup> COMISSÃO Permanente Estadual do 1º Congresso de Previdência Social. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 06 set. 1953. p. 01.

<sup>203</sup> CHUVA de Pedras: grátis. **Folha do Povo**, Vitória, p. 03, 05 fev. 1952.

### 3.5 O ACORDO COM OS COMPANHEIROS DAS PRIMEIRA HORAS DESAVISADOS E AS NOVAS DISSIDÊNCIAS: A FORMAÇÃO DA NOVA COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL E O ROMPIMENTO COM O PSD

No plano nacional, Dinarte Dornelles e Danton Coelho disputavam judicialmente o comando do PTB. Com a vitória de Coelho na Justiça Eleitoral, Vargas impôs ao partido uma reforma conciliatória. Dessa forma, na VI Convenção Nacional do PTB, à 20 de maio de 1952, João Goulart foi escolhido de forma unânime por se tratar de um jovem parlamentar ligado pessoalmente a Vargas. Pela primeira vez, o chefe máximo do PTB ungiu alguém para o cargo de presidente de uma agremiação. Tratava-se do “escolhido” (D’ARAÚJO, 1996, p. 91).

No comando do PTB, João Goulart tratou de apaziguar os conflitos internos dando maior autonomia às direções locais, tal como maior liberdade a atuação da bancada no Congresso. Por outro lado, conforme vimos anteriormente, se aproximou do movimento sindical e promoveu alianças estratégicas com os comunistas. Porém, as decisões deveriam ser referendadas pelo Diretório Nacional, comandado por Goulart (D’ARAÚJO, 1996).

No PTB capixaba, vimos que a *coalizão dominante* liderada por elementos ligados a Edison Pitombo Cavalcanti e José Alexandre Buaiz, ao longo de 1952, mudou o tratamento fornecido a *coalizão alternativa* do partido. Se antes eram vistos como os *dissidentes de fancaria*, as intempéries que as dissidências causavam no partido e as novas determinações do centro nacional impuseram um novo *status* aos que passariam a ser os *companheiros das primeiras horas desavisados*. Esse novo tratamento, em um primeiro momento, fez José Alexandre Buaiz se licenciar do cargo de vice-presidente do partido. Porém, menos de um mês depois de seu licenciamento e após entendimentos com o presidente do PTB no Espírito Santo, Edison Pitombo Cavalcanti, com o Ministro do Trabalho, Segadas Viana, com o

deputado Danton Coelho e “todo o estado maior petebista nacional”<sup>204</sup>, em março de 1952, o empresário reassumiu a vice-presidência da Comissão Executiva do PTB capixaba.

### 3.5.1 O acordo com os companheiros das primeiras horas desavisados

Em julho de 1952 começavam as negociações com a chamada *ala dissidente*. Elencou-se uma comissão mista, que traçaria os entendimentos com a Comissão Executiva do PTB capixaba e que era composta por dez membros, sendo da chamada “parte ortodoxa” – os deputados estaduais Floriano Rubim e Domício Mendes; Mozart Medina, o ex-vereador e então presidente do IAPC, Altamir Faria Gonçalves e o vereador Mario Gurgel - e cinco da “dissidência” - Alarico Lirio, o vereador Teophilo Ataíde, Antonio Costa Gama, José Peixoto e Luiz de Palma Lima-, que nomearam Arnaldo Andrade como seu presidente.<sup>205</sup>

Ressalta-se que Antonio Costa Gama, Arnaldo Andrade e Luiz de Palma Lima faziam parte do grupo ligado ao ex-presidente do PTB, Saturnino Rangel Mauro. Tratava-se de elementos presentes desde a fundação do partido. Os dois últimos, inclusive, foram excluídos, junto com Mauro, do Diretório Estadual do partido após a intervenção em 1951. Outra característica dos dissidentes era que eles constituíam figuras ligadas a política de Vitória-ES e de cidades do entorno. A permanência da dissidência, o tamanho do grupo e a necessidade de se entrar em negociação com os dissidentes demonstra a força que adquiriram, assim como a dificuldade da *coalizão dominante* em construir a hegemonia na organização. Tais aspectos também podem demonstrar a força potencial da política urbana nessa fase.

---

<sup>204</sup> NOVOS rumos à política petebista estadual. **Folha do Povo**, Vitória, p. início-fim, 17 mar. 1952. p. 01.

<sup>205</sup> ENTENDIMENTOS entre os petebistas. **Folha do Povo**, p. 08, 23 jul. 1952.

Quando Buaiz decidiu reassumir a vice-presidência do PTB, em seu discurso de reinvestida, o *homem da gaita* afirmou que “foi acenado aos dissidentes o ramo de oliveira que prenuncia a paz da família petebista”<sup>206</sup>. Entretanto, alfinetando a dissidência, lembrou que o grupo solicitava ao executivo estadual e municipal favores pessoais, passando por cima de determinações partidárias. Diante dessa crítica, o vice-presidente do PTB capixaba revelava uma rivalidade no seio do trabalhismo no Espírito Santo. As ações da ala dissidente, segundo o juízo do empresário, criavam

um ambiente interno de flagrante descontentamento, pelas preferências injustificadas que estava gozando numero reduzido de membros de Vitória e adjacências, **em detrimento da maioria do interior**, justamente **onde o partido tivera o forte de sua votação**<sup>207</sup>

Ainda falando sobre o partido no interior, Buaiz reforça a tese de que

**a força do PTB, reside em seus agrupamentos do interior**, essa é a realidade. Mas **só estavam levando vantagens os políticos desta capital**, que, pode-se afirmar, não representa senão **parcela mínima no cômputo geral das forças políticas**<sup>208</sup>

Por fim, José Alexandre Buaiz alerta que os núcleos do interior não pensam como os elementos trabalhistas da “metrópole estadual” e era devido a isso que o presidente trabalhista, Edison Pitombo Cavalcanti, estava buscando repousar suas atitudes nesses elementos, “pois neles repousa a força do partido e deles virá a reação que já se esboça”<sup>209</sup>.

Havia aí uma disputa latente no interior do PTB. Saturnino Rangel Mauro fora

---

<sup>206</sup> TRABALHISMO de verdade. **Folha do Povo**, Vitória, p. 03, 27 mar. 1952. p.03, grifo nosso.

<sup>207</sup> Ibid., p.03.

<sup>208</sup> Ibid., p.03, grifo nosso.

<sup>209</sup> Ibid., p.03.

retirado do comando do PTB capixaba logo após as eleições de 1950, de modo a não poder indicar aliados aos cargos advindos com a eleição. A justificativa da coalizão formada entre Buaiz e Cavalcanti, que retirou Mauro do comando, era a de que suas escolhas recaíam em elementos intimamente ligados a ele sem passar pelo crivo partidário. Mauro era um elemento ligado aos bairros populares e operários de Vitória-ES e, principalmente, de Vila Velha-ES, cidade vizinha à capital. No momento das indicações para os cargos nas secretarias estaduais, Cavalcanti “fatiou” essas indicações de modo que cada região do Espírito Santo ficasse com uma. Além disso, percebe-se que a mesma crítica é dirigida ao grupo dissidente do partido.

Nota-se uma disputa entre duas tendências: a da *coalizão dominante* - que intenta se fortalecer no interior do Espírito Santo - contra a tendência que forma a *coalizão alternativa* - baseada nos centros urbanos da capital e entorno. As conversas que se faziam necessárias entre a *coalizão dominante* e a *ala dissidente* podem revelar que, apesar de o Espírito Santo ser essencialmente agrário, as influências na capital Vitória-ES e nos centros urbanos vizinhos não poderiam ser desprezados. Havia um potencial eleitoral crescente na capital, devido ao êxodo rural costumeiramente abordado pelo jornal oficial do PTB.

### **3.5.2 Novas dissidências**

Com as negociações entre a *coalizão dominante* e a *coalizão alternativa*, a aliança entre a tendência do *getulista de primeira hora*, Edison Cavalcanti, e a tendência do *homem da gaita*, José Buaiz, sofreu um abalo irreversível. Em setembro de 1952, Buaiz renunciou à vice-presidência do PTB no Espírito Santo. Sua renúncia estava ligada à oferta de um acordo aos dissidentes, de vários postos-chaves na administração estadual, que teria sido recusada, ensejando em impasses e

desentendimentos continuados. *A Gazeta*, na ocasião, aventou que a saída do empresário acarretaria em ressonâncias profundas no partido, uma vez que o então vice-presidente vinha conduzindo o PTB na Assembleia Legislativa estadual no sentido de apoiar o Executivo. Sua saída, então, seria “capaz de maiores reflexos e significação e capaz inclusive, de afetar o próprio comportamento do PTB no âmbito da política espírito-santense”<sup>210</sup>.

Já no ano de 1953, os acordos com a *coalizão alternativa* e o rompimento com o PSD abalariam novamente a já precária harmonia organizativa do PTB capixaba. Antes de mencionar tais aspectos, cumpre registrar que, desde os primórdios do chamado *Acordo de Cambuí*, protagonizado pelo PSD e PTB para o pleito de 1950 no Espírito Santo, havia intranquilidade na aliança entre esses partidos. Prova disso é que, logo em dezembro de 1951, um projeto do deputado petebista Argilano Dario para beneficiar a cidade de Cariacica-ES, seu reduto, com calçamento de ruas foi rejeitado na Assembleia Legislativa Estadual ensejando uma crise não só com o PSD, mas também interna no PTB. O episódio exigiu uma reunião e um debate por parte do PTB em torno do rompimento com o PSD. O fiador da permanência na base do governo pessedista de Jones dos Santos Neves teria sido o vice-presidente do PTB, José Alexandre Buaiz <sup>211</sup>. Nessa ocasião, Buaiz afirmava que somente nos municípios do interior havia interesse no rompimento com o PSD.<sup>212</sup>

Ainda na mesma ocasião, o jornal oficial do PSD abordava que o PTB há muito possuía uma *ala dissidente* intransigente, o que envolvia o partido em outro problema, visto que Buaiz era um “diplomático e pelo seu vasto círculo de relações, vinha constituindo um verdadeiro esteio petebista na direção de seu órgão central”<sup>213</sup>. Segundo constava, para o jornal, a decisão era irrevogável e “possue

---

<sup>210</sup> O DEPUTADO José Buaiz renuncia a vice-presidência do PTB capixaba. **A Gazeta**, p. 01, 24 set. 1952. p. 01.

<sup>211</sup> NOITE de São Batolomeu na política capixaba. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 13 dez. 1951.

<sup>212</sup> NÃO existe o impasse PTB-PSD. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 15 dez. 1951.

<sup>213</sup> NA berlinda. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 24 set. 1952. p. 01.

[sic] razões muito sérias e profundas e o fato poderá determinar, mesmo, novos rumos para a política estadual”, além de, ironicamente, o diário falar no surgimento de uma outra ala: “a dos sedentos por vingança”<sup>214</sup>.

A influência de José Buaiz era inegável na *coalizão dominante* e nos rumos políticos do PTB capixaba, tanto que sua saída poderia mudar a posição da sigla na política estadual. Ou seja, o poder da *gaita*, ou seja, o poder sobre a zona de incerteza *financiamento* - tal como o domínio sobre outra zona de incerteza, a comunicação – era considerável e parecia ser usado na aliança com o PSD e no apoio ao governo de Jones dos Santos Neves.

Os financiamentos são “os canais por meio dos quais aflui o dinheiro para financiar a organização” (PANEBIANCO, 2005, p. 69). Em partidos com um único financiador externo, tal elemento exerce um poder sobre a organização. Já em partidos com o financiamento mais difuso, “nenhum dos financiadores se encontra nessa posição [de poder], e o controle está nas mãos daqueles agentes internos que presidem as operações de coleta de fundos” (PANEBIANCO, 2005, p. 70).

Acomodando, geralmente, as duas características, nos partidos “o controle sobre essa zona de incerteza costuma depender dos contatos privilegiados que um ou outro ator organizativo consegue estabelecer com financiadores externos” (PANEBIANCO, 2005, p. 70). Assim, o controle do financiamento também recai sobre um maior controle do ambiente por parte de um ator ou grupo. Nesse sentido, é razoável supor que a *diplomacia* e o *vasto círculo de relações* que *A Gazeta* atribuiu a José Buaiz passava por seu poder financeiro. Conforme já mencionamos, a candidatura de Vargas foi alavancada em Vitória-ES por meio dos esforços financeiros do empresário, assim como o jornal *Folha do Povo* contou com a *gaita* de Buaiz. Dessa forma, aventa-se que os bons negócios rendiam também bons amigos ao ex-vice-presidente do PTB. Entretanto, o episódio de sua saída do cargo no partido também pode demonstrar que seu predomínio nessas zonas não era suficiente para manter o PTB capixaba no rumo desejado por sua tendência.

---

<sup>214</sup> Ibid., p. 01.

A partir desse momento, evidencia-se um “racha” na *coalizão dominante* do PTB. Os jornais *Folha do Povo* e *A Gazeta*, alinhados ao governo de Jones dos Santos Neves, passam a tecer diversas objeções à tendência liderada por Edison Pitombo Cavalcanti e, principalmente, à sua própria pessoa. Nesse sentido, em 25 de setembro de 1952, *A Gazeta* justifica a saída de Buaiz como resultado de

[...] um jogo político (...) com visíveis modificações no comportamento do PTB capixaba e (...) com o fito exclusivo e injustificado de dar ao próprio sr. Pitombo um prestígio que, na realidade, teria ele jamais usufruído no panorama partidário espírito-santense [...] <sup>215</sup>

Se durante a aliança com o PSD, Edison Cavalcanti era retratado nos jornais como um político digno, porque gozava de prestígio entre as figuras dominantes do trabalhismo nacional, a partir de então o presidente do PTB será criticado por ser uma espécie de *outsider* da política capixaba. A disputa entre as duas tendências da coalizão dominante também demonstra a força do getulismo, quando operado pelos amigos de Vargas, e do centralismo do PTB, concentrado na Executiva Nacional. Cavalcanti, de fato, se tratava de um elemento *outsider* da política capixaba. Ao que consta, veio para o Espírito Santo com o intento de ajudar na fundação do PTB, porém, ficou fora da política até a volta de Vargas ao Executivo Federal. Entretanto, o seu tipo de dominação, baseada na lealdade ao getulismo desde o Estado Novo, foi suficiente para construir uma tendência e alijar dois políticos capixabas do comando do PTB, Saturnino Mauro, em 1950, e José Buaiz, em 1952. Indo além, Cavalcanti era diretor geral do SAPS, portanto, permanecia a maior parte do tempo no Rio de Janeiro para exercer o cargo, de modo a não se envolver em questões partidárias imediatas, e, ainda assim, comandava um grupo que *A Gazeta* dizia ser comandado “radarmente, através a (sic) política de gabinetes no Distrito Federal”<sup>216</sup>.

A aliança com o PSD, cumpre elucidar, fora uma determinação da Executiva

<sup>215</sup> Morcegando. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 25 set. 1952. p. 01.

<sup>216</sup> Morcegando. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 25 set. 1952. p. 01.

Nacional do PTB, uma vez que os pessedistas, contrariando as determinações nacionais do partido, apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas para a presidência da República. (SILVA, 1986, p. 395) Já a alegação de que o PTB “era o único partido que ainda não havia entrado em conflito com o PSD” (SILVA, 1986, p. 396) já foi relativizada quando analisamos o comportamento do partido sob o comando de Saturnino Rangel Mauro. Inclusive, a indisposição de Mauro em relação à aliança com o PSD no pleito de 1950 pareceu ser também um dos motivos de sua exclusão da presidência do PTB capixaba.

O jornal pessedista *A Gazeta*, em outra oportunidade, rechaçou as críticas à aliança PSD-PTB porque, segundo seus críticos, ela se pautava somente em distribuição de cargos. Para o jornal pessedista a aliança se assenta mais em questões políticas do que em troca de vantagens e compensações. Continuando, o jornal ligado ao PSD defendia que a indicações das funções de destaque recebidas pelos petebistas se deram devido ao seus esforços na eleição de Santos Neves, “sem o prejuízo, entretanto, da independência do Executivo Estadual no que diz respeito ao modo de condução da máquina administrativa”<sup>217</sup>.

A aliança entre PTB e PSD também foi pautada em um programa. As questões urbanas ganhavam destaque nos discursos de Santos Neves por meio de uma maior ligação com os trabalhadores e de ações voltadas a infraestrutura básica (SILVA, 1986, p. 402). Tratava-se de uma política de bem-estar social, relacionada ao investimento em saúde, habitação, saneamento e educação gratuita. Essa política teria o desenvolvimentismo preconizado por Vargas como pano de fundo, assentado nos investimentos em saneamento, produção, transportes e energia, implementados por meio de um planejamento como meio de organização das ações governistas (SILVA, 1986, p. 416).

Entretanto, como já citamos anteriormente, esse esforço requeria administrações técnicas em setores chave, o que não chegou a contrariar os interesses de grande parcela do PTB capixaba. Com isso, essa *independência* retratada por *A Gazeta* era

---

<sup>217</sup> O PTB e sua aliança com o Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 01 mar. 1952. p. 01.

fruto da configuração da coalizão dominante no PTB capixaba. Conforme elucidou Marta Zorzal e Silva (1986), quando intentava substituir um elemento indicado do PTB para algum posto chave no planejamento de governo, o governador Jones dos Santos Neves recorria à direção nacional do PTB, por intermédio do presidente do partido no Espírito Santo, Edison Pitombo Cavalcanti.

Tratando-se de um governo inspirado nos planos industriais e desenvolvimentistas desenvolvidos por Getúlio Vargas e, sendo Cavalcanti um amigo pessoal do presidente da República, a independência do governo nas indicações passava por um desequilíbrio de poder em que a *coalizão dominante* do PTB dominava as indicações aos cargos no governo estadual e retirava a voz da *coalizão alternativa* nesse campo.

Voltando às boas relações de José Buaiz, elas se estendiam a vários outros partidos. Na ocasião de sua renúncia, os deputados estaduais Clovis Stenzel e Eurico Rezende teceram elogios e lamentaram a saída de Buaiz da vice-presidência do PTB. Porém, a declaração mais importante para este trabalho, demonstrando o “racha” que vivia o PTB, é a do deputado petebista Lauro Calmon Nogueira da Gama. Em sua manifestação na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Nogueira da Gama manifestou apoio e simpatia ao renunciante, declarando que, desde o início, foi contrário à permanência de Edison Cavalcanti à frente do PTB capixaba. Na mesma ocasião, o também deputado petebista Argilano Dario preferiu a cautela e declarou que, após a apreciação da renúncia, a coletividade do PTB daria maiores informações acerca das motivações da renúncia<sup>218</sup>.

Adiantando Argilano Dario, *A Gazeta* apresentou suas impressões quanto a renúncia de José Buaiz, que seria uma forma de discordar do rumo que o “presidente à distância”, pretendia impor ao partido. Então, segundo a coluna, formaram-se dois lados e duas opiniões diversas, sendo que um desses lados era do “rebento expressivo” de uma família que, para o jornal, contribuía para o progresso do estado. Nas palavras do jornal pessedista, Buaiz era um exemplo de entusiasmo e

---

<sup>218</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 25 set. 1952.

desprendimento com a agremiação, levando para o partido o risco de montar uma empresa editora de jornal, além do risco de sua atividade comercial e empresarial para o progresso do Estado. Para o jornal pessedista, o outro lado era comandado por Edison Cavalcanti, “o agraciado pela simpatia pessoal do sr. Getulio, com um bem rendoso emprego no SAPS”, ou seja, aquele que “nada legou de útil e pratico à coletividade e sequer (sic) ao seu próprio partido”<sup>219</sup>. Após diversas outras considerações sobre os dois, o diário insinuou que “uma delas será a que mais convem ao Espírito Santo e a nós que somos, realmente, a colectividade capixaba”.

A publicação pode ilustrar o que já se aventou nesse trabalho, ou seja, que o poder de Buaiz nas disputas internas do PTB era atribuída, em boa medida, à força de seus recursos - a *gaita* – e de sua relação com o ambiente externo. Já a liderança de Edison Cavalcanti era baseada nos laços de amizade com Getúlio Vargas. Ao que parece, houve um desequilíbrio de poder no seio da coalizão dominante, fazendo com que a tendência de Cavalcanti tomasse os rumos do PTB de forma unilateral. Considerando-se que o jornal *A Gazeta* é ligado ao PSD capixaba, quando tal veículo se posicionou ao lado de José Buaiz, percebe-se que o empresário, se não era um dos principais fiadores da aliança com o PSD capixaba, tinha os pessedistas em sua rede de boas relações.

### 3.5.3 A formação da nova Comissão Executiva Estadual

A crise na *coalizão dominante* do PTB entre as lideranças de Cavalcanti e Buaiz se intensificava e rumores de novas renúncias afloravam na imprensa. *A Gazeta*, em 30 de setembro de 1952, falou sobre a suposta renúncia de Edison Pitombo Cavalcanti e Fernando Pinto Aleixo, então segundo vice-presidente do PTB. O jornal afirmava que Cavalcanti havia se agarrado à presidência do PTB porque essa era sua única

---

<sup>219</sup> MORCEGANDO. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 26 set. 1952. p. 01.

garantia para permanecer à frente do SAPS. Por fim, o veículo oficial do PSD aborda que o presidente do PTB capixaba estava “se achegando” agora à ala dissidente como manobra para permanecer à frente do PTB.<sup>220</sup>

É mais provável que, ao contrário do que defendeu *A Gazeta*, o cargo no SAPS é que garantia a liderança de Cavalcanti no PTB capixaba. Se seu poder era sempre ligado aos contatos que tinha com a “fina flor” do trabalhismo nacional e, principalmente, com Getúlio Vargas, sua permanência em uma autarquia diretamente ligada ao Ministério do Trabalho, na capital federal, soava como um prestígio ao então presidente do PTB. Desde que assumiu a liderança no partido, o *prestígio nacional* era o principal elogio destinado a Cavalcanti. É razoável supor que sua saída do SAPS traria o risco de perder esse importante elemento simbólico nos jogos de poder interno.

Diante da disputa com a tendência de José Alexandre Buaiz, a estratégia de Cavalcanti, para sua tendência não perder influência na coalizão dominante, pareceu se aliar a chamada ala dissidente. Por isso, as conversas entre a tendência de Edison Pitombo Cavalcanti e a ala dissidente culminaram em uma nova formação na Comissão Executiva Estadual e no Diretório Estadual, após Convenção realizada e noticiada em 05 de janeiro de 1953 pelo jornal *Folha do Povo*.<sup>221</sup>

QUADRO 1 - Comissão Executiva Estadual do PTB - 04/01/1953 - 14/06/1953

<b>Presidente</b>	Edison Pitombo Cavalcanti
<b>1º Vice-presidente</b>	Arnaldo Pinto Andrade
<b>2º Vice-presidente</b>	Nelo Vola Borelli
<b>3º Vice-presidente</b>	Manoel Viana Neto
<b>4º Vice-presidente</b>	Antonio da Costa Gama
<b>Secretário Geral</b>	Argilano Dario
<b>1º Secretário</b>	Ely Junqueira
<b>2º Secretário</b>	José Rodrigues de Oliveira
<b>3º Secretário</b>	Ademar Lucindo
<b>Tesoureiro Geral</b>	Adelpho Poli Monjardim
<b>1º Tesoureiro</b>	Floriano Lopes Rubim
<b>2º Tesoureiro</b>	João Félix da Silva
<b>3º Tesoureiro</b>	Joanito Campos

Fonte: *Folha do Povo* (Elaborado pelo autor)<sup>222</sup>

<sup>220</sup> MORCEGANDO. *A Gazeta*, Vitória, p 01, 26 set. 1952.

<sup>221</sup> PARTIDO Trabalhista Brasileiro. *Folha do Povo*, Vitória, p. 08, 05 janeiro 1953.

<sup>222</sup> *Ibid.*, p. 08.

Na presidência do PTB capixaba permanecia Edison Pitombo Cavalcanti. Entretanto, a composição da direção partidária revelava que havia uma nova configuração na *coalizão dominante* do partido. Figuras ligadas outrora a ala dissidente foram incorporadas aos cargos de razoável comando. Arnaldo Andrade, então presidente da dissidência, ficou com a primeira vice-presidência. Como Cavalcanti residia na capital federal, o exercício da presidência caberia a Andrade. Outros *companheiros das primeiras horas desavisados* compunham a chapa, como Antonio Costa da Gama, Adelpho Poli Monjardim, João Félix da Silva. Já elementos outrora ligados a José Alexandre Buaiz, bem como ele mesmo, não figuravam na chapa vencedora.

#### **3.5.4 O rompimento com o PSD**

A nova configuração na coalizão dominante ensejava novas relações com o ambiente. Ainda em janeiro de 1953, Arnaldo Andrade, já como presidente em exercício do PTB capixaba, advogava que o partido teria uma nova orientação, integrando seus quadros administrativos ao seu programa, assim como defendendo os interesses da agremiação nos acordos por ela empenhados. Essa nova orientação, segundo Andrade, passaria por alguns pontos: proporcionar aos trabalhadores capixabas assistência social - médica, alimentar, etc. -; sanar a oposição de petebistas ao prefeito de Vitória-ES, Ribeiro Martins; apresentar candidato à presidência da Câmara Municipal de Vitória-ES, esperando cumprir o acordo com o PSD; não criar uma hostilidade contra o Poder Executivo Estadual e seus aliados na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, sem fornecer apoio incondicional. Percebe-se, assim, que, se havia um enquadramento de dissidentes da Câmara Municipal de Vitória-ES que se opunha ao prefeito, um tipo de relação com o ambiente já identificado com a *antiga ala dissidente* de Andrade fora

incorporada ao PTB, no caso, a relação com os trabalhadores através da assistência social.

Entretanto, se a saída da tendência de José Buaiz da coalizão dominante do PTB poderia significar um rompimento com o PSD e com o governo de Jones dos Santos Neves, o detonador do desacordo se deu na eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em março de 1953. Na ocasião, Jefferson de Aguiar, do PSD, foi reeleito para a presidência da Casa pela terceira vez, tendo como 1ª vice-presidente Eurico de Rezende, da UDN, como 2º vice-presidente Argilano Dario, do PTB, como 1º secretário Lauro Calmon Nogueira da Gama, também do PTB, e como 2º secretário Francisco Schwarz, do PSD.

Após a eleição, ainda no mesmo dia, os deputados petebistas que compunham a mesa renunciaram. Na ocasião, o líder do PTB, Floriano Rubim, justificou a atitude dos seus correligionários falando em atitude “condenável e leviana do PSD”<sup>223</sup>. Os petebistas alegavam que o PSD teria descumprido o acordo político outrora construído conjuntamente. Dessa forma, o jornal oficial do PTB serviu de porta-voz dos descontentamentos de uma parcela do partido que ameaçava divulgar publicamente o acordo. Tal grupo afirmava que vários itens do acordo entre as duas legendas não estavam sendo cumpridos, uma vez que o PSD, sobretudo a bancada da “casa de leis” capixaba, vinha fazendo restrições aos petebistas. O ápice dessas restrições se processou naquela instância, “[...] considerando que a eleição verificada resultou no mais completo desrespeito à confiança que o PTB sempre dispensou ao PSD [...]”<sup>224</sup>, posto que, ao contrário do firmado em acordo, o PSD não sufragou o candidato trabalhista à 1ª vice presidência.

Essa atitude de denúncia não foi unânime dentro do PTB. No mesmo instante em que a denúncia era escrita, o deputado petebista, Lauro Calmon Nogueira da Gama, enviava um telegrama ao presidente do PTB nacional, João Goulart. Nessa mensagem, Nogueira comunicava a Goulart a atitude dos trabalhistas descontentes

---

<sup>223</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 17 mar. 1953. p. 01.

<sup>224</sup> ASSIM, o PTB denuncia o acordo político! Folha do Povo, Vitória, p. 01, 20 mar. 1953. p. 01.

de denunciarem o acordo publicamente, considerando “ser ilegal e precipitada a atitude assumida por oito membros que assim deliberaram sem audiência prévia do Diretório Nacional, como foi sugerido e exigido pelos membros presentes”<sup>225</sup>. Ao final do telegrama, Nogueira menciona que ficará afastado do partido, esperando a determinação do diretório nacional, até que se normalize o acordo com o PSD.

No dia 20 de março de 1953 uma nota oficial do PTB saiu na imprensa esclarecendo que a Comissão Executiva “[...] resolveu denunciar o acordo firmado com o PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, em face das atitudes assumidas por este Partido [...] por ocasião da eleição da mesa da Assembleia Legislativa”<sup>226</sup>.

Até então, a atitude de Nogueira da Gama pareceu isolada. Nela, é perceptível, à essa altura de vida organizativa, algo que parece já ser típico do PTB capixaba: o apelo a intervenção do diretório nacional nas disputas internas. É bom salientar que não nos parece que os conflitos se originam a partir dessa problemática, eles tiveram causas variadas ao longo da vida organizativa do partido. Entretanto, parece que, diante de um conflito entre duas ou mais alas por alguma questão, uma ala adversária recorre ao arbítrio da direção nacional. Assim, essa observação parece demonstrar um conflito inerente ao PTB capixaba. Diante de um debate ou questão no ambiente externo capixaba, uma ala parece assumir atitude *independente* da direção central do partido e outra, antagônica, admite uma atitude de caráter centralizada. O conflito pode, também, demonstrar como o partido é centralizado, posto que, diante de uma dissidência, recorre-se sempre ao *árbitro nacional*.

Prova dessa centralização também encontramos no pedido de exoneração do então prefeito de Vitória-ES, José Ribeiro Martins. Esse, ao receber a carta de rompimento entre o PTB e o PSD, entregou a um membro da Executiva do PTB seu pedido de exoneração. Em carta, segundo o artigo do jornal oficial do PTB, *Folha do Povo*, Martins afirma que “agia dentro da concepção do regime disciplinar que deve

---

<sup>225</sup> Ibid., p. 01.

<sup>226</sup> PARTIDO Trabalhista Brasileiro – Nota oficial. **Folha do Povo**, Vitória, p. 04, 20 mar. 1953. p.04.

presidir os partidos”<sup>227</sup>. Se a *coalização dominante*, que outrora comportava as tendências lideradas por Edison Pitombo Cavalcanti e José Alexandre Buaiz, comandou as indicações aos cargos da burocracia estadual, a saída do prefeito de Vitória-ES pode indicar, também, que pelo menos uma dessas tendências havia rompido com o PSD. Com o passar dos meses de 1953, evidenciou-se esse desenlace com os pessedistas era fruto de um acordo entre as tendências dominantes do PTB capixaba.

Conforme já explicitamos, o jornal *Folha do Povo* deixou de ser veículo do trabalhismo capixaba a partir de 1953. Sendo assim, uma publicação do vespertino veicula o artigo 17, letra C, dos Estatutos do PTB:

Compete ao Diretório Nacional fixar as diretrizes políticas do Partido, autorizando a realização de acordo inter-partidários, quando convenientes desde que submetidos à aprovação do órgão imediatamente superior, sendo destituído aquele órgão que descumprir a diretriz que lhe for traçada<sup>228</sup>

A questão do jornal se voltava sobre o que aconteceria se o rompimento do acordo PTB-PSD, referendado pelo Diretório Nacional, não contasse com o apoio do Diretório Nacional.

Ainda antes da decisão da direção nacional, o rompimento já acontecia também na Câmara Municipal de Vitória-ES. Indagado se o rompimento se relacionava somente com a bancada do PSD ou também com o governador, o vereador petebista Isaac Rubim afirmou que seria somente com a bancada, se o governador não estivesse apoiando-a. Reiterando que o mesmo valia no legislativo da capital, o vereador estende o rompimento para todo o Estado, sem exceções. Porém, confirma que, caso o prefeito José Ribeiro Martins fosse mantido no cargo, o PTB deveria reexaminar a questão. Nas palavras do vereador, tratava-se, para os trabalhistas, de

---

<sup>227</sup> A exoneração do Prefeito Ribeiro Martins. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 20 mar. 1953. p. 01.

<sup>228</sup> ...E DURMA com esse barulho. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 20 mar. 1953. p. 01.

uma nova vida partidárias, pois “o rompimento significa maioria e personalidade própria, estando agora o partido livre para realizar, dentro do Espírito Santo, a sua missão político-social”<sup>229</sup>.

Novas eleições para a composição da Mesa se seguiram, reconduzindo os mesmos petebistas aos cargos aos quais, outrora, foram eleitos. Entretanto, em todas as oportunidades, os deputados do PTB renunciaram. A crise que se seguia não demorou a abalar o partido. Havia rumores de que o deputado petebista Lauro Calmon Nogueira da Gama não estava sozinho, pois havia um novo grupo dissidente no partido disposto a renovar o acordo com o PSD, chefiado por parlamentares e membros do Diretório Estadual<sup>230</sup>.

Menos de um mês depois de denunciado o acordo com o PSD, o comandante nacional do PTB, João Goulart, referendou o rompimento. Para Goulart, outro posicionamento “não poderia tomar os dignos correligionários, com efeito, tendo em vista, entre outras coisas, os acontecimentos relacionados à eleição da Mesa da Assembleia Legislativa”. Por ocasião do telegrama do comandante maior do PTB, o descontente Nogueira da Gama não mudava seu posicionamento enquanto sua mensagem, enviada no dia do rompimento, não fosse respondida pelo mesmo Goulart. Além disso, Nogueira alertava aos seus correligionários que não deixaria de apoiar o governo de Jones dos Santos Neves, do PSD, devido aos laços de afinidade entre ambos e não renunciaria, como antes, ao cargo de 1º secretário. Assim, se o rompimento entre as tendências de Cavalcanti e Buaiz na *coalizão dominante*, por ocasião dos acordos com a tendência alternativa liderada por Arnaldando Andrade, ensejaram em uma mudança na relação entre PTB e PSD tendo a eleição como motivo de cisão entre ambas, essa mudança, por outro lado, criou outras novas dissidências dentro do partido.

Embora não explicitada claramente uma relação causal, as novas disputas do PTB foram concomitantes às substituições nas delegacias regionais de autarquias do

---

<sup>229</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 25 mar. 1953. p. 01.

<sup>230</sup> DIVIDE-SE o PTB capixaba. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 30 març. 1953.

Ministério do Trabalho. Ainda em abril de 1953, o partido discutiu a situação do então delegado regional do IAPI, Leopoldo Rossi, “tendo em vista seus desserviços ao partido naquela autarquia<sup>231</sup>. Rossi acabou saindo do cargo, dando lugar para o presidente do Diretório Municipal do PTB em Colatina-ES, Alcy de Almeida. No mesmo sentido, aventava-se que Cavalcanti havia solicitado à Comissão Executiva do PTB uma lista tríplice para indicar ao cargo de diretor do SAPS no Espírito Santo.

A partir de então, o PTB capixaba se aproximou das oposições coligadas ao PSD e, com isso, ganhava oposição dos jornais *A Gazeta* e *Folha do Povo*, ambos ligados ao governo de Jones dos Santos Neves. Tratava-se, em tal momento, de construir uma aliança com as forças de oposição ao PSD e de arrefecer a nova dissidência criada com a saída da base do governo estadual, visando à Convenção Estadual do partido, marcada para junho de 1953, e às eleições estaduais e nacionais, marcadas para 1954.

Por fim, à medida que a tendência liderada por Edison Pitombo Cavalcanti se aproximava dos *getulistas de primeira hora desavisados*, a *coalizão dominante*, formada com a tendência de José Alexandre Buaiz, foi deixando de ser coesa. Uma *coalizão dominante* deixa de ser coesa, segundo Panebianco (2005), quando, entre outros aspectos, o controle sobre as zonas de incerteza passa a ser disperso.

Os *getulistas de primeira hora desavisados* constituíam lideranças políticas de Vitória-ES e dos centros urbanos vizinhos à capital. Já a *coalizão dominante*, orquestrada por José Alexandre Buaiz e Edison Pitombo Cavalcanti, percebendo que o PTB possuía no interior a sua maior expressão eleitoral, optou pela aliança com lideranças do interior do estado. O Espírito Santo se tratava, nesse início da década de 1950, de um Estado maciçamente rural e agrário. Sendo assim, qual a necessidade em se costurar uma aliança com uma dissidência cujo peso eleitoral estava na *parcela mínima no cômputo geral das forças políticas*?

A própria *coalizão dominante* do PTB, quando proprietária do jornal *Folha do Povo*,

---

<sup>231</sup> SUBSTITUIÇÃO do delegado do IAPI por não atender os “interesses do partido”. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 25 abr. 1953.

em diversos números abordou o problema do êxodo rural e a conseqüente falta de infraestrutura de Vitória-ES e adjacências. Diante de um mundo externo que sofria mudanças em direção a uma maior urbanização, aventa-se que a *coalizão dominante de Buaiz e Cavalcanti*, na medida em que assentava-se em lideranças do interior do Estado, deixou de dominar uma parcela, ainda que mínima, da zona de incerteza chamada *relações com o ambiente externo*.

Na crescente migração campo-cidade no Espírito Santo, os *dissidentes* começavam a ter um incipiente poder de “estipular, ou redefinir, ou fomentar alianças com outras organizações, estabelecer os temas sobre os quais devem ser travados conflitos com outras organizações” (PANEBIANCO, 2005, p. 67). Assim, uma coalizão dominante que desprezasse esse importante recurso, perderia a capacidade de “formular suas estratégias em função dos humores eleitorais” (PANEBIANCO, 2005, p. 67). Porém, o que parece ser determinante na necessidade da coalizão dominante negociar posições com a antiga ala dissidente é o caráter centralizado do PTB. As determinações nacionais de apaziguamento interno pareceram transpassar os conflitos locais, não sem criarem outras dissidências.

Já o rompimento com o PSD após as conversas com a então ala dissidente, pareceu ser mais consequência da saída de José Buaiz, fiador da aliança com os pessedistas, do que consequência da incorporação da nova tendência a coalizão dominante. Ao que parece, no mesmo momento em que Getúlio Vargas agonizava em seu governo, a aliança estabelecida no Espírito Santo entre o PTB e PSD em seu nome, sem um programa em comum, parecia ruir. Ruía, também, a configuração Buaiz-Cavalcanti da coalizão dominante. Saía Buaiz, permanecia Cavalcanti. A novidade, porém, era que novos líderes *adquiriam maioria*.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O PTB chegou com Getúlio Vargas ao poder, porém, a harmonia organizativa estava longe de se realizar. No Espírito Santo, o partido também fazia parte da base de sustentação do governo pessedista de Jones dos Santos Neves. Entretanto, os conflitos internos entre a coalizão dominante – que comportava as tendências de Edison Pitombo Cavalcanti e José Alexandre Buaiz - e a coalizão alternativa - liderada por Arnaldo Andrade e Adelpho Poli Monjardim - roubavam as atenções dos petebistas.

Entre 1951 e meados de 1952 essa coalizão dominante, ou majoritária, tratava com indiferença as reivindicações da coalizão alternativa, fora do comando do partido, chamada, então, de *dissidentes de fancaria*. As duas tendências, que estavam unidas na direção do PTB, dominavam o sistema de incentivos, principalmente os seletivos, e, pelo menos, três outras zonas de incerteza, a comunicação, as relações com o ambiente e o financiamento. Dessa forma, havia uma coesão entre ambas e uma consequente marginalização da tendência alternativa.

Dominando essas zonas de incerteza, a coalizão dominante de Buaiz e Cavalcanti impôs um silêncio ao grupo de Arnaldo Andrade e Adelpho Monjardim, sob o guizo de sequer poder dizer o que para eles significava o trabalhismo nas páginas de *Folha do Povo*.

Essa disputa revelou, também, uma cisão no seio do PTB capixaba. A ala dissidente, ou coalizão alternativa, comportava, em sua maioria, figuras da capital ou de cidades do entorno de Vitória-ES. A estratégia da coalizão dominante, por outro lado, foi a de apostar nas alianças com lideranças do interior desde as primeiras indicações para os cargos. Entretanto, havia um constante êxodo rural no Espírito Santo e, mesmo que ainda incipiente, não se poderia descartar o potencial eleitoral crescente nas zonas urbanas e em Vitória-ES.

É também por isso que a coalizão dominante, não conseguindo *detectar, combater e*

*expulsar* os dissidentes, e, a partir de meados de 1952 passou a encará-los como *companheiros das primeiras horas* (porém) *desavisados*. O ponto final da costura dos acordos se deu com o rompimento da aliança que havia entre as tendências de José Buaiz e Edison Cavalcanti, que sustentava a coalizão dominante do PTB capixaba. Dessa maneira, nova coalizão dominante estava em vias de formação, dessa vez, contando com a tendência de Edison Cavalcanti e a de Arnaldo Andrade e Adelpho Monjardim.

Saindo o fiador da aliança com o PSD, José Buaiz, nova orientação política traçou o PTB capixaba, se afastando do governo pessedista de Jones dos Santos Neves, com a anuência do comando nacional do partido. Mas, até o rompimento com o PSD, o PTB capixaba comportou um movimento dúbio. Ao passo que era a base de um governo que priorizava as políticas urbanas e industrializantes, não deixava de promover alianças e de se sentir notado no interior, base de sustentação de seus votos. Entretanto, torna-se razoável supor que a proximidade com a ala dissidente, influente nos centros urbanos, contribuiu para o rompimento com o governo desenvolvimentista de Jones dos Santos Neves, tendo a eleição da Mesa da Assembleia Legislativa como detonador. Assim, aventa-se que a resistência da coalizão alternativa se assentava em sua influência nos votos urbanos. Ao abrigar esse grupo, a coalizão dominante pareceu julgar não mais necessária a aliança com o PSD para obtenção dos votos do interior e urbanos.

Porém, se entre 1951 e meados de 1953 houve uma desarticulação da coalizão dominante do PTB capixaba causada pelas negociações com a ala dissidente, isso significa que houve um desequilíbrio de poder entre as duas tendências dominantes. O desequilíbrio de poder presente nas negociações com a ala dissidente criou a cisão no seio do comando do partido e a consequente renúncia de Buaiz da vice-presidência do partido. O que se defende neste capítulo é que, apesar da tendência de José Alexandre Buaiz dominar as redes de comunicação do partido, uma parte do financiamento e das relações com o ambiente externo, ou seja, dominar boa parte das zonas de incerteza que influenciam nos jogos de poderes internos de um

partido, não era suficiente. O desequilíbrio na coalizão dominante provinha de uma das principais características do PTB: seu excessivo centralismo. Desse modo, se o comando nacional do partido, e principalmente se Vargas, recomendou a resignação e o apaziguamento para acabar com fissuras internas no partido, até seria possível dominar as diversas zonas de incerteza, mas, em um partido carismático, “o líder representa sua argamassa, e a luta entre os diversos grupos é, definitivamente, uma luta para garantir maior proteção e maiores benefícios por parte do líder” (PANEBIANCO, 2005, p. 123). Na luta pelo comando do PTB capixaba, todos eram getulistas, mas Edison Cavalcanti era *mais getulista* do que os outros.

## 4 O SURGIMENTO DAS ALAS RUBINISTA E RANGELISTA: ASCENSÃO ELEITORAL E FRAGMENTAÇÃO INTERNA (1954 – 1958)

### 4.1 A OPOSIÇÃO AO GOVERNO DE JONES DOS SANTOS NEVES E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL

Com o rompimento da aliança entre o PSD e o PTB no plano estadual, o jornal *Folha do Povo*, já sob nova direção e deixando de ser um veículo de comunicação trabalhista, passava a fazer críticas sistemáticas à coalizão dominante, a qual já não contava com a tendência organizada por José Alexandre Buaiz e encontrava-se em acordo com os antes *companheiros das primeiras horas desavisados*. Assim, em 12 de setembro de 1953, o jornal mencionava a exoneração de Edison Pitombo Cavalcanti do SAPS, numa tentativa, por parte de Getúlio Vargas, de reorganizar os comandos dos institutos e autarquias ligados ao Ministério do Trabalho. Na mesma nota, o veículo acusava Edison Cavalcanti de pagar por matérias que criticavam Jones dos Santos Neves no jornal *O Radical*, do Rio de Janeiro, usando verbas do SAPS.<sup>232</sup>

Uma carta assinada por Louviral Fontes, remetida do Gabinete Civil da Presidência da República, datada de 16 de setembro de 1953, endereçada ao “Prezado amigo dr. Edison Pitombo Cavalcanti”, concede-lhe exoneração do cargo de Diretor do SAPS, ao mesmo tempo lhe agradece, por parte do Presidente da República, por “[...] sua atuação à frente do SAPS, assinalada pela dedicação, pelo zelo [sic] e pela eficiência – com que se empenhou em assegurar a realização das finalidades daquele serviço [...]”. Os motivos da exoneração não são revelados, porém, tal fato

---

<sup>232</sup> CHUTADO da presidência do SAPS o Sr. Edson Pitombo Cavalcanti. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 12 set. 1953.

contou com “o pesar [sic] que a Administração se vê privada do seu concurso leal e devotado”<sup>233</sup>.

Em resposta endereçada ao “Presado [sic] amigo, Embaixador Louviral Fontes”, Cavalcanti agradece as palavras utilizadas por Vargas sobre seus esforços no SAPS e despede-se como “o seu amigo agradecido”.<sup>234</sup> Terminava, nesses termos, a passagem de cerca de três anos do presidente do PTB capixaba, Edison Pitombo Cavalcanti, pelo cargo de Diretor Geral do SAPS. Ainda na carta de demissão, é demonstrado o prestígio que o petebista gozava junto ao então presidente da República.

No episódio da exoneração de Cavalcanti, percebe-se que, apesar de não ter mais o jornal *Folha do Povo* a serviço de sua tendência, o ex-diretor do SAPS ainda possuía essa autarquia como uma das fiadoras de seu comando no PTB. Restava saber se, sem o jornal *Folha do Povo* e sem a direção geral do SAPS, somente sua antiga amizade com Vargas seria suficiente para manter seu predomínio no sistema de incentivos e, conseqüentemente, seu poder no PTB capixaba.

Entretanto, o que se verifica é que nas reformas dos quadros das autarquias e órgãos previdenciários, a Comissão Executiva do PTB capixaba continuava referendando os nomes aventados. É por isso que, em 20 de novembro de 1953, conforme *Folha do Povo* registra, Dionizio Ruy foi indicado pela Comissão Executiva do PTB estadual como novo delegado regional do SAPS.<sup>235</sup>

O papel desempenhado pelo PTB no que tange os incentivos seletivos aos militantes da sigla é objeto de acintosa crítica em entrevista de Carlos Lindenberg, então senador pelo PSD e proprietário de *A Gazeta*. Em seu jornal, Lindenberg

---

<sup>233</sup> BRASIL. Carta de Louviral Fontes a Edson Pitombo Cavalcanti comunicando sua exoneração do cargo de diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Em anexo, carta de Edson Pitombo a Louviral Fontes agradecendo os cumprimentos por sua gestão a frente do SAPS. **Gabinete civil da Presidência da República**, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1953. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV4&pasta=GV%20c%201953.09.16/3>>. Acesso em: 22 out. 2017.

<sup>234</sup> Ibid.

<sup>235</sup> NOVO Delegado do SAPS. **Folha do Povo**, Vitória, p. 08, 20 nov. 1953.

acusa o PTB de fazer política com base em empregos federais, levantando a tese de que Pitombo Cavalcanti foi obrigado, pelo próprio partido, a demitir o delegado regional do SAPS no Espírito Santo em favor da nomeação de um vereador de cidade vizinha à Vitória-ES – Dionizio Ruy, vereador da cidade de Vila Velha-ES<sup>236</sup>.

A oposição ao PSD dividia o PTB na Assembleia Legislativa Estadual. Enquanto o deputado estadual José Buaiz enviava à mesa um requerimento congratulando o Governador pela conclusão do contrato de financiamento com o Banco de Desenvolvimento Econômico para a Hidrelétrica de Rio Bonito, o também deputado petebista Floriano Rubim criticava o governo e solicitava mais ônibus para Vila Velha-ES.<sup>237</sup>

Os quadros fora do comando do PTB capixaba, enquanto se opunham profundamente, esperavam renovações dos postos de direção da agremiação. Um dos fundadores do PTB, Mozart Medina, sentenciava que havia “uma mediocridade tomando conta de sua direção”<sup>238</sup>, mas esperava que a se elegesse na Convenção Estadual que se avizinhava uma nova direção que substituísse o pequeno grupo que, em sua opinião, tinha se apoderado do partido. Para Medina, a nova direção deveria contar com “um petebista da velha guarda”, qual seja Adelpho Poli Monjardim.<sup>239</sup>

Afastado do PSD, a partir de junho de 1953, o PTB reunia-se com outros partidos – PR, UDN, PRP e PSP – visando às próximas eleições estaduais e às estratégias de oposição ao governo de Jones dos Santos Neves.<sup>240</sup> Entretanto, esses novos movimentos do partido ainda desagradavam um setor ligado a Adelpho Poli Monjardim.

Em outra oportunidade, o mesmo Mozart Medina acima citado, em tom de denúncia,

---

<sup>236</sup> “NÃO fazemos política à base de empregos federais, nem precisamos que o governo federal ou algum ministro venha nos apoiar...”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 06 dez. 1953.

<sup>237</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 15 jan. 1954.

<sup>238</sup> MEDINA, Mozart. Petebistas, a postos. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 28 mai. 1953. p.01.

<sup>239</sup>. Ibid., p.

<sup>240</sup> O FURO político. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 01 jun. 1953.

escreve que “o chamado trabalhismo desses falsos líderes [da direção estadual do PTB] não tem sido outra coisa senão a utilização mais alusiva de certas facilidades”<sup>241</sup>, uma vez que usam a sigla para tirar vantagens pessoais. Mais uma vez, sua manifestação parece querer conquistar uma parcela dos petebistas, posto que, novamente, propõe a renovação dos quadros dirigentes do partido sob o comando de Adelpho Monjardim, que iria iniciar um “movimento de renovação e revitalização, apontando, como elemento capaz de imprimir novos rumos à agremiação”<sup>242</sup>.

QUADRO 2 - Grupos internos do PTB- 1951-1954

<b>Ala liderada por Edison Pitombo Cavalcanti</b>	Floriano Rubim Argilano Dario Domício Mendes Mario Gurgel <sup>243</sup> Altamir Faria Gonçalves Nello Vola Borelli Rubens Rangel Fernando Pinto Aleixo Alcy de Almeida
<b>Ala liderada por José Alexandre Buaiz</b>	Lauro Calmon Nogueira da Gama Armenio Clovis Jouvin Ely Junqueira
<b>Ala liderada por Arnaldo Andrade</b>	Mozart Medina Adelpho Poli Monjardim Antonio da Costa Gama João Félix da Silva Alarico Lirio Teophilo Ataíde José Peixoto
<b>Não identificados a quais grupos pertencem</b>	Jofre Virgílio Lobo Luiz Baptista José Rios Júnior Calixto Freire

Fonte: Elaborado pelo autor.

<sup>241</sup> DURMA-SE comum barulho desses... **Folha do Povo**, Vitória, p. início-fim, 01 jun. 1953. p.

<sup>242</sup>Ibid., p. 01.

<sup>243</sup> Embora fosse um elemento independente, nesse momento, é enquadrado como da ala de Cavalcanti porque não se posiciona a favor de Buaiz e de Arnaldo Andrade e, ao mesmo tempo, assim como o próprio Cavalcanti, defendia um maior diálogo entre todas as alas.

QUADRO 3 - Grupos internos do PTB – 1951-1954

<b>Ala liderada por Edison Pitombo Cavalcanti</b>	<b>Ala liderada por José Alexandre Buaiz</b>	<b>Ala liderada por Arnaldo Andrade</b>	<b>Não identificados a quais grupos pertencem</b>
Floriano Rubim	Lauro Calmon	Mozart Medina	Jofre Virgílio Lobo
Argilano Dario	Nogueira da	Adelpho Poli	Luiz Baptista
Domício Mendes	Gama	Monjardim	José Rios Júnior
Mario Gurgel <sup>244</sup>	Armenio Clovis	Antonio da Costa	Calixto Freire
Altamir Faria	Jouvin	Gama	José Santana
Gonçalves	Ely Junqueira	João Félix da Silva	
Nello Vola Borelli		Alarico Lirio	
Rubens Rangel		Teophilo Ataíde	
Fernando Pinto		José Peixoto	
Aleixo		Luiz de Palma	
Alcy de Almeida		Lima	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se, dessa maneira, que havia uma disputa interna no PTB capixaba. As eleições para a Comissão Executiva Estadual em junho de 1953 ensejavam debates públicos em torno dos rumos políticos que o partido estava sendo levado. O mesmo acontecia não só no PTB.

Em junho de 1953, *Folha do Povo* ressaltava que lideranças políticas do interior, pertencentes aos quadros do PSD, UDN e PTB, teriam visitado Vitória-ES, ocasião em que os partidos discutiram seus rumos políticos. O PSD deliberou, principalmente, sobre sua reestruturação e reorganização nos núcleos do interior. Elegeu-se uma comissão para entrar em acordo com outros partidos.

Na UDN, uns defendiam a aliança com o PSD, outros desejavam a participação nas chamadas coligações oposicionistas. Uma comissão de estudos outrora designada deu conta de uma oferta do PSD: um lugar na vice-governadoria e na chapa conjunta para senador e deputados federais. A proposta ganhou por 17 votos a favor contra oito contrários. Havia a possibilidade de uma ala dissidente, sobretudo por elementos dos municípios, que não acolhiam o acordo.

Já no PTB, houve votação de nova Comissão Executiva Estadual:

<sup>244</sup> Embora fosse um elemento independente, nesse momento, é enquadrado como da ala de Cavalcanti porque não se posiciona a favor de Buaiz e de Arnaldo Andrade e, ao mesmo tempo, assim como o próprio Cavalcanti, defendia um maior diálogo entre todas as alas.

QUADRO 4 - Comissão Executiva Estadual do PTB - 14/06/1953-1957

<b>Presidente</b>	Edison Pitombo Cavalcanti
<b>1º Vice-presidente</b>	Floriano Lopes Rubim
<b>2º Vice-presidente</b>	Nelo Vola Borelli
<b>3º Vice-presidente</b>	Jofre Virgílio Lobo
<b>4º Vice-presidente</b>	Alcy Almeida
<b>Secretário Geral</b>	Ely Junqueira
<b>1º Secretário</b>	Altamir Faria Gonçalves
<b>2º Secretário</b>	Luiz Batista
<b>3º Secretário</b>	Arnaldo Andrade
<b>Tesoureiro Geral</b>	José Rios Junior
<b>1º Tesoureiro</b>	José Rodrigues Oliveira
<b>2º Tesoureiro</b>	Calixto Freire
<b>3º Tesoureiro</b>	Argilano Dario
<b>Conselho Fiscal</b>	Lauro Calmon Nogueira da Gama; José Santana e Antonio da Costa Gama

Fonte: Elaborado pelo autor.

Se o comando do PTB ainda permanecia nas mãos de Edison Pitombo Cavalcanti, mesmo quando ele não mais possuía os recursos do SAPS, evidenciando o peso da amizade de Vargas, a eleição de Floriano Lopes Rubim para vice-presidente, após ser 1º tesoureiro do partido, indica a possibilidade de novos tempos na direção partidária.

Mesmo fora do SAPS, Cavalcanti ainda continuava na capital federal, fazendo com que as questões mais imediatas do PTB ficassem a cargo de seu vice-presidente. A posição de Rubim na chapa evidencia, também, o poder de barganha de um membro da Assembleia Legislativa Estadual dentro do partido, e principalmente a importância de haver uma liderança pertencente aos quadros da Polícia Militar, identificada, principalmente, com os conflitos que tomavam o norte e noroeste capixaba<sup>245</sup>, que começavam a ser vistos como os lugares de maior potencialidade

<sup>245</sup> O norte capixaba possuía uma região em que os limites com Minas Gerais, até 1963, não estavam bem definidos. Sem um estado dominante na região chamada de Contestado, no Vale dos Aimorés, “havia pouca interferência estatal no início dos movimentos agrários” e nas disputas entre grileiros e posseiros de terras, o que gerava ondas de violência e movimentos reivindicatórios pela posse da terra. Sendo uma região não contemplada com a imigração europeia enquanto projeto colonizador do Estado, somente a partir de 1940 houve uma crescente colonização. É a partir daí que diversos “grileiros”, em conflitos com posseiros, passam a reivindicar posse de terras com documentações

capixaba em termos de ocupação territorial e produção da lavoura cafeeira.

Se segurança era uma preocupação tanto no campo quanto na cidade, havia um elemento militar na direção do partido capaz de angariar simpatizantes em ambos os setores. Além disso, um dos maiores problemas de segurança na época se tratava da região noroeste em que Minas Gerais e Espírito Santo disputavam palmo a palmo a posse de territórios. Ter um elemento ligado à questão da segurança e com base na situação dessa região poderia ser capaz de proporcionar maior capilaridade eleitoral.

O que pareceu mesmo importar na ocupação dos postos de comando no PTB foi a proximidade com o pleito de 1954. Nesse sentido, Nelo Vola Borelli, ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim-ES, a cidade mais importante do sul capixaba, permaneceu na 2ª vice-presidência do partido. Tratava-se de unir duas regiões com possibilidade de maiores somas de votos.

O norte estava, então, representado por Rubim – que também poderia ter prestígio em Vitória-ES, uma vez que o elemento militar responde ao problema segurança, demanda urbana e rural – e o sul por Boreli, sob a observação do árbitro nacional, encarnado por Edison Cavalcanti na presidência. Na 3ª vice-presidência, no lugar de Manoel Viana Neto, sindicalista, ex-presidente do Sindicato dos Ferroviários da Vitória à Minas e um dos fundadores do partido, entrava Jofre Virgílio Lobo, ex-deputado entre 1947 e 1950 pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

---

emitidas em cartórios mineiros, mas sem qualquer respaldo jurídico. No decorrer da década de 1940, por possuir “uma imagem carismática, de um homem inteligente, sabendo ler e escrever” (PENA, 2016, p. 25), Udelino Alves de Matos passa a ser líder dos posseiros, criando o Movimento Udelinista. Entre os projetos desse movimento, estava a redistribuição de terras e a melhora nos serviços e na infraestrutura da região, através de assistência médica e escolar. A estratégia do grupo de posseiros também era de promover lutas armas contra os grileiros. Porém, em 1953, policiais militares capixabas que passaram a atuar na região fizeram um cerco e, após um tiroteio, diversos membros do movimento desapareceram, entre eles Udelino Alves de Matos - não se sabendo se fora morto ou se fugiu. O movimento dos posseiros, após o desaparecimento de Udelino, passou a contar com a influência do PCB, que já convivia com o Movimento Udelinista na região. Em 1963, houve um acordo entre Espírito Santo e Minas Gerais, definindo a fronteira entre ambos estados. Ao Espírito Santo, coube os territórios de Ecoporanga, Mantenedópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte e Mucurici. Já os territórios de Mantena e parte de Carlos Chagas ficou sob jurisdição mineira.

A força do norte se fazia presente na presença do delegado regional do IAPI, Alcy Almeida, liderança do município de Colatina-ES, na 4ª secretaria no lugar de Antonio da Costa Gama, elemento com atuação política na capital, Vitória-ES. Ambos eram indivíduos presentes no partido desde os primeiros anos. Se na comissão executiva anterior, o cargo de secretaria geral era ocupado por Argilano Dario, político com base em Vitória-ES e cidades vizinhas, a indicação de Ely Junqueira para o cargo demonstra a importância do interior na política capixaba, e principalmente a divisão entre norte e sul na composição da chapa, visto que Junqueira era deputado estadual advindo da cidade de Mimoso do Sul, cidade sulista do Espírito Santo.

Se a região sul indicou a secretaria geral, a 1ª secretaria foi ocupada pelo presidente do IAPC, Altamir Faria Gonçalves, e o norte ficou com a 2ª secretaria, ocupada pelo professor de Baixo Guandu, Luiz Batista, presente desde os primeiros anos da agremiação. Já na 3ª secretaria assumiu o médico de Vitória-ES e uma das lideranças dos *companheiros das primeiras horas desavisados*, Arnaldo Andrade, que antes ocupava a vice-presidência. Isso evidencia que a antiga ala dissidente havia perdido força ou havia sido plenamente cooptada pela coalizão dominante, uma vez que, segundo a teoria de Panebianco (2005, p.60), “a minoria de tipo carreirista [militante cuja participação depende, principalmente, dos incentivos seletivos materiais ou *status*] representa a área potencial de risco para os líderes do partido” porque é dela que saem novas lideranças. Dessa forma, aos líderes só restam duas alternativas: cooptá-las ao longo da escala hierárquica ou encorajar sua saída do partido.

Já os outros postos foram ocupados pelo ex-prefeito de Alegre-ES, cidade do sul capixaba, José Rodrigues de Oliveira, por Calixto Freire, delegado do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Vitória junto a Federação Nacional dos Ferroviários, e Argilano Dario, fundador e presidente do Sindicato dos Contabilistas no Estado do Espírito Santo, deputado estadual e ligado às questões urbanas de Vitória-ES e arredores. Já os pertencentes à antiga ala dissidente, Adelpho Poli Monjardim e João Félix da Silva foram alijados de qualquer posto de comando.

Cumprer notar que, na nova configuração da Comissão Executiva Estadual, as lideranças do interior do Espírito Santo obtiveram boa parte dos cargos de comando da agremiação. A lógica foi a de dividir os postos entre o sul e o norte do Estado. Já os elementos de Vitória-ES e arredores eram ligados, em sua maioria, a instituições de organização e prestação de serviços e assistência para trabalhadores. Elementos já “testados” em eleições municipais também ganharam boas posições no comando do PTB capixaba, evidenciando a preocupação com as eleições de 1954, de modo a obter maior projeção em termos eleitorais.

Cumprer notar, também, que José Alexandre Buaiz, mais uma vez, não figurou em nenhum posto de comando e, ao que parece, não mais disputou o comando do PTB capixaba. Parecia que o PTB capixaba, apesar de possuir um potencial crescente de votos em Vitória-ES e municípios vizinhos, ainda apostava na sua força no interior do Espírito Santo. Cabia, então, manter o equilíbrio entre os interesses das lideranças do norte e do sul no seio do partido.

#### 4.2 O PTB NAS ELEIÇÕES DE 1954

Após ousar cindir com o PSD, o PTB capixaba, não sem oposições internas, figurou na composição de uma coligação que fazia oposição aos pessedistas. Assim, em junho de 1953, o acordo entre PTB, PR, PRP e PSP foi intitulado *Coligação Democrática*, tendo como bases a unidade de ação na Assembleia Legislativa Estadual e nas Câmaras Municipais a oposição construtiva e fiscalizadora frente ao Governo do Estado; uma chapa para disputar todos os cargos majoritários nas eleições de 1954, bem como os cargos de deputados federais e de senadores e, facultativamente, de deputados estaduais; a criação de uma comissão com direção interpartidária, composta por um representante de cada agremiação, com poderes

para, recolhendo votos iguais, entrar em entendimentos com outros partidos.<sup>246</sup>

Um mês depois da eleição da nova Comissão Executiva Estadual, em julho de 1953, Edison Cavalcanti, demonstrando que ainda gozava de grande prestígio junto ao trabalhismo nacional, foi eleito 2º Secretário na nova Comissão Executiva Nacional do PTB. Já o seu vice-presidente no PTB capixaba, dava o novo tom frente ao governo de Jones dos Santos Neves, do PSD. Se na Assembleia Legislativa Estadual, José Alexandre Buaiz assume a vaga de deputado no lugar do renunciante Domício Mendes<sup>247</sup> e passa a se posicionar a favor do governo pessedista<sup>248</sup>, Floriano Rubim, reprovando a renúncia, como presidente do Diretório Estadual, aposta na estruturação dos diretórios distritais do PTB nos interiores capixabas<sup>249</sup>.

Por outro lado, em setembro de 1953, o PSD e a UDN anunciam um acordo que serviria de base política ao governo de Jones dos Santos Neves, para participarem juntos das eleições para governador, vice-governador, senadores e deputados federais em 1954, assim como para manterem o acordo em um eventual governo pessedista que se iniciaria em 1955.

Porém, no PTB capixaba, verifica-se este movimento dúbio. Se a Comissão Executiva Estadual resolveu romper com o governo de Jones dos Santos Neves e construir a *Coligação Democrática* com as oposições ao PSD, em sua visita à Vitória-ES, em 25 de novembro de 1953, o ministro João Goulart comunicou a Jones dos Santos Neves seu intuito de “cooperar leal e honestamente com o Governo [...] porque esta é a orientação que me vem do eminente Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas”.

Falando aos trabalhadores capixabas, defendeu que os seus votos “são [os de] que o Capital prospere, sem que tenha a seus pés o Trabalho humilhado”. Demonstrando a situação contraditória do PTB no Espírito Santo, ao final da

---

<sup>246</sup> BASES da Coligação Democrática. **Folha do Povo**, Vitória, p. 01, 18 jun. 1953.

<sup>247</sup> Ontem, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, 21 jul. 1953.

<sup>248</sup> Ontem, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, 03 set. 1953.

<sup>249</sup> O povo de Governador Lindenberg (51) pede melhoramentos. **A Gazeta**, Vitória, 06 set. 1953.

cerimônia, o vice-presidente do PTB capixaba, Floriano Rubim, afirmou que no Espírito Santo há uma coligação e que Clovis Stenzel falaria em nome dela para audiência do Ministro.

A visita de João Goulart em missão do Ministério do Trabalho, estando também no comando do PTB nacional, pareceu marcar as articulações de candidaturas do PTB capixaba. Estando na capital do Espírito Santo, Jango foi recebido por diversas autoridades, a exemplo do governador do Estado, secretários de Estado, presidentes de sindicatos, presidentes de partidos políticos, deputados, vereadores “e até o mais simples, humilde e anônimo homem da rua”<sup>250</sup>. O caráter popular de sua visita ensejou discursos de presidentes de sindicatos de trabalhadores e pregações de harmonia entre capital e trabalho.

Assim, acompanhado de lideranças trabalhistas do Estado, Jango visitou três sindicatos: dos ferroviários, da estiva e do comércio armazenador. Ouviu reivindicações e discursou afirmando que as leis trabalhistas só são cumpridas nos “asfaltos” do Rio de Janeiro e em São Paulo e identificando seu pertencimento – possivelmente como associado honorário - “ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador do Rio de Janeiro”<sup>251</sup>.

Se o presidente do PTB nacional se identificava como um elemento sindical e pensava o desenvolvimento nacional por meio do equilíbrio entre capital e trabalho, o PTB capixaba deveria, então, contribuir com esse equilíbrio, para que as leis trabalhistas fossem levadas aos “asfaltos” e aos campos fora do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os discursos de João Goulart em Vitória-ES dariam a tônica das candidaturas petebistas para o pleito de 1954. Por isso, já em março de 1954, o PTB lançava seus candidatos em convenções municipais. Em Colatina-ES, importante cidade do

---

<sup>250</sup> “QUE o capital prospere sem que tenha a seus pés o trabalho humilhado”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 25 nov. 1953. p. 01.

<sup>251</sup> “PERTENÇO ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armanezador do Rio de Janeiro” – Disse no Sindicato dos Doqueiros o Ministro João Goulart. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 28 nov. 1953. p. 01.

norte capixaba, uma Convenção Municipal com cerca de 120 delegados de diretórios distritais lançava candidatos a deputação estadual, federal e vice-governadoria. Os destaques ficavam nas indicações do membro da Executiva Estadual e do delegado do IAPI, Alcy de Almeida, ao cargo de deputado estadual, do deputado estadual Floriano Lopes Rubim, presidente do Diretório Estadual do PTB, para deputação federal, e do tabelião, secretário geral do Diretório Municipal de Colatina do PTB, e Adwalter Ribeiro Soares para vice governador do candidato Francisco Lacerda de Aguar, o Chiquinho, da Coligação Democrática<sup>252</sup>.

Se a presença de Jango na capital espírito-santense, em novembro de 1953, foi marcada por discursos de harmonia social e passagens nos sindicatos, a Convenção Municipal do PTB de Vitória-ES, em março de 1954, demonstrou que os empregados e empregadores ganhariam destaque nas indicações para as candidaturas do pleito que se avizinhava.

Por essa ocasião, o PTB veiculou uma nota no jornal *A Gazeta* dando notícia de que o interesse político das classes de empregadores e empregados na campanha do partido estava garantido, uma vez que o partido destinou certo número de candidatos aos cargos eletivos para indicação das entidades classistas de patrões e empregados. Da mesma forma, os Diretórios Distritais e Paroquiais apresentaram seus concorrentes.

Na convenção acima citada do PTB da capital, há, então, a indicação das candidaturas de vereadores e deputados obedecendo ao critério de indicação de seções distritais e paroquiais – ou seja, de bairros – e as das entidades classistas. Na ocasião, os destaques foram as seguintes candidaturas: para a Câmara Municipal de Vitória-ES foram indicados Mario Gurgel pelos bairros populares de Ilha do príncipe e Morro do Moscoso; Calixto Freire, delegado do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Forroviárias de Vitória junto à Federação Nacional dos Ferroviários; Othoniel Alves de Moura, indicado pela entidade que presidia, o

---

<sup>252</sup> SIGNIFICATIVA demonstração de apoio popular à Convenção Municipal dos Petebistas Colatinenses. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 02 mar. 1954.

Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos do Estado do Espírito Santo; e Nicanor Alves dos Santos, também indicado por algum sindicato – não nos foi possível identificar sua origem classista.

Já para a Assembleia Estadual, as indicações foram as do deputado estadual Argilano Dario, fundador e Presidente do Sindicato dos Contabilistas no Estado do Espírito Santo; Arnaldo Andrade, médico e um dos fundadores do PTB no Estado; e Altamir Faria Gonçalves, ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, ex-delegado regional do IAPC, e então delegado regional do IAPI.<sup>253</sup>

Entretanto, a lógica que presidiu as indicações para os cargos eletivos pareceu obedecer àquela que preencheu os cargos na Comissão Executiva Estadual do PTB. Ou seja, na VI Convenção Estadual do PTB, havia uma necessidade de se dividir as indicações entre o norte e o sul capixaba, deixando Vitória-ES e regiões adjacentes com o menor número de indicações. Se podemos identificar 11 indicações dos Diretórios do PTB da região sul, seis da região norte e três de Vitória-ES, a explicação pode estar no número de pleiteantes da região sul que já haviam sido testados com êxito em outras eleições.<sup>254</sup> Pelo menos cinco nomes indicados pelos diretórios do sul já haviam sido eleitos para vereador, prefeito ou deputado pela sua localidade. Assim, se a região norte possuía crescente capilaridade eleitoral, a preocupação central do PTB capixaba no pleito de 1954 pareceu garantir e ampliar os votos já adquiridos em outros pleitos.

O partido, em tal momento, estava rompido com a principal força política do Estado, o PSD, e, portanto, não havia clima para aventuras eleitorais. Dito isso, para a Assembleia Estadual, a harmonia entre capital e trabalho tão propagada por João Goulart só seria considerada se viesse acompanhada de capacidade de ser transformada em votos. A lógica de dividir as candidaturas entre norte e sul marcou, também, as candidaturas para a deputação federal, para qual foram indicados dois

---

<sup>253</sup> POLÍTICA municipal. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 mar. 1954.

<sup>254</sup> RESUMO dos acontecimentos da 6ª Convenção Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 21 mar. 1954.

políticos já testados: Rubens Rangel, ex-prefeito de Mimoso do Sul-ES, cidade sulista capixaba, e Floriano Lopes Rubim, deputado estadual, nascido numa cidade sulista, mas identificado com o norte capixaba. Por fim, a indicação do tabelião advindo do norte capixaba, Adwalter Ribeiro Soares, para disputar a eleição de vice-governador na chapa do político sulista Francisco Lacerda de Aguiar fechou essa estratégia eleitoral.

O resultado das eleições demonstra que, a partir de 1950, o PTB entrava em um período eleitoral crescente em Vitória-ES, mas também se mostrava um campeão em votos nas cidades do entorno da capital. Agora, em 1954, elegia o vereador mais votado da capital, Mario Gurgel, além de possuir quatro entre os cinco vereadores mais votados no pleito. O primeiro suplente do PTB era ainda o sétimo com maior votação para a Câmara Municipal de Vitória. Além disso, se o PTB empatava em quatro cadeiras com o PSD, o partido ganhava por grande quantidades nos votos de legenda.

Estendendo seu poderio para os municípios vizinhos a Vitória-ES, em Vila Velha-ES, a agremiação obteve a maior bancada, com três vereadores contra dois do PSD, dois do PSP e dois da aliança UDN-PR. O vereador mais votado também foi um petebista, Manoel Barcelos Neto. Em Cariacica-ES, o partido conquistou três cadeiras contra três do PDC, dois do PSD e uma do PSP. Dos cinco vereadores mais votados, três eram do PTB. No município de Serra-ES, o partido conquistou a segunda maior bancada, com quatro cadeiras, contra cinco do PSD. Porém, dos cinco mais votados, quatro eram do PTB, sendo que dois suplentes do PTB obtiveram mais votos do que os quatro outros eleitos pelo PSD.

O governador eleito foi Francisco Lacerda de Aguiar, do PSP, pela *Coligação Democrática*, frente partidária composta por PSP, PTB, PR e PRP. Chiquinho, como era popularmente conhecido, obteve 22.524 votos na capital e 72.965 votos no interior contra o candidato da aliança PSD-UDN, Eurico de Aguiar Salles, que conquistou 12.653 votos na capital e 64.814 votos no interior. Já na eleição para vice-governador, o petebista Adwalter Ribeiro Soares conseguiu 22.295 votos na

capital e 69.782 votos no interior. Seu adversário, Argeo Lorenzoni levou 10.944 votos na capital e 61.793 votos no interior. A diferença de mais de 10 mil votos na capital entre Soares e Lorenzoni parece acompanhar a diferença conquistada por Chiquinho contra seu adversário.

TABELA 5 - Eleições para Governador e Vice-Governador do Estado do Espírito Santo – 1950

<b>Eleições de 03 de outubro de 1950</b>				
<b>Governador do Estado</b>				
<b>Legendas/ Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>		
		<b>Capital</b>	<b>Interior</b>	<b>Total</b>
<b>Eleito</b>				
PTB/PR/PRP/PSP (Coligação Democrática)	Francisco Lacerda de Aguiar	22.524	72.865	95.389
<b>Não eleito</b>				
PSD/UDN (Aliança Interpartidária)	Eurico de Aguiar Salles	12.653	64.814	77.467
	Votos nominais	35.177	137.679	172.856
	Votos brancos	619	3.115	3.734
	Votos nulos	601	3.064	3.665
	Votos apurados	36.397	143.858	180.255
<b>Vice-Governador do Estado</b>				
<b>Legendas/ Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>		
		<b>Capital</b>	<b>Interior</b>	<b>Total</b>
<b>Eleito</b>				
PTB/PR/PRP/PSP (Coligação Democrática)	Adwalter Ribeiro Soares	22.295	69.782	92.077
<b>Não eleito</b>				
PSD/UDN (Aliança Interpartidária)	Argêo Reginaldo Lorenzoni	10.944	61.793	72.737
	Votos nominais	33.239	131.575	164.814
	Votos brancos	2.541	9.254	11.795
	Votos nulos	617	3.029	3.646
	Votos apurados	36.397	143.858	180.255

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 6 - Eleições para Deputado Federais pela Coligação Democrática - 1954

<b>Eleições de 03 de outubro de 1954</b>	
<b>Deputados Federais - PTB/PR/PRP/PSP (Coligação Democrática)</b>	
<b>Candidatos</b>	<b>Votos</b>
<b>Eleitos: 03</b>	
Floriano Lopes Rubim	23.672
Padre Ponciano Stenzel dos Santos	14.091
Rubens Rangel	12.453
<b>Suplentes</b>	
Lourival de Almeida	10.317
Wilson Cunha	5.985
Aníbal Faria	4.446
José Simplício de Azevedo Pio	3.858
Luiz Tinoco da Fonseca	3.782
José Fortunato Ribeiro	3.021
Votos nominais	81.625
Votos de legendas	131
Total de votos do PTB/PR/PRP/PSP (Coligação Democrática)	81.756

Fonte: TRE-ES

TABELA 7 - Eleições para Deputado Estaduais do Estado do Espírito Santo - 1954

<b>Eleições de 03 de outubro de 1954</b>				
<b>Deputados Estaduais</b>				
<b>Legendas/ Coligações</b>	<b>Votos</b>			<b>Número de eleitos</b>
	<b>Nominais</b>	<b>Legendas</b>	<b>Totais</b>	
PSD	62.364	128	62.492	11 + 1 = 12
PTB	41.247	120	41.367	7 + 1 = 8
UDN/PDC (Aliança Interpartidária)	28.134	24	28.158	5
PR/PRP (Coligação Democrática)	21.095	9	21.104	3 + 1 = 4
PSP	16.968	577	17.545	3
	Votos nominais/de legendas		170.666	
	Votos brancos		5.250	
	Votos válidos		175.916	
	Votos nulos		4.339	
	Votos apurados		180.255	
	Representação			32
	Quociente eleitoral			5.497

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 8 - Eleições para Deputado Estaduais do Estado do Espírito Santo pelo PTB - 1954

<b>Eleições de 03 de outubro de 1954</b>			
<b>Deputados Estaduais</b>			
<b>PTB - Partido Trabalhista Brasileiro</b>			
<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleitos: 08</b>			
Ely Junqueira	2.828	José Alexandre Buaiz	2.826
Argilano Dario	2.552	José Rodrigues de Oliveira	2.550
Isaac Lopes Rubim	2.181	Luiz Baptista	2.176
Ewaldo Ribeiro de Castro	2.093	Nello Vola Borelli	1.939
<b>Suplentes</b>			
Lauro Calmon Nogueira da Gama	1.687	Joffre Virgílio Lobo	1.679
Arnaldo Pinto de Andrade	1.603	Geraldo Vianna de Souza	1.565
Antônio Alves Duarte	1.517	Altamir Faria Gonçalves	1.494
Alcy de Almeida	1.294	Mário Vello Silves	1.259
Waldomiro Martins Ferreira	1.164	José Benjamin Costa	1.038
José Novais Santos	1.005	Mário Silva	984
Humberto Paoliello	931	Dyonísio Ruy	879
Antônio Luiz da Costa	797	José Sant'Ana	621
João Valle	544	Albino Negrís	457
Democlaçides R. Botelho	410	Samuel Cavatti	323
Petronilho R. Gomes	214	Raymundo N. Albuquerque	197
José Rios Júnior	178	Gad C. Ferreira	147
Francisco de Meira			115
		Votos nominais	41.247
		Votos de legenda	120
		Total de votos do PTB	41.367

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

Entretanto, aventa-se que, em uma eleição deveras disputada no interior, onde está a esmagadora maioria dos votos capixabas, não só a eficiência da propaganda eleitoral de Chiquinho voltada às classes populares urbanas, mas também o peso do PTB capixaba em Vitória-ES pode ter contribuído para a expressiva diferença de votos que os dois candidatos eleitos conquistaram face a seus adversários.

Isso porque, se a diferença de 8 mil votos no interior entre os adversários do pleito acima citado apareceu nas disputas de governador e vice-governador, o saldo de cerca de 10 mil votos a favor de Chiquinho e 12 mil votos a favor de Soares na capital pareceu ser determinante para o desfecho do pleito. Se os votos do interior eram disputados acirradamente, a *Coligação Democrática*, que comportava o PTB, obtinha votos “de sobra” em Vitória-ES.

A eleição para a Assembleia Legislativa Estadual demonstrou, também, o relativo sucesso da estratégia do PTB capixaba na composição de sua Comissão Executiva Estadual e na definição de suas candidaturas. O partido ampliou de seis para oito cadeiras a sua participação na Casa. Tornou-se a segunda força legislativa, representada por oito cadeiras, atrás do PSD, com doze. A estratégia de alocar nos postos de comando do partido e apresentar como candidatos elementos majoritariamente do sul e do norte capixaba, desde que, porém, já testados eleitoralmente, revelou-se uma estratégia fecunda.

Dos oito deputados estaduais eleitos pela sigla, quatro eram provenientes da região sul do estado e um da região norte. Os outros três possuíam expressão eleitoral em Vitória-ES, demonstrando o peso do PTB na capital. Porém, dos oito petebistas eleitos, pelo menos seis já haviam sido eleitos vereadores, prefeitos e deputados estaduais.

Já na eleição para a Câmara Federal a estratégia se mostrou ainda mais fecunda. Os petebistas Floriano Lopes Rubim, ex-deputado estadual, foi o deputado federal mais votado com 23.672 votos, contra os também eleitos Padre Ponciano Stenzel dos Santos (PRP), com 14.091 votos, e o também petebista Rubens Rangel, ex-prefeito de Mimoso do Sul-ES, com 12.453 votos.

Dessa forma, surgia aí duas forças eleitorais importantes no PTB capixaba. Uma assentada no prestígio de Floriano Lopes Rubim, vice-presidente do PTB capixaba, e outra no deputado federal eleito, Rubens Rangel, ex-prefeito de Mimoso do Sul-ES, que, mesmo que menos votado que Rubim, conseguira eleger duas lideranças de sua cidade e aliados para a Assembleia Estadual, Ely Junqueira e Ewaldo Ribeiro de Castro.

Assim, se o peso eleitoral do PTB na capital era importante, mas não determinante nos jogos de poder interno da coalizão dominante, os louros das vitórias nas urnas eram divididos entre o sul e o norte no PTB capixaba. Entre o sul e o norte também se dividiria a coalizão dominante do PTB capixaba.

### 4.3 O SURGIMENTO DAS ALAS RANGELISTA E RUBINISTA E O CONFLITO DURANTE O GOVERNO LACERDA DE AGUIAR (1954 – 1958)

O Governo de Lacerda de Aguiar, segundo Marta Zorzal e Silva (1986), manteve a estrutura institucional do Estado, mas modificou sua relação com a sociedade. Nessa nova relação, esvaziava-se o conteúdo autoritário e controlador do Estado, dando margem para uma relação benevolente e para uma maior possibilidade de acesso às camadas populares.

Porém, no seio da coligação que elegera Chiquinho havia diversos interesses. O desafio maior do seu governo seria domesticar essas diversas forças que se combatiam. Assim, “o preenchimento dos cargos de direção do Aparelho de Estado caracterizou o **locus** principal desses conflitos” (SILVA, 1986, p. 487, grifo da autora). Dessa forma, o governador tinha de conciliar os seus interesses com os interesses dos diversos partidos que compunham a *Coligação Democrática*. Esses partidos disputavam as melhores posições que ensejassem maiores ganhos eleitorais, numa relação mais clientelista. Assim, como nenhuma força conseguiu a hegemonia, não houve uma unidade de programa político que guiasse o governo de Aguiar (SILVA, 1986).

Houve, então, uma ação difusa do Aparelho de Estado, em que cada força implementava seu ritmo e efetivava seus interesses no *locus* que coube a seu partido. O governo caracterizou-se como aquele que manteve “as atividades vegetativas e tradicionais do Estado” (SILVA, 1986, p. 488).

A partir de 1952, o setor que passou a dominar o PTB nacional era articulado por João Goulart. Mas a liderança de Goulart não era unânime dentro do partido. Assim, passaram a existir três tendências: uma “postulava que o partido atuasse como porta-voz dessa estrutura [sindical corporativa] e achava que o PTB deveria ser um

instrumento político de representação de entidades sindicais” (D’ARAÚJO, 1996, p. 98-99); a outra, liderada por João Goulart e Leonel Brizola, entendia que o partido deveria não só se apoiar na estrutura sindical corporativista, mas também incentivar a mobilização popular. Ou seja, privilegiava-se uma atuação conjunta entre partido e sindicato, defendendo um programa nacionalista e reformista. Já a terceira, “entendia que um partido trabalhista deveria se impor por seu programa, e não pela forma de recrutamento de seus quadros”, sendo liderada por Lúcio Bittencourt e Roberto da Silveira. Essa tendência via nos fins políticos a fórmula para o recrutamento e angariação de votos, não os meios (estrutura sindical e previdenciária) como fonte de poder (D’ARAÚJO, 1996, p. 98-99)

Assim, em fevereiro de 1954, a carta demissionária de João Goulart no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a nota oficial da Comissão Executiva do PTB que o apoiava, tornaram-se documentos históricos do trabalhismo, representando a consolidação da imposição da visão de Goulart no PTB nacional. Conforme argumenta Jorge Ferreira (2005), as ideias defendidas nesses documentos “refundaram” o PTB, posto que deram o sinal para a sua transformação em um partido reformista, tendendo à radicalização até 1964.

Dessa forma, bandeiras como soberania nacional, libertação econômica do país face ao capital externo, monopólio das riquezas naturais contra os trustes, defesa de um capitalismo humano, social e cristão, defesa e ampliação da legislação social para os trabalhadores urbanos e do campo, reforma agrária, maior bem-estar social para a população, maior participação e cidadania aos trabalhadores e ao movimento sindical, e etc., deveriam estar presentes nos discursos dos trabalhistas (FERREIRA, 2005, p. 151).

Antes do governo de Lacerda de Aguiar, o Brasil e o PTB passaram por um trauma. Pressionado à esquerda e à direita, o *chefe* dos trabalhistas, Getúlio Vargas, suicidou-se em agosto de 1954. Para os getulistas, o contexto futuro era de “desorientação e desalento, privados que estavam de sua maior referência política” (FERREIRA, 2005, p. 204). O conteúdo da carta deixada por Getúlio Vargas na

ocasião de seu suicídio acompanha o conteúdo nacionalista e reformista do documento demissionário de Goulart e do apoio a ele dado pelo PTB.

Cabia, assim, ao PTB, duas “tarefas árduas”, segundo Jorge Ferreira (2005): uma era organizar e expandir a organização partidária nos diversos estados da federação. A segunda seria a “doutrinária e ideológica, distinguir ‘getulismo’ de trabalhismo, adequando esse último às demandas econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira dos anos 1950 e 1960, atualizando, ainda, o projeto ao contexto das esquerdas” (FERREIRA, 2005, p. 204) da América do Sul e da Europa Ocidental.

Enquanto no PTB nacional uma nova roupagem do trabalhismo surgia, no âmbito estadual a disputa pela consecução dos objetivos oficiais era relegada a segundo plano. As disputas fisiológicas tomavam o interior do partido. O PTB capixaba, entre afinar sua atuação com as novas demandas econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira, optou pela disputa por cargos e ocupação da máquina estatal. Entretanto, chegava na coalizão dominante uma nova força que duelaria com a liderança de Floriano Rubim.

A votação numerosa de modo a “sobrar” em relação aos seus adversários deu credenciais para Floriano Rubim almejar postos mais altos na administração pública. Pareceu, também, um recado a seus adversários e aliados circunstanciais. Desse modo, desde o início do governo Lacerda de Aguiar, os rumores diziam que Floriano Rubim utilizaria a máquina pública para pavimentar seu caminho até o Palácio Anchieta, sede do governo capixaba.

Fazendo parte do governo, a principal área que coube ao PTB foi a Secretaria de Viação e Obras Públicas, prontamente ocupada pelo comandante do PTB capixaba, Floriano Rubim, deixando um suplente, do PSP, na Câmara Federal. A partir daí o jornal pessedista, *A Gazeta*, retrata um perfil de Rubim: político voraz por cargos. Diariamente, Floriano Rubim era retratado pelo jornal como o responsável por diversas indicações em diferentes setores da administração pública – como a indicação do advogado do Instituto de Previdência e Assistência, Jerônimo Monteiro,

a do Diretor da Divisão de Obras da Secretaria de Viação e Obras Públicas, a indicação do chefe de Polícia, e etc.

À parte os exageros da oposição ou a ambição de Rubim por cargos, o que se verifica é que o comando do PTB capixaba estava nas mãos de Floriano Rubim que, à semelhança de seu antecessor, Edison Pitombo Cavalcanti, dominava a agremiação e, conseqüentemente, as indicações do partido. Ou seja, dominar a coalizão dominante do partido significava força para indicações fisiológicas. Porém, ao predomínio da coalizão dominante, não estavam ausentes os conflitos. Em março de 1954, *A Gazeta* veicula uma reunião do Diretório do PTB, seção Espírito Santo, em que, segundo o vereador petebista Nicanor Alves dos Santos, indicou-se os representantes à Convenção do Diretório Nacional.

O PTB, na ocasião, prestou uma moção de irrestrita solidariedade a Floriano Rubim, demovendo as intrigas daqueles que, segundo o vereador, “tão sequiosamente desejam cindir o Partido, com o objetivo de enfraquece-lo e de desvia-lo de sua senda gloriosa”<sup>255</sup>. Antevendo os conflitos internos que a liderança de Rubim impôs ao PTB capixaba, o jornal relembra que a sigla é a segunda agremiação no Estado e que, para isso, muito contribuiu Floriano Rubim “nessa fase de crescimento ante os olhos aterradores não dos inimigos claros, mas sim dos piores e mais desleais inimigos que são os ocultos, ou melhor, os falsos amigos”<sup>256</sup>.

Segundo elementos do PTB, ser a segunda sigla em termos eleitorais no Espírito Santo e ter o deputado federal mais votado entre os secretários de estado causava mal-estar entre os partidos coligados e no interior do próprio governador Francisco Lacerda de Aguiar. Fora essa justificativa que os aliados de Rubim deram para sua saída da Secretaria de Viação e Obras Públicas em março de 1955, tão logo iniciou-se o governo de Lacerda de Aguiar, ou Chiquinho. Para os vereadores, deputados e aliados petebistas, o PSP, por meio do secretário de governo Joaquim Leite de Almeida, perseguia o secretário de viação e obras públicas, Floriano Rubim, e teria

---

<sup>255</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 02 mar. 1955. p. 01.

<sup>256</sup> *Ibid.*, p. 01.

“feito a cabeça” do governador contra o líder do PTB.

Após disputas entre os petebistas e os pessepistas pela indicação de novo secretário, a escolha de um outro petebista para o antigo cargo de Rubim marcaria o PTB de forma indelével. Se o grupo do PTB liderado por Rubim indicara o deputado estadual sulista, José Antonio Rodrigues, interessado em levar o suplente petebista, Lauro Calmon Nogueira da Gama, para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, o PSP, com seu secretário de governo, indicara o deputado federal Rubens Rangel, também petebista, para a secretaria, de modo a recolocar o suplente de deputado federal, o pessepista Lourival de Almeida, na Câmara Federal.<sup>257</sup>

Se os acordos entre Vargas e o PSP de Adhemar de Barros balizavam a relação entre o PTB e o PSP capixabas, após a morte do líder máximo do trabalhismo, a relação entre os dois partidos se deteriorava a cada mês que passava. Ressalta-se que, nessa fase, o PTB capixaba vivia um paradoxo. Em nível estadual, compunha governo com a chamada Coligação Democrática – junto com PR, PSP e PRP -, se opondo a aliança promovida pelo PSD e UDN. Já em nível nacional, o PTB, em sua VIII Convenção Nacional, em fins de março de 1955, decidia que entraria em campanha ao lado do PSD, a favor da chapa Juscelino Kubitscheck (PSD)–João Goulart (PTB) para presidência e vice-presidência da República, respectivamente.<sup>258</sup>

Se Vitória-ES poderia ser considerada um reduto do PTB a partir de 1950, conforme vimos anteriormente, a eleição presidencial de 1955 pode dar pistas acerca do confronto entre PTB e PSP. Nela, o candidato do PSP, Adhemar de Barros, venceu na capital com 6.714 votos contra o candidato apoiado pelo PTB, Juscelino Kubitschek, do PSD, que tivera 4.680 votos. Já na eleição para vice-presidência da República, o petebista João Goulart “levou a melhor” com 7.295 votos, ou seja, uma diferença de quase dois mil votos em relação a Milton Campos, da UDN, que recebera 5.200 votos. Havia uma disputa entre os votos urbanos da capital e das cidades do entorno entre o PTB e o PSP.

---

<sup>257</sup> OBSERVADOR. O começo do fim. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 24 mar. 1955.

<sup>258</sup> O presidente Ely Junqueira apoia Kubitscheck. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 28 mar. 1955.

Desse modo, um dos motivos das disputas no seio da Coligação Democrática pode ser atribuído à rivalidade entre PTB e PSP, que disputavam votos, principalmente, das classes populares urbanas. Do mesmo modo, internamente, havia disputas no PTB capixaba por elementos com bases políticas na capital.

Se no capítulo anterior vimos que os grupos de José Buaiz e Arnaldo Andrade disputavam o poder interno da agremiação, devido a influência política na capital, a Prefeitura de Vitória-ES também foi palco de disputas políticas de petebistas. Dessa vez, o grupo de José Buaiz disputava com o grupo de Argilano Dario e Mario Gurgel, o que veremos mais detalhadamente em próximo tópico.

Era por isso que os petebistas ligados à Floriano Rubim compartilharam da opinião de que o deputado federal e ex-prefeito de Mimoso do Sul-ES, Rubens Rangel, fora usado pelo secretário de governo do PSP, de modo a desgastar Floriano Rubim, e, conseqüentemente, enfraquecer o PTB. A estratégia conferida ao PSP era a de influenciar o governador para retirar Floriano Rubim da Secretaria de Viação e Obras Públicas, colocando em seu lugar um outro petebista, para ganhar força na luta interna contra Rubim. Além disso, colocando um outro deputado federal do PTB como novo secretário, o suplente na Câmara Federal sairia do PSP. Floriano Rubim e seu grupo sabiam da importância que os cargos estaduais e federais conferiam a quem estivesse disposto a disputar a organização política, principalmente se esse personagem já tivesse seu próprio grupo.

Ter um deputado federal como secretário de viação e obras advindo de um partido com ascensão de votos na capital poderia ser um risco à liderança do governador Lacerda de Aguiar no interior, já que, para Aguiar, “o fundamental era a agropecuária”, sendo a industrialização, “atividade complementar à agrícola, e não como alternativa de desenvolvimento sócio-econômico” (SILVA, 1986, p. 499).

O que se verifica é que a substituição de Floriano Rubim não afastou o PTB do governo Lacerda de Aguiar, mas afastou apenas uma tendência da coalizão dominante do PTB dos interesses governistas. Após a efetivação de Rubens Rangel na Secretaria de Viação e Obras Públicas, parte do PTB se afastou do governo. É

por isso que podemos detectar aqueles que pertenciam a tendência do comandante do PTB, Floriano Rubim, e aqueles que pertenciam à tendência do secretário Rubens Rangel.

O empresário José Alexandre Buaiz, após esse episódio, passou a fazer oposição ao governo Lacerda de Aguiar. Já falamos do seu perfil conciliador, que recomendava “calma e ponderação”<sup>259</sup> ao, por exemplo, defender a permanência do petebista Serynes Perefeira Franco à frente da Prefeitura de Vitória-ES, diante da vontade de sua derrubada por outros petebistas. Entretanto, as diferenças entre as tendências do PTB e entre a tendência de Rubim e o governo aumentaram até chegarem em um nível que o próprio Buaiz endureceu seus discursos. Se, no começo, pedia calma e ponderação, a partir de 1956, o empresário acusa o governo de fazer um levante antidemocrático, acusando o governo estadual de distanciamento das massas e falta de moral.<sup>260</sup>

Porém, seria estranho que um personagem que outrora disputara o comando do PTB, agora estivesse se submetendo aos ditos do presidente do partido, Floriano Rubim. Sua identificação com a ala rubinista, aventa-se, se deveu principalmente aos esforços do governo estadual em aumentar os impostos, medida que Buaiz interpretou como maléfica a sua classe de empresários e comerciantes.

Segundo Buaiz, aumentar os impostos seria o mesmo que “garrotearmos os impulsos de crescimento de nossas forças produtivas, trancar a nossa infalível tendência para o progresso”.<sup>261</sup> Para ele, portanto, defender as classes produtoras era o mesmo que promover o progresso. Assim, no seio do governo e no PTB capixaba havia uma disputa entre as classes mercantis-exportadores e as ligadas aos interesses agrofundiários.

O irmão de Floriano Rubim, Isaac Lopes Rubim, deputado estadual pelo PTB,

---

<sup>259</sup> A Gazeta ouviu o deputado José Buaiz sobre a política local. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 01 nov. 1955. p. 01.

<sup>260</sup> MASCOU Stenzel, explodiu Buaiz. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 jan. 1956.

<sup>261</sup> *Ibid.*, p. 01.

também é um elemento que podemos identificar como pertencente à tendência liderada por seu irmão. Se em janeiro de 1956, o também militar Isaac Rubim se defende de uma acusação de um jornal governista de que recebia duplo vencimento, pela Assembleia e pela Polícia Militar, a justificativa era a de que não fazia diferente do desembargador Louviral de Almeida, deputado federal do PSP, e do capitão do exército Harry de Freitas Barcelos, que recebia três salários, do exército, como chefe de polícia e como inspetor de polícia.<sup>262</sup>

Se Buaiz e Isaac Rubim faziam críticas diariamente ao governador e a sua administração, o petebista Argilano Dario era o líder da maioria governista na Assembleia Legislativa Estadual e se portava como o porta-voz do grupo que sustentava o governo Lacerda de Aguiar. O duplo comportamento do partido ensejava a crítica de seus adversários. O jornal oficial pessedista, *A Gazeta*, ironizava que o PTB era “uma piada das Arábias”<sup>263</sup>, posto que tinha a maior bancada de apoio oficial ao governador, mas perdera quatro cargos e ainda não estava sendo contemplado na reforma do secretariado.

Entretanto, o jornal não considerava o “racha” que estava vivendo o PTB. Quem perdera os cargos não fora o partido, mas sim uma tendência da coalizão dominante. A disputa entre o PTB e o governo cindiu o partido. Argilano Dario, porta-voz do governo entre os deputados estaduais, perdeu a presidência do PTB de Vila Velha-ES com a eleição de Domicio Mendes, perdendo, também, a liderança do seu partido, da maioria e a presidência da comissão de finanças.<sup>264</sup>

O grupo de Floriano Rubim, que contava com os deputados estaduais Isaac Lopes Rubim e José Alexandre Buaiz ganhava mais um aliado. Domicio Mendes, ao assumir o PTB de Vila Velha-ES, lançou a candidatura Floriano Rubim para o pleito estadual de 1958, ocasião em que foi interpretado como um “visível agravo à

---

<sup>262</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 jan. 1956.

<sup>263</sup> MORCEGANDO. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 abr. 1956.

<sup>264</sup> MORCEGANDO. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 06 abr. 1956.

delicada posição do sr. Rubens Rangel”.<sup>265</sup>

Percebe-se que o governo de Lacerda de Aguiar fez surgir uma nova disputa dentro do PTB capixaba. Uma ala ligada ao governo, contendo Argilano Dario como líder na Assembleia Legislativa Estadual e Rubens Rangel como secretário de governo, e outra ligada a Floriano Rubim – esta passando a uma lenta oposição ao governo, contando com deputados estaduais Isaac Lopes Rubim e José Buaiz. A questão é: Se Floriano Rubim comandava o PTB capixaba e alguns deputados rompiam com o governo, por que o partido, de forma oficial, não rompera com o governo?

QUADRO 5 - Grupos internos do PTB – 1954-1960

<b>Os rubinistas</b> <b>(Ala liderada por</b> <b>Floriano Lopes Rubim)</b>	<b>Os rangelistas</b> <b>(Ala liderada por</b> <b>Rubens Rangel)</b>	<b>Não identificados a</b> <b>quais grupos</b> <b>pertencem</b>
Isaac Lopes Rubim	Ewaldo Ribeiro de Castro	Mario Gurgel <sup>266</sup>
José Alexandre Buaiz	Ely Junqueira	Adwalter Ribeiro Soares
José Rodrigues de Oliveira	Argilano Dario	Altair Moraes
Nello Vola Borelli	Jofre Virgílio Lobo	Arnaldo Andrade
Lauro Calmon Nogueira da Gama		Altamir Faria Gonçalves
Alcy de Almeida		
Luiz Baptista		
Rubens Gomes		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Duas hipóteses surgem. A primeira era a de que a ala rubinista passou a utilizar essa ameaça de rompimento latente como capital político para barganhar melhores posições e cargos, já que o partido possuía a maior bancada de apoio oficial ao governo. Os cargos das máquinas públicas se mostravam importantes elementos nos jogos de poder internos do PTB e para a própria sobrevivência do partido no

<sup>265</sup> ROMPE A UDN, golpeia o Zanotti, chamam o Governador, lançam Floriano, espremem Louviral, desespera todo mundo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 abr. 1956.

<sup>266</sup> Embora tenha se alinhado ao rangelista Argilano Dario na luta pela Prefeitura Municipal de Vitória, se mostrava como um independente.

ambiente político capixaba. Portanto, havia uma necessidade de se ter a máquina pública em uma eventual candidatura petebista para o Palácio Anchieta.

É por isso que José Alexandre Buaiz, ao passo que endurecia o discurso contra o governo, sugeria que os partidos da base de apoio deixassem o governador livre para suas nomeações, posto que “aos partidos não cabe [sic] exigências quando nas suas linhas não são encontrados os elementos humanos para a tarefa que sonham executar”, devendo o governo se aproveitar de seu “espírito da harmonia que é a base da criação, imbuído do espírito de concórdia que é a base dos entendimentos úteis”<sup>267</sup>. O discurso demonstra que, embora endurecendo suas críticas ao governo, o grupo ao qual Buaiz pertencia se aproveitava de seu perfil “boa praça” e conciliador para reivindicar posições no governo.

Essas posições eram buscadas por meio de conversas com o governo e com a *Coligação Democrática* que poderia impedir o rompimento, caso considerasse as seguintes determinações: reforma geral do secretariado, incluindo a saída de Rubens Rangel; permissão para que o vice-governador, o petebista Adwalter Ribeiro Soares, assumisse o governo quando o governador se ausentasse do cargo provisoriamente; entrega da Secretaria da Fazenda para o reconhecido comerciante exportador Oswald Guimarães; garantia de outra secretaria ao partido em troca da perda da Prefeitura de Vitória-ES<sup>268</sup>.

A luta por cargos nos leva a uma segunda hipótese para o não rompimento do PTB com o governo. Quando a ala rubinista pede a saída de Rubens Rangel da Secretaria de Viação e Obras Públicas, tal reivindicação nos leva a duas conclusões: 1) os cargos eram de suma importância para as disputas de poder dentro do PTB, 2) Rubens Rangel não estava isolado, mas possuía também a sua ala, a ala rangelista, fortalecida com os cargos da administração estadual. Rubens Rangel, tendo um grupo que rivalizava com o grupo de Rubim, não só inviabilizava o rompimento da

---

<sup>267</sup> CHEGOU a hora de passarmos uma esponja no quadro negro dos dias que se foram – um destaque merecido. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 26 jan. 1956.

<sup>268</sup> O PTB pode salvar o Govêrno e a Coligação. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 27 mar. 1956.

ala rubinista com o governo estadual, mas, pelo contrário, reforçava a dependência do grupo de Floriano Rubim para com o fisiologismo proporcionado pela administração estadual.

Diante disso, Floriano Rubim não podia “engrossar o tom de voz” contra o governo, mas tampouco desautorizava a oposição de alguns petebistas a Lacerda de Aguiar. Se o deputado estadual petebista José Antonio Rodrigues, em ocasião anterior, se tornara presidente da Assembleia Legislativa Estadual aliando-se aos pessedistas - opositores ao governo – e contando com os votos do rubinistas, com as negociações dessa ala por cargos com a Coligação Democrática e o governo estadual, o grupo recuou da sua oposição ao governo.

Após reunião com a *Coligação Democrática*, *A Gazeta* veicula que o acordo foi o que de José Buaz e Issac Rubim pediriam licença de seus mandatos, de modo a não prejudicarem os interesses do governo na votação. José Rodrigues renunciaria ao posto de presidente da “casa de leis” e, assim, não só a aliança com o governo, mas a unidade partidária seria também resguardada.<sup>269</sup>

Demonstrando que havia negociações em andamento, Isaac Rubim renunciou ao cargo de 1º secretário<sup>270</sup> e pediu licença de 65 dias do mandato de deputado<sup>271</sup>. No mesmo sentido, José Antonio Rodrigues pediu renúncia ao cargo de presidente da mesa diretora da Assembleia Estadual<sup>272</sup>, levando seu companheiro de partido, Argilano Dario, a empreender uma manobra visando a invalidar suas intenções de acordo com o governo, ora defendendo que se procedesse a nova votação da mesa diretora da casa, ora contribuindo para que o requerimento recebesse o número 100 no protocolo de requerimentos<sup>273</sup>. Buaz, por fim, apresentou requerimento de licença, mas renunciou dias depois, sintomaticamente, após ver um dos reclames de

---

<sup>269</sup> NA maratona noturna do lero-lero a Coligação decidiu o que estava decidido estava. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 03 abr. 1956.

<sup>270</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, p. 01, 04 abr. 1956.

<sup>271</sup> Id., **A Gazeta**, 03 abr. 1956.

<sup>272</sup> Id., **A Gazeta**, 15 abr. 1956.

<sup>273</sup> Id., **A Gazeta**, 12 abr. 1956.

seu grupo ser atendido - a indicação de Oswald Guimarães para a Secretaria de Fazenda, fato que contou com seus elogios<sup>274</sup>.

O que demonstra que a ideia da ala rubinista de manter-se próxima do governo, *pero no mucho*, de modo a não se confundir com a administração de Lacerda de Aguiar, era uma estratégia, revela-se no discurso de Buaiz. Ao elogiar a posse de Oswald Guimarães como secretário de fazenda, o empresário não atribui essa nomeação a um acerto direto do governo, mas observa que, quando criticou o governo, teve as “baterias enferrujadas” da situação contra ele, agora, o governo, reconhecendo suas falhas, procedia a uma reforma no secretariado, fazendo com que se confirmasse que a verdade estava com ele, Buaiz. A “verdade” é que seu discurso ameno com o governo se devia à origem do secretário Guimarães, “homem afeito às lides comerciais e industriais, continuidade expressiva de uma família cujo braço têm sido o trabalho e o progresso”<sup>275</sup>. Segundo Buaiz, o problema na Secretaria de Fazenda estaria nos “entraves de ordem político-partidária”, em parte, culpada por uma “abstinência econômica”, resolvidas, segundo ele, deixando “à parte utopistas e teóricos para equilibrar-se com um homem prático”<sup>276</sup>.

Percebe-se, dessa maneira, que Buaiz defendia um elemento da classe empresarial no comando da Fazenda capixaba, de modo que se atendesse aos interesses mercantis e industriais, ou seja, seus próprios interesses. Se o elogio reside no fato de Guimarães não ser uma liderança tipicamente partidária, sua indicação poderia fortalecer Buaiz em suas disputas internas no PTB.

Para isso, já indicamos o quanto o poder de barganha de Buaiz assentava-se em seu poder econômico. Ter um secretário fora dos ditames partidários poderia não beneficiar os elementos de seu partido e dos partidos adversários, mas atendia aos anseios das classes mercantis e industriais, beneficiados com a substituição de “utopistas e teóricos” por “homens práticos”. Poderia ser um importante recurso na

---

<sup>274</sup> Id., **A Gazeta**, 24 abr. 1956.

<sup>275</sup> “OS interesses supremos de nosso Estado, não poderiam como não podem continuar à mercê de imposições partidárias”. **A Gazeta**, p. 06, 25 abr. 1956. p.06.

<sup>276</sup> Ibid., p.06.

disputa entre a ala rubinista e rangelista, ou até na recriação da terceira ala, a buaizista, já derrotada em outra oportunidade.

Outra questão que nos leva a acreditar que a estratégia da ala rubinista era criticar, mas não romper com o governo, demonstrando a importância dos cargos para o PTB e para uma possível candidatura de Floriano Rubim ao governo do Estado, é apresentada pelo jornal *A Gazeta*. Ao longo de 1956, o jornal começa a atacar Floriano Rubim e sua ala.

Em junho de 1956, o jornal veicula uma nota chamada de *Correio Trabalhista*, editada pelo PSD, criticando o desleixo do governador para com o vice petebista, sentenciando que, se o PTB não rompeu até então com o governo, é “porque lhe falta peito para enfrentar a perda de importantes empregos e diversas sinecuras”<sup>277</sup>. Ainda no mesmo dia, o jornal aventa a possibilidade da candidatura de Rubim já ter sido lançada, colocando “fogo na roupa de Aguiar”<sup>278</sup>.

Já em julho, o jornal oficial do PSD fala sobre uma disputa nos morros, que o PTB exploraria como núcleos eleitorais. Isso porque, segundo o jornal, “a gente do morro – a coitada gente do morro – é boa a esquece logo aquilo que dela tiram por intuits políticos”<sup>279</sup>. Assim, o jornal do senador do PSD, Carlos Lindenberg, demonstra que havia mesmo uma corrida por apoio político na candidatura petebista, merecedora de combate por um jornal de oposição.

Marta Zorzal e Silva (1986) traz a dimensão do conflito que existia no governo Lacerda de Aguiar. Se tal governo pode ser visto como o acesso das classes mercantis-exportadoras ao Aparelho de Estado, esse acesso não acontecia sem conflitos. As classes agrofundiárias ainda possuíam forças e presença no Aparelho, mas também surgia uma incipiente força, ligada à pequena produção rural e às classes populares urbanas.

---

<sup>277</sup> O PTB quer romper mas não tem peito. **A Gazeta**, p. 01, 24 jun. 1956. p. 01.

<sup>278</sup> RUBIM é fogo na roupa... de Lacerda. **A Gazeta**, p. 01, 24 jun. 1956. p. 01.

<sup>279</sup> A BATALHA (demagógica) dos morros e os desacertos do Govêrno. **A Gazeta**, p. 01, 13 jul. 1956. p. 01.

Não há como negar esse conflito no caso capixaba. Entretanto, acerca dos conflitos internos do PTB capixaba, uma análise que contemple somente essa dimensão classista dos conflitos correria o risco de ficar incompleta, para não dizer imprecisa. Os conflitos entre esses diversos interesses causaram uma inércia no governo Lacerda de Aguiar, uma vez que, no seio da Coligação Democrática, nenhum deles possuía a hegemonia no Aparelho de Estado, mas os conflitos do PTB capixaba não se tratam somente dessas divisões.

A ala rubinista contava com o líder Floriano Rubim, e com a influência dos deputados estaduais Isaac Rubim e José Alexandre Buaiz. Buaiz era ligado as classes mercantis-exportadoras da capital, já Floriano Rubim e Isaac Rubim assentavam suas bases na pequena produção rural e classes populares tanto da região central, principalmente Guarapari-ES, quanto do norte.

Já a ala rangelista, possuía Rubens Rangel e os deputados de sua cidade, Mimoso do Sul-ES, Ewaldo Ribeiro de Castro, Ely Junqueira, e o deputado de Vitória-ES, Argilano Dario. Se os três primeiros podem ser identificados com os interesses agrofundiários do sul, Dario possuía suas bases eleitorais entre as classes populares da capital e cidades do entorno, portanto, da região central. As disputas de interesses classistas podem explicar parcialmente o comportamento do PTB em relação ao governo do Estado, porém, não explica por si só as cisões dentro do partido.

Se ala rubinista não tinha força para romper com o governo, era porque havia uma ala, a rangelista, que estava relativamente forte no partido. Se antes, o prestígio da gaita e da amizade de Vargas eram suficientes para a liderança, respectivamente, de José Buaiz e Edison Pitombo Cavalcanti no partido, após a morte de Vargas e depois de usufruir dos cargos nas autarquias previdenciárias, a falta de um projeto claro que unificasse o PTB entre os seus diversos interesses, fez o partido criar uma dependência em relação aos cargos.

No cenário capixaba, a disputa entre os diversos interesses provocava letargia no governo de Lacerda de Aguiar, de modo a impossibilitar a hegemonia de uma força

que fizesse frente a um PSD forte no interior, e também criava uma disputa feroz por cargos no PTB capixaba, de modo a utilizar uma rede de lealdades e clientelas para fazer frente aos pessedistas.

Retomando as teses de Panebianco (2005), no conflito entre ter que sobreviver e cumprir os objetivos, o PTB capixaba enxergava a dificuldade em cumprir seus objetivos oficiais em um ambiente agrário, em que oligarcas dominavam as relações com as diversas classes sob o prisma do clientelismo. Sobreviver no ambiente político capixaba implicava lançar mão dessas estratégias, em que dominar os cargos do Aparelho de Estado era de suma importância. Um ambiente em que as disputas entre os diversos interesses impediam a hegemonia de uma força rival ao PSD levava o PTB capixaba a se enveredar para uma adaptação.

Optando mais por se adaptar do que por dominar o ambiente, o partido dava grande ênfase aos incentivos seletivos. Essa disputa explica a dimensão da disputa entre a ala rubinista e rangelista. Explica também porque a ala rubinista perdia força e, mesmo se quisesse, porque não conseguiria uma hegemonia caso rompesse com o governo. Havia um impasse: a ala rubinista perdia os cargos estaduais e, com eles, parte de sua força no partido, mas não podia romper com o governo Lacerda de Aguiar, justamente por depender dos cargos para fazer frente aos rangelistas.

O que se defende é que, durante do governo de Lacerda de Aguiar, o PTB se dividiu em duas tendências. A ala rubinista, diante da expressiva votação de Floriano Rubim em 1954, ambicionou a construção de uma candidatura à governadoria do Estado em 1958 e, por isso, via nos cargos da administração estadual não só um meio mais eficaz para a “pavimentação” desse caminho, mas também um motivo para o fortalecimento da ala.

Entretanto, Coligação Democrática e Lacerda de Aguiar estavam dispostos a dificultar esse caminho e, para isso, aliaram-se a outra ala do PTB, a rangelista. A dificuldade em fazer frente ao poder do PSD no interior do Espírito Santo inviabilizava uma separação total entre governo, Coligação Democrática e o PTB. Ao mesmo tempo, o PSD não estava disposto a embarcar em uma possível candidatura

de Floriano Rubim. Os pessedistas criticavam que os planos traçados pelo PTB para políticas que atendessem os municípios capixabas, como eletrificação, crédito e assistência técnica rural e construção de estradas, já eram realidade de governos pessedistas<sup>280</sup>.

Havia um risco de que o prestígio dos trabalhistas entre as classes populares urbanas chegasse ao interior capixaba. Por isso, os trabalhistas deveriam mesmo se interessar pelos “cantoneiros estão sem receber há dez meses, que os operários não encontram trabalho por inteira paralização das obras estaduais e o funcionalismo vê seu dinheiro arrendado e não recolhido à sua Caixa Beneficente”<sup>281</sup>. Sobre os interesses do operariado urbano, os pessedistas ensinavam que “a doutrina trabalhista apregoada por esses líderes não passa, mesmo, de uma demagogia vestindo black tie”.<sup>282</sup> Bestializam os operários urbanos, iludidos pelos “espertos”, que só queriam seus votos.

O que se pode aferir é que se o jornal pessedista tentava desconstruir o prestígio do PTB junto aos operários, significava que, em alguma medida, o partido possuía votos dessa segmento social. Um jornal opositor só se reservaria ao papel de desconstruir a imagem de um partido trabalhista para os operários, caso este tivesse relativo peso nesse meio. Não se desconstrói o que não foi construído, obviamente. Diante disso, a ala rubinista deveria angariar recursos próprios para derrotar os rangelistas dentro do PTB, sem apoio da máquina estadual e com a oposição de seus rivais, PSD e PSP.

Não havia como retroceder para a ala rubinista. A ala rangelista era governo. Assim, em reunião para reestruturar o Diretório do PTB de Vila do Itapemirim-ES, contando com a presença de Rubens Rangel e o deputado estadual Ely Junqueira, uma voz se levantou e disse que, sem Floriano Rubim e Nelo Borelli, não haveria fundação, deixando furioso o rangelista Junqueira. Dois dias depois se procedeu a votação de

---

<sup>280</sup> DESCOBRIRAM a pólvora no E. Santo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 24 jan. 1957. p. 01.

<sup>281</sup> Ibid., p. 01.

<sup>282</sup> PTB de “Black Tie”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 01 fev. 1957. p. 01.

criação do Diretório, com a presença de autoridades policiais estaduais<sup>283</sup>. Sobravam somente os cargos federais, a Prefeitura Municipal de Vitória-ES e as disputas eleitorais para manter o comando do partido nas mãos de Floriano Rubim e seu grupo.

#### 4.4. A DISPUTA INTERNA NO PTB PELA PREFEITURA DE VITÓRIA-ES

Na disputa interna do PTB capixaba, a luta entre as alas pela Prefeitura de Vitória-ES foi um capítulo à parte. No início do governo de Lacerda de Aguiar, coube ao PTB a indicação do prefeito de Vitória-ES<sup>284</sup>. Na ocasião, fora escolhido o Serynes Pereira Franco, entretanto, sua escolha não agradou aos rangelistas.

Já dissemos o quanto Vitória-ES era uma cidade estratégica para um partido que se propusesse a ser o canal eleitoral das reivindicações populares urbanas. Sendo assim, diante do relativo peso eleitoral que o PTB possuía na capital, não tardou para que setores do partido não contemplados com a indicação de Pereira Franco começassem a defender a autonomia política da capital já no início do Governo Lacerda de Aguiar, em abril de 1955.

Assim, em sessão legislativa, o deputado estadual do PTB, Argilano Dario, solicita que se pautem na ordem do dia o projeto de lei, aprovado em 1ª sessão legislativa, sobre a autonomia de Vitória-ES. Sintomaticamente, na mesma ocasião, Isaac Rubim, antes de romper com o governo, conforme dissemos em tópico anterior, revela querer ficar ao lado do governo, ajudando ao homem do campo, onde passou sua mocidade<sup>285</sup>. Com a capital autônoma, caso o PTB continuasse como força eleitoral de destaque, o poder do partido aumentaria consideravelmente e poderia

---

<sup>283</sup> PTB em ritmo de roc'n roll. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 06 fev. 1957.

<sup>284</sup> Até 1958, o prefeito de Vitória era nomeado pelo governador do Estado, visto que a capital ainda não possuía sua autonomia. Geralmente, o cargo era dado a um partido de sua base de sustentação.

<sup>285</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 abr. 1955.

entrar em um período de crescimento. Entretanto, a realidade era a de que o PTB, conforme demonstrado no posicionamento de Isaac Rubim, apesar de forte na capital, dependia dos votos do interior e, por isso, de um melhor entendimento com setores do partido e do governo advindo das zonas rurais.

Porém, a luta de setores do PTB pela emancipação de Vitória-ES causava outro desconforto no PTB capixaba. Mario Gurgel, vereador petebista de Vitória-ES, fora o mais votado e, ao que tudo indica, pleiteava melhores posições em sua base eleitoral. Em sessão na Câmara Municipal de Vitória-ES, ao cogitarem a autonomia da cidade, Mario Gurgel denunciou atitudes de aliados do prefeito Pereira Franco visando as eleições municipais vindouras. Segundo Gurgel, Franco tinha um “compromisso de honra”<sup>286</sup> com o PTB, que era de não se colocar como postulante ao cargo na eleição. Seu posicionamento criava uma dissidência com o também petebista e vereador Nicanor Alves dos Santos, defensor de uma candidatura de Franco.

Dessa forma, começou a surgir no PTB duas forças lutando pela Prefeitura Municipal de Vitória-ES: uma liderada pelo deputado estadual Argilano Dario e pelo vereador Mario Gurgel, e outra ligada ao prefeito Serynes Pereira Franco, apoiado na Câmara Municipal de Vitória-ES por Nicanor Alves dos Santos.

Havia uma crítica contumaz de Mario Gurgel assentada em acusações de que Franco estava usando o cargo para se promover a uma futura eleição municipal. Após toda crítica, surgia Nicanor Alves defendendo a posição do prefeito. As críticas chegavam a um tom duro para dois correligionários. Se em uma ocasião, em maio de 1955, Mario Gurgel acusava o prefeito de favorecer os vereadores que o apoiavam, ao solicitar melhoramentos para a sua base eleitoral, a Ilha do Príncipe, Nicanor dos Santos anunciava obras no referido bairro, o que seria uma forma de o prefeito “desfazer as artimanhas dos inimigos”.<sup>287</sup> Essa declaração demonstra o tamanho da disputa, que se tornou pública e deveras endurecida, dentro do PTB

---

<sup>286</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01. 23 abr. 1995. p. 01.

<sup>287</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 15 mai. 1955. p.01.

pela capital.

Argilano Dario, aliado de Gurgel na disputa pela prefeitura, passou a denunciar uma manobra do prefeito e seu grupo de petebistas. Segundo ele, havia um movimento promovido por funcionários municipais nos bairros contra a autonomia de Vitória-ES, de tal modo que Franco permanecesse à frente da capital.<sup>288</sup> Mesmo que o indivíduo indicado pelo governo para o cargo acima citado fosse do PTB, não havia no partido uma pressão para que ele cumprisse os objetivos oficiais da organização na capital, a luta era pela sua posição, portanto, não era uma luta para enquadrá-lo na linha trabalhista.

Segundo o deputado udenista, Eurico Rezende, a linha programática do PTB era dar autonomia a todas as capitais. Porém, Pereira Franco ganhava mais uma adesão à sua administração, o deputado estadual Isaac Lopes Rubim, que se defendeu afirmando que, diante do trabalho de Pereira Franco, pelo bem de Vitória-ES, seria pragmático, fazendo-o continuar na administração municipal votando, para isso, contra a emancipação.<sup>289</sup>

Ao que tudo indica, a ala rubinista do PTB capixaba passava a se posicionar contra a saída de Pereira Franco, já que os postulantes ao cargo de prefeito da capital eram os rangelistas Argilano Dario e Mario Gurgel. Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Vitória-ES era mais um elemento na acirrada briga entre as duas alas do PTB capixaba na época. Os adversários, percebendo a força que a ala rubinista ganhara nas eleições de 1954 e no seio do PTB, passavam a recorrer aos objetivos oficiais do partido sempre que quisessem criticar o comando do petebismo no Espírito Santo.

O jornal *A Gazeta*, em junho de 1955, reportava que, em um primeiro momento, o governador Lacerda de Aguiar e os deputados de sua base se colocaram a favor da emancipação. Porém, logo depois, mudaram de posição, fazendo com que o PTB não notasse o golpe e “caísse nele como patinho”. Na visão do jornal oposicionista

---

<sup>288</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p- 01, 28 mai. 1955.

<sup>289</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p- 01, 07 jun. 1955.

ao governo do Estado, *A Gazeta*, sendo contrário à autonomia, por acreditar que o partido seria prejudicado, o PTB não percebia que possuía maioria na Câmara e, com uma inteligente coligação, teria o prefeito eleito pelo povo.<sup>290</sup>

À parte os interesses do jornal e do governo - esse visando a utilizar o cargo de prefeito de Vitória-ES na reforma do secretariado como barganha -, a publicação não considerou que não se tratava somente de lutar pela autonomia e eleger um petebista na prefeitura da capital. O PTB estava rachado em duas tendências e, para os rubinistas, que comandavam o partido, não seria interessante lutar pela autonomia da capital, tendo dois rangelistas como candidatos prováveis ao cargo em uma eleição vindoura.

Mario Gurgel era o vereador mais votado da capital e Argilano Dario um deputado estadual com bases eleitorais na capital, ambos se alinhavam com os rangelistas em 1955. Se a ala rubinista queria manter o domínio do partido e fazer frente ao governador Lacerda de Aguiar e ao PSD, ter um rangelista na Prefeitura de Vitória-ES, eleito pelo voto, seria uma importante perda de posição nos jogos internos de poder.

Sendo assim, em junho de 1955, a Assembleia Legislativa Estadual, por 16 votos contra 12, negou a autonomia a Vitória-ES. Na eleição, apenas o petebista Argilano Dario votou a favor da emancipação, tendo os demais deputados petebistas votado contra. Embora adversários, a medida beneficiou o governo e a ala rubinista,<sup>291</sup> causando a indignação do vereador Mario Gurgel<sup>292</sup>.

Na medida em que a emancipação de Vitória-ES foi derrotada, a disputa entre Gurgel e os aliados do prefeito Serynes Pereira Franco foi se esfriando. Porém, a disputa permaneceu generalizada no partido. José Alexandre Buaiz era um comerciante da Praça de Vitória-ES, sendo assim, tinha como área de influência a capital e cidades vizinhas. Sendo um dos porta-vozes da ala rubinista, passou a

---

<sup>290</sup> MANOBRA contra o PTB. *A Gazeta*, Vitória, p- 01\_07 jun. 1955.

<sup>291</sup> NEGADA a autonomia de Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p- 01, -09 jun. 1955.

<sup>292</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p- 01, 09 jun. 1955.

disputar a indicação para a prefeitura com os rangelistas Dario e Gurgel. Em entrevista ao jornal *A Gazeta*, Buaiz demonstrou que se defendia a permanência de Pereira Franco por uma estratégia da ala rubinista, sendo um novo desgaste para o prefeito, indicava que tentaria emplacar seu irmão, o médico Luiz Buaiz, para a prefeitura, rivalizando com os rangelistas. Comprovando esse comportamento, Buaiz cita que a administração municipal tem algumas falhas, mas que Franco sofria uma perseguição política, já que o erro é algo humano.

Entretanto, diante das perseguições em seu próprio partido e da não autonomia da capital, Franco enviou um pedido de exoneração ao PTB em novembro de 1955. Demonstrando mais uma vez seu perfil conciliador, Buaiz adiantou que o partido não concordaria com sua retirada, posto que defendia “(...) diante do que ora se diz, dessa campanha ingrata movida por interesses ou apetites políticos, a que se aja com calma e ponderação, porque da confusão não sai cousa alguma que preste”<sup>293</sup>.

Diante do pedido de exoneração de Franco, os rubinistas José Buaiz, Isaac Lopes Rubim e José Rodrigues de Oliveira lançavam na Assembleia Legislativa uma nota de solidariedade ao então prefeito petebista, acusando os rangelistas que, usando da liberdade de imprensa, atingiam a moral de Franco<sup>294</sup>. Os rangelistas Argilano Dario, Ely Junqueira e Ewaldo de Castro não assinaram a moção de apoio e a disputa se acirrava ainda mais.

Ainda em novembro de 1955, o rangelista Argilano Dario sobe à tribuna do legislativo capixaba para negar que estava por trás da campanha contra o prefeito de Vitória-ES. Em aparte, o rubinista José Buaiz o acusa de, “como bom trabalhista”, nunca ter feito a defesa do prefeito. Violentos apartes se sucederam até que uma fala de Buaiz dá a dimensão da crise do PTB capixaba. Direcionando-se a Dario, Buaiz esbravejava que “Vossa excelência é um líder fracassado”. Dario, em troca, dizia a Buaiz que “V. Excia. [sic] é um deputado que só trabalha em causa própria”,

---

<sup>293</sup> A Gazeta ouve o deputado José Buaiz sobre a política local. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 01 nov. 1955. p. 01.

<sup>294</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 04 nov. 1955.

sendo revidado com um chamado de “embrulhão”. Segundo *A Gazeta*, Dario teria entendido como “ladrão”, acarretando em grande tumulto, tendo a sessão sido suspensa pelo presidente da casa, Ely Junqueira<sup>295</sup>.

Se as severas acusações revelam a importância da cidade de Vitória-ES para o PTB, demonstram, também, a dimensão do fracionamento da organização. Se Buaiz era um empresário que defendia as causas das classes mercantis-exportadoras e disputava os votos urbanos de Vitória-ES, Dario era um político ligado aos sindicatos, apesar de também ser comerciante, e disputava os votos das classes populares na mesma região. Para além da acusação recíproca de personalismos, a disputa revela que ambos tinham interesses diferentes, algo típico do PTB, partido formado sob miscelânea de interesses.

Diante disso, a Comissão Executiva Estadual do PTB se reuniu em 05 de novembro de 1955 e aprovou uma moção de apoio ao prefeito Serynes Pereira Franco. Curiosamente, a nota foi assinada não só pelos rubinistas, mas também por Rubens Rangel, Argilano Dario e Mario Gurgel. Nela, espantava-se as desconfianças de que elementos do partido tramavam contra o prefeito petebista e acusavam-se atos da imprensa que faziam acusações contra Franco e outros elementos da sigla que ocupavam postos na administração estadual<sup>296</sup>. A união das duas alas petebistas não acontecia à toa. Havia um risco para o partido se continuassem a campanha difamatório do prefeito.

Em dezembro de 1955, o governador Lacerda de Aguar demitiu o prefeito do PTB Pereira Franco. Na leitura do deputado estadual Isaac Rubim, “a exoneração do prefeito, como foi feita, pode ser recebida como um ato de hostilidade al [sic] PTB”. A retirada de Franco da prefeitura, mais do que uma agressão ao partido, era uma retaliação a Floriano Rubim, uma vez que todos os exonerados do governo eram amigos dele. Havia um risco em manter a prefeitura de Vitória-ES nas mãos dos petebistas, fossem eles da ala rangelista, ou da ala rubinista. Como alertara Isaac

---

<sup>295</sup> Id., 05 nov. 1955.

<sup>296</sup> PARTIDO Trabalhista Brasileiro. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 08 nov. 1955.

Rubim ainda em entrevista ao jornal *A Gazeta*, o PTB não toleraria essas investidas contra a sigla, alertando que, mais uma vez, o PTB saía vitorioso no pleito presidencial, sendo assim, alertou que o “o meu partido que iria servir de ponto de ligação entre o governo Federal e o Estadual”<sup>297</sup>.

Percebe-se que o PTB capixaba, após a morte de Vargas em 1954 e a saída de petebistas dos comandos das autarquias federais da Previdência Social, voltaria a ter parte da máquina federal no Espírito Santo em suas mãos com a eleição de João Goulart na chapa de Juscelino Kubitscheck. Ter uma secretaria importante no Governo Estadual, além da Prefeitura Municipal de Vitória-ES e as autarquias federais dificultariam as pretensões de Lacerda de Aguiar de governar ao seu modo e fazer um sucessor entre os seus. Porém, se o peso da mão do governador alijou Franco da prefeitura, as mãos de Floriano Rubim o colocaram como novo diretor geral do SAPS.

No lugar de Franco na Prefeitura de Vitória-ES, o governador Lacerda de Aguiar indicou interinamente Adelpho Poli Monjardim, jornalista e escritor, também Diretor da Fazenda Municipal na época. Adelpho Monjardim era de família abastada e tradicional de Vitória-ES, conforme já mencionamos anteriormente. Tratava-se de uma liderança do PTB que não gozava de maiores simpatias entre os diversos petebistas mais destacados. Não era à toa que gozava de prestígio com o jornal oficial do PSD.

A estratégia do PTB dessa vez era indicar Argilano Dario para o cargo, de modo que a capital ficasse nas mãos do partido, mas, por meio de um político ligado ao governador, uma vez que Dario era líder da base na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Na visão de Dario, sua indicação “poderia satisfazer os reais interesses do Governador, em primeiro plano, bem como agradar a grande massa operária que com muita satisfação representa no Legislativo Estadual”<sup>298</sup>.

---

<sup>297</sup> “A EXONERAÇÃO do Prefeito foi um ato de hostilidade ao PTB”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 dez. 1955. p. 01.

<sup>298</sup> DECLARAÇÕES do deputado Argilano Dario à Agência Meridional. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 04

Após meses disputando a Prefeitura de Vitória com seus correligionários, havia uma preocupação com a interpretação das bases eleitorais da agremiação para a disputa da Prefeitura da capital. É tarefa de um partido “equilibrar a exigência de satisfazer interesses individuais por meio dos incentivos seletivos e a exigência de alimentar as lealdades organizativas que dependem dos incentivos coletivos” (PANEBIANCO, 2005, p. 20-21), de modo que não se sufoque a ideologia organizativa, que tem a função de “ocultar a distribuição dos incentivos seletivos não só aos olhos daqueles que, dentro da organização, não se beneficiam deles” (PANEBIANCO, 2005, p. 20-21) mas, também na percepção dos próprios beneficiados.

Pensando nisso, na mesma oportunidade em que fala de sua indicação pelo PTB, Argilano Dario aborda suas origens como trabalhador braçal, motorista de praça por 15 anos, estudante, contador, professor de contabilidade e estatística por 10 anos, e, tendo percorrido de degrau em degrau todos os cargos de Administração do Porto, não se assustaria com o posto de prefeito.

Assim, se o grupo de rangelistas lutou por um incentivo seletivo, o cargo de prefeito, mesmo diante de uma administração que, reconhecidamente - até pela oposição -, seguia os preceitos trabalhistas e se voltava às classes populares, cabia agora ao partido como um todo defender a indicação de Argilano Dario como algo que beneficiaria os objetivos oficiais do partido, dando ao fisiologismo uma feição de incentivo coletivo, capaz de promover identificação com os apoiadores da sigla.

Por isso, as alas rubinistas e rangelistas se voltaram ao também petebista Adelpho Poli Monjardim. O porta-voz das críticas, Argilano Dario, acusava a administração - Monjardim de estar focalizando somente os bairros “chiques” e o centro da capital<sup>299</sup>. Isso demonstra que as disputas pelos cargos estavam acima dos objetivos oficiais do partido que guiavam a maneira das duas alas dominantes do partido agirem. Tanto é que havia críticas por parte da ala rangelista tanto em uma administração reconhecidamente sob os ditames trabalhistas, como agora na administração de

---

jan. 1956. p. 01.

<sup>299</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 abr. 1956.

Monjardim, mais voltada às demandas de uma elite. Nos dois casos, estavam em jogo os cargos, não necessariamente um programa.

Entretanto, pertencendo a uma família tradicional de Vitória-ES, Adelpho Poli Monjardim contava com a defesa de comerciantes e industriais da capital, dispostos, inclusive, a financiar obras municipais. Nas palavras de *A Gazeta*, defensora de Monjardim, Floriano Rubim estava sendo o governador *ad hoc* do Estado, porque se opunha a Monjardim e desejava definir quem ocuparia os cargos. Dessa forma, percebe-se a disputa pela Prefeitura Municipal de Vitória-ES, nessa fase de perda do cargo para um elemento que não era eminentemente partidário, uniu as duas tendências conflitantes do PTB, os rubinistas e os rangelistas.

O caso da Prefeitura de Vitória-ES demonstra que as lealdades de classes, por si só, não explicam o comportamento das elites. Contrariando esse postulado defendido por algumas leituras, José Buaiz, porta-voz dos comerciantes e industriais da praça de Vitória-ES, se alia a Argilano Dario para discursar que caberia ao partido procurar sua atuação independente do governo, caso não recebesse o a prefeitura. A indicação de Dario pela Comissão Executiva Estadual e Diretório Municipal do PTB de Vitória-ES, segundo Buaiz, se deu por ser profundo conhecedor dos bairros.<sup>300</sup>

A disputa foi se acirrando e o jornal *A Gazeta* passou a defender diariamente a permanência de Adelpho Monjardim na Prefeitura Municipal de Vitória-ES. Porém, um protesto de estudantes que terminou em depredação balançou a administração do então prefeito.

Diante do episódio, Monjardim passou a atacar membros da base do governo, que estariam insuflando a revolta dos estudantes contra o aumento de preço das passagens de ônibus com intuito de desestabilizar seu governo. O aumento, segundo ele, foi dado em situação de emergência pela Prefeitura, uma vez que a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP) não tomou a iniciativa. O jornal oficial do PSD, diante disso, veiculou um ato público de apoio ao prefeito Monjardim,

---

<sup>300</sup> ONTEM, na Assembleia. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 mai. 1956.

acusando Argilano Dario de ter insuflado os estudantes em greves que queimaram ônibus, como querendo demonstrar sua direção e influência na capital<sup>301</sup>.

O ato terminou com uma passeata até o Palácio Anchieta, onde foi recebido com um pronunciamento de Lacerda de Aguiar em favor da permanência de Adelpho Monjardim à frente da administração da capital. Outro apoio é revelador dos interesses aos quais Monjardim estava vinculado. Américo Buaiz, presidente da Federação do Comércio do Espírito Santo, enviou telegrama a Aguiar pedindo, em nome do comércio, a permanência de Monjardim.<sup>302</sup>

Dessa maneira, percebe-se que a presença de um elemento do PTB, porém não afinado com a agremiação, em uma posição como a Prefeitura Municipal de Vitória-ES, era interessante ao governo Lacerda de Aguiar, aos partidos a ele coligados, aos opositores de *A Gazeta* e do PSD e aos interesses dos comerciantes e industriais.

Isso demonstra um dos pressupostos de Panebianco (2005) já citados anteriormente, de que uma organização partidária deve distribuir incentivos seletivos e coletivos, buscando o equilíbrio entre eles. Caso a Prefeitura de Vitória-ES estivesse nas mãos do PTB, ações visando aos objetivos oficiais também deveriam ser cumpridas, posto que, ao partido, interessavam os objetivos seletivos – cargos distribuídos a poucos na organização -, mas também os objetivos coletivos, de modo a suscitar lealdades e consolidar seu poder na cidade de Vitória-ES. Dessa forma, os incentivos seletivos sendo operados sob o prisma dos incentivos coletivos pelo PTB não interessavam aos seus opositores.

Sabendo disso, o jornal *A Gazeta* publica que recebeu uma comissão representando 160 motoristas e 160 condutores de ônibus de Vitória-ES que se mostraram contrários a uma possível insinuação do deputado Argilano Dario de que estariam a mando de seus patrões, acusando-o de promotor dos protestos que resultaram na

---

<sup>301</sup> SE você realmente ama a sua terra compareça hoje à Prefeitura às 10 horas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 19 mai. 1956.

<sup>302</sup> MANTIDO Adelpho Monjardim na Prefeitura de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 19 mai. 1956.

ameaça a seus empregos. Por fim, ameaçavam que a categoria não mais iria apoiar o deputado, como em outras eleições<sup>303</sup>.

Já no final de 1956, José Buaiz reclamou novamente a autonomia de Vitória-ES. Para a ocasião, todos os deputados petebistas assinaram a proposta de emenda à constituição junto com outros dez deputados governistas. Interessava, a essa altura, às duas alas do PTB capixaba, a proposta de emancipação, visto ser um desejo do governo Lacerda de Aguiar, nesse momento, que promoveria uma reforma no secretariado, dialogando com ambas as alas do PTB capixaba<sup>304</sup>.

Em dezembro de 1956, por 17 votos contra 4, foi aprovada, em primeiro turno, uma emenda à Constituição Estadual dando autonomia à Vitória-ES. Em 1958, segundo a emenda, ocorreria o primeiro pleito, junto com as eleições para os outros cargos já previstos. Não se processaria eleições para vice-prefeito. A proposta, entretanto, seria votada em segundo turno. Na ocasião, todos os petebistas votaram a favor. Porém, ao PTB não interessava somente esperar pelas eleições para a Prefeitura Municipal da capital, operar a máquina municipal era um imperativo para se fortalecer antes do pleito.

Com ela, os petebistas poderiam repetir a “dobradinha” que fizeram entre as autarquias federais e os recursos da municipalidade, quando o petebista José Ribeiro Martins esteve à frente da municipalidade, concedendo facilidades e terrenos àquelas instituições.

Porém, quanto mais a autonomia de Vitória-ES se aproximava, mais as lideranças do PTB se movimentavam. De uma oposição unívoca contra Monjardim, o PTB capixaba passou a se dividir novamente em duas alas. Os rubinistas, com destaque para Isaac Lopes Rubim e José Buaiz, passaram a prestar solidariedade ao prefeito Monjardim. Havia um risco em entregar essa mesma máquina a um elemento da ala

---

<sup>303</sup> OS motoristas de Vitória respondem às explorações dos demagogos. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 mai. 1956.

<sup>304</sup> QUEREM a autonomia para Vitória os 18 deputados governistas. **A Gazeta**, Vitória, p01, 17 nov. 1956.

rival no PTB, agora que se processariam eleições na capital.

A saída de Adelpho Monjardim revelou a astúcia do governador Lacerda de Aguiar. Se havia uma reivindicação do PTB pela Prefeitura Municipal de Vitória-ES em troca de apoio de sua bancada nas votações legislativas, o cargo seria entregue a um elemento do partido. Entretanto, somente se tal elementos pertencesse a ala rangelista, de modo que enfraquecesse a ala rubinista.

Assim, após a exoneração de Adelpho Monjardim, em junho de 1957, o PTB mais uma vez demonstrou a divisão entre a ala liderada pelo deputado federal Floriano Rubim, então defensora da permanência de Adelpho Monjardim, e a ala liderada pelo Secretário de Viação e Obras Públicas, Rubens Rangel, ansiosa pela indicação ao cargo.

As decisões tomadas no interior de cada organização “são, geralmente, produto de negociações internas à organização, de influências recíprocas entre os agentes organizativos”. Sendo assim, “cada decisão deve ser considerada como o resultado - negociado explícito ou implicitamente - de uma pluralidade de forças no interior da coalizão” (PANEBIANCO, 2005, p. 28). Por isso, a coalizão que domina o partido deve “levar em consideração as exigências organizativas próprias da organização no seu funcionamento cotidiano e deve ‘antecipar’ as reações dos seus adversários” (PANEBIANCO, 2005, p. 28).

O PTB capixaba tinha como exigência organizativa o preenchimento de cargos nas autarquias federais e administração estadual, porém, ao que parece, não antecipou as reações dos seus adversários. Diante da ameaça de que a Prefeitura Municipal de Vitória-ES fosse parar nas mãos da ala rangelista, o comando rubinista do PTB capixaba ordenou que todo e qualquer petebista, após o rompimento do governo Lacerda de Aguiar com a Coligação Democrática, estava “moralmente e partidariamente proibido” de exercer qualquer cargo de confiança no governo, sob o risco de expulsão<sup>305</sup>. Entretanto, o PTB, oficialmente, adotou uma postura nem de

---

<sup>305</sup> PETEBISTA que aceitar cargo público será excluído sumariamente do PTB. **A Gazeta**, p. 01, Vitória, 15 fev. 1957.

oposição sistemática e nem de apoio incondicional ao governo.

A decisão da coalizão rubinista para a não ocupação de cargos na administração estadual não acatada pela ala rangelista revela uma maior liberdade de escolha entre interesses divergentes no partido. Sendo assim, o rangelista Mario Gurgel, no dia 16 de junho de 1957, tomou assento no gabinete da prefeitura de Vitória-ES, agradecendo, na posse, a indicação de seu nome por Argilano Dario. Chegava ao fim o caso da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, com uma vitória da ala rangelista contra ala rubinista no PTB capixaba. No dia 08 de novembro de 1957, era promulgada solenemente a autonomia de Vitória-ES. Os rangelistas ganhavam a força da máquina estadual.

#### 4.5 A CONSOLIDAÇÃO DA ALA RUBINISTA NA NOVA COMISSÃO EXECUTIVA E AS ELEIÇÕES DE 1958

Os preparativos para as eleições de 1958 começaram com duas derrotas para a ala rangelista. Em maio de 1957, um requerimento do deputado Argilano Dario perante o Tribunal Regional Eleitoral para registrar os Diretórios Paroquiais de Gurigica de Fora, Morro dos Alagoanos e bairro de Nossa Senhora da Penha, em Maruípe, foi rejeitado. Na decisão, o referido tribunal elucidava que o Código Eleitoral e as instruções do Tribunal Superior Eleitoral não contemplavam diretórios subdistritais e nem tampouco paroquiais<sup>306</sup>.

Se recordarmos que, em 1954, o PTB dividiu suas candidaturas em indicações de Diretórios Paroquiais e Distritais, Dario perdia, com isso, a formalização de parte de seu grupo para a Convenção que se aproximava e para as eleições internas do partido. No mesmo mês, em maio de 1957, uma convenção partidária promoveu as eleições para a Comissão Executiva Estadual do PTB. A derrota de Dario e dos

---

<sup>306</sup> O PTB não conseguiu registro de seus diretórios paroquiais. **A Gazeta**, Vitória, 23 mai. 1957.

rangelistas começava no TRE, porém se confirmava nesta importante reunião petebista.

A *Gazeta* noticiava que na Convenção Estadual se processara uma “fragorosa e estrondosa derrota para o prestígio pessoal do sr. Rubens Rangel e de seu grupo”<sup>307</sup>. A publicação se completava relatando que uma numerosa claqué saíra do sul do estado, principalmente da cidade em que Rubens Rangel havia sido prefeito - e continuava influente -, Mimoso do Sul-ES. Na “bagagem de decepção” que os sulistas levariam de volta, estava a eleição de Floriano Rubim para presidente da Executiva, o lançamento de sua candidatura ao Governo do Estado e a ausência de elementos rangelistas de peso, como Argilano Dario e Jofre Virgilio Lobo, na composição da Comissão Executiva do partido.

O que deixava a derrota mais explícita assentava-se no fato de que Dario era presidente do Diretório Municipal do PTB de Vitória-ES e, ainda assim, não fora contemplado na constituição do comando petebista, demonstrando o quanto os novos diretórios paroquiais eram importantes em sua estratégia. Ainda segundo o jornal oficial do PSD, a maior derrota para Rangel foi o lançamento da candidatura de Floriano Rubim por José Buaiz, “anti-rangelista de primeira ordem e mantido na liderança da bancada em desagrado do Secretário da Viação”.<sup>308</sup>

QUADRO 6 - Comissão Executiva Estadual do PTB e a divisão por alas -1957-1960

<b>Presidente</b>	Floriano Lopes Rubim	Líder da ala rubinista
<b>1º Vice-presidente</b>	Rubens Rangel	Líder da ala rangelista
<b>2º Vice-presidente</b>	Adwalter Ribeiro Soares (sem grupo)	Grupo não identificado
<b>3º Vice-presidente</b>	Nello Vola Borelli	Rubinista
<b>4º Vice-presidente</b>	José Rodrigues de Oliveira	Rubinista
<b>Secretário Geral</b>	Ely Junqueira	Rangelista
<b>1º Secretário</b>	Lauro Calmon Nogueira da Gama	Rubinista
<b>2º Secretário</b>	Altair Moraes	Grupo não identificado
<b>3º Secretário</b>	Arnaldo Andrade	Grupo não identificado
<b>Tesoureiro Geral</b>	Alcy de Almeida	Rubinista

<sup>307</sup> RUBENS Rangel (o grande derrotado) na reestruturação do PTB capixaba. **A Gazeta**, p. 01, Vitória, 25 mai. 1957. p. 01.

<sup>308</sup> Id. 25 mai. 1957. p. 01.

<b>1º Tesoureiro</b>	Luiz Baptista	Rubinista
<b>2º Tesoureiro</b>	Isaac Lopes Rubim	Rubinista
<b>3º Tesoureiro</b>	Altamir Faria Gonçalves	Grupo não identificado

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações de *A Gazeta*.

Na nova composição da Comissão Executiva Estadual do PTB, podemos detectar o quanto a ala rangelista fora derrotada. Liderando os rubinistas, Floriano Rubim, na presidência, contava com o apoio de Nello Borelli, José Rodrigues de Oliveira, Lauro Calmon Nogueira da Gama, Alcy de Almeida, Luiz Baptista e Isaac Lopes Rubim. A ala rangelista pode ser identificada com a presença do vice-presidente, Rubens Rangel, e com Ely Junqueira. Quando ao vice-governador, Adwalter Ribeiro Soares, Altair Moraes, Arnaldo Andrade e Altamir Faria Gonçalves, não pareciam se alinhar organicamente dentro de uma dessas linhas.

Dias antes do acerto da nova composição da Comissão Executiva Estadual do PTB, processou-se a eleição para o Diretório Municipal do PTB de Vitória-ES e Arnaldo Andrade, apoiado por Altamir Faria Gonçalves, disputou o comando com Argilano Dario, terminando a reunião em troca de acusações e ingresso na Justiça Eleitoral.<sup>309</sup> O que se defende é que, ainda que os quatro últimos sem grupo identificado pudessem se aliar à ala de Rangel nas tomadas de decisões do partido, dois deles, Andrade e Gonçalves, não pareciam dispostos a se aliar aos rangelistas, haja visto disputarem o comando municipal do partido com um rangelista. Os rubinistas, em todos os cenários, contavam com a maioria.

Com a ida de elementos de projeção de Mimoso do Sul-ES para o PSP, com o resultado da Convenção do PTB e com a situação administrativa da Secretaria da Viação, responsável pela demissão de 230 operários, *A Gazeta* previa que o fim político de Rubens Rangel estaria próximo. Exageros à parte da sentença dos opositores, reverberada no jornal, estava claro que os rubinistas ganhavam um importante território às vésperas das eleições estaduais.

Cabia agora a Floriano Rubim operar a máquina partidária e os cargos das

<sup>309</sup> ELEITO o novo presidente do PTB municipal de Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 12 mai. 1957.

autarquias federais sob sua indicação, pelo menos, desde 1953. Com a primeira eleição de João Goulart à vice-presidência, conforme dissemos anteriormente, sobretudo as autarquias da Previdência Social no Espírito Santo, voltavam às mãos do PTB capixaba. Da mesma maneira, mencionamos a importância do SAPS para o partido, cuja indicação para direção geral, ou seja, de seu comando nacional, estava nas mãos do PTB capixaba.

Assim, parece estar no SAPS um dos principais recursos de poder nas mãos dos rubinistas. Tão importante que parecia trazer a glória ou o insucesso para quem o operasse. Dessa maneira, visando às eleições, um mês depois da Convenção Estadual do PTB, em julho de 1957, o delegado regional do SAPS por indicação da ala rubinista, Nelson Calmon Tavares, ofereceu um jantar para a imprensa escrita e órgãos sindicais da capital. A missão era reunir forças para pressionar a Assembleia Legislativa Estadual para a aprovação de uma mensagem governamental, que transitava havia quatorze meses na casa de leis, autorizando o término da construção do restaurante central do SAPS, na Avenida da República, em Vitória-ES<sup>310</sup>.

Sintomaticamente, o jornal *A Gazeta* defendeu a doação do prédio pelo governo estadual para o término da construção do restaurante, porém, fazia ressalvas quanto ao uso político do SAPS, que, segundo a publicação, deturpava a ideia de seu idealizador, Getúlio Vargas.<sup>311</sup> A posição do jornal, de reconhecer a importância da autarquia, mas não de apoiar seu comando por parte de petebistas, parecia ser um esforço nacional de oposição ao PTB.

O jornal *A Noite*, da capital federal, veiculava uma denúncia do diretor geral do SAPS, indicado pelo PTB do Espírito Santo, Gabriel Vivacqua<sup>312</sup>, substituto do ex-prefeito de Vitória-ES, Pereira Franco. Ao se defender de uma acusação de que respondia a inquérito administrativo instaurado pelo Ministério do Trabalho, Vivacqua

---

<sup>310</sup> SAPS homenageou imprensa e órgãos sindicais. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 jul. 1957.

<sup>311</sup> O SAPS e seu restaurante. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 jul. 1957.

<sup>312</sup> Gabriel Vivacqua era advogado e ligado a interesses industriais, como a Cia. Ferro e Aço de Vitória-ES, conforme ele mesmo divulgou em coletiva de imprensa.

denuncia que, antes de sua administração, o SAPS fornecia 150 mil refeições gratuitas por mês por determinação de grupos políticos e cabos eleitorais e as viaturas da autarquia eram usadas para outros interesses estranhos à repartição – comícios, convenções, banhos de mar, passeios, etc. Bastava um simples cartão de padrinhos políticos com os dizeres “Poder comer no SAPS” para ter o direito a refeições gratuitas. Segundo Vivacqua, a campanha de difamação operada contra sua administração era promovida por políticos que tiveram seus interesses contrariados quando sua administração resolveu equilibrar as contas autárquicas combatendo, para isso, o clientelismo.<sup>313</sup>

Sendo assim, Vivacqua solicitou ao ministro do trabalho, Parsifal Barroso, que criasse uma sindicância, tornada comissão de inquérito pelo titular da referida pasta, para apurar as irregularidades. Na entrevista ao jornal *A Noite*, o diretor geral do SAPS se esquivava dizendo que protestou “no sentido de que fossem ouvidas testemunhas por mim indicadas e idôneas, por exemplo, o deputado Floriano Rubim, o que não foi até agora feito”<sup>314</sup>. Porém, na mesma publicação, Vivacqua assume que, ao ser indicado pelo PTB capixaba, não relutou em assumir o convite para a alta direção da autarquia, mesmo porque sempre teve aspirações políticas paralelos aos interesses de sua família e da sua profissão.

O que é mais contraditório e intrigante é que seu antecessor na direção geral do SAPS era também indicado pelo PTB capixaba. Tratava-se do ex-prefeito de Vitória-ES, Serynes Pereira Franco, por quem a ala rubinista lutou pela permanência no comando da capital. Nesse comportamento paradoxal, Vivacqua elogiava a gestão de Pereira Franco, “que considera[va] homem capaz e honesto”, mas denuncia que, assumindo o cargo, se deparou com importantes problemas administrativos, de ordem moral e incontroláveis.<sup>315</sup>

Em 1953, às vésperas das eleições, inquéritos administrativos e denúncias

---

<sup>313</sup> COMIAM de graça no SAPS. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 01, 01 ago. 1957.

<sup>314</sup> *Ibid.*, p. 01.

<sup>315</sup> *Ibid.*, p. 01.

rondavam os institutos de previdência e o SAPS, sempre com acusações aos petebistas. A estratégia das oposições parecia se repetir, em 1957, com as mesmas acusações veiculadas no jornal *A Noite*, agora sendo feitas por parte de *A Gazeta*, que as complementava dizendo que os inquéritos atingiriam petebistas capixabas e que a autarquia sairia das mãos do partido. Começava a campanha visando a “desidratar” o PTB nas eleições estaduais.<sup>316</sup> Dessa forma, percebe-se o quanto o SAPS era importante para o PTB capixaba e para a coalizão dominante que indicasse elementos aos cargos a ele vinculados.

No fim do mês do escândalo envolvendo o SAPS, agosto de 1957, João Goulart participou de um almoço em Colatina-ES, oferecido pelo PTB, na residência do vice-governador, Adwalter Ribeiro Soares. Na ocasião, o jornal *A Gazeta* revela que uma animosidade tomou conta do ambiente, quando a ala rangelista ofereceu um brinde ao partido, dirigido com personalismo por Floriano Rubim. Esse, como resposta, tripudiou sobre as perdas eleitorais dos rangelistas.

Não há como comprovar que o episódio de fato ocorreu, entretanto, conforme demonstramos, havia uma fragorosa luta interna entre as tendências rubinista e rangelista. É provável que João Goulart tenha visitado os petebistas capixabas munido anteriormente do escândalo do SAPS. E é provável que tenha saído de Colatina-ES sabendo que havia uma oposição contra a direção de Floriano Rubim<sup>317</sup>.

Durante os meses que antecederam às eleições, a oposição, tendo *A Gazeta* como porta-voz, utilizou as disputas internas e os escândalos do SAPS como artimanha para minar a candidatura de Floriano Rubim ao Governo do Estado. Mas as disputas entre a ala rubinista e rangelista não ameaçavam em igual medida as pretensões de Rubim.

O grupo rangelista parecia se fortalecer com a nomeação de Mario Gurgel para a

---

<sup>316</sup> VIVACQUA (Gabriel) demitido (no SAPS). **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 02 ago. 1957.

<sup>317</sup> NOTAS Políticas: PTB desentendeu-se em Colatina (Rubim e Palma Lima unham-se no almoço oferecido a Jango). **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 25 ago. 1957.

Prefeitura Municipal de Vitória-ES. A estratégia dos rubinistas, para frear a ascensão do grupo de Rubens Rangel, era a de atacar elementos do governo, porém sem romper oficialmente com o comando do Executivo Estadual. Assim, na ocasião em que Kleber Guimarães, secretário de Fazenda, apresentava uma peça orçamentária ao Legislativo, o rubinista José Buaz indagava se a base da peça não seria política, por contemplar verba para encampação de um colégio no sul do Estado, e verba igualmente destinada a auxiliar o mesmo educandário, além de verba para construção de piscina em Colatina-ES. Ely Junqueira, figura de proa dos rangelistas e deputado de Mimoso do Sul,-ES dizia que não estava ali para servir à demagogia de Buaz. A acusação de parte da bancada era a de que as perguntas de Buaz foram formuladas junto com Floriano Rubim, insatisfazendo o grupo rangelista.<sup>318</sup>

Novo golpe se processava para a ala rubinista. Sem contar com o amparo dos cargos estaduais, em outubro de 1957, perdia também a influência no SAPS. No lugar de Gabriel Vivacqua, indicado pelos rubinistas do PTB capixaba, o governo federal nomeou o general-médico Luiz de Azevedo Évora, tornando ainda mais dificultosa a campanha de Floriano Rubim para o pleito de 1958.

Entretanto, a própria tendência liderada por Rubim se fracionava por cargos. Na iminência da criação do Tribunal de Contas do Estado, deputados assinaram uma lista apoiando o nome de José Buaz para representar o partido na futura composição do referido júri. Porém, mesmo tendo assinado, deputados insatisfeitos não compareceram à cerimônia de conagração da lista. Segundo *A Gazeta*, não o fizeram em solidariedade a Lauro Calmon Nogueira da Gama, há muito desejoso de ocupar o posto de juiz do Tribunal de Contas<sup>319</sup>.

O que se verifica é que, em discurso na Assembleia Legislativa, Calmon faz um duro discurso sobre a sua não indicação, fazendo com que o titular de sua cadeira, o próprio Buaz, sustasse sua licença de 90 dias para devolver Calmon a suplência<sup>320</sup>.

---

<sup>318</sup> NOTAS do dia: Buaz altera-se com Kleber (e a bancada do PTB zanga-se). **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 11 nov. 1957.

<sup>319</sup> NOTAS do dia: Escolha de Buaz cria caso. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 26 out. 1957.

<sup>320</sup> NOTAS do dia: Buaz reassume... Calmon sai... **A Gazeta**, p. 01, Vitória, 27 out. 1957.

Dessa maneira, as disputas por posições na máquina administrativa estadual ou federal escapava à rivalidade rubinistas x rangelistas. Parecia ser generalizada!

Agora no ano de 1958, as manobras visando às eleições prosseguiram. Como Vitória-ES teria sua primeira eleição para prefeito desde 1945, o PTB lançou sua candidatura. Dominando a convenção, os rubinistas lançaram o nome de Rubens Gomes, comerciante e presidente da Federação do Comércio de Vitória-ES. Entretanto, a uma vitória dos rubinista dentro do partido somava-se um escândalo aproveitado pelos opositores à candidatura majoritária do PTB em 1958.

A *Gazeta*, no dia 29 de janeiro de 1958, anunciava que haveria um escândalo no SAPS do Espírito Santo promovido por um ex-delegado regional do SAPS, Adyr Sebastião Baracho - diretor regional do SAPS durante os anos de 1956 e 1957 e elemento petebista inclusive com mandatos pela sigla – que informaria porque sua administração não interessava aos petebistas. O jornal comentava que, acompanhando denúncias de afastamento de petebistas da autarquia, causava estranheza a ausência de providência quanto a construção “que daria ao trabalhador capixaba um restaurante moderno e de preços acessíveis” após aprovarem a doação do terreno pelo Governo do Estado. Percebe-se que a matéria tinha endereço certo e tratava-se de desestabilizar a base eleitoral do PTB, o operariado urbano de Vitória-ES. O jornal acusa, ainda, que havia uma “caixinha política” operada pelo delegado regional do SAPS, que obrigava os funcionários da autarquia a descontar um valor mensal e que o café “Presente”, comprado pelo delegado, era fabricado por seu sobrinho. A reportagem finaliza afirmando que o PTB perderia seu último reduto no SAPS<sup>321</sup>.

No mesmo dia da publicação, o então delegado regional do SAPS, Nelson Calmon Tavares, encaminhava ao jornal sua defesa. Em correspondência veiculada por *A Gazeta*, Tavares defende-se da acusação de morosidade na construção do restaurante do SAPS em terreno doado pelo governo estadual, acusava inoperância de outras administrações e confirmava que havia funcionários filiados ao PTB, mas

---

<sup>321</sup> VAI haver escândalo no SAPS. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 29 jan. 1958.

que estes “contribuem espontaneamente (sic), como, aliás, acontece com os demais partidos políticos, sem que haja nenhuma interferência deste Gabinete para o referido desconto”<sup>322</sup>. Ainda esclarecia que o café “Presente” passava por um processo de concorrência para ser adquirido pelo órgão. Por fim, afastava a ideia de haver algo a se denunciar.

Não nos cabe afirmar a veracidade da denúncia ou não, entretanto, o que se verifica é que o PTB optou por atuar como os outros partidos concorrentes. Ou seja, o partido nomeava elementos da sigla para os diversos cargos, e esses, aproveitando-se da sua posição – por imposição ou não – contribuíam financeiramente com o partido, por meio dos recursos recebidos pela autarquia<sup>323</sup>.

Dias depois, em 4 de fevereiro, Adyr Sebastião Baracho respondia com outra correspondência endereçada ao jornal. Em sua defesa, Baracho apresentava dados financeiros e defendia a solidez de sua administração. O que se percebe é que a oposição se aproveitava da briga petebistas e as lideranças do partido, por sua vez, tornavam públicas as disputas. Isso às vésperas das eleições. Ou seja, a necessidade de se defender publicamente, passava por cima dos entendimentos internos e da campanha do PTB ao governo estadual<sup>324</sup>.

Nesse sentido, o PTB construía sua candidatura ainda mais fracionado. Na eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa Estadual, em março de 1958, o petebista José Antonio Rodrigues se colocava como candidato. Dois petebistas, ao que parece, da ala rangelista, votaram em José Rodrigues, assim como o PSD. Já os outros membros do PTB optaram por apoiar o udenista Eurico Rezende, vencedor do pleito.

Como desabafo, após as eleições da mesa diretora, José Rodrigues acusava seus correligionários de preferir apoiar o partido que assassinou Vargas. Demonstrando o tamanho da briga interna no PTB, José Rodrigues de Oliveira considerou uma

---

<sup>322</sup> VAI haver escândalo no SAPS. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 29 jan. 1958.

<sup>323</sup> Id., 31 jan. 1958.

<sup>324</sup> VAI haver escândalo no SAPS. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 05 fev.. 1958.

humilhação o que o PTB lhe fizera nas eleições. Lamentou a falta de unidade em ano eleitoral.<sup>325</sup> Como resposta, ouvia de José Buaiz que, em pleito anterior, havia traído a decisão da bancada trabalhista, que apoiou, na ocasião, um elemento não petebista.<sup>326</sup>

Se as brigas internas pelos cargos das autarquias federais fracionavam o partido, as costuras de alianças visando ao pleito de 1958, paradoxalmente, demonstravam um PTB ainda mais cindido. Torna-se razoável supor que a manobra era atribuída ao interesse em conseguir apoio da UDN no próximo pleito, mas demonstrava, também, um pragmatismo acentuado da ala rubinista, que votara em um elemento da UDN, notória inimiga do getulismo.

A candidatura de Floriano Rubim encontrava adversários na Coligação Democrática e no seio do governo estadual. Diante disso, o PTB optou por, sozinho, lançar a candidatura de Floriano Rubim, já em abril de 1958. Na ocasião, lideranças do partido recebiam João Goulart em Cachoeiro de Itapemirim-ES<sup>327</sup>. Entretanto, dias depois, o governador Lacerda de Aguiar anunciava que não disputaria vaga no Senado, encerrando as aspirações de o PTB assumir a máquina pública às vésperas das eleições, com o vice-governador, Adwalter Soares.

Além do golpe dado por Chiquinho, de acusação de malversações com os órgãos previdenciários, da veiculação diária de brigas internas, a campanha do jornal oficial do PSD, *A Gazeta*, era outro inimigo implacável, agora usando outras estratégias contra o PTB. O jornal acusava Floriano Rubim e outros petebistas de adquirirem jornais, o que seria o início de uma cadeia de comunicação. Em outro dia, denunciavam que no Espírito Santo “não colava” a história de UND anti-getulista” e que havia entrosamentos entre a UDN de Eurico Rezende e o PTB de Rubim. Mais à frente, havia ironias de que Rubim estaria se aproximando da Igreja Católica de forma eleitoreira. Mas o que tornou uma campanha sistemática contra o partido foi a

---

<sup>325</sup> ZEZINHO após as eleições. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 mar. 1958.

<sup>326</sup> DURANTE as eleições Buaiz titula Zezinho de traidor e Anibal vota com José Cupertino. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 mar. 1958.

<sup>327</sup> LANÇADO (mesmo) Floriano. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 29 abr. 1958.

acusação de que Floriano Rubim enriquecera às custas da política.

Faltando três meses para as eleições, em julho de 1958, *A Gazeta* acusava Floriano Rubim de tráfico de influência, prevaricação, corrupção, empreguismo e personalismo. A mais grave acusação era a de que ele era um abastado homem de negócios e, usando da máquina pública de que dispunha, chantageava outros empresários em troca de favorecimentos pessoais<sup>328</sup>. Por dia, havia cerca de três matérias com acusações, deixando patente que o PSD e o jornal *A Gazeta* viam na candidatura de Floriano Rubim a maior ameaça ao candidato Carlos Lindenberg, do PSD.

Mesmo diante das oposições de *A Gazeta*, do PSD, do governo do Estado, das forças que compunham a Coligação Democrática e de uma ala do próprio partido, os rubinistas mantinham de pé a candidatura de Floriano Rubim ao governo do Estado, sem angariar apoio de qualquer sigla. Diante disso, causava-se mais cisões. Agora, a menos de três meses para o pleito, o vice-governador, “coluna mestra do petebismo” de Colatina-ES, Adwalter Soares, descontente com os rumos da agremiação, sobretudo nas eleições, deixava o partido<sup>329</sup>.

No jornal *O Semanário*, da capital federal, Floriano Rubim tentava criar identificação com as classes populares e rural. Em sua descrição, relembra suas origens de padeiro em Alegre-ES, soldado da Polícia Militar no interior capixaba, professor primário, delegado, diretor da Penitenciária, deputado estadual com base no Contestado, Secretário de Viação e Obras públicas e, por fim, o deputado federal mais votado. Como contraposição, colocava seus adversários como poderosos economicamente, porque favorecidos “[...] com dinheiro fácil, conseguido através das areias monazíticas, produto essencial à Segurança Nacional (...) estiveram sob controle de trustes norte-americanos e franceses [...]”.<sup>330</sup>

---

<sup>328</sup> POVO e operariado desconfiam do trabalhismo de Floriano. **A Gazeta**, Vitória, p. 01,06 jul. 1958.

<sup>329</sup> ADWALTER Soares deixa o PTB. **A Gazeta**, Vitória, p. 01,26 jul. 1958.

<sup>330</sup> FLORIANO Rubim a Edmar Mórel, em Vitória: O Estado tem o dever sagrado de defender os nossos minérios. **O Semanário**, Rio de Janeiro, p. 01,17 a 24 jul. 1958. p. 01.

Outro conteúdo presente era a defesa de um nacionalismo por meio do monopólio estatal sobre as riquezas nacionais. Em sua entrevista, Rubim defendia a manutenção do monopólio estatal na extração das areias monazíticas, além de rigor na fiscalização desse monopólio, com recolhimento a prisão aos que descumprirem essa medida. No mesmo sentido, falava de um desequilíbrio entre o que o Estado dá a União e o que recebe, defendendo, a partir dessa constatação, a liberdade de estabelecer relações comerciais com todos os povos, por meio de negociações diretas com a China, com a Rússia e com outros povos, sem a mediação do capital inglês e norte-americano.

O país, para o petebista, já teria alcançado sua “maioridade” para tratar de seus próprios negócios, sendo por isso que se constituía em um dos signatários da Frente Parlamentar Nacionalista, se configurando em um político “simplesmente patriótico”, que não se afastaria dos princípios de Getúlio Vargas.<sup>331</sup> Se a maioridade já estava posta, a maturidade do país, para o candidato, viria da industrialização. Em relação a esse tema, Floriano Rubim toca na necessidade da construção de três centrais elétricas, uma no sul, uma no norte e uma no centro, exploradas pelo Estado, que arrancariam “[...] o Espírito Santo das humilhantes condições de mero fornecedor de matérias primas e transformá-lo num parque industrial [...]”.<sup>332</sup>

Mais especificamente, falando às suas bases, presentes no norte capixaba, o candidato petebista relembra que conhecia “palmo a palmo” o Contestado porque, em 1948, lá esteve com “[...] o objetivo de assegurar a **ordem** [...]” sendo assim, o Contestado, para ele, “[...] é nosso e não admito discussão [...]”<sup>333</sup>.

Entretanto, o que parece ser mesmo sua plataforma de governo assenta-se na defesa de reforma agrária no campo e de políticas educacionais, visando a sua principal base eleitoral, a pequena produção e os trabalhadores rurais do norte capixaba. Dessa forma, admite ter fundado vários povoados no norte capixaba,

---

<sup>331</sup> Ibid., p. 01.

<sup>332</sup> Id. **O Semanário**, Rio de Janeiro, p. 01,17 a 24 jul. 1958.

<sup>333</sup> Ibid., grifo nosso.

analisa o abandono da produção cafeeira pelos governos e planeja uma reforma agrária. Essa, para Rubim, visava a aumentar o bem-estar do homem do campo, por meio da venda de terras férteis para os trabalhadores rurais a longo prazo, assistindo-o posteriormente. No campo educacional, prometeu extinguir o analfabetismo.

Percebe-se, no período entre a campanha e o pleito de 1958, que a tentativa de Rubim e seu adversário de um taxar o outro candidato de representante da oligarquia capixaba era uma das tônicas das campanhas, demonstrando que falavam para as classes que não detinham o poder econômico ao seu favor. Ou seja, as classes populares ganhavam cada vez mais importância nas campanhas do Espírito Santo. O discurso nacionalista também estava presente, atrelado a uma maior industrialização e a uma condução do Estado, por meio do monopólio estatal das riquezas e dos potenciais energéticos. A principal constatação estava na necessidade de conquistar o eleitorado do interior capixaba. Nesse intento, Rubim propagava medidas que beneficiassem os trabalhadores rurais e a pequena produção cafeeira. Entretanto, para os anos seguintes, a dicotomia *maioridade* (nacional) e *ordem* (social) estaria presente em boa parte dos rubinistas.

Demonstrando ainda o imperativo de se ganhar os votos no interior capixaba, o partido ganhava um trunfo na reta final da campanha, quando conseguiu emplacar José Amaral como secretário de Agricultura, por ocasião da saída de secretários de Estado para fazer suas campanhas políticas. Na oportunidade, *A Gazeta* acusa o PTB de ser o algoz da lavoura, por votarem, outrora, no aumento da taxaço do café. Ao que parece, o PTB, quando tentou ter maior influência no interior durante a campanha de Rubim, isso também se deu por meio de cargos. E, demonstrando que estava cercado não só nos votos do operariado urbano, Rubim ganhava, também, a perseguição das oposições na conquista do voto rural.

Dividido e contando com sistemáticas acusações da oposição, o PTB sentiu o peso do poder dos oligarcas nas eleições de outubro de 1958. Em Vila Velha-ES, outrora sob influência do trabalhismo, o rangelista Domício Mendes não logrou êxito em sua

candidatura à prefeitura. Além disso, ainda nessa cidade, Rubim ficara em terceiro lugar, perdendo para o candidato do PSD, Carlos Lindenberg e da UDN, Eurico Rezende.

Na capital, o prefeito eleito foi o candidato udenista e ex-petebista, Adelpho Poli Monjardim, deixando Rubens Gomes, do PTB, em terceiro lugar. Como em Vila Velha-ES, o PTB perdera hegemonia na Câmara Municipal de Vitória-ES, elegendo quatro vereadores, contra três do PSD, três da UDN, três do PSP, dois do PDC e um do PRP. A novidade estava na eleição de dois vereadores petebistas estreantes, Adalberto Simão Nader e Fernando Calazans.

No pleito estadual, a chapa PSD-PSP logrou sucesso e elegeu Carlos Lindenberg e Raul Giuberti governador e vice-governador, respectivamente. Sem a máquina estadual a seu favor, sem o SAPS, com oposição dos partidos que compunham a Coligação Democrática, da chapa adversária, do *jornal A Gazeta* e de uma ala interna do partido, o PTB não repetiu o sucesso eleitoral de 1954. A candidatura de Floriano Rubim ficou em terceiro lugar, atrás do eleito Lindenberg e do candidato udenista, Eurico Rezende. Da mesma forma, Arnaldo Andrade, candidato a vice-governador pelo PTB, ficou atrás do eleito Raul Giuberti, do PSP, ganhando apenas do terceiro colocado, Archilau Vivacqua, candidato da Aliança Democrática, promovida pela UDN e PRP.

TABELA 9 - Eleições para Governador e Vice-Governador Estado do Espírito Santo - 1958

<b>Eleições de 03 de outubro de 1958</b>		
<b>Governador do Estado</b>		
<b>Legendas/ Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleito</b>		
PSD/PSP	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	97.624
<b>Não eleitos</b>		
UDN/PRP (Aliança Democrática)	Eurico Rezende	54.619
PTB	Floriano Lopes Rubim	54.088
	Votos nominais	206.331
	Votos brancos	11.098
	Votos nulos	3.616
	Votos apurados	221.045

<b>Vice-Governador do Estado</b>		
<b>Legendas/Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleito</b>		
PSD/PSP	Raul Giuberti	96.986
<b>Não eleitos</b>		
PTB	Arnaldo Pinto de Andrade	48.902
UDN/PRP (Aliança Democrática)	Archilau Vivácqua	42.213
	Votos nominais	188.101
	Votos brancos	29.268
	Votos nulos	3.676
	Votos apurados	221.045

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 10 - Eleições para Senador da República do Estado do Espírito Santo – 1958

<b>Eleições de 03 de outubro de 1958</b>		
<b>Senador da República</b>		
<b>Legendas/Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleito</b>		
PSD/PSP	Jéfferson de Aguiar	87.921
<b>Não eleitos</b>		
PTB	José Antônio do Amaral	50.023
UDN/PRP (Aliança Democrática)	Padre Ponciano Stenzel dos Santos	45.365
PSB	Wilson Neves da Cunha	9.826
	Votos nominais	193.135
	Votos brancos	21.666
	Votos nulos	6.244
	Votos apurados	221.045
<b>Suplente de Senador da República</b>		
<b>Legendas/Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleito</b>		
PSD/PSP	Messias Lins de Oliveira Chaves	76.271
<b>Não eleitos</b>		
PTB	Manoel Alves de Siqueira	42.212
UDN/PRP (Aliança Democrática)	Djalma Eloy Hees	31.921
PSB	Abido Saad	5.410
	Votos nominais	155.814
	Votos brancos	47.355
	Votos nulos	17.876
	Votos apurados	221.045

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 11 - Eleições para Deputado Federais do Estado do Espírito Santo por partidos - 1958

<b>Eleições de 03 de outubro de 1958</b>				
<b>Deputados Federais</b>				
<b>Legendas/Coligações</b>	<b>Votações</b>			<b>Número de eleitos</b>
	<b>Nominais</b>	<b>Legendas</b>	<b>Totais</b>	
PSD	89.751	187	89.938	2 + 1 = 3
UDN/PRP (Aliança Democrática)	54.958	76	55.034	1 + 1 = 2
PTB	54.740	236	54.976	1 + 1 = 2
	Votos nominais/de legendas		199.948	
	Votos brancos		18.516	
	Votos válidos		218.464	
	Votos nulos		2.581	
	Votos apurados		221.045	
	Representação			7
	Quociente eleitoral			31.209

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 12 - Eleições para Deputado Federais do Estado do Espírito Santo pelo PTB - 1958

<b>Eleições de 03 de outubro de 1958</b>	
<b>Deputados Federais - PTB</b>	
<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleitos: 02</b>	
Ramon de Oliveira Netto	13.905
Rubens Rangel	13.481
<b>Suplentes</b>	
Floriano Lopes Rubim	13.128
Argilano Dario	11.411
Ary Fiorezi de Oliveira	2.815
Votos nominais	54.740
Votos de legenda	236
Total de votos do PTB	54.976

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 13 - – Eleições para Deputado Estaduais do Estado do Espírito Santo por partidos - 1958

<b>Eleições de 03 de outubro de 1958</b>				
<b>Deputados Estaduais</b>				
<b>Legendas/ Coligações</b>	<b>Votações</b>			<b>Número de eleitos</b>
	<b>Nominais</b>	<b>Legendas</b>	<b>Totais</b>	
PSD	67.329	216	67.545	9 + 2 = 11
PTB	49.365	185	49.550	7 + 1 = 8
PSP	33.045	67	33.112	4 + 1 = 5
UDN	31.519	42	31.561	4 + 1 = 5
PRP	17.619	21	17.640	2
PDC	8.076	1	8.077	1
	Votos nominais/de legendas		207.485	
		Votos brancos	10.467	
		Votos válidos	217.952	
		Votos nulos	3.093	
		Votos apurados	221.045	
		Representação		32
		Quociente eleitoral		6.811

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 14 - Eleições para Deputado Estaduais do Estado do Espírito Santo pelo PTB - 1958

<b>Eleições de 03 de outubro de 1958</b>			
<b>Deputados Estaduais -PTB</b>			
<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleitos: 08</b>			
Luiz Baptista	4.307	Alcy de Almeida	3.492
Isaac Lopes Rubim	3.137	José Rodrigues de Oliveira	2.938
Mário Gurgel	2.604	João Corsino de Freitas	2.601
Jocarly Gomes Salles	2.508	Ewaldo Ribeiro de Castro	2.159
<b>Suplentes</b>			
Ely Junqueira	2.082	Vicente Amaro da Silva	2.046
Antônio Alves Duarte	1.947	Antônio Jacques Soares	1.926
Edson Juracy Borges Miguel	1.703	Francisco José Verloet	1.703
Mário Vello Silvares	1.576	Alcyr Correia da Silva	1.344
Astolpho Virgílio Lobo	1.300	Nicolau Lopes	1.269
Nello Vola Borelli	1.106	José Sant'Ana	897
Nicanor Alves dos Santos	869	Adiel Carlos Veringer	818
João Valle	737	José Barbosa Lima	674
Lauro Calmon Nogueira da Gama	645	Wilson Chanpondry de Mattos	568
Anélica Mansur Peixoto	513	Idalécio Carone	513
Arnaldo Pinto de Andrade	506	José Ribeiro da Costa	297
Florisbelo Neves	230	Elpídio Pimentel	204
Raymundo Lima			146
		Votos nominais	49.365
		Votos de legenda	185
		Total de votos do PTB	49.550

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

Já na disputa para o Senado, outra derrota do PTB. José Antônio do Amaral, do PTB, ficara em segundo lugar, atrás do eleito Jefferson de Aguiar, da chapa PSD-PSP. Entretanto, a eleição para a Câmara Federal pode ser considerada como satisfatória para o partido, pois elegeu dois deputados, assim como para a chapa UDN-PRP, que elegeu dois deputados, ficando ambas atrás do PSD, que elegeu três. Em tal eleição, o partido reelegeu o petebista Rubens Rangel e tornou Ramon de Oliveira Netto, em sua primeira disputa eleitoral, mais um deputado federal para o PTB, o que foi uma surpresa, praticamente empatado em votos com Rangel. Floriano Rubim, por pequena margem de votos, perdia também a eleição para a deputação federal, assim como os petebistas Argilano Dario e Ary Fiorezi de Oliveira.

Se a eleição do médico de Colatina-ES para a Câmara Federal, Ramon de Oliveira Netto, causava surpresa, a eleição para a Assembleia Legislativa Estadual se caracterizou pela renovação. Dos 23 deputados eleitos, apenas nove estavam sendo reeleitos. O PTB mantinha oito deputados em sua bancada, como em 1954, porém, quatro deles entrariam pela primeira vez no plenário da Casa. Se alguma vitória pode ser tributada aos rubinistas e, pessoalmente, a Floriano Rubim, isso se deve a eleição de pelo menos quatro deputados da ala. Cabia, agora, perceber se somente isso, sem o comando do SAPS e sem um mandato, seria suficiente para manter Floriano Rubim à frente do PTB capixaba.

A renovação da Assembleia Legislativa Estadual e dos quadros do PTB que ganharam as eleições eram sintomáticos. Comentando a derrota eleitoral do PTB na prefeitura de Vitória-ES, *A Gazeta* elucidou que o problema não estava no candidato petebista Rubens Gomes, “líder de uma classe poderosa, a dos comerciantes cujo órgão máximo presidia”, mas na dificuldade em se infiltrar nas diversas camadas eleitorais e resistir as oposições ao PTB. Para o jornal, ele teria sido eleito se fosse por outra agremiação, posto que, no PTB, sua campanha embarcou numa “canoa bamboleante de um nacionalismo meio confuso de que o PTB pretendeu fazer pedra de toque de sua campanha”, sendo que “o peso foi em excesso e a canôa bamboleante fez água”.

A publicação demonstra que nem só de cargos e empreguismo vivia a campanha eleitoral do PTB. Havia a tentativa de conciliar o preenchimento dos cargos federais e estaduais com um conteúdo ideológico, qual seja o nacionalismo que o partido cuidou de melhor elaborar após a morte de Vargas. Porém, diante dos escândalos, parecia haver uma dificuldade em justificar a disputa pelos incentivos seletivos por meio de esclarecimentos dos objetivos oficiais, contribuindo para a percepção de uma cisão entre o dito e o feito. Dessa maneira, percebe-se que o PTB optou por disputar o poder por meio das mesmas estratégias de seus adversários: clientelismo, fisiologismo, empreguismo e um acentuado pragmatismo. À parte os insucessos causados por essa estratégia, ela não foi incapaz de eleger novas

lideranças. A partir de então, havia um Ramon de Oliveira Netto no meio do caminho do comando de Floriano Rubim.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Após o desaparecimento de Edison Pitombo Cavalcanti da cena política no Espírito Santo, Floriano Rubim passou a comandar o PTB e as indicações nas autarquias federais, principalmente o comando nacional do SAPS. Sua presença não foi acompanhada de uma mudança de paradigma no partido. A agremiação continuou apostando no clientelismo e acentuou o pragmatismo após a morte de Vargas.

No preenchimento dos quatro do comando do partido e nas eleições de 1954, apostou-se no lançamento de candidatos já “testados” em outros pleitos, ligados aos mais diversos interesses, porém divididos entre norte e sul. A estratégia se mostrou fecunda. Aliada à comoção com a morte de Vargas, eleitoralmente, o partido se tornou a segunda maior agremiação do estado e a sigla mais forte em Vitória-ES e cidades adjacentes. A eleição de dois deputados federais, Floriano Ruibim e Rubens Rangel, um do norte e um do sul, respectivamente, começou a dividir o partido em duas alas.

O predomínio de Floriano Rubim no partido, seu sucesso eleitoral no pleito de 1954 e sua influência em importantes autarquias da Previdência Social, se tornou uma evidente ameaça para o PSD - e seu jornal oficial, *A Gazeta* -, para o governador Lacerda de Aguiar e para os partidos da Coligação Democrática.

O grupo que, de 1954 até 1958, decidia os destinos do partido se alinhava ao perfil que Delgado (2013) chamou de *getulistas-pragmáticos*, cujos aspectos já dissemos comentamos anteriormente. Os rubinistas buscavam “no Ministério do Trabalho e em seus tentáculos sindicais e previdenciários o suporte institucional para a estruturação partidária” (DELGADO, 2013, p. 180), principalmente, como vimos,

através do SAPS.

No que concerne a interação entre sociedade-Estado-partido, a tendência de Rubim apresentava “como um de seus objetivos manter vinculadas a ação sindical e a militância partidária em uma inter-relação dinâmica com o Estado”, posto que “apostavam na participação dos trabalhadores, mas repudiavam o conflito social e, portanto, investiam em uma ação de caráter dirigista por parte do Estado” (DELGADO, 2013, p. 181).

O segundo suporte usado pelo grupo, conforme vimos nas propostas eleitorais do militar Floriano Rubim, não estava no trabalhismo inglês, como era o caso do plano nacional, mas em uma pregação nacionalista “que coloriu com tons de eficácia social e de ‘neutralidade’ o fisiologismo e o corporativismo” (DELGADO, 2013, p. 180). Porém, devido a semelhança com os getulistas-pragmáticos nacionalmente, vimos em Floriano Rubim que “a atuação do partido, confundia-se com o nacionalismo varguista” (DELGADO, 2013, p. 185).

Assim, o projeto trabalhista dos rubinistas parecia se confundir “com o getulismo e com o paternalismo e pragmatismo que lhe eram peculiares” (DELGADO, 2013, p. 186). Mas, nesse período em que os rubinistas dominavam o partido, Vargas já estava morto. Seus discursos poderiam ter um conteúdo nacionalista e serem voltados aos pobres e operários, aliados ao privilégio da ocupação dos cargos a seu favor, mas não foram capazes de impedir uma aliança com a UDN na eleição da mesa diretora do legislativo estadual. Nesse período, então, trata-se de um *getulismo-pragmático tardio* por parte do comando do PTB capixaba, em que, na ausência da figura de Vargas, o pragmatismo virava protagonista.

Dessa forma, com uma classe trabalhadora ainda incipiente, cuja maior parte dos votos era proveniente do interior, enquanto no plano nacional os *reformistas-pragmáticos* ganhavam fôlego para ditar o que era trabalhismo, no PTB capixaba o comando ainda estava nas mãos dos rubinistas, uma espécie de *getulistas-pragmáticos tardios*, se comparado ao plano nacional.

Já a tendência liderada por Rubens Rangel, sem conseguir ganhar o comando do partido, acabou se apoiando em cargos da máquina estadual - Secretaria de Viação e Obras e Prefeitura Municipal de Vitória-ES - para se fortalecer, visando ao pleito que chegava e à disputa interna no partido.

Apesar de a força do PTB no Espírito Santo residir no interior, o partido era o que angariava mais votos nos pleitos municipais de Vitória-ES. A posse da Prefeitura Municipal da capital, por sua vez, dividiu mesmo o trabalhismo capixaba. Era importante, para o partido, ter o prefeito de Vitória-ES entre os seus e isso não acontecia à toa.. Fora o potencial eleitoral com a crescente migração campo-cidade, o PTB ganhava os pleitos municipais na capital. Quem dominasse a prefeitura e o município que, mais cedo ou mais tarde se emanciparia, dominaria um grande recurso do jogo interno de poder.

Porém, o governador Lacerda de Aguiar, os partidos da oposição ao governo e as forças da Coligação Democrática, percebendo a necessidade de cargos por parte dos petebistas, passaram a explorar as fissuras internas do partido. Ao mesmo tempo, quando colocou na rua a candidatura petebista de Rubens Gomes para a primeira eleição de prefeito da capital, a própria oposição, tendo *A Gazeta* como porta-voz, acusou que o conteúdo nacionalista do partido era “meio confuso”, porque Gomes, um “líder de uma classe poderosa, a dos comerciantes” não conseguiu penetração “nas diversas camadas eleitorais”. Essa constatação se tornaria um aprendizado histórico para os oligarcas capixabas a partir de 1960, conforme veremos no próximo capítulo.

Assim, quando o PTB, unindo as duas alas, usou os objetivos oficiais e o programa partidário para criticar a administração de Adelpho Monjardim, fora dos ditames trabalhistas na capital, o governo estadual, o jornal *A Gazeta*, o PSD, os empresários e comerciantes se uniram de forma a combater o prestígio dos trabalhistas entre os trabalhadores e as classes populares da cidade. Para isso, veiculavam diversos escândalos endereçados aos trabalhadores.

O que se verifica é que, quando brigavam e quando se uniam contra, por exemplo,

um elemento fora dos ditames partidários, como era Adelpho Monjardim a frente de Vitória-ES, as alas rangelista e rubinista revelavam a importância dos incentivos seletivos para a organização. Entretanto, essa dependência causava disputas e desestabilizava a já precária harmonia organizativa. Diante disso, quando o PTB conseguia um cargo na esfera federal, estadual ou municipal, ao invés de ensejar um esforço unívoco da sigla, as alas partiam para uma espécie de *automutilação* do partido. Por que isso acontecia?

Sobreviver em um estado iminentemente rural, em que os oligarcas possuíam voz e recursos financeiros e simbólicos ensejava disputas acirradas pelo domínio do ambiente político. O PTB contava com os votos urbanos, porém somente esses votos não lhe dava sustentação em uma disputa com a oligarquia capixaba. Então, a ocupação das máquinas estaduais e federais se tornava um importante recurso de poder nos jogos internos. Por isso, quando uma ala dominava suas indicações, havia grandes chances de dominar o partido.

Por outro lado, superestimar o poder dos cargos soava como imperícia e tornava o partido vulnerável, expostos a fissuras internas e oposições de todos os lados. Essa superestimação dos incentivos seletivos pode explicar o fracasso do PTB e de sua escolha de caminhar sozinho no pleito de 1958, mas não explica a insistência da ala rubinista em manter a candidatura de Floriano Rubim.

Sem os recursos do SAPS nas vésperas das eleições, perdendo os cargos estaduais para os rangelistas e tendo os *pragmáticos-reformistas* no comando do trabalhismo nacional, sobrava apenas os recursos que poderiam vir de uma vitória nas eleições de 1958 para que Floriano Rubim pudesse manter o comando do PTB capixaba. A vitória não veio. O que vinha, nas palavras de *A Gazeta*, era a “nova mania sócio-política”, ou seja, um trabalhismo que mesclava “nacionalismo, reformismo e projeto de maior autonomia política para os trabalhadores” (DELGADO, 2013, p. 195).



## **5 A EXPULSÃO DA ALA RUBINISTA, A CONSOLIDAÇÃO DOS RANGELISTAS E RAMONISTAS NO COMANDO DO PTB CAPIXABA E O AI-2 (1959 – 1965)**

### **5.1 O SURGIMENTO DA ALA RAMONISTA E A ALIANÇA COM A ALA RANGELISTA: O ENFRAQUECIMENTO DA ALA RUBINISTA**

A vitória eleitoral de Ramon de Oliveira Netto e sua influência entre “cristãos novos” do petebismo lhe garantiram um grupo. Junto com o deputado federal, eleito em 1959 para seu primeiro mandato, com apenas de 33 anos, outros trabalhistas de idade aproximada lograram êxito e iniciavam sua carreira política.

Rubens Rangel, conforme já vimos, também possuía seu grupo e, nas eleições de 1958, conseguiu sua reeleição para o cargo de deputado federal. Nessa ocasião, Rangel recebeu pouco mais que 13 mil votos, ampliando um pouco mais os 12 mil votos que obtivera em 1954, demonstrando, assim, ter construído uma sólida base eleitoral no intervalo de um pleito para o outro.

Por outro lado, Floriano Rubim, detentor de cerca de 23 mil votos em 1954, havia chegado em 1958 com pouco mais de 13 mil votos na disputa pela Câmara Federal. Sua candidatura para governador do Estado, nesse mesmo pleito, pode ter contribuído para que não fosse eleito para o cargo de deputado federal, mas também pode indicar que perdera uma base de sustentação, já que o estreante Ramon de Oliveira Netto obteve quase 14 mil votos, ou seja, 4 mil votos a mais do que os 10 mil votos que Rubim perdeu de uma eleição para a outra.

Sem mandato e sem a costumeira influência nas indicações do SAPS em âmbito nacional, estava em xeque o comando dos rubinistas à frente do PTB capixaba. Como agravante, os rangelistas, a principal ala adversária ao comando de Rubim até então, passavam a operar as indicações para as autarquias previdenciárias.

Cumprir lembrar que, no plano nacional, o PTB se fazia governo com João Goulart sendo o vice-presidente, eleito na chapa do presidente Juscelino Kubitschek.

Os indícios de desprestígio e combate à ala Rubim iniciavam já em março de 1959. Argilano Dario, candidato da ala rangelista derrotado nas eleições de deputado federal, era indicado para o IAPC. Ocuparia o lugar do também petebista Alcy de Almeida. Almeida, que era, porém, da ala rubinista e acusava Dario de, ao assumir a autarquia, promover uma perseguição com acusações de corrupção.<sup>334</sup> Outra demonstração de desprestígio da ala rubinista está na renúncia do irmão de Floriano Rubim, Isaac Rubim, da liderança da bancada petebista na Assembleia Legislativa Estadual.<sup>335</sup>

O PTB capixaba passava por um dilema. Uma nova geração de petebistas, capitaneados por Ramon de Oliveira Netto, fora eleita nas diversas esferas e considerava o empreguismo e o fisiologismo um desprestígio ao trabalhismo. Entretanto, se optassem por não disputar as indicações corriam o risco de manter a ala rubinista no comando e fortalecer ainda mais os rangelistas.

Dessa forma, o vereador estreante na Câmara Municipal de Vitória-ES pelo PTB, Fernando Calazans, criticava os petebistas que queriam substituir o delegado regional Pedro Lima do Rosário, ocupante da autarquia desde 1945, e tributava a disputa a um pequeno grupo que visava apenas a seus interesses pessoais.<sup>336</sup>

Ao que parece, a ala ramonista optou por disputar os cargos como uma estratégia para barrar o fortalecimento dos rubinistas, muito mais do que para pleitear indicações de seu grupo. Assim, se o delegado regional do IAPM não agradava os rubinistas, os ramonistas lutavam pela sua permanência, muito mais do que por uma indicação do próprio grupo. A partir dessa constatação, não tardou para a tendência rubinista reagir aos ramonistas. Os deputados estaduais, liderados por Floriano

---

<sup>334</sup> NOMEAÇÃO de Argilano para o IAPC provocará séria crise no petebismo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 29 mar. 1959.

<sup>335</sup> ONTEM, na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 28 mar. 1959.

<sup>336</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 22 mai. 1959.

Rubi'm, Isaac Lopes Rubim e Luiz Baptista, apelaram para o anticomunismo para combater Ramon de Oliveira Netto e seu grupo.

Em uma sessão legislativa, Luiz Baptista percebia um PTB em grande disputa interna porque “permitiu que o sr. Ramon Oliveira, vermelho da ponta dos cabelos à ponta das unhas, ingressasse no partido”. Para Baptista, Ramon não passava de um “assanhado e subversivo”, que subornava seus eleitores. Isaac Rubim, o acompanhando, confirmou que Oliveira “acerta os ponteiros de seu relógio com os do sr. Kruchev<sup>337</sup>”, porém, não tinha voz ativa dentro do partido, pois não passava de um “soldado raso, um aprendiz, que nem consegue um lugar no Diretório Trabalhista”.<sup>338</sup>

Nessa ocasião, demonstrando que estava disputando o comando do PTB, Ramon de Oliveira Netto era acusado de estar fazendo manobras junto ao comando nacional do partido para reintegrar elementos de seu grupo no Diretório Municipal de Colatina-ES, posto que haviam sido expulsos pela ala rubinista.

Os discursos de Isaac Rubim e Luiz Baptista demonstram o auge da disputa entre os ramonistas e os rubinistas. Floriano Rubim era o comandante oficial do PTB capixaba, mas os escândalos nacionais do SAPS antes das eleições de 1958 parecem ter selado seu destino junto às lideranças do PTB nacional. Só restava, para Floriano Rubim, a licença de Rubens Rangel ou de Ramon de Oliveira Netto do mandato de deputado federal, já que ele, Rubim, era o primeiro suplente do posto.

Segundo o jornal *A Gazeta*, os ramonistas e os rangelistas partilhavam da opinião de que o PTB nacional estava pagando pela direção de Rubim no PTB capixaba. Se, nacionalmente, o partido era taxado de empreguista e corrupto, isso se deve, em grande parte, à maneira com a qual os rubinistas conduziram o SAPS. Ainda explorando o episódio, o jornal ironizava que os deputados estaduais rubinistas, em

---

<sup>337</sup> Entre 1953 e 1964, Nikita Serguêievitch Khrushchov esteve à frente do Partido Comunista da União Soviética e, entre 1958 e 1964, atuou como primeiro-ministro da União Soviética.

<sup>338</sup> ISAAC e Batista critica o correligionário Ramon. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 mai. 1959. p. 01.

maio de 1959, foram conversar com Jango e ele não lhes dera atenção.<sup>339</sup>

Aventa-se que, já antes das eleições de 1958, conforme elucidamos anteriormente, João Goulart usara o inquérito administrativo promovido pelo Ministério do Trabalho no SAPS contra o comando de Floriano Rubim no PTB capixaba. Tal episódio pareceu a “gota d’água” e o trunfo para que o pragmático reformista, João Goulart, tirasse o PTB capixaba das mãos dos getulistas pragmáticos, como Rubim. Agora, parecia que Jango encontrara uma liderança capaz de comandar o PTB capixaba, em sintonia com o comando nacional.

Rubinistas, rangelistas e o próprio deputado estadual Mario Gurgel, um trabalhista que podemos definir como independente<sup>340</sup>, pareciam não perceber que o novo chegava no PTB capixaba. Não só chegava, mas passou a disputar o comando do partido “sob as bênçãos” de João Goulart. O que chamamos novo, surgiu no PTB após a passagem de João Goulart pelo Ministério do Trabalho e

[...] traduziu o casamento entre as proposições discursivas do trabalhismo doutrinário e uma prática política que mesclava traços herdados do getulismo e do trabalhismo dos primeiros tempos, com uma renovação substantiva do próprio trabalhismo, que passou a se confundir/fundir com nacionalismo, reformismo e projeto de maior autonomia política para os trabalhadores. (DELGADO, 2013, p. 194-195)

Até 1964, os petebistas do grupo liderado por Ramon de Oliveira Netto dariam demonstrações de que eram a simbiose de getulismo, por isso defendiam o nacionalismo, o aperfeiçoamento das leis trabalhistas e do trabalhismo doutrinário, sustentando-se por um distributivismo social (DELGADO, 2013, p. 201).

Mas, enquanto no PTB nacional os pragmáticos reformistas disputavam o comando

---

<sup>339</sup> GUERRA ao florianismo (no PTB capixaba) estaria contando com o apoio de Jango. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 27 mai. 1959.

<sup>340</sup> Ao apresentarmos, em próximo tópico, Mario Gurgel como a única voz de seu partido que se levantou contra o golpe de 1964, falaremos de suas características enquanto um trabalhista independente.

da sigla desde 1954, em 1959, o PTB capixaba ainda era comandado pelos *getulistas pragmáticos* da tendência rubinista que, na iminência de perderem seu posto de coalizão dominante, ainda lutavam para se manter. As manobras continuavam e nova tática era testada pelos aliados de Floriano Rubim. Agora, tratava-se, para os rubinistas, de cercar a aliança ramonista e rangelista por dois lados.

Se os rubinistas não conseguiam emplacar nomes nas indicações das autarquias federais, o plano era operar manobras na Assembleia Legislativa Estadual, com a ajuda dos deputados rubinistas. Esses planejavam licenciar-se de seus mandatos, deixando suplentes, que eram ligados a Rangel e Ramon e que ocupavam funções administrativas, em um imbróglio. Ou tomavam posse na Assembleia Legislativa Estadual, deixando suas autarquias e cargos, ou perderiam a suplência por não assumirem os mandatos.<sup>341</sup> Para isso, os deputados suplentes que ocupavam postos nas autarquias lançaram mão de impetrar mandados de segurança no Tribunal de Justiça, não obtendo êxito<sup>342</sup>.

Mas, se havia uma disputa entre três tendências no PTB capixaba, com manobras de lado a lado, o tempo não espera. Os discursos presentes no segundo Congresso anual da Associação Médica do Espírito Santo, realizado na cidade de Cachoeiro de Itampemirim-ES, entre os dias 4 e 7 de setembro de 1959, demonstram que mudanças chegavam na sociedade.

Após debates sobre mortalidade infantil nos meios rurais, crise da lavoura e reforma agrária, aprova-se uma mensagem endereçada ao governador Carlos Lindenberg, para que se “elev[asse] o nível econômico da população pobre do Estado principalmente no meio rural, onde é maior a falta de recursos financeiros”. Ademais, os participantes do Congresso rogam por crédito e assistência ao pequeno produtor rural e por reforma agrária, de modo a proporcionar “ao maior número possível de

---

<sup>341</sup> MANOBRA rubinista para prejudicar amigos de Ramon e de Rubens Rangel. **A Gazeta**, p. 01, 26 ago. 1959.

<sup>342</sup> DECISÃO unânime: Tribunal não concedeu mandados impetrados por Djalma Juarez e Ely. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 set. 1959.

lavradores pobres, o acesso à posse da terra em que trabalham”. Por fim, e o que é mais revelador, esclarecem que

[...] mesmo que, por hipótese, conseguíssemos saturar nossas cidades com postos de puericultura otimamente instalados em todos os bairros, mesmo assim não se conseguiria obter uma diminuição acentuada e sensível no coeficiente de mortalidade infantil se não se melhorassem as condições econômicas, o padrão de vida de todo o povo<sup>343</sup>.

Para uma parte da sociedade civil organizada, os tempos eram outros. Não bastava somente a prestação de serviços e assistência, de modo que se remediassem os problemas das classes populares sem interferir nas estruturas socioeconômicas. O imperativo era promover uma mudança social, através de medidas concretas que melhorassem as condições de vida e econômica das classes menos assistidas. Sintomaticamente, Ramon de Oliveira Netto representava esse novo pensamento no PTB capixaba e também era médico.

A disputa entre as três tendências do PTB capixaba chegou na composição da Nova Executiva Nacional, em outubro de 1959. Se Floriano Rubim tentava emplacar o nome de Gabriel Vivacqua como membro do PTB capixaba na Nova Executiva Nacional, a bancada federal do PTB, que tinha Rangel e Ramon entre seus membros, vetavam quatro membros na nova composição do comando do partido, entre os quais estava Floriano Rubim, que perdia mais um importante cargo e ganhava a prova da oposição do comando nacional<sup>344</sup>.

Sem os cargos das autarquias da previdência, sem o comando nacional do SAPS, não conseguindo sair da suplência de deputado federal e sem o apoio do comando nacional do partido, Floriano Rubim e seu grupo partiram para a última, e que se constituiu como derradeira, cartada.

---

<sup>343</sup> REPERCUTE no Congresso Médico o problema da reforma agrária. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 10 set. 1959. p. 01.

<sup>344</sup> A nova Executiva do PTB. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 27 out. 1959.

## 5.2 AS ELEIÇÕES DE 1960 E A EXPULSÃO DA ALA RUBINISTA DO PTB CAPIXABA

Era novembro de 1959 e os preparativos para as eleições para a Presidência da República e vice-presidência tomavam a vida política do país. No Espírito Santo, instalava-se um comitê em favor da candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott. A candidatura era uma imposição da Ala Moça do PSD, articulada com a Frente Parlamentar Nacionalista, que tinha Ramon de Oliveira Netto como um dos membros. Assim, membros das alas rangelista e ramonista participavam das conversas que apoiavam as candidaturas do Marechal Henrique Teixeira Lott, do PSD, e de João Goulart, do PTB, para presidente e vice-presidente, respectivamente<sup>345</sup>.

A chapa Lott-Jango só recebia a confirmação de que marchariam juntas em fevereiro de 1960, entretanto, ainda em 1959 o PTB capixaba já estava cindido no que concerne a adesão à chapa. Uma nota, assinada por Rubens Rangel e Ramon de Oliveira Netto em dezembro de 1959, dava conhecimento aos trabalhistas do Espírito Santo de que alguns companheiros se insurgiram contra as deliberações da última Convenção Nacional do PTB e

[...] redigiram manifesto de apôio [sic] a uma luta que só desserviço poderá prestar à causa dos trabalhadores e a nosso povo que enfrenta, com galhardia, a batalha por sua completa emancipação e por melhores condições de vida, sob a bandeira nacionalista e através do desenvolvimento econômico e social.<sup>346</sup>

---

<sup>345</sup> COMITÊ Pró-candidatura de Lott será instalado em Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 nov. 1959.

<sup>346</sup> RANGEL, Rubens, NETTO, Ramon de Oliveira. Aos trabalhistas do Estado do Espírito Santo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 13 dez. 1959.

A nota ainda lembrava que o PTB era um partido jovem e estava em plena fase de democratização interna e de aprimoramento ético dos seus quadros, sendo que, para fazê-lo “um instrumento político à altura de suas responsabilidades históricas, é preciso tempo e também disciplina, respeito e acatamento às decisões que ajudamos a tomar”<sup>347</sup>. A missão histórica, que passava pela retomada de confiança na “Direção Nacional do Partido de GETULIO VARGAS”, era uma “missão libertadora, nacional e social”, cuja “divisão em nossas fileiras só pode interessar aos reacionários e aos trustes internacionais”<sup>348</sup>.

Os discursos presentes na nota do partido demonstram sua “capacidade de acompanhar o debate ideológico da época e de se tornar porta-voz de um discurso que invadia a América Latina e que criara profundas raízes no Brasil” (D’ARAÚJO, 1996, p. 121). A responsabilidade histórica presente na nota “não se tratava mais de defender apenas a manutenção e a extensão dos direitos sociais dos trabalhadores, como inicialmente proposto” (D’ARAÚJO, 1996, p. 121). Era uma missão libertadora, nacional e social, conforme disseram, ou seja, tratava-se de um “discurso nacionalista que, de maneira geral, atribuía as dificuldades dos países sul-americanos às pressões econômicas e aos interesses ‘imperialistas’ da América do Norte” (D’ARAÚJO, 1996, p. 121), em suma, aos interesses que os petebistas capixabas chamaram de reacionários e trustes internacionais.

Não foi possível ter acesso à nota, mas ela parece um desdobramento do que se processou na XI Convenção do PTB, realizada em 1º de maio de 1959, e da composição da nova Executiva Nacional. Na Convenção, o PTB aprovava o Plano de Ação Política, visando a articulações políticas para o pleito de 1960. O documento demonstra que o partido “avançava no seu reformismo programático” (D’ARAÚJO, 1996, p. 128) e foi escrito quase que unicamente por esforço de Fernando Ferrari, tendo boa acolhida entre as diversas tendências do partido.

Porém, sobre a escolha da sua Executiva Nacional, “enquanto avançava no seu

---

<sup>347</sup> Ibid., p. 01.

<sup>348</sup> Ibid., p. 01.

reformismo programático, o partido incorporava pessoas moderadas nos seus quadros dirigentes” (D’ARAÚJO, 1996, p. 128). Era uma derrota para Fernando Ferrari, desejoso de barrar o personalismo em torno da figura de João Goulart. Começava aí uma cisma no PTB nacional, que criaria o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), por esforço de Ferrari, e levaria outros petebistas para o Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Figuras de proa do petebismo estadual, afinados com o grupo janguista do PTB, lançaram um documento que se dirigia a João Goulart e apoiava sua candidatura como vice-presidente na chapa com o PSD, do candidato Marechal Lott. O documento data de início de fevereiro de 1960, antes da XII Convenção Nacional, ocasião em que se votaria a chapa Lott-Jango para o pleito.

A iniciativa vinha do Diretório Municipal do PTB e, segundo defendia-se, estava de acordo com a maioria trabalhista nacional, porque era capaz de manter a unidade partidária, reforçando a campanha de Lott. Conforme dissemos anteriormente, antes da referida convenção, lideranças da ala rangelista e ramonista já participavam das conversas para implantação do Comitê de apoio a Lott no Espírito Santo. Sintomaticamente, a nota é marcada pela assinatura de diversos novos nomes do PTB capixaba e, principalmente, pela ausência das assinaturas dos membros da ala rubinista<sup>349</sup>.

A XII Convenção Nacional se processou entre os dias 17 e 19 de fevereiro e aprovou a chapa Lott-Jango para o pleito que se avizinhava, uma vez que “a bancada do PTB, composta em sua maioria por deputados da corrente nacionalista, emprestava solidariedade a Goulart se este apoiasse a candidatura de Lott” (D’ARAÚJO, 1996, p. 130). Fernando Ferrari não se fazia presente entre os convencionais, uma vez que já fazia campanha pelo PDC como candidato a vice na chapa com Jânio Quadros, do PTN. Na ocasião, Luiz Baptista, Ramon de Oliveira Netto, Floriano Rubim e Rubens Rangel foram os convencionistas capixabas.

---

<sup>349</sup> PTB capixaba quer João Goulart: vice. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 fev. 1960.

Segundo a interpretação de D'araújo (1996), a escolha de Lott pelo PTB tratava-se de uma renúncia ao programa do partido, aperfeiçoado com o Plano de Ação Política aprovado em 1959, em prol de ganhos eleitorais, uma vez que o candidato do PSD afirmava o conteúdo nacionalista, porém, era avesso a influências partidárias e, principalmente, “sustentava uma posição completamente avessa ao diálogo e ao entendimento com posições de esquerda, quer no plano nacional, quer no plano internacional” (D'ARAÚJO, 1996, p. 130). Trava-se de uma espécie de “oportunismo nacionalista” (D'ARAÚJO, 1996, p. 133) do PTB, ambicionando conquistar as fileiras dos militares em torno de seu programa.

O PTB capixaba, conforme mencionamos anteriormente, possuía elementos ligados a Ramon de Oliveira Netto e Rubens Rangel como entusiastas da solução Lott-Jango. Para Ramon de Oliveira Netto, à parte o nacionalismo e a “tentativa de partidarizar as Forças Armadas e transformá-las em agentes estratégicos de apoio às reformas de base” (D'ARAÚJO, 1996, p. 132) fazendo a aliança do partido com setores militares, apoiar João Goulart era, invariavelmente, manter a confiança do comando nacional do partido contra a ala rubinista.

Já se aproximando do pleito de outubro de 1960, o jornal *A Gazeta* denunciava que havia no PTB um grupo, o qual chamou de janista. O veículo oficial do PSD e da candidatura do Marechal Lott atribuía essa atitude a ala liderada por Floriano Rubim contra “os renovadores do PTB capixaba”<sup>350</sup>, usando o apoio como o último recurso em sua sobrevivência política e partidária, posto que fora colocado a uma condição de inexpressividade no PTB local e no PTB nacional.

No plano nacional, os convencionistas que se opunham à chapa Lott-Jango, demonstrando posições nacionalistas mais radicais, defendiam uma candidatura de João Goulart à Presidência. Assim, a partir de maio de 1960 surgiu no PTB o apoio a chapa Jânio-Jango, que optava por apoiar Jânio Quadros à Presidência e João Goulart ao cargo de vice. Segundo D'araújo (1996, p. 133), “este arranjo eleitoral foi uma iniciativa de Goulart” e demonstrava que “o importante era fazer de Goulart o

---

<sup>350</sup> O NOVO PTB e o grupo janista. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 05 ago. 1960. p. 01.

vice-presidente, e diante do mau desempenho de Lott os petebistas ficaram liberados para outras composições: Jânio-Goulart ou Ademar-Goulart” (p. 133-134). Entretanto, não apoiar Goulart como candidato a vice-presidente seria intolerável.

Entretanto, a hipótese que se defende neste caso é a de que Floriano Rubim e seu grupo optaram por apoiar Jânio Quadros, porém não para acompanhar a astúcia política que a estratégia janguista revelava. Floriano Rubim havia sido aliado do comando nacional do SAPS e de postos das autarquias previdenciárias por uma liderança do PSD. O presidente Juscelino Kubitschek, após os escândalos do SAPS, retira a autarquia das mãos de Floriano Rubim que, após esse fato, não recebeu a solidariedade de João Goulart.

Na disputa contra as alas ramonistas e rangelistas, Rubim fora preterido pelo comando nacional do partido. Além disso, o governo estadual estava nas mãos de Carlos Lindenberg, do PSD, a cujo governo Rubim era opositor. Sua opção pela candidatura de Jânio Quadros revela sua última cartada para retomar o comando do PTB capixaba e a superposição das questões regionais aos desígnios nacionais do partido. A opção de João Goulart como vice parecia apenas um pretexto para não se indispor ainda mais com o comando nacional.

Enquanto o então rubinista José Alexandre Buaiz defendia a candidatura do Marechal Lott “dentro de um programa de austeridade, ordem e disciplina”<sup>351</sup>, o ramonista Lucas Prado Netto, secretário do Comitê Estadual Lott-Jango, demonstrava que o nacionalismo daria o tom da campanha no Espírito Santo, tendo “prioridade sobre qualquer questão de ordem pessoal que possa ter existido”<sup>352</sup>.

Se o apoio a João Goulart garantia aos ramonistas apoio na conquista do PTB capixaba, é razoável supor que o grupo liderado por Ramon de Oliveira Netto demonstrava uma nova mentalidade no interior do partido. Para esse grupo, as

---

<sup>351</sup> BUAIZ, José Alexandre. Lott sucederá JK na luta pelo desenvolvimento econômico. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 31 mar. 1960. p. 01.

<sup>352</sup> LUCAS Prado, sobre a Convenção do PTB: Nunca houve maior unidade em torno de candidaturas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 21 fev. 1960. p. 01.

questões locais e regionais deveriam se submeter às alianças nacionais em torno do nacionalismo e reformas. Mesmo tendo um governo do PSD no Espírito Santo que derrotara o partido nas urnas, esses novos petebistas pareciam construir uma relação com o ambiente externo por meio de um programa nacionalista e reformista, muito mais do que por lealdades e disputas regionais. Dessa forma, viam o apoio do PTB como uma fecunda estratégia eleitoral, conforme defendeu Ramon de Oliveira Netto. Entretanto, tal estratégia, independentemente de disputas locais e regionais, visava a um fim, qual seja, fortalecer o programa das reformas e o nacionalismo<sup>353</sup>. Percebe-se, nessa defesa da aliança com o PSD, a clara simbiose entre o reformismo e o pragmatismo.

Esse novo grupo demonstrava, também, que estavam afinados com os sindicatos em torno do programa nacionalista. Dessa maneira, em julho de 1960, lideranças sindicais, muitas delas cerrando fileiras no Conselho Sindical do PTB, fundaram a Frente Operária Nacionalista na sede do PTB capixaba. A ideia era a de construir uma participação mais direta dos trabalhadores capixabas na campanha de Lott e Goulart<sup>354</sup>. Mais do que isso, dias após sua criação, a Frente Operária Nacionalista Pró Candidatura Lott e Jango lançava uma nota repudiando a atitude dos deputados estaduais liderados por Floriano Rubim, que, para a Frente Operária, rasgou compromissos firmados, apoiando o “demagogo e entreguista Jânio Quadros – candidato do Corvo Carlos de Lacerda, responsável pelo assassinato do grande presidente Getúlio Vargas”<sup>355</sup>.

Aproximavam-se as eleições e as oposições entre os rubinistas, ramonistas e rangelistas chegavam a uma extrema polarização. Em 7 de agosto de 1960, por convocação da maioria da Comissão Executiva, o PTB capixaba se reunia para

---

<sup>353</sup> JANISTAS não podem dar a Jango os mesmos votos que o PSD dará. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 09 ago. 1960.

<sup>354</sup> LÍDERES sindicais organizam Frente Operária Nacionalista. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 jul. 1960. FUNDADA ontem (na sede do PTB) a Frente Operária Nacionalista. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 jul. 1960. p. 01.

<sup>355</sup> FRENTE Operária Nacionalista Pró Candidatura Lott e Jango. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 06 ago. 1960.

tomar conhecimento de que Isaac Rubim e outros deputados estaduais, capitaneados por Floriano Rubim, apoiaram publicamente a candidatura de Jânio Quadros. Demonstrando que já não contavam com a maioria na Executiva Estadual do partido, uma nota oficial tirada na reunião considerava uma “atitude que representa TRAIÇÃO ao Partido de Vargas e flagrante desrespeito às decisões expressas em memoráveis Convenções Regional e Nacional”<sup>356</sup>. A nota era assinada, em sua maioria, por diversos novos petebistas, mas também pela ala rangelista, por lideranças ramonistas, e, o que é revelador, por alguns poucos elementos que se comportavam ao lado da ala rubinista em outras oportunidades.

Porém, um aspecto parece confirmar aquilo que defendemos anteriormente como dois dos motivos do não apoio de Rubim a um candidato do PSD para a Presidência: o rechaço a João Goulart e a disputa local com o PSD. Entre os assinantes da nota oficial, havia apenas um deputado estadual petebista, Ewaldo Ribeiro de Castro. Esse comportamento da bancada petebista da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) é visto por Ramon de Oliveira Netto como contrário à candidatura de João Goulart. Conforme comentamos anteriormente, Netto e seu grupo via a aliança com o PSD através do prisma do nacionalismo, e também a percebiam com um certo pragmatismo. Porém, esse pragmatismo dos ramonistas não estava assentado em disputas entre as elites regionais, mas visava ao fortalecimento para a consecução dos objetivos oficiais do partido, das reformas de base e das medidas nacionalistas.

Por outro lado, os deputados estaduais do PTB faziam na ALES oposição ao governo do PSD de Carlos Lindenberg. É razoável supor que, devido também a isso, os deputados estaduais, exceto Ewaldo de Castro, resistiram em apoiar o Marechal Lott e o PSD. Com isso, construir uma aliança com Jânio Quadros, significaria aliar-se a uma força opositora ao PSD na esfera nacional, o que poderia lhes conferir maior poder para fazer frente ao comando do PSD no Espírito Santo. As relações

---

<sup>356</sup> PARTIDO Trabalhista Brasileiro: Seção do Estado do Espírito Santo. **A Gazeta**, Vitória, p. 08, 07 ago. 1960. p. 08.

que essa ala estabeleceu com seu eleitorado passavam pelo uso da máquina pública e dos cargos, tanto no âmbito federal quanto no estadual. Seu comando no partido também dependia dessa influência. Ou seja, os rubinistas colocavam as questões de poder local acima de qualquer outra coisa.

Os petebistas liderados por Ramon de Oliveira Netto e Rubens Rangel estavam dispostos a denunciar o posicionamento da ala rubinista diante das eleições. Dessa maneira, demonstrando seu prestígio junto ao comando nacional do PTB, Ramon de Oliveira Netto, ainda em agosto de 1960, reuniu-se com João Goulart e Baeta Neves. Na ocasião, ficou assentado que Rubens Rangel seria Delegado da Comissão Executiva Nacional junto à Seção Estadual do PTB, com poderes especiais, inclusive, para reestruturar o partido.

No dia 18 de agosto de 1960, o PTB capixaba emitia uma nota comunicando a intervenção. Em tal nota, foi veiculada a ata da reunião extraordinária da Comissão Executiva Nacional do PTB, do dia 8 de agosto de 1960, na qual foi deliberada a intervenção no Diretório do Espírito Santo:

[d]ebatido o assunto [situação do Diretório Regional e Comissão Executiva Regional] deliberou a Executiva Nacional, unanimemente, de acordo com o artigo 33, letra I, do Estatuto do Partido, enviar como seu Delegado especial aquela seção regional o companheiro Rubens Rangel, com todos os poderes que lhe confere o referido artigo e sua letra. Deliberou, ainda, a Executiva Nacional, por unanimidade, e de acordo ainda com o artigo 33, letra i, nomear aquele companheiro para seu delegado junto ao Egrégio Tribunal Regional do Estado do Espírito Santo. Com essas deliberações da Executiva Nacional e de acordo com o artigo 33, letra i, o companheiro Rubens Rangel ficou investido de plenos poderes para dirimir contendas, incentivar a cooperação no desenvolvimento partidário, reorganizar e registrar Diretórios Municipais se o Regional não tiver sido eleito no prazo (141 parágrafo 2º da Lei Eleitoral), bem como estudar a estrutura e funcionamentos dos órgãos regional e municipais.<sup>357</sup>

---

<sup>357</sup> PARTIDO Trabalhista Brasileiro - Seção Espírito Santo: Ao povo e aos trabalhistas capixabas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 ago. 1960. p. 01.

Após dez anos, novamente em uma eleição nacional, o PTB intervinha pela segunda vez no comando do PTB capixaba, de modo que assegurasse sua posição sob os desígnios do comando nacional. Se na primeira vez, em 1950, acusavam Saturnino Rangel Mauro de guiar o partido sob querelas locais e personalismos, tirando-lhe o direito de nomear petebistas para as autarquias federais a partir da vitória nas urnas em 1951, agora a intervenção se dava devido à perda de espaço da ala rubinista no interior do partido enquanto organização, especialmente em torno da indicação dos cargos.

Se não contava com o apoio de boa parte das lideranças sindicais, a escolha dos rubinistas pela candidatura de Jânio Quadros passou a sofrer derrotas nos diretórios municipais do interior capixaba. Os diretórios de cerca de 24 municípios manifestavam o repúdio às preferências dos rubinistas. Sintomaticamente, uma das poucas exceções era o Diretório de Colatina-ES, cuja direção estava nas mãos de Alcy de Almeida, retirado do comando do IAPC pela ala rangelista.

Da mesma maneira, ainda antes das eleições, o PTB tratava internamente da expulsão de Floriano Rubim e denunciava ao Tribunal Eleitoral o uso da sigla do partido pela ala rubinista na campanha de Jânio Quadros<sup>358</sup>. O jornal comunista *Folha Capixaba* acusava a escolha dos rubinistas como vaidade e fruto de interesses pessoais, uma vez que a candidatura do Marechal Lott era vista pelo comunista Hermógenes Lima Fonseca como “imposta pelas condições da conjuntura político-econômico-social que (...) existem a exigir soluções por processos já nitidamente definidos, que não oferecem dúvida, ou seja de caráter nacionalista”<sup>359</sup>.

Às vésperas das eleições, Floriano Rubim obtinha uma vitória jurídica: na 3ª Vara da Comarca de Vitória-ES, conquistava uma liminar suspendendo a reunião da Comissão de Inquérito que decidiria sobre sua situação no PTB capixaba. Diante disso, a ala rangelista aguardava uma decisão do mandado de segurança interposto

---

<sup>358</sup> RUBENS Rangel tratará da expulsão de Floriano. **A Gazeta**, Vitória, p. 07, 11 ago. 1960. JANITAS cometem crime eleitoral usando a legenda indevidamente. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 ago. 1960.

<sup>359</sup> FONSECA, Hermógenes Lima. **Folha Capixaba**, Vitória, p. 01, 06 ago. 1960. p. 01.

no Tribunal de Justiça. Com isso, a disputa entre ramonistas e rangelistas contra os rubinitas escapava da luta partidária e se encaminhava para o poder judiciário.

Mas, mais do que isso, as tentativas jurídicas de Floriano Rubim para continuar no comando do PTB demonstram o que já se defendeu: o quanto o apoio a Jânio Quadros pode ser interpretado como uma luta pelo comando do partido. Mesmo contando com a minoria no partido, Rubim não saiu da sigla para apoiar outro candidato, ele disputava ainda em outras esferas.

Nas eleições de 03 de outubro de 1960, verificou-se a vitória de Jânio Quadros para Presidência da República e João Goulart, para vice-presidência. No Espírito Santo, Quadros obteve sucesso por uma diferença de quase 40 mil votos, demonstrando que a campanha moralista contra corrupção havia “colado”. Na capital, ganhava de Adhemar Barros por pouco menos de mil votos a mais. A eleição para vice-presidente revelou uma tendência maior a penetração do programa trabalhista na capital Vitória-ES, uma vez que Fernando Ferrari obtivera a maior parte dos votos. Já no Estado como um todo, João Goulart ganhava a eleição com diferença de apenas cerca de 5 mil votos para o segundo colocado, Milton Campos. Se a vitória de Fernando Ferrari pode ser atribuída ao prestígio de Mario Gurgel na capital, conforme veremos no próximo tópico, a pequena diferença de votos na vitória de João Goulart pode demonstrar que a divisão no PTB comprometera o candidato.

Parecia uma vitória para Floriano Rubim e seu grupo. O candidato a presidente apoiado pela tendência rubinista havia ganhado as eleições. Era provável que a tendência voltassem a ter os cargos das autarquias federais “nas mãos”, conseguindo, assim, importante recurso de poder nas negociações internas. Entretanto, após as eleições, João Goulart, em reunião com deputados federais em Brasília-DF, prometia expulsar os trabalhistas que apoiaram Jânio Quadros, principalmente no Espírito Santo. Ao que parece, se trair Lott era aceitável desde que fosse para manter firme a candidatura de Goulart, aventa-se que os rubinistas esvaziaram as candidaturas de Lott e de Goulart, por extensão e

intencionalmente<sup>360</sup>.

Em jornal do Rio de Janeiro, Rubens Rangel, respondendo às acusações de Rubim, relembra que ingressou na política pelo PSD, sendo eleito vereador, e que nunca “faltou com seus compromissos” relacionados ao partido, assim como nunca faltara nos dez anos atuando pelo PTB. Segundo ele, o comando do PTB capixaba por Floriano Rubim foi marcado por despotismo, mentira, improbidade e desrespeito aos companheiros. Defende-se dizendo que, ao contrário de Rubim, nunca colocou seus indicados nas autarquias como simples vassalos, conforme Rubim o denunciava. Acusava Floriano Rubim de, às custas dos trabalhadores do SAPS, ter comprado um apartamento em Copacabana, uma Estação de Rádio em Cachoeiro de Itapemirim-ES, um carro de luxo, ser sócio de uma fábrica de papel, ter um avião particular, e etc. Rangel, por outro lado, fala, na entrevista, que nunca teve vergonha de suas origens humildes e de nunca ter cursado o Ensino Superior<sup>361</sup>.

Rubens Rangel entrou no PTB capixaba na mesma época que Floriano Rubim. É provável que tenham entrado quando a coalizão dominante comportando os grupos de Edison Cavalcanti e José Buaiz retiraram Saturnino Rangel Mauro do partido e começaram a abrir o leque de filiações partidárias. Assim, a intervenção nacional no comando do PTB capixaba em 1950 e a prospecção de novos quadros não somente ligados à burocracia do Ministério do Trabalho e aos sindicatos parecem ter marcado profundamente o PTB capixaba.

Mais uma vez, a disputa entre a ala rangelista e a rubinista demonstra as disputas pelos cargos, com acusações pessoais. Não havia um debate de ideias, baseado no programa trabalhista. Percebe-se que os projetos pessoais suplantavam o programa do partido e as ideias reformistas e nacionalistas. A oposição, por sua vez, se aproveitava dessa briga por cargos, egos e comando do partido.

---

<sup>360</sup> JANGO reafirma em Brasília: “Enérgicas providências serão tomadas para expulsão de Floriano e seus seguidores”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 out. 1960.

<sup>361</sup> RUBENS Rangel responde a Floriano Rubim e afirma que não abandonará o PTB. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 01, 02 nov. 1960.

Não foi possível apurar, entre as fontes consultadas, a data exata da expulsão de Floriano Rubim e de seu grupo do PTB capixaba. Porém, sabemos que em maio de 1961, a Convenção do PTB elegera Rubens Rangel como presidente do partido, tendo Argilano Dario e Ramon de Oliveira Netto como, respectivamente, 1º e 2º vice-presidentes. Floriano Rubim e seu grupo já cerravam fileiras no PTN. Surgiam, aí, três outras tendências no PTB capixaba: os ramonistas, os rangelistas e os agilanistas.

### 5.3 O TRABALHISMO DE MARIO GURGEL: *DO GETULISMO AO REFORMISMO*

As eleições de 1960 não dividiram o PTB capixaba somente entre os que apoiaram, oficialmente, Jânio-Jango e os apoiadores da chapa Lott-João Goulart. O então deputado estadual Mario Gurgel também não acompanhara a decisão oficial do seu partido, optando por apoiar Fernando Ferrari, petebista que resolvera se candidatar a vice-presidência pelo PDC. Ferrari articulava um novo partido, o Movimento Trabalhista Renovador, antes mesmo de ser expulso do PTB, após as eleições de 1960.

Mario Gurgel ingressou no PTB em 1950. Em sua primeira eleição, em novembro de tal ano, consagrou-se o vereador mais votado de Vitória-ES, o que auxiliou para que o PTB se constituísse como a maior bancada da Câmara Municipal da capital. Gurgel era uma liderança popular oriunda da Ilha do Príncipe, bairro operário da cidade. Em seu primeiro mandato, Gurgel fora chamado de “líder marmiteiro” pela oposição.

Sua trajetória política acompanhou as duas fases do PTB, antes e depois da morte de Vargas. Sua carreira política e seus discursos demonstram uma grande capacidade de articulação e adaptação às mudanças do tempo. Se em março de 1952, durante seu mandato na Câmara Municipal de Vitória-ES, quem dominava o

PTB capixaba eram os getulistas pragmáticos, cujo trabalhismo correspondia “a uma alternativa ao comunismo e ao socialismo” (DELGADO, 2013, p. 180), Gurgel defendeu que “dev[ia]-se criar um **ambiente hostil ao comunismo** dentro da própria democracia e não servir-se da liberdade democrática para exercer coação contra a pessoa humana”<sup>362</sup>.

Na ocasião, Mario Gurgel condenava a prisão de um comunista e partilhava do pensamento de que “ninguém pode ser preso por ser comunista, mas sim por exercer **atividades contrárias à segurança da nação**”<sup>363</sup>. Dessa maneira, parecia que Gurgel, tal como os getulistas pragmáticos, também “projetava uma forma de cidadania participativa, mas não autônoma” (DELGADO, 2013, p. 181), ou seja, a ordem a segurança nacional seria um limite à participação.

Em outra ocasião, ainda como vereador, defendendo-se das acusações de que era comunista e, paradoxalmente, defensor dos poderosos, o petebista reagia definindo-se como um “intransigente democrata”, “avesso a qualquer extremismo, seja da direita, seja da esquerda”<sup>364</sup>. Sem extremismo, Gurgel priorizava, ainda em 1952, a harmonia social em seus discursos.

Reivindicando que os vereadores aprovassem seu projeto autorizando que o executivo municipal loteasse áreas para a construção de moradias populares, Gurgel relembra que segue o programa do partido, para quem “o desajustamento social é um perigo e um ameaça ao progresso e desenvolvimento” (DELGADO, 2013, p. 184). Ou seja, havia em suas proposições, tal como entre os getulistas pragmáticos, o repúdio ao conflito social, fazendo com que se investisse em um dirigismo estatal. Nos primeiros discursos de Mario Gurgel, assim como nos primeiros anos do trabalhismo dos petebistas, percebe-se que, ao defender determinada posição, os argumentos recaíam sobre “tornar visível a força dos trabalhadores junto à opinião pública e ao mesmo tempo controlar seus possíveis

---

<sup>362</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 mar. 1952. p. 01, grifo nosso.

<sup>363</sup> *Ibid.*, p. 01, grifo nosso.

<sup>364</sup> *Id.*, **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 02 abr. 1952. p. 01.

arroubos conflitivos” (DELGADO, 2013, p. 184).

Entretanto, conforme já dissemos anteriormente, João Goulart foi “o profeta ‘ungido’ pelo carisma” (D’ARAÚJO, 1996, p. 91) logo depois da eleição de 1950. Na VI Convenção Nacional, em 20 de maio de 1952, por indicação de Getúlio Vargas, João Goulart foi escolhido presidente do PTB. À frente do partido, João Goulart estreitou as relações com o movimento sindical e promoveu alianças com os comunistas nos locais onde não se podia derrotá-los.

Já na VII Convenção Nacional do PTB, realizada nos dias 21 e 22 de março de 1953, João Goulart foi reconduzido para a presidência do partido. E, ainda em 1953, Vargas o elevava ao comando do Ministério do Trabalho.

Sua passagem pelo Ministério do Trabalho reformulou as relações entre Estado e classe trabalhadora porque, entre outros elementos, primou pelo diálogo. Diante disso, “Goulart impôs sua liderança no PTB e aproximou-se dos sindicatos e das esquerdas, particularmente o PCB [...] atuava como mediador nos conflitos entre assalariados e capitalistas” (FERREIRA, 2005, p. 113), incentivando a mobilização dos trabalhadores.

Nesse sentido, em outubro de 1953, comentando sobre a III Semana de Estudos Jurídicos, realizado na Bahia, Mario Gurgel discursava que

[...] o **capitalismo, pela sua cegueira e pelo seu egoísmo**, determinou a sua própria extinção. O Brasil tem sido sacrificado de mais (sic). **Basta de andar mendigando** sempre até **diante das nações** que ultimamente mais sofreram com a guerra.<sup>365</sup>

Percebe-se que o discurso de Gurgel estava afinado com a redefinição do PTB no que concerne ao seu programa, ideologia e organização. Conforme Jorge Ferreira (2005) elucida, tratava-se de uma repaginação do trabalhismo aos novos tempos internacionais:

---

<sup>365</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 14 out. 1953. p. 01, grifos nossos.

por um lado, a consolidação dos valores democráticos e o modelo de um Estado de bem-estar social que avançavam na Europa Ocidental e, por outro, a pregação anti-imperialista e de emancipação econômica e política que se expandia pela América Latina (p. 122)

No caminho dessa renovação, Mario Gurgel, em discurso pronunciado em 26 de novembro de 1953, divulgou a visita de João Goulart a Vitória-ES em um momento em que “o Brasil está iniciando uma era de renovação social, marchando para o equilíbrio entre o Capital e o Trabalho”. A renovação seria diferente porque “agora que vai se iniciar a fase industrial da vida econômica do Estado, é preciso evitar que ao lado da riqueza se observe o cortejo de miséria a que se referia Leão XIII na sua carta pontifical”. Ao final de seu discurso, Gurgel roga para que a visita de João Goulart seja um marco de “uma era de harmonia entre as classes, possibilitando o progresso real do país”, posto que, para ele, “a riqueza não é maléfica. Pelo contrário. Cumpre-lhe, portanto, tornar-se fecunda, produtiva, honesta, transformando em bênçãos os lamentos que hoje ouvimos”<sup>366</sup>.

Já em 1954, diante da crise econômica no governo de Getúlio Vargas, o então vereador petebista, Mario Gurgel, sobe à tribuna da casa para se colocar a favor dos novos níveis do salário mínimo. Na ocasião, afirmava não haver crise econômica e financeira propagada pelos “que supõem que apenas aos ricos é dado o direito de viver”. Continuando sua denúncia, reitera que a grande indústria e o alto comércio “estão estabilizando os seus patrimônios às custas da desgraça do trabalhador e de suas famílias”. Por isso, continua: “se desejam a **paz social** devem **ajudar a construí-la**”, posto que “não é justo que se exija, sempre, dos pobres, o sacrifício para o progresso da Nação”. Por fim, emite um alerta para os capitalistas, visto que dependia deles o tipo de revolução social que se construirá no país: “se desejam a **revolução pela evolução** façam **melhor emprego de seus lucros e juros**, senão a

---

<sup>366</sup> CÂMARA Municipal de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 26 nov. 1953. p. 01.

**revolução virá pela violência e a nação será sacrificada**<sup>367</sup>.

Dois elementos presentes nos dois últimos discursos de Gurgel são típicos do período em que viveu, mais precisamente, dos anos a partir de 1950. O primeiro, assenta-se na ideia de que o Brasil caminhava para um destino, qual seja, uma revolução, nas palavras do vereador. Ou seja, havia “uma crença na transformação do presente com o objetivo de construção de um futuro alternativo ao próprio presente”, fazendo com que “as ações humanas projetavam-se, deliberadamente, para a construção do amanhã” (DELGADO, 2013, p. 171). O segundo elemento era a crença de que esse futuro deveria ser alcançado por meio de um desenvolvimento social, em que a paz social dependeria da harmonia entre capital e trabalho. Assim, a modernidade deveria ser sustentada por meio da industrialização, das políticas sociais distributivas e pelo nacionalismo.

Os discursos reformistas e nacionalistas de Mario Gurgel não o impediram de disputar o comando da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, mesmo quando lá havia um petebista indicado pelo governador estadual. Naquele episódio, aliado a Argilano Dario, Mario Gurgel “centrou fogo” no prefeito petebista Serynes Pereira Franco e em seu sucessor, Adelpho Poli Monjardim. Se não era um rangelista, *ipso facto*, devido à briga pelo cargo de prefeito, promoveu aliança com a ala, contra os rubinistas.

Sua administração à frente da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, entre 1957 e 1958, possuiu, em seu início, uma fase mais programática, voltada a atender aos interesses das populações mais pobres da cidade. Essa fase, diante da complexidade do fim de sua administração e das proximidades das eleições de outubro de 1958, se não foi substituída, perdeu *status* para um governo voltado para não contrapor os interesses de seu partido e dos comerciantes da capital, com intuito de que a Prefeitura não fosse a uma bancarrota financeira. Então, se o prefeito trabalhista iniciou seu mandato à frente da Prefeitura de Vitória-ES como um político sensível as aspirações da “raia miúda”, o desenrolar dos fatos e da

---

<sup>367</sup> Id., **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 11 mai. 1954. p. 01, grifos nossos.

conjuntura o obrigou a, se não mudasse de posição, ceder às pressões das elites, ou seja, dos homens de *black tie*.<sup>368</sup>

Se até 1960 Mario Gurgel possuía um alinhamento com os pragmáticos-reformistas liderados por João Goulart e Leonel Brizola, tentando se equilibrar entre suas aspirações de carreira política e o programa do partido, durante as eleições presidenciais de 1960, ele rompe com as determinações oficiais do partido, discordando do acordo promovido entre PTB e PSD, para apoiar Fernando Ferrari, candidato à vice-presidente na chapa liderada pelo PDC.

Durante a campanha eleitoral, Mario Gurgel acompanhou, em diversas viagens ao sul do país, a campanha de Ferrari, que, por sua vez, constituía uma liderança identificado com um grupo que pode ser chamado de *doutrinário trabalhista* (DELGADO, 2013). O grupo concentrava seus esforços “no que se refere à organização do trabalhismo, não exclusivamente sob a forma partidária, mas primordialmente sob a forma de doutrina social” (DELGADO, 2013, p. 188).

Baseado principalmente nas ideias de Alberto Pasqualini, a tendência *doutrinária trabalhista* do PTB nacional advogava um maior papel para o Estado, de modo a dinamizar e promover a justiça social no capitalismo. Assim, o grupo repudiava o “capitalismo individualista” posto que, baseados na Doutrina Social da Igreja, aprovavam a reforma do capitalismo, visando a retirar seu conteúdo de injustiça e de individualismo, “[...] para que pudesse se constituir como antídoto eficaz ao comunismo” (DELGADO, 2013, p. 190). Outra crítica dos doutrinários, era o excessivo personalismo que havia no partido, bem como o pragmatismo eleitoral dos *getulistas pragmáticos*.

Porém, no contexto da cisão de Fernando Ferrari do PTB, “todas as propostas

---

<sup>368</sup> Cf. CARDOSO, Lucian Rodrigues. **Entre a raia miúda e o black tie**: a administração de Mario Gurgel na Prefeitura Municipal de Vitória. 2013. 91 f. Monografia de Final de Curso (Graduação em História) – Departamento de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Orientador: Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira. Disponível em: <[http://lehpi.ufes.br/sites/lehpi.ufes.br/files/field/anexo/lucian\\_mono.pdf](http://lehpi.ufes.br/sites/lehpi.ufes.br/files/field/anexo/lucian_mono.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2018.

programáticas apresentadas por Ferrari acabaram sendo acatadas pelo PTB”, entretanto, se “o PTB foi capaz de absorver suas propostas ideológicas, (...) jamais pôde suportar uma liderança concorrente que pretendia se firmar pela crítica ao chefe-mor do petebismo” (D’ARAÚJO, 1996, p. 128). Na leitura de D’araújo (1986), o rompimento de Ferrari com o partido é “um caso típico de disputa interna pelo poder e de rivalidade entre chefias inadmissível num partido com as origens do PTB” (p. 128). Nessa leitura, Ferrari não estava promovendo um trabalhismo autêntico: saíra do PTB para fundar seu próprio partido, “tão personalista e tão centralizador quanto o PTB” (D’ARAÚJO, 1996, p. 129).

Da mesma maneira, Mario Gurgel, ao sair do PTB capixaba para apoiar o candidato a vice-presidente do PDC e Jânio Quadros, do PTN, não estava afastado dos personalismos e dos cálculos políticos locais. Havia uma nova liderança popular, com prestígio entre os trabalhadores, surgindo no PTB capixaba. Ramon de Oliveira Netto crescia na agremiação sob as asas do comando nacional e de João Goulart. Gurgel disputava o mesmo eleitorado de Ramon de Oliveira Netto. Ambos eram lideranças alinhados com o programa nacionalista e com o programa das reformas e possuíam influências entre as entidades sindicais.

Além disso, a administração de Gurgel na Prefeitura Municipal de Vitória-ES foi marcada por grande crítica do jornal oficial do PSD, *A Gazeta*. Mas, contra os adversários, não se pode contar com a ala rubinista e tampouco a ala rangelista foi capaz de defendê-lo. Assim, enquanto deputado estadual em 1960, Mario Gurgel fazia oposição ao governo pessedista de Carlos Lindenberg. Apoiar outras lideranças, como apoiou Jânio e Ferrari, era uma forma de Gurgel conseguir fazer frente ao comando do PSD na política capixaba, sendo, por isso, impelido a não apoiar o Marechal Teixeira Lott. Sua escolha, em tal momento, foi a de sair do PTB para cerrar fileiras no MTR, fundado por Ferrari.

A influência de Mario Gurgel enquanto vereador mais votado em Vitória-ES por duas vezes, assim como enquanto deputado estadual com maior número de votos na capital, pode ter contribuído para que Fernando Ferrari fosse o mais votado na

cidade em sua candidatura à vice-presidência. Se Ferrari venceu, o outro candidato que Gurgel apoiara, Jânio Quadros, ganhou. Entretanto, o que demonstra que sua escolha de 1960 fora baseada, sobretudo, em cálculos políticos-eleitorais e em certo personalismo, é a refiliação de Gurgel em 1963 ao PTB, após a morte de Fernando Ferrari, por desejo de Goulart. Voltava prestigiado em um contexto mais polarizado e de maior radicalização das propostas do PTB e da política. O PTB precisava, mais uma vez, de sua capacidade de articulação e de elaboração. Gurgel precisava estar, novamente, alinhado com os desígnios dos novos tempos.

Sendo assim, não há como definir Mario Gurgel em um único perfil de trabalhista. Ele não pareceu ser a um só tempo três. Mais do que isto, pareceu ter capacidade de dar respostas diferentes todas as vezes em que a história lhe impunha novos problemas. Sua capacidade *metamorfoseante*, tal como foi a de seu partido, fez dele um indivíduo independente nas disputas internas do PTB capixaba. E também o fez recordistas de votos na capital em seguidos pleitos. Quando se insurgiu contra o desejo do comando nacional do partido, foi expulso e, posteriormente, teve seus esforços reconhecidos. Porém, paradoxalmente, essa capacidade também não o permitiu ter um grupo, e isso lhe faltou na Prefeitura Municipal de Vitória-ES e faltaria também ao PTB capixaba a partir dos anos 1960.

#### 5.4 AS ALAS RANGELISTA, RAMONISTA E ARGILANISTA DOMINAM O PTB: ENTRE O NACIONALISMO, O REFORMISMO E O EMPREGUISMO

Os trabalhistas, a partir de 1961, passaram a se dividir em três siglas, PTB, MRT e PTN. Com isso, o PTB capixaba passou a contar com três tendências, uma vez que a saída de Floriano Rubim e seu grupo fizeram Argilano Dario ocupar o espaço deixado pelos rubinistas.

Após as eleições nacionais, a arena política capixaba se preparava para as eleições

estaduais que ocorreriam em 1962. O PTB, com a saída da ala rubinista, diminuía consideravelmente seu número de deputados estaduais. Os prognósticos eram de que o PTN, agora liderado por Floriano Rubim, e o PTB estariam em campos opostos durante as eleições.

Assim, se o PTN, comandado por Rubim, não marcharia junto a Lacerda de Aguiar devido ao conflito entre os dois na administração anterior de Aguiar, para o jornal *A Gazeta*, no PTB, a situação era diferente. Com a saída de Rubim, na opinião do jornal, o partido “fortaleceu-se moralmente [...] e a sobriedade que tem adotado em sua conduta política tem sido vista com simpatia pelo público”. O PTB, então, “perdeu em número, principalmente de parlamentares, cresceu muito em qualidade, tendendo a adotar uma linha em que o dever cívico está[ria] acima dos interesses pessoais”<sup>369</sup>. Por isso, era provável – o Jornal em questão se inclinava para isso – que o PTB se aliasse ao PSD.

Dessa maneira, o jornal ligado ao PSD demonstra uma satisfação com a expulsão de Floriano Rubim, mas indica, principalmente, que tinha preferência por um PTB que fosse menos pragmático, empreguista e fisiológico. Para *A Gazeta*, se o partido optasse pelo programa, não deveria apoiar Lacerda de Aguiar.

A partir desse prognóstico, o jornal pessedista passou a recorrer ao programa do PTB e à crítica a ocupação dos cargos quando um petebista tentava se projetar. Cumpre lembrar que, em 1960, foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social. Entre diversas medidas adotadas por essa lei, ficou estabelecido que os institutos ficariam sob a fiscalização direta de um Conselho Fiscal (CF), por um Conselho Administrativo (CA). Grosso modo, ao CF competiria fiscalizar a instituição no que concerne, principalmente, às contas que seriam julgadas pelo Tribunal de Contas da União. Já o CA era responsável pela administração geral da instituição e seus membros eram segurados da instituição e representantes do governo, servidores efetivo ou não, e o número de membros variava de acordo com o número de segurados. Ao presidente da instituição, caberia cumprir as designações do CA e

---

<sup>369</sup> DOIS partidos – duas posições. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 07 mai. 1961. p. 01.

proceder aos serviços da instituição. No SAPS, a Lei Orgânica da Previdência Social instituiu medidas semelhantes. A presidência nacional dos institutos, por sua vez, viria com a indicação de um membro da categoria assistida. O executivo perderia também a indicação dos delegados regionais.

Dessa forma, haveria maiores dificuldades para o PTB operar os institutos. Na prática, o que acontecia era que o governo federal pressionava os CAs para que eles substituíssem seus delegados regionais. Assim, o governo Jânio Quadros passou a fazer pressões para que os petebistas capixabas fossem demitidos dos IAPs no Espírito Santo. Por isso, em novembro de 1961, Argilano Dario entregava seu cargo de delegado regional do IAPC. Na ocasião, o jornal *A Gazeta* louvou sua eficiência, que o faria sair prestigiado por todas as categorias, segundo a publicação<sup>370</sup>.

Em seguida, ainda em junho de 1961, a jornalista Ivone Pedrinha de Carvalho Amorim, antiga funcionária do SAPS, assumia como delegada regional da autarquia no Espírito Santo.<sup>371</sup> No mesmo mês, Antonio José da Silva Barbosa, ex-diretor da divisão material da Administração Central do IAPETC, assumia como novo delegado regional.<sup>372</sup>

Os tempos eram dificultosos para o PTB. Sem os cargos das autarquias federais e órgãos estaduais e perdendo boa parte de seus quadros para o PTN e o MTR, tornava-se vulnerável na política capixaba. Na Assembleia Legislativa Estadual, contava apenas com os deputados Ewaldo Ribeiro de Castro, Ely Junqueira, Lourenço Pereira Cardoso e Antonio Jacques Soares. Reestruturando o PTN, saíra de seus quadros Isaac Lopes Rubim, João Corsino, Vicente Amaro da Silva, Luiz Baptista, José Rodrigues de Oliveira, Alcy de Almeida e Jocarly Gomes Sales. Além de Mario Gurgel, este compondo o MTR.

Entre as tendências dominantes do PTB, parecia haver um trauma após as

---

<sup>370</sup> IAPC terá novo Delegado. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 14 jun. 1961.

<sup>371</sup> TOMA posse hoje novo delegado regional do SAPS. **A Gazeta**, Vitória, p. 08, 21 jun. 1961.

<sup>372</sup> DEU-SE ontem a posse do novo Delegado do IAPETC. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 21 jun. 1961.

denúncias de malfeitos nas autarquias federais no final da década de 1950 e após a pecha de partido empreguista e fisiológico. Quando o vereador petebista, Fernando Calazans, presidente da Câmara Municipal de Vitória-ES, autorizou uma polêmica criação de dez cargos sem anuência dos demais vereadores e previsões orçamentárias, o partido se reuniu e o suspendeu por 120 dias. Na ocasião, a Comissão Executiva Municipal, presidida por Argilano Dario, considerou a atuação do vereador “lesiv[a] aos interesses do povo e [aos] ideais trabalhistas”.<sup>373</sup>

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, após resistências de setores militares e com o arranjo parlamentarista, o PTB voltava ao governo, com a posse de João Goulart em 07 de setembro de 1961. Seria a prova de fogo para o novo perfil que o partido queria consolidar. Porém, dois meses depois, havia indícios de que as lutas pelos cargos voltariam ao PTB capixaba. Em novembro de 1961, Arnaldo Andrade, médico petebista, voltava ao cargo de diretor do ambulatório do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência da Previdência Social<sup>374</sup>. Era um sintoma de que o PTB viveria uma dupla personalidade.

O ano de 1962 começava com uma crise institucional, demonstrando a instabilidade do período, que vai de 1961 a 1964. Por ocasião do novo censo demográfico, a Assembleia Legislativa, baseada no Código Eleitoral e no aumento populacional, empossou onze deputados. Contrariado, o Tribunal de Justiça apelou para que a casa desfizesse o ato. Depois de imbróglis, ambos pediram intervenção federal um para o outro, demonstrando uma crise acentuada nas instituições.

As conversas eleitorais entravam nas fases mais decisivas. A estratégia adotada pelo PSD, por meio de *A Gazeta*, foi a de apelar para o desenvolvimentismo e para o nacionalismo presentes no programa trabalhista. Assim, diante da proximidade das definições eleitorais do PTB, o jornal relembra que a administração passada do futuro candidato do PSD, Jones dos Santos Neves, inaugurou uma nova era nos

---

<sup>373</sup> PTB apreciou contratações da Câmara e suspendeu Calazans (por 120 dias). **A Gazeta**, p. 01, 21 ago. 1961. p. 01.

<sup>374</sup> CONFIRMADO na Direção do SAMDU o Dr. Arnaldo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 nov. 1961.

destinos socioeconômicos do Espírito Santo, devido a sua eficiência e planejamento na administração pública. Diante disso, defendeu que o PTB, se fosse considerar os princípios basilares do trabalhismo, “fecharia” com Jones dos Santos Neves nas eleições. Entretanto, se o PTB fizer outra escolha, *A Gazeta* sentenciava que essa “terá decorrido de injunções as mais diversas, nunca, porém, daquela do perfeito enquadramento do candidato aos seus princípios doutrinários”<sup>375</sup>.

Assim, para o jornal, se os quadros que estavam fazendo a “propalada renovação (...) [em que] o respeito e o acatamento às linhas mestras do Partido têm sido invocados e acentuados como razão maior”, não escolhessem Jones, cairiam no risco de “desfigurar o partido naquilo que ele possui de mais sagrado: o seu programa”<sup>376</sup>. A estratégia adotada pelo PSD e seu jornal oficial estava revelada: seria apelar para uma leitura do programa trabalhista, de modo a suscitar lealdades dos petebistas capixabas.

Se “cada decisão deve ser considerada como o resultado – negociado, explícita ou implicitamente - de uma pluralidade de forças no interior da coalizão” (PANEBIANCO, 2005, p. 28), o PSD demonstrava saber que havia uma ala mais programática no PTB capixaba, que ganhava força e que, diante disso, deveria fazer com que ela decidisse e negociasse a seu favor diante das pluralidades de forças no interior da coalizão do PTB.

No caso da expulsão de Rubim, tratou-se da ascensão de uma coalizão alternativa, a ramonista, cuja característica é a de que estavam “prontas para agir e se aproveitar de cada passo em falso” (PANEBIANCO, 2005 p. 28), diminuindo, assim, a “liberdade de escolha” de cada líder.

Da mesma maneira, uma organização abarca diversos objetivos específicos operados pelos agentes, em que “cada qual com estratégias e interesses próprios, a liberdade de escolha dos líderes (mas também dos outros agentes organizativos) nunca é totalmente inexistente” (PANEBIANCO, 2005 p. 28). Dessa maneira,

---

<sup>375</sup> JONES e o PTB *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 03 abr.. 1962.

<sup>376</sup> Id. p. 01.

Floriano Rubim, ao apostar em uma decisão que testaria o tamanho de sua liberdade de escolha, superestimou a perseguição dos objetivos específicos de sua ala. Desafiou a liberdade de escolha em um partido cuja marca é o centralismo e o cultivo do carisma de seu líder máximo.

A ênfase nos incentivos seletivos promovida pela ala rubinista e, de certa forma, pela ala rangelista levou o partido a uma fissura interna e derrocada política eleitoral a partir de 1958. Entretanto, a ala dominante do partido, a rubinista, não fora capaz de absorver os novos *carreiristas*, “militantes interessados (predominantemente) nos incentivos seletivos”, e agradar aos *crentes*, “mais [ligados] à tentativa de alcançar os objetivos oficiais”, que entravam no partido para disputar seu comando. Os objetivos específicos do comando de Florian Rubim e seu grupo não o deixou distribuir incentivos seletivos a outros militantes, tornando esses carreristas “uma área de turbulência ao menos potencial, uma ameaça à ordem organizativa” (PANEBIANCO, 2005 p. 54), porque se não foram cooptados, tornaram-se novos líderes. Ao perder o comando nacional do SAPS e por não possuir cargos nas administrações estaduais, a ala rangelista e seus carreristas tomaram o partido.

Porém, a partir de 1958, com a eleição de Ramon de Oliveira Netto, um novo grupo de petebistas entrou no partido e passou a ter grande influência nos destinos da agremiação a partir de 1960. Essa nova geração de *crentes*, percebendo as denúncias de corrupção no SAPS, as alianças ocasionais com a UDN, e etc., se voltaram contra a coalizão dominante da ala rubinista, porque ela colocava em crise a identidade coletiva ao desenvolver atividades “em contraste com os objetivos oficiais” (PANEBIANCO, 2005 p. 54).

Ao optar pela ênfase nos incentivos seletivos, que “levam a organização a se adaptar ao próprio ambiente”, os rubinistas optaram por se adaptar ao ambiente capixaba, marcadamente rural e oligárquico, em que as relações baseavam-se sobremaneira no clientelismo. Porém, essa estratégia foi acompanhada de violenta oposição das oligarquias e originou uma briga pública entre os rangelistas e rubinistas. Agora, a partir de 1961, com a posse de Jango, o que veremos é um

partido em que as alas rangelistas e argilanistas tendem à adaptação ao próprio ambiente, optando por dominar os incentivos seletivos e, recebendo para isso, a mesma oposição. Já a ala ramonista, com os debates nacionais sobre as reformas polarizando a sociedade, optará por uma estratégia semelhante ao PTB nacional, a de dominação do ambiente. Porém, se “uma estratégia de domínio está geralmente destinada a suscitar reações violentas por parte de outras organizações que se sentem” (PANEBIANCO, 2005 p. 24), não foi o caso do partido. As outras organizações, conforme veremos em *A Gazeta*, suscitarão sempre o programa do partido, defendendo os ramonistas até o momento em que eles também transitarem entre o reformismo e o empreguismo. Assim, a dominação do ambiente capixaba, ao contrário, era propiciada em maior grau através dos incentivos seletivos, ou seja, dos cargos, entre outros. Já optando por enfatizar os objetivos oficiais e o programa do partido, a organização era levada a uma maior adaptação ao ambiente, posto que não fazia frente ao poder das oligarquias.

O que se defende nesta parte do trabalho é que os ramonistas não foram cooptados e começaram a cobrar o desvio dos objetivos oficiais que os rubinistas estavam promovendo. Assim, recorriam aos objetivos oficiais do partido para derrotar os rubinistas. Ao mesmo tempo, para o PSD, era importante invocar o programa, posto que, dando mais ênfase ao programa e menos ao pragmatismo e ao empreguismo, o partido dera provas - como reconheceu *A Gazeta*, por ocasião da candidatura de Rubens Gomes para a Prefeitura de Vitória-ES, em 1958 -, de que era *inofensivo* ao poder dos oligarcas.

Ao mesmo tempo, as políticas voltadas às classes populares urbanas e pequena produção rural eram uma necessidade crescente, e o PTB dera provas de que seu programa se adequava bem a essas necessidades. Assim, o PSD capixaba precisava ter os trabalhistas marchando ao lado, para não perder espaço. Não se poderia correr o risco de permitir o crescimento do PTB nesses setores.

É por isso que em 05 de abril de 1962, *A Gazeta* defende que

[o] PTB com a responsabilidade que tem junto aos trabalhadores, tendo em vista encontrar-se na Presidência da República um dos expoentes máximos de nossa política, terá por certo que arcar com a responsabilidade de orientar a política capixaba, naqueles mesmos prismas seguidos por Jones e orientados pelo inesquecível Presidente Vargas.<sup>377</sup>

Então, se o PTB fica “com a responsabilidade que tem junto aos trabalhadores”<sup>378</sup> o PSD precisava desse apoio. Entre 1950 e 1958, tendo 1954 como auge, o PTB se constitui como a segunda força eleitoral no Estado, promovendo uma ofensiva ao poder do PSD, quando lançou mão do fisiologismo, empreguismo e pragmatismo. Por outro lado, o fisiologismo comprometeu a harmonia organizacional e levou o partido a uma decadência. Isso aconteceu justamente em um período em que os reformistas pragmáticos estavam ascendendo no partido. Vem daí o porquê de João Goulart ter retirado o apoio a Floriano Rubim. Era preciso construir o apoio ao programa das reformas. Seu grupo *exagerou* nos incentivos seletivos, em face dos coletivos. Esse panorama nos leva a concluir que era deveras dificultoso ao PTB ser um partido mais programático e obter êxito e competitividade em um ambiente político como o capixaba, por se tratar de um estado eminentemente rural e oligárquico, em que as relações eram clientelistas se tornavam a principal fonte de poder e dominação.

Se até antes das definições das candidaturas para o pleito de 1962 *A Gazeta* saudava a reestruturação do PTB, quando o partido decide por dar o apoio ao candidato ao governo do Estado, Francisco Lacerda de Aguiar, e não a Jones dos Santos Neves, do PSD, o jornal questiona o critério da escolha. Para os entusiastas da candidatura de Jones, era o caso de se questionar se, “agindo como agiu, terá o PTB, realmente, dado curso a possibilidade de funcionamento de sua doutrina trabalhista? (...) pela massa do operariado”<sup>379</sup>. Atribuía-se, por fim, a escolha de apoiar Chiquinho a uma atitude de conveniência, não de todo o PTB, mas de setores

---

<sup>377</sup> EXAME de consciência. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 05 abr. 1962. p. 01.

<sup>378</sup> Id. p. 01.

<sup>379</sup> O CRITÉRIO do PTB. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 15 abr. 1962.p. 01.

majoritários. Esses estavam contrários a linha doutrinária do partido, porque “acontece que Vargas está morto”<sup>380</sup>.

O desabafo do jornal demonstra, mais uma vez, que o PSD recorria ao programa do PTB para segurá-lo numa aliança. Ao mesmo tempo, está patente que o PTB capixaba tinha prestígio entre os trabalhadores. Sendo assim, para os pessedistas, segurar o PTB em seu programa, seria enquadrar sua área de atuação somente entre os trabalhadores e sindicatos. Para isso, valia a pena retomar Vargas, suas alianças e suas amizades. O ex-presidente era chamado à cena todas as vezes que o PTB optava por seguir outros caminhos, que não os destinados a ele originalmente pelo próprio Vargas. Porém, como o jornal disse, Vargas estava morto. Isto dava ao PTB uma maior “liberdade” para fugir aos desígnios iniciais do partido, visando a uma atuação voltada aos diversos setores da sociedade. Isso, como já dissemos, não interessava ao PSD e às oligarquias de outros partidos.

Sem o apoio do PTB, havia um esforço pela campanha de Jones dos Santos Neves em demonstrar que ele, o candidato ao Senado, Carlos Lindenberg e o PSD gozavam de prestígio junto aos trabalhadores. Se veiculavam que os sindicatos dos motoristas inauguraram uma foto de Lindenberg em sua sede<sup>381</sup>, dias depois, diziam que os trabalhadores da Braspérola e União Manufatora de Tecidos demonstraram apoio às suas candidaturas.<sup>382</sup>

O que também é sintomático na campanha e podem confirmar as ideias acima defendidas é que, o PSD, crítico assíduo de Floriano Rubim no comando do PTB capixaba, costura uma aliança com o seu novo partido, o PTN. Como as acusações em torno da figura de Rubim e seu grupo era a de que brigavam por cargos e deles faziam uso político e eleitoral, *A Gazeta* veicula um plano político, elaborado por Floriano Rubim, que embasaria a aliança.<sup>383</sup> Os rubinistas possuíam número

---

<sup>380</sup> Ibid., p. 01.

<sup>381</sup> TRABALHADORES inauguram retrato de Lindenberg em seu sindicato. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 17 mai. 1962.

<sup>382</sup> TRABALHADORES reafirmam a Jones a sua confiança. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 19 mai. 1962.

<sup>383</sup> FLORIANO Rubim fala sobre convenção: PTN. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 08 set. 1962.

considerável de cadeiras na Assembleia Legislativa Estadual, entretanto, não mais indicavam aliados para autarquias federais e postos da administração estadual. Da mesma maneira, estavam em lado oposto ao PTB, partido mais forte politicamente que o inexpressivo PTN. Nesse contexto, para a hegemonia pessedista, os rubinistas e o PTN eram atrativos.

Nesse mesmo contexto, a televisão chegava no Espírito Santo. Curiosamente, fora o primeiro pleito em que ela se tornou veículo de campanha e propaganda das candidaturas aliadas aos seus donos. Assim, segundo o jornal *A Gazeta*, em entrevista à *TV Vitória*<sup>384</sup>, Ramon de Oliveira Netto se dizia contrário a aliança com Lacerda de Aguiar, sendo ela operada por uma cúpula “que obteve maioria para impingir um homem sem a necessária envergadura para ser Governador do Estado”. Como elogio, o jornal veiculava que “sinceramente, reconhecemos que o Sr. Ramon é demais dentro do PTB. A sua entrevista é mais do que uma confirmação. Mas ele é um homem de partido...”<sup>385, 386</sup>

A *TV Vitória* estava a serviço da chapa formada pelo PSD. Sua operação estava nas mãos do candidato João Calmon, pleiteante a deputação federal. O PSD, dessa maneira, ganhava mais um importante veículo em suas mãos, apesar de a TV, nessa época, não atingir números consideráveis de eleitores. Ainda em agosto de 1962, era anunciada a fase final da ligação para importantes municípios do interior<sup>387</sup>.

Outra estratégia de campanha era veicular dissidências entre os petebistas. Essas,

---

<sup>384</sup> Inaugurada em 08 de setembro de 1962, tratava-se de um esforço de expansão de Assis Chateaubriand, compondo, ao mesmo tempo, um projeto político local. Era retransmissora da TV Tupi, porém contava com programação local. (Cf. MARTINUZZO, José Antônio. A televisão no Espírito Santo: trajetória histórica e conexões socioeconômicas e políticas do modelo. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**: História da Televisão, v. 1, n. 2, p. 21-30, jul-dez. 2012.) Na campanha, foi utilizada pela coligação formada pelo PSD, tendo o candidato a deputado federal, João Calmon, como principal protagonista. COLOCAR A REFERÊNCIA COMPLETA E COLOCÁ-LA, TAMBÉM, NA LISTAGEM FINAL.

<sup>385</sup> RAMON na TV. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 31 jul. 1962.

<sup>386</sup> Infelizmente, não foi possível ter acesso a essas fontes, que se tornaram intrigantes e importantes na campanha política de 1962. Porém, não acreditamos que isso causará grandes problemas às interpretações aqui escritas.

<sup>387</sup> EM fase final a ligação da TV-Vitória com o interior. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 07 ago. 1962.

segundo o jornal, sempre resultavam em adesões ao PTN, de Floriano Rubim. Agora, com Rubim aliado, as lealdades demonstradas a ele não eram frutos de interesses clientelistas. Segundo a reportagem, quando Francisco Volpato, até então presidente do Diretório Municipal do PTB de Rio Novo-ES, indagado porque debandou, disse que não concordava com a conduta das forças coligadas que “pouco se incomodam com a sorte de seus correligionários neste município, não lhes dando a menor assistência e também à promissora união levada a efeito visando a sucessão municipal”<sup>388</sup>. Outras dissidências e adesões ao PTN e MRT eram veiculadas diariamente.

Aventa-se que as debandadas eram presentes nas vésperas do pleito estadual e estavam ligada à reunião de perfis de petebistas que se alinhavam melhor ao rubinismo. Assim, discordantes dos rumos tomados pela agremiação pela ala rangelista e ramonista, optavam por cerrar fileiras no novo partido de Floriano Rubim. Sintomaticamente e com características típicas dos rubinistas todos que comunicavam ter saído do PTB devido ao apoio a Lacerda de Aguiar eram candidato a algum cargo, sobretudo na esfera municipal.

Issto quer dizer que as disputas locais e os personalismos passavam por cima do sentimento partidário. E podemos tributar esse comportamento, também, a uma decisão originária do partido de aumentar o leque de filiações a partir de 1950, não discriminando posições sociais e características de liderança, causando infidelidades ao partido. Pessoas com vagas ou nenhuma identificação programática adentraram ao PTB e era natural que saíssem quando contrariados seus interesses pessoais e locais.

Se a ala ramonista não dava demonstração de apoio a candidatura de Lacerda de Aguiar, apoiada pelo PTB, UDN, PSP, PRP e PDC, ampla frente chamada de *Coligação Democrática*, outras lideranças do partido se colocavam ao lado da Aliança Partidária, formada pelo PSD, PTN e PRT, que apoiava Jones dos Santos

---

<sup>388</sup> MAIS uma debanda: Francisco Volpato (do PTB de Rio Novo). **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 19 ago. 1962. p. 01.

Neves. À essa altura, as decisões do comando estadual do partido eram tributadas apenas às alas rangelistas e argilanistas. Os interesses locais e pessoais se sobrepunham aos desígnios partidários. Em Cachoeiro de Itapemirim-ES, o rubinista Nello Vola Borelli anunciava o apoio do Diretório Municipal do PTB a Jones dos Santos Neves, alegando que ficaria ao lado dos trabalhadores de sua cidade.<sup>389</sup>

Como resposta, Rubens Rangel concedeu entrevista afirmando que “o sr. Nelo Borelli de há muito estava em regime de suspeita, dando mesmo a impressão de que, mais cedo ou mais tarde, iria trair os compromissos assumidos pelo nosso Partido”<sup>390</sup>.

Na apuração das eleições, verificava-se que o PTB continuava hegemônico em Vitória. Na ocasião, quinze vereadores foram eleitos, mas apenas quatro deles conseguiam a reeleição. O PTB renovava seus quadros na Câmara Municipal de Vitória. Mesmo assim, se tornava a maior bancada, posto que elegia três vereadores, José Inácio Ferreira, Arnaldo Pinto da Vitória e Arivaldo Favalessa, contra dois de cada um dos partidos UDN, PSP, PSD, PTN e MTR; um de cada do PDC e PRP. Além disso, elegia também o prefeito Sólon Borges.

No pleito estadual, a Coligação Democrática elegeu Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, que ganhou, na capital e no interior, de Jones dos Santos Neves. O vice-governador eleito foi o petebista Rubens Rangel, pela Coligação Democrática, ganhando, na capital e no interior, de Moacyr Brotas e Ademar Martins, do PDC. Para a Câmara Federal, entre os oito deputados federais eleitos, Argilano Dario e Ramon de Oliveira Netto eram eleitos pelo PTB, este último reeleito.

---

<sup>389</sup> TOTAL apoio do PTB de Cachoeiro a Jones desarvora completamente os descoligados. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 05 out. 1962.

<sup>390</sup> RUBENS Rangel ataca os petebistas e o povo esclarecido de Cachoeiro. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 06 out. 1962.

TABELA 15 - Eleições para Governador e Vice-Governador do Estado do Espírito Santo – 1962

<b>Eleições de 07 de outubro de 1962</b>				
<b>Governador do Estado</b>				
<b>Legendas/ Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>		
		<b>Capital</b>	<b>Interior</b>	<b>Total</b>
<b>Eleito</b>				
PTB/UDN/PSP/ PRP/ PDC (Coligação Democrática)	Francisco Lacerda de Aguiar	15.100	99.486	114.586
<b>Não eleito</b>				
PSD/PTN/PRT (Aliança Partidária)	Jones dos Santos Neves	12.569	93.104	105.673
	Votos nominais	27.669	192.590	220.259
	Votos brancos	1.024	20.739	21.763
	Votos nulos	372	6.192	6.564
	Votos apurados	29.065	219.521	248.586
<b>Vice-Governador do Estado</b>				
<b>Legendas/ Coligações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>		
		<b>Capital</b>	<b>Interior</b>	<b>Total</b>
<b>Eleito</b>				
PTB/UDN/PSP/PRP (Coligação Democrática)	Rubens Rangel	10.739	70.516	81.255
<b>Não eleitos</b>				
PSD/PTN/PRT (Aliança Partidária)	Moacyr Brottas	4.527	49.831	54.358
PDC	Ademar Martins	8.489	41.433	49.922
	Votos nominais	23.755	161.780	185.535
	Votos brancos	4.864	47.644	52.508
	Votos nulos	446	10.097	10.543
	Votos apurados	29.065	219.521	248.586

Os números da capital correspondem apenas a 1ª Zona, pois a 26ª Zona diz respeito aos municípios de Cariacica-ES, Serra-ES e Viana-ES,, que também faziam parte da Circunscrição Eleitoral de Vitória-ES.

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 16 - Eleições para Senador da República do Estado do Espírito Santo - 1962

---

**Eleições de 07 de outubro de 1962**

---

**Senadores e Suplentes de Senadores da República**

---

Legendas/ Coligações	Candidatos	Votações		
		Capital	Interior	Total
<b>Eleitos</b>				
PTB/UDN/PSP/PRP/PD C (Coligação Democrática)	Eurico Rezende	16.521	95.376	111.897
	Suplente: Paulo Barros Raul Giuberti	11.987	76.820	88.807
<b>Não eleitos</b>				
PSD/PTN/PRT (Aliança Partidária)	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	11.347	72.682	84.029
	Suplente: João de Medeiros Calmon Olimpio José de Abreu	7.067	49.054	56.121
	Suplente: Napoleão Fontenelle da Silveira			
	Votos nominais	46.922	293.932	340.854
	Votos brancos	10.620	136.815	147.435
	Votos nulos	588	8.295	8.883
	Votos apurados	58.130	439.042	497.172

Os números da capital correspondem apenas a 1ª Zona, pois a 26ª Zona diz respeito aos municípios de Cariacica-ES, Serra-ES e Viana-ES, que também faziam parte da Circunscrição Eleitoral de Vitória.

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 17 - Eleições para Deputados Federais do Estado do Espírito Santo por partido - 1962

<b>Eleições de 07 de outubro de 1962</b>				
<b>Deputados Federais</b>				
<b>Legendas/ Coligações</b>	<b>Votações</b>			<b>Número de eleitos</b>
	<b>Nominais</b>	<b>Legendas</b>	<b>Totais</b>	
PTB/UDN/PSP/PRP (Coligação Democrática)	111.047	324	111.371	3 + 1 = 4
PSD/PTN (Aliança Partidária)	102.602	357	102.959	3 + 1 = 4
	Votos nominais/de legendas		214.330	
	Votos brancos		30.539	
	Votos válidos		244.869	
	Votos nulos		3.717	
	Votos apurados		248.586	
	Representação			8
	Quociente eleitoral			30.609

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 18 - Eleições para Deputados Federais do Estado do Espírito Santo pela Coligação Democrática - 1962

<b>Eleições de 07 de outubro de 1962</b>	
<b>Deputados Federais</b>	
<b>PTB/UDN/PSP/PRP - (Coligação Democrática)</b>	
<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleitos: 04</b>	
Oswaldo Zanello Vieira da Costa	29.412
Antônio Gil Vellozo	16.953
Argilano Dario	16.943
Ramon de Oliveira Netto	16.568
<b>Suplentes</b>	
Dulcino Monteiro de Castro	14.825
Asthênio Bagueira Leal	9.670
Lourival de Almeida	6.676
Votos nominais	111.047
Votos de legendas	324
Total de votos do PTB/UDN/PSP/PRP (Coligação Democrática)	111.371

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 19 - Eleições para Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo por partido - 1962

<b>Eleições de 07 de outubro de 1962</b>				
<b>Deputados Estaduais</b>				
<b>Legendas/ Coligações</b>	<b>Votações</b>			<b>Número de eleitos</b>
	<b>Nominais</b>	<b>Legendas</b>	<b>Totais</b>	
PSD	63.805	250	64.055	11 + 2 = 13
PSP	52.293	178	52.471	9 + 1 = 10
PTB	43.940	139	44.079	7 + 2 = 9
UDN	37.562	59	37.621	6 + 1 = 7
PRP	18.689	15	18.704	3
PDC	6.043	4	6.047	1
PSB	2.447	6	2.453	-----
Votos nominais/de legendas			225.430	
Votos brancos			17.730	
Votos válidos			243.160	
Votos nulos			5.426	
Votos apurados			248.586	
Representação				43
Quociente eleitoral				5.655

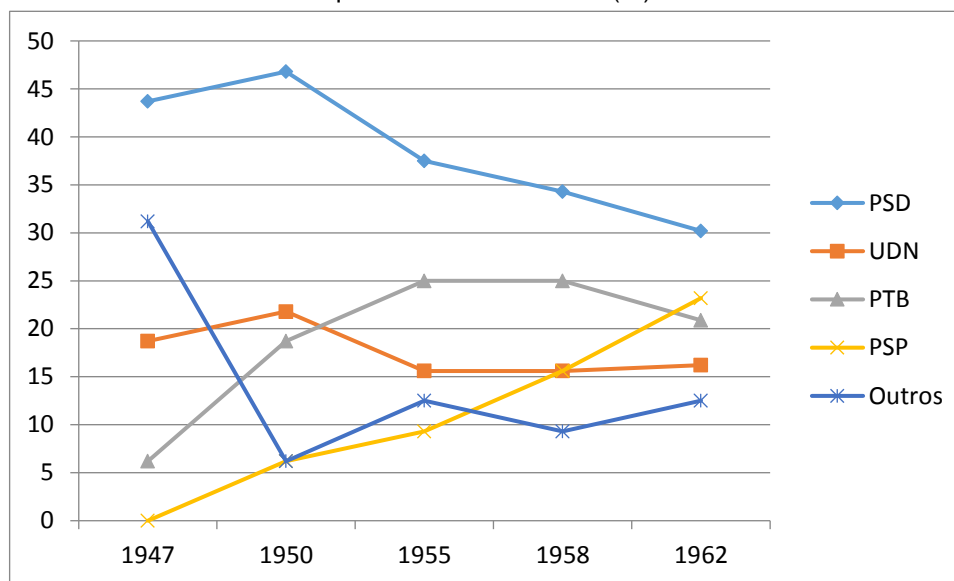
Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TABELA 20 - Eleições para Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo pelo PTB - 1962

<b>Eleições de 07 de outubro de 1962</b>			
<b>Deputados Estaduais - PTB</b>			
<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votações</b>
<b>Eleitos: 09</b>			
Luiz Baptista	2.622	Antônio Ferreira de Carvalho	2.529
Antônio Jacques Soares	2.517	Ely Junqueira	2.159
Antônio Alves Duarte	2.154	José Teixeira Guimarães	2.128
Adalberto Simão Nader	2.122	Mário Vieira Bicalho	1.954
Renato de Araújo Maier			1.934
<b>Suplentes</b>			
Manoel Monteiro Lobato	1.856	Tolentino Xavier Ribeiro	1.737
Galvão de São Martinho			
Lino Santos Gomes	1.650	Moacyr Tardin de Figueiredo	1.580
Waldomiro Martins Ferreira	1.498	Nicolau Depes	1.461
Fenelon Barbosa da Silva	1.442	Darcy Francisco Pires	1.402
Naly da Encarnação Miranda	1.302	Lourenço Pereira Cardoso	1.293
Hugo Borges	1.107	Carlos Boechat Machado	889
Paulo Pimentel do Nascimento	795	Boaventura Guimarães Filho	771
Adilon Cassimiro de Mattos	619	Orlando Barreto	604
Lucas do Prado Netto	589	José João do Sacramento Júnior	588
José Ribeiro Filho	572	José Ribeiro da Costa	539
Enestino Lyrio do Nascimento	508	Tuffi Bouchabki	352
Diomário José Vieira	251	Elauro Zacarias de Oliveira	216
Luiz Mill	158	Eurípedes Eduardo de Souza	42
		Votos nominais	43.940
		Votos de legenda	139
		<b>Total de votos do PTB</b>	<b>44.079</b>

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

**GRÁFICO 1** - Desempenho eleitoral dos principais partidos na Assembleia Legislativa – 1945-1962 – quantidade de cadeiras (%)



Para a Assembleia Legislativa, o PTB promovia ampla renovação. Dos oito deputados eleitos pela sigla, apenas dois se reelegeram, Ely Junqueira e Luiz Baptista. Os outros seis foram eleitos pela primeira vez ao cargo de deputado estadual. Eram eles: Antônio Jacques Soares, Adalberto Simão Nader, Renato de Araújo Maier, Antônio Ferreira de Carvalho, José Teixeira Guimarães e Mário Vieira Bicalho. A renovação da bancada tornava inviável qualquer volta e influência dos rubinistas no PTB capixaba. Mas o “racha” que ocorreu em 1958 levou o partido a perder número de cadeiras na Assembleia Legislativa Estadual, dando brechas para o PSP crescer, conforme o Gráfico 1.

Após a expulsão dos rubinistas e a renovação de estratégia do partido, O PTB voltou a ser a segunda bancada da ALES, com oito deputados, atrás do PSD, com treze e retomava a hegemonia em Vitória-ES. Além disso, fazia agora parte do governo federal e estadual, tendo o presidente da República e o vice-governador entre os seus. Mesmo diante da renovação, voltava a ser uma ameaça aos oligarcas, principalmente do PSD. Com isso, era necessário combater a ocupação dos cargos das máquinas federais e estaduais pelo partido, sob o risco de novo *ressurgimento*, à exemplo da década de 1950.

Agora, também, o PTB era governo com Lacerda de Aguiar. Ao partido, coube as secretarias de Viação, Saúde e de Governo. Estas foram ocupadas, respectivamente, por Antônio Alves Duarte, Renato Maier e José Alexandre Buaiz. Cabia também ao PTB, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Superintendência do Porto de Vitória-ES.

Diante disso, a oposição que sofrera uma derrota inesperada no pleito estadual, volta a criticar as indicações políticas do PTB. Cabe ressaltar que, a partir de 07 de janeiro de 1963, após um plebiscito que decidiu pelo presidencialismo, João Goulart voltou a ser o comandante máximo do país, fazendo o PTB retomar a disputa pelas indicações para as autarquias previdenciárias.

Dessa maneira, *A Gazeta* tece diversos elogios a administração do SAPS fora das mãos petebistas, assim como publica um edital em que uma ex-servidora do órgão é intimada a devolver quantias, “sob pena de ter decretada a sua prisão administrativa, com a competente abertura de inquérito policial”<sup>391</sup>. Dias depois, acusa Ramon de Oliveira Netto de influenciar a substituição do Diretor dos Correios e Telégrafos para o Estado do Espírito Santo, contrariando os interesses da UDN<sup>392</sup>.

Com elevação de Jango à presidente de República, de fato, restabeleceu-se as indicações petebistas aos cargos estaduais e federais. Nesse contexto, Adyr Sebastião Baracho era empossado, por indicação do PTB, como presidente da COAP no Espírito Santo, órgão federal, vinculado a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). Já para as Secretarias Estaduais, havia uma disputa interna no PTB. Na de Viação e Obras públicas, Rangel conseguira impor sua vontade. Já na Superintendência dos Portos, havia uma indisposição entre PTB e os trabalhadores portuários, demonstrando a presença de um dirigismo e fisiologismo, que poderia indispor o partido com suas bases.

A oposição usava como denúncias as negociações internas do PTB pelos cargos.

---

<sup>391</sup> MINISTÉRIO do Trabalho, Indústria e Comércio: Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS: Edital. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 24 nov. 1962. p. 01.

<sup>392</sup> NOMEAÇÃO de novo Diretor dos Correios surpreendeu. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 06 dez. 1962.

Assim, insinuava que Argilano Dario declarou guerra ao prefeito de Vitória, Sólton Borges, também do PTB, por este não preencher a máquina municipal conforme seus desejos. Em outra oportunidade, a briga era sobre o novo delegado regional do IAPC<sup>393</sup> e os pedidos de Luiz Baptista para que seus correligionários ocupassem postos na Universidade Federal do Espírito Santo (à época, chamada de UES).<sup>394</sup>

Em relação a indicação para a Secretaria Estadual de Saúde, abordava-se uma disputa entre as alas rangelista e ramonista. Ramon de Oliveira Netto, médico reconhecido no norte capixaba, não aceitara a ingerência dos rangelistas em uma área de seu domínio, conseguindo, assim, empossar o deputado estadual Renato Maier, também médico.<sup>395</sup> A disputa pode ser interpretada por uma questão técnica. Ramon era médico e indicou um profissional de sua área para o cargo, de modo a demover indicações políticas, sem obedecer a critérios razoavelmente técnicos. Porém, é provável que a luta pelo cargo possa ser vista como a conquista de uma importante ferramenta na disputa interna do partido. Impor um elemento técnico da área médica sob influência dos rangelistas poderia abrir uma concorrência para Ramon na conquista de bases eleitorais, assentadas no atendimento de questões sanitárias.

Agora, no ano de 1963, o outrora considerado, pela oposição, “baluarte” do nacionalismo, Lucas Prado Netto, da ala ramonista, era transformado no mais autêntico “pelego”, porque, segundo *A Gazeta*, estava metido em todas as repartições “trabalhistas”, “em busca de vantagens e bocas”, ocupando as indicações da reitoria da UES<sup>396</sup>. O jornal opositor mencionava que a Universidade estava sendo operada por Ramon de Oliveira Netto e seu grupo que, dando ordens ao Reitor Manoel Xavier Paes Barreto, conseguiu a nomeação de 114 funcionários

---

<sup>393</sup> PRAÇA Oito. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 16 fev. 1963.

<sup>394</sup> Id., **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 02 mar. 1963.

<sup>395</sup> NA briga das alas Ramon e Rangel a primeira levou a melhor: Saúde. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 23 mar. 1963.

<sup>396</sup> Id., **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 21 mar. 1963. p. 1.

para a reitoria da UES<sup>397</sup>.

Na ocasião, o Conselho da União Estadual dos Estudantes do Espírito Santo, composto pelo Presidente da UEE e pelo Presidente dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades do Estado, lançou uma nota oficial, entre outras reivindicações, exigindo “adoção de critério seletivo mais justo e democrático para o preenchimento de vagas de professores assistentes e servidores da UES, sem ingerências políticas de grupos estranhos à Universidade”<sup>398</sup>. Estava patente que o PTB vivia um dilema: estava entre o nacionalismo, o reformismo e o empreguismo. Era preciso manter o equilíbrio, sob risco de perder o apoio das entidades classistas.

A história punia e ensinava os petebistas. Ganhar eleições era importante, porém, o que parecia conferir o comando do PTB capixaba às coalizões dominantes eram o apoio do comando nacional e os cargos. No mesmo momento em que Floriano Rubim perdeu a eleição, surgiu a ala ramonista. Os ramonistas estavam mais afinados com as questões nacionais, principalmente as reformas e o nacionalismo, e passariam a disputar posições com o grupo de Rubens Rangel..

## 5.5 UMA CIDADANIA PARTICIPATIVA SE CONSOLIDAVA: *MIOPIA REACIONÁRIA* E DIRIGISMO

A partir da década de 1960, o PTB acompanhou as ideias disseminadas na América Latina que, sob o nacionalismo, viam as pressões imperialistas, sobretudo norte-americanas, como um entrave à modernização e ao desenvolvimento dos países latino-americanos. Como forma de dar respostas a esse problema, o partido levou como bandeira uma série de reformas, conhecidas como reformas de base.

---

<sup>397</sup> Id., **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 22 mar. 1963.

<sup>398</sup> UEE dá prazo ao Reitor para formação do Conselho Universitário, verberando as nomeações políticas da Universidade. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 30 mar. 1963. p. 01.

(FERREIRA; GOMES, 2014, p. 76)

A partir de 1956, o PTB integrava a Frente Parlamentar Nacionalista (FNP) com outros partidos, assim como possuía internamente o Grupo Compacto, cujos integrantes defendiam as reformas de base, porém sem os ditames de João Goulart e Leonel Brizola. Em 1963 outra frente surgia. Tratava-se da Frente de Mobilização Popular (FMP), que, sob a liderança de Leonel Brizola, propunha reformas de base nos moldes radicais, “na lei ou na marra”. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 76)

Tratava-se de um período em que “parte importante da população constituiu-se como ator de um processo” sob “manifestações participativas, qualitativamente novas, posto que definidas por um forte potencial de autonomia em relação ao Estado” (DELGADO, 2013, p. 174). Entretanto, esse movimento também foi “marcado por resquícios do autoritarismo paternalista intrínseco ao ‘populismo’” (DELGADO, 2013, p. 174).

Nessa conjuntura,

as manifestações coletivas da cidadania conformaram um tempo no qual a representação do reformismo nacionalista no imaginário social de parte substantiva da população impulsionou manifestação, até então inédita na vida política nacional, do sujeito histórico coletivo (DELGADO, 2013, p. 173).

No PTB capixaba, desde o final da década de 1950, novas lideranças ascendiam ao comando do partido com propostas nacionalistas e reformistas. Em 1960, em entrevista ao jornal *A Gazeta*, o ramonista Lucas Prado Netto, identificado como “um dos líderes dos movimentos nacionalistas surgidos no Espírito Santo”, denunciava a presença estrangeira nas concessões de serviços públicos, como o setor energético, “fator primordial para o desenvolvimento econômico de um Estado ou uma região”<sup>399</sup>. É pertinente lembrar que havia um debate em torno da concessão de

---

<sup>399</sup> LUCAS Prado à reportagem: “A política do governo estadual é sem dúvida desenvolvimentista”. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 18 jan. 1961. p. 01.

serviços públicos, mormente entre aqueles que só admitiam a iniciativa privada e os que defendiam a intervenção estatal. Lucas Prado Netto demonstrava o lado que seu grupo ocupava no debate, uma vez que

o Espírito Santo – disse ainda – nos conta uma triste história de como é maléfico para os interesses de um povo o serviço público explorado por uma concessionária de energia elétrica e o exemplo poderá servir para outros povos, no sentido de evitar-se que os interesses de uma coletividade fiquem subordinados aos de uma entidade alienígena.<sup>400</sup>

Já no início de 1963 o grupo de Lucas Prado Netto, liderado por Ramon de Oliveira Netto, já estava consolidado no comando do PTB capixaba. Durante a composição do secretariado e a lotação dos cargos do governo estadual de Francisco Lacerda de Aguiar, setores do PTB capixaba demonstravam que havia limites no incentivo à mobilização e à participação popular. No governo que começava, ao PTB capixaba foram prometidos: as Secretarias de Viação e Obras e de Saúde, o Departamento de Estradas de Rodagem e a Superintendência do Porto de Vitória-ES. Mas, na mesma campanha, Lacerda de Aguiar prometeu aos trabalhadores portuários que o superintendente seria por eles indicado. Rubens Rangel, por sua vez, pressionava para que a indicação ao cargo permanecesse com o partido.

Ainda no início do governo, o PR exigia que Lacerda de Aguiar, Chiquinho, colocasse como Superintendente do Porto, o ex-superintendente Wellington Barcelos. Os trabalhadores portuários, quando consultados, demonstravam sua repulsa e acusavam Barcelos de contrair 25 milhões de dívidas com o IAPM, dinheiro descontado dos trabalhadores e não recolhido.<sup>401</sup> Era um tempo em que se tornava dificultoso falar e tomar posições em nome dos trabalhadores, eles demonstravam maior força e exigiam ser ouvidos em suas próprias posições. Uma

---

<sup>400</sup> LUCAS Prado à reportagem: “A política do governo estadual é sem dúvida desenvolvimentista”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 jan. 1961. p. 01.

<sup>401</sup> MUDANÇA na APV: Sindicatos dizem “não” ao Governo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 16 mai. 1963.

experiência de cidadania participativa se consolidava, assim, cumpre investigar como o PTB se comportou diante desse novo período.

Argilano Dario, liderando a ala argilanista do partido, disputava o comando do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DER) com Rubens Rangel e seu grupo.<sup>402</sup> José Teixeira Guimarães, deputado estadual pelo PTB, fazia “pesadas” críticas ao diretor do DER, Jorge Minassa, afirmando que o mesmo não era do partido.<sup>403</sup> Ou seja, uma parte do PTB ainda optava pelo empreguismo e pelas disputas internas pelos cargos.

Nesse sentido, após perder o comando das autarquias previdenciárias durante o governo de Jânio Quadros e após a Lei Organânica da Previdência Social, o partido, agora em 1963, com João Goulart como presidente da República, voltava a disputar os postos. Porém, a disputa não se dava somente contra os interesses de outros partidos. Os trabalhadores organizados em sindicatos e conselhos disputavam as indicações. O partido, dessa maneira, passou a viver o dilema de depender dos empregos e cargos para fortalecer a estrutura partidária, porém não poderia correr o risco de perder prestígio entre sua base que crescia, os trabalhadores.

Diante das ameaças de troca no comando do SAPS, o Conselho Sindical ratificou o apoio a então delegada regional da autarquia, Ivone Amorim. Para isso, foi recomendado que os filiados ao Conselho não assinassem nenhum documento sobre esse assunto. Na mesma oportunidade, os trabalhadores organizados aprovavam as indicações de dois operários classistas para o comando de seus respectivos IAPs, Alcyr Correia da Silva, para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP), e Osvaldo Mármore, para o IAPM.<sup>404</sup> Ao que parece, o sindicalismo estava mais forte e mais organizado e, diante disso, combatia com mais vigor o dirigismo.

A força crescente dos trabalhadores fica ainda mais evidenciada com a circular que

---

<sup>402</sup> HORA Política: coisas do PTB. **A Gazeta**, Vitória, p. 03, 19 jun. 1963.

<sup>403</sup> ESTÁ com os dias contados: PTB contra Diretor do DER. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 03 set. 1963.

<sup>404</sup> CONSELHO Sindical ratificou apoio a Ivone Amorim. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 17 abr. 1963.

o delegado regional do IAPETC no Espírito Santo, Antonio José da Silva Barbosa, recebeu do presidente do órgão. Nela, era exigido que se mantivesse estreito contato entre a autarquia com os sindicatos, de modo a ouvir os desejos dos segurados, posto que

o diálogo franco e sincero entre a autoridade constituída e os dirigentes sindicais pareceu-nos a solução indicada para o estabelecimento de um entendimento duradouro com os nossos segurados, através dos respectivos órgãos de classe.<sup>405</sup>

Se por um lado os trabalhadores exigiam ser ouvidos e lutavam para isso, por outro, dirigentes e políticos, desejosos de maior apoio político e eleitoral, se sentiam obrigados a ouvi-los. Mas, essa estratégia não estava posta em todas as alas do PTB capixaba. Por esforço de Argilano Dario, o petebista Sebastião Baracho assumia a Comissão de Abastecimento e Preços do Espírito Santo. Na solenidade de posse, reconhecia os esforços de Dario em sua indicação.<sup>406</sup> Se o problema dos preços dos alimentos era muito presente na década de 1950, ter nas mãos o SAPS e influência na COAP se tornou grande trunfo nas mãos do PTB capixaba, conforme já observamos. Mas, agora, outros problemas se mostravam igualmente importantes, porém Dario e seu grupo pareciam ainda lutar pelos cargos nessas autarquias.

Esse comportamento da ala argilanista entrava em choque com os trabalhadores capixabas. Se o novo delegado do IAPC seria empossado, as entidades sindicais tentavam obter para si o cargo, porém se esbarravam em dispositivos legais que reservavam o cargo para servidores da própria instituição, uma vez que consideravam tal cargo de direção intermediária. Se durante o governo de Jânio

---

<sup>405</sup> PRESIDENTE do IAPTEC quer reunião mensal com os líderes sindicais. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 abr. 1963. p. 01.

<sup>406</sup> BARACHO (em solenidade simples) recebeu COAP das mãos de Barcelos. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 15 jun. 1963.

Quadros houve uma pressão que retirou Argilano Dario da delegacia regional do IAPC, agora, em 1963, os papéis se invertiam e Dario enfrentava o Conselho que antes o demitira. Agora, usava sua influência de deputado federal governista para pedir nomeação de novo delegado regional, funcionário da instituição.<sup>407</sup>

No mesmo sentido, Arivaldo Atílio Favalessa, vereador petebista em Vitória-ES, denunciava que a substituição de Ivone Amorim no SAPS, em julho de 1963, "surpreendeu os meios sindicais vitorienses, os quais chegaram a endereçar moções de apoio à atual delegada com destino à Presidência da República, quando pela primeira vez foi anunciada o seu afastamento".<sup>408</sup> A nova delegada regional era Dolores Nonato, indicada por pressão do PTB capixaba.

Porém, em 1963, havia um esforço crescente de mobilização e participação popular. Propostas que visavam a atender aos interesses dos trabalhadores também estavam em pauta. Assim, no Espírito Santo, acompanhando o cenário nacional, criou-se a comissão que iria regulamentar Estatuto do Trabalhador Rural, que conferiria assistência médica e social ao homem do campo. Ou seja, havia perspectiva de que as oligarquias capixabas fossem atingidas em sua relação clientelista e coercitiva com a maior parte dos trabalhadores capixabas.

Em março de 1963, as lavadeiras e empregadas domésticas de Vitória-ES e adjacências elegiam a primeira direção de sua Associação com a presença de 504 eleitoras. A entidade criada daria às suas associadas assistência médica e social, inclusive auxílio-doença, e possuía perspectiva de assistência funerária e de criação de seu departamento jurídico. Somente em 2013, com a chamada PEC das Domésticas, essas trabalhadoras - após uma luta de quase 80 anos -, tiveram seus direitos equiparados aos dos demais trabalhadores. Isso, por si só, demonstra a importância da experiência de participação, organização e mobilização popular que crescia nesse período, podendo ser, sim, considerada um dos principais avanços do período e que foi destruído pelos acontecimentos de 1964.

---

<sup>407</sup> A Hora Política. **A Gazeta**, Vitória, p. 03, 18 jun. 1963.

<sup>408</sup> DOLORES Nonato a nova titular: SAPS regional. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 07 jul. 1963. p. 01.

Ainda no campo da experiência da classe trabalhadora capixaba, que estava em crescente organização e mobilização, em 1963, professores capixabas, acompanhando movimentos que se tornaram nacionais, se reuniam para promover uma greve. Uma carta enviada pelo sindicato dos marítimos ao presidente da Assembleia Legislativa Estadual elucida mais profundamente essa experiência.

Repudiando discurso de deputados contra a categoria, sobretudo o ex-petebista Isaac Rubim, a carta era assinada pelos presidentes dos sindicatos dos arrumadores, dos marítimos e dos portuários, demonstrando uma ação coletiva dessas entidades. Nela, os trabalhadores também denunciavam o conservadorismo do deputado petebista Luiz Baptista na greve dos professores. Para os sindicalistas,

[...] completamente alheio à verdade, os fatos do Deputado Luiz Baptista fez declarações de que há forças subversivas a comandar a elite educacional, como se a nobre classe dos Professores fosse composta de idiotas. **Ofendeu com suas declarações a duas classes, a do trabalhadores e a do professores. Na sua miopia reacionária,** preocupado com os seus interesses pessoais, não compreendeu e não lhe interessa saber que os dirigentes sindicais tomaram posição de mediadores entre os grevistas e o Governador do Estado, quando por aqueles solicitados, para uma solução da questão e que o Exmo. Sr. Governador do Estado com satisfação aceitou dizendo que o fazia pela consideração que dele mereciam aqueles que o Deputado Luiz Baptista chama de subversivos.<sup>409</sup>

Já quando enfrentam Isaac Rubim, que acusava os trabalhadores do Porto de serem uns “matarazzos”, a carta defende que Rubim “nunca observou o trabalho que ali se realiza, porque nunca foi homem de produção”, assim como desconhece

[...] um salário ‘matarazzo’, **enfrentando oito horas de trabalho, conduzindo sacos de 60 quilos na cabeça, subindo escada com saco aberto de um navio o dia todo, segurando as orelhas de sacos para estivar.** É possível que a mentalidade escravocrata dos líderes deputados

---

<sup>409</sup> PRESIDENTE da Assembleia devolve carta dos Sindicatos por acha-la “insultuosa ao Poder Legislativo”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 11 mai. 1963. p. 01, grifos nossos.

esteja saudosos do século passado, antes de 13 de maio de 1888. Serão, por acaso, os ilustres deputados circuncidados e evangélicos que são seguidores de Abraão ou irmãos de Putifar.<sup>410</sup>

Apontam ainda que a carta é uma contraposição a atitude daqueles que deveriam “ouvir os trabalhadores nas suas lutas, nas suas aspirações e nos seus sentimentos de brasilidade, construindo com seu trabalho a grandeza da Pátria”. Por fim, os trabalhadores se defendem justificando que

[...] não somos bagunceiros, **somos pelo trabalho bem remunerado** capaz de satisfazer as necessidades nossas e de nossas famílias, **somos pelo respeito às liberdades constitucionais, somos por um Brasil livre, soberano e economicamente independente; somos pelo desenvolvimento econômico com o aproveitamento de nosso potencial de riqueza para que possamos ser um povo sem analfabetismo e sem miséria.**<sup>411</sup>

A carta nos permite fazer diversas considerações. Primeiramente, observa-se que havia um elemento anticomunista em um petebista, Luiz Baptista, que antes pertencia a ala rubinista do partido, assim como Isaac Rubim, igualmente denunciado na carta. No mesmo sentido, demonstra-se a contradição que existia no PTB capixaba. Se era um partido que se propunha a ser *dos trabalhadores*, possuindo um Conselho Sindical, Luiz Baptista se tratava de um empresário com diversas escolas no Estado. Assim, durante a greve dos professores, ele acusou os grevistas de subversivos.

Percebe-se, também na carta, que a base demonstrava ainda mais o divórcio que existia entre os que se diziam representantes dos trabalhadores e os próprios trabalhadores. Havia uma necessidade de “falar por si”, falar de suas condições e lutar por melhorias, e não mais serem dirigidos. A classe trabalhadora estava “atingindo a maioria”, conforme Vargas planejava, o que fugia ao controle do

---

<sup>410</sup> Ibid., p. 01, grifo nosso.

<sup>411</sup> Ibid. p. 01.

PTB. Mas elementos do partido - e trabalhistas de outros partidos – tinham resistência com isso e estavam recorrendo à histeria anticomunista.

Outro elemento que se afere na carta é que os trabalhadores demonstravam que possuíam consciência de classe, defendendo seus pares, e que, se apoiavam o governo de João Goulart nas reformas de base, esse apoio baseava-se em suas convicções, que parte do PTB capixaba também matinha. Havia, então, “reconhecimento de interesses e ‘diálogo’ entre as partes” (FERREIRA, 2005, p. 155).

Se os portuários tomaram para si, enquanto classe trabalhadora, as dores dos professores, a greve dos bancários capixabas, em setembro 1963, demonstra mais uma vez que a organização dos trabalhadores ganhava novas dimensões no Espírito Santo. Conhecida como a greve que em que “todos pararam”, o movimento teve como ponto alto o conflito diante do Banco do Brasil. Nessa ocasião, o governador, Lacerda de Aguiar, fez contato com o Sindicato dos Bancários, mas não o demoveu.<sup>412</sup>

Em 26 de setembro de 1963, os estudantes secundaristas declararam apoio aos bancários. No dia 27, tropas do Exército se postaram diante do Banco do Brasil e garantiram sua abertura. Mas a paralisação continuou forte nas outras instituições e levou o Banco de Crédito Agrícola do Estado (atual Banestes) a fechar um acordo. Entretanto, demonstrando a mesma solidariedade classista entre portuários e professores, os bancários do Banco de Crédito Agrícola, que tiveram sua situação resolvida, decidiam que continuariam na greve.<sup>413</sup>

Uma experiência de cidadania, participação e reivindicações estava se consolidando no Espírito Santo. Os trabalhadores lutavam para indicar elementos classistas para os cargos federais e estaduais, assim como promoviam “paredes”

---

<sup>412</sup> BANCÁRIOS do Estado decidem: greve por tempo indeterminado. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 set. 1963.

<sup>413</sup> BANCÁRIOS do Crédito Agrícola tiveram situação resolvida mas continuam greve. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 28 set. 1963.

com reivindicações laborais. Expressavam que elementos estranhos à classe não partilhavam de seu cotidiano e tentavam dirigi-los ou encará-los sob a pecha de subversivos. Defendiam, ainda, o nacionalismo como meio para se alcançar maior justiça social e distribuição das riquezas. Uma parte do PTB se preparava para esse momento e estava afinado com os trabalhadores, conforme veremos a seguir, porém, uma outra ala, englobando Luiz Baptista e Argilano Dario, ainda apostava no dirigismo ou insistia em ver os novos tempos sob uma *miopia reacionária*.

## 5.6 UM PARTIDO QUE NÃO REAGIA NAS REFORMAS DE BASE

Ao mesmo tempo que movimentos conquistavam maior participação popular nos debates e decisões políticas, parte do PTB capixaba continuava lutando por cargos, contra a vontade dos trabalhadores. Por outro lado, 1963, “o ano que não acabou”,<sup>414</sup> foi marcado pela crescente<sup>415</sup> fragilidade do governo de João Goulart, pela polarização das direitas e das esquerdas e pelo distanciamento do centro político, encabeçado pelo PSD.

No Espírito Santo, o Conselho Sindical iniciava, em maio de 1963, a quinzena de lutas pelas reformas de base, no sentido de mobilizar opiniões em favor das reformas discutidas no momento. Os dez comícios em diversos bairros contariam com a participação de parlamentares da Frente de Mobilização Popular e da União

---

<sup>414</sup> Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira assim chamaram o ano de 1963, “o ano que não acabou”. Cf. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>415</sup> Ao escrever que o ano de 1963 foi marcado pela crescente fragilidade do governo Goulart, estamos resumindo o desfecho de uma série de posicionamentos do governo que tentava negociações à direita e à esquerda, conforme os episódios do ano. Conforme Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014, p. 212), o governo Goulart como um todo e o ano de 1963, até o segundo semestre, não comportaram uma paralisia decisória porque diversos projetos e medidas importantes do governo foram aprovados sob intensa atividade e negociação entre as elites políticas.

dos Estudantes.<sup>416</sup>

As esquerdas, entre elas a Frente de Mobilização Popular e a União dos Estudantes, exigiam a aprovação de um “programa máximo” das reformas que, no que se refere à questão de terras, previa “uma reforma agrária em terras produtivas e improdutivas sem nenhuma indenização ao proprietário” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 163). Para a consecução desse objetivo, dever-se-ia processar uma reforma constitucional, entretanto, o PSD não estava disposto a aprovar qualquer medida que retirasse o direito, dos proprietários de terras, à indenização.

João Goulart, PTB, PSD e UDN apresentavam propostas para a reforma agrária, porém “os líderes do PTB mostraram-se inflexíveis, não admitindo nenhuma alteração no projeto” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 163). Estabelecia-se uma paralisia no Congresso, em meio as disputas pelo espaço público das reformas.

Na Assembleia Legislativa Estadual, o clima era de polarização. Em uma discussão sobre a proposição de congratulações pela abolição da escravatura, o petebista Mario Gurgel evocou, nos movimentos de libertação hodiernos, a discussão o Manifesto dos Suboficiais e Sargentos<sup>417</sup>. Para Gurgel, o documento mereceu sua aprovação e exaltação como um elemento novo no cenário político nacional, que se colocava ao lado das legítimas aspirações populares.

Revelando que os extremos também ocupavam a ALES, o deputado pessedista Tuffy Nader, criticou Mario Gurgel por “fazer ecoar na Assembleia aplausos à insubordinação e à pressão dos que desejam utilizar os fuzis da paz e da ordem para desencadear o País a anarquia, a confusão e a desordem”<sup>418</sup>. Gurgel, na ocasião, era também acusado de ser representante de Leonel Brizola e de eleger a agitação e a anarquia como recompensa para seus eleitores, e não o bem-estar.

---

<sup>416</sup> CONSELHO Sindical inicia quinzena pelas reformas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 11 mai. 1963.

<sup>417</sup> Cerca de mil sargentos e suboficiais reuniram-se em 12 de maio para discutir os termos constitucionais que os proibiam de exercer mandatos eletivos. Na ocasião, os militares negaram-se a defender a ordem, visto que ela favorecia poucos privilegiados, sugerindo que a categoria dos militares lançasse mão de seus esforços para a aprovação das reformas de base.

<sup>418</sup> TUFFY condena manifesto dos sargentos. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 13 mai. 1963. p. 01.

Dessa maneira, para setores da política capixaba, o bem-estar social deveria ser alcançado através do respeito à ordem e a hierarquia. Para um membro do PTB, afinado com setores da esquerda que exigiam um “programa máximo”, era o momento de radicalizar à esquerda.

No Espírito Santo, o mês de junho de 1963 começou marcado pelas discussões em torno das reformas, sobretudo a agrária. Se a *TV Vitória* transmitiu um debate entre o pessedista João Calmon e o petebista Leonel Brizola, no Fórum sobre Política, realizado pelos Cursos de Problemas Brasileiros na Universidade Federal do Espírito Santo, Mario Gurgel e Cristiano Dias Lopes debateram sobre problemas nacionais.

Entretanto, à margem dos debates sobre os problemas nacionais, a ala rangelista e argilanista disputavam cargos nas autarquias federais e estaduais. Ao mesmo tempo em que Argilano Dario emplacava um aliado na COAP, Rubens Rangel garantia um aliado no DNER. Isso fazia com que a própria oposição, por meio do jornal *A Gazeta*, reconhecesse que, enquanto o PTB nacional se afinava com o dispositivo sindical – através do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) -, no Espírito Santo havia uma indisposição entre o partido e os sindicatos. O jornal reconhecia que, entre os petebistas, somente Mario Gurgel e Ramon de Oliveira Netto “se identificam e usam do mandato no sentido de dar cobertura aos trabalhadores sendo considerados, dentro do PTB, elementos de ‘esquerda’”<sup>419</sup>. Demonstrando a ideia outrora defendida, mais uma vez o jornal *A Gazeta* demonstra qual PTB lhe interessava, uma vez que argumentava que “o PTB do Espírito Santo precisa trocar a linha fisiológica pela ideológica”<sup>420</sup>.

Em junho de 1963, João Goulart fazia uma reforma ministerial, visando a angariar apoio no Congresso para aprovação da reforma agrária. O PSD, por sua vez, tentava capitanear os debates propondo o seu projeto de reforma agrária. Para isso, deveria reunir forças com o PTB para derrotar o projeto de reforma da UDN.

---

<sup>419</sup> COSTA, Victor. A Hora Política. **A Gazeta**, Vitória, p. 03, 11 jun. 1963. p. 01.

<sup>420</sup> *Ibid.*, p. 01.

(FERREIRA; GOMES, 2014, p. 169) No Espírito Santo, a Frente de Mobilização Popular esperava a visita de Ramon de Oliveira Netto ao Estado, com o objetivo de promover visitas a entidades sindicais e populares, além de bairros populares.<sup>421</sup>

Demonstrando que havia uma cisão entre o PTB e as entidades sindicais, a coluna *Hora Política*, do jornal alinhado com o PSD, lembrava que o partido e os sindicatos disputavam a atenção e o prestígio de Ramon de Oliveira Netto, quando esse visitava o Estado.<sup>422</sup> O jornal demonstrava que, acompanhando o PSD nacional - que ainda tentava um acordo com o PTB em torno de sua proposta de reforma agrária mais moderada -, esperava contar com a influência do PTB capixaba, entretanto, para isso, era preciso desprestigiar o partido com as classes trabalhadoras atribuindo o esforço pelas reformas no Estado apenas à figura de Ramon de Oliveira Netto.

Dessa forma, enquanto Mario Gurgel fazia sucessivos discursos na Assembleia Legislativa Estadual a favor da reforma agrária, o deputado petebista José Teixeira acusava o deputado federal Argilano Dario de empreguismo. Ou seja, se no plano nacional o debate se dava em torno das reformas de base e de como processá-la, parte do PTB capixaba exibia publicamente os fracionamentos do partido.

No PTB capixaba, entre as elites do partido, cabia apenas ao independente Mario Gurgel, por meio de seu mandato de deputado estadual, e a Ramon de Oliveira Netto, na Câmara Federal, a defesa das reformas de base. Netto era um dos petebistas que compunham a comissão formada pelo PTB e PSD no Congresso para se chegar a um acordo relacionado à reforma agrária.

Na oportunidade em que veio para o Espírito Santo, para os comícios da Frente de Mobilização Popular, Ramon de Oliveira Netto concedeu uma entrevista ao jornal da *A Gazeta* para comentar os trabalhos da comissão acima citada. Sua previsão era a de que cerca de 85% da aprovação da reforma agrária já estava encaminhada, cabendo apenas revolver pequenos pontos do projeto entre PTB e PSD. Ramon

---

<sup>421</sup> Id., p. 03, 26 jun. 1963.

<sup>422</sup> Id., p. 03, 07 jul. 1963.

parecia ser mesmo o porta-voz das reformas no Espírito Santo.

Sintomaticamente, em um comício da Frente de Mobilização Popular ocorrida em sua cidade de origem, Colatina-ES, os participantes fugiram da cidade pelo trem “debaixo” de pedradas. Era patente que havia elementos que veriam contrariados seus interesses, caso a reforma agrária, sob os moldes das esquerdas, fosse aprovada.

Enquanto isso, Rubens Rangel tentava convencer os petebistas capixabas a indicarem um de seus aliados para a Secretaria de Saúde, após a morte de Renato Maia, elemento ramonista.<sup>423</sup> Ou seja, enquanto Ramon de Oliveira Netto se empenhava, com as entidades sindicais e a FMP pela bandeira das reformas, os rangelistas arquitetavam a ocupação de postos na administração estadual. Argilano Dario, por sua vez, contrariando Ramon Netto, conseguia a exoneração do Chefe da Agência Postal Telegráfica de Cachoeiro do Itapemirim-ES.<sup>424</sup>

Após a indisposição entre os principais partidos do espectro político brasileiro na negociação de uma reforma agrária, novo acontecimento abala o governo do petebista João Goulart. Trata-se de uma rebelião promovida por sargentos que, tomando militarmente o controle do Poder Legislativo, do Judiciário e parte do Executivo, exigiam alteração constitucional, no sentido de lhes conceder o direito de exercer mandato parlamentar.

Na ocasião, “o presidente apoiou as medidas repressivas dos ministros militares e garantiu que haveria cuidadosa apuração de responsabilidades” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 180). As esquerdas, organizadas no CGT, na UNE, na Frente de Mobilização Popular e na Frente Parlamentar Nacionalista se opuseram a João Goulart. Na ALES, após anotar o levante dos sargentos e a derruba do líder do PTB na Câmara Federal, deputado Bocaiuva Cunha, Mario Gurgel leu uma nota emitida

---

<sup>423</sup> RUBENS Rangel quer nomear o novo Secretário de Saúde. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 31 jul. 1963.

<sup>424</sup> MANORA de Argilano Dario retira Agente do DCT de Cachoeiro. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 15 ago. 1963.

pela FMP exigindo uma definição de posição de Jango.<sup>425</sup>

Como um ato contínuo, Gurgel se definia como “homem de esquerda” e acusava Carlos Lacerda de ter seu arsenal militar voltado ao presidente, João Goulart, o Jango. Acompanhando as esquerdas que se opuseram à repressão aos sargentos que se rebelaram, Mario Gurgel estranhava que justo quando as forças populares resolveram apoiar o governo de Jango, esse mudava os rumos.

Entretanto, as vozes de Mario Gurgel e Ramon de Oliveira Netto, alinhadas com as esquerdas que pressionavam João Goulart, eram isoladas no PTB capixaba. Nas palavras do jornal *A Gazeta*, na hora em que Jango movimentava as massas visando a aprovar as reformas de base, quando não só trabalhistas, mas as forças populares se uniam, excetuando Mario Gurgel, a bancada petebista na ALES “parece tomada por estranho marasmo, permanecendo indiferente ao grande embate que empolga tanto a Nação, estimulando os que se colocam ao lado das metas sociais do presidente, bem como os que a ela se opõem.”<sup>426</sup>

Havia uma crítica aos petebistas que se omitiam nos debates nacionais: votavam contra o programa do partido e se aliavam a udenistas, renunciando ao direito de um petebista ocupar a presidência da ALES. Na matéria intitulada *Um PTB que não reage*, foca claro que, para o jornal oficial do PSD, não interessava as alas do partido que “meteram num saco toda a bagagem política e ideológica da agremiação e entregaram-no a UDN para que o malhasse como bem quisesse e entendesse”<sup>427</sup>. Se havia uma parte numerosa do PTB capixaba que se aliava a UDN, se furtava dos debates nacionais, e brigava por cargos, o jornal pessedista, conforme já vimos, possuía profundos interesses em que o PTB reagisse, porém, apenas por meio de sua *bagagem* ideológica.

Após a Rebelião dos Sargentos, o governo de João Goulart se viu em um crescente abandono. A esquerda o pressionava para deixar as negociações via Congresso, de

---

<sup>425</sup> GURGEL: Governo deve se definir. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 17 out. 1963.

<sup>426</sup> COSTA Victor. Hora Política. **A Gazeta**, Vitória, p. 03, 30 out. 1963. p. 01.

<sup>427</sup> *Ibid.*, p. 01.

modo a se apoiar nos movimentos populares para a aprovação das reformas, e a direita encontrava, na realidade, elementos que a convencia de que sua histeria reacionária não se tratava apenas de delírio.

Uma entrevista de Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times*, criticando o presidente da república, pedindo intervenção estrangeira no país e acusando os três ministros militares de conspirarem contra a república, foi vista pelos criticados como um estopim para “desencadear a desordem no país”. Como saída, os ministros militares e João Goulart chegaram a um “denominador comum”: enviar ao Congresso Nacional o pedido de estado de sítio, de modo a promover uma intervenção no Estado da Guanabara e retirar Carlos Lacerda do governo.

Em outubro de 1963, o pedido foi enviado ao Congresso Nacional. Porém, numerosos setores da sociedade, da esquerda e da direita, se posicionaram contrariamente a ele e, percebendo que não seria aprovado, dias depois João Goulart retira o pedido. Entre as esquerdas, havia um receio de que os ministros militares, após afastarem setores golpistas da política, promoveriam uma “caça às bruxas” as entidades e políticos de esquerda. O episódio contribuiu ainda mais para o isolamento do presidente.

Precisando reconstruir sua base parlamentar de centro-esquerda, visando a atrair apoio de setores do PTB e do PSD, João Goulart, em novembro de 1963, optava por se afastar das esquerdas radicais agrupadas na FMP, CGT e PCB. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 180). Em visita ao Estado, para a inauguração da Usina de Laminação da Companhia Ferro e Aço de Vitória-ES, João Goulart compareceu a um comício pelas reformas de base, ocorrido na Praça Oito, em Vitória-ES.

Na ocasião, o presidente da FMP, Augusto Calmon Nogueira da Gama, discursou em prol das reformas de base, por meio da regulamentação da lei de remessas de lucros para o exterior, da estatização das operações cambiais e outras reivindicações da linha nacionalista. Já João Goulart, adotando a moderação, afastou a ideia de que conspirava contra a democracia e defendeu principalmente a reforma agrária, que iria criar um novo mercado consumidor, “porque dará ao

homem do campo poder aquisitivo que não tem, permitindo assim o desenvolvimento do nosso parque industrial que é imperativo de nosso progresso”<sup>428</sup>.

Se o presidente da República optava por reconstruir suas bases por meio de alianças com o legislativo, recebendo “sistemática e dura oposição das esquerdas” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 180), que exigiam o fim da conciliação, o deputado estadual do PTB, Mario Gurgel, via como “necessário abrir um debate amplo, efetivo e cordial entre as correntes políticas que atuam na vida brasileira”<sup>429</sup>. Entretanto, o debate, para ele, deveria admitir os trabalhadores agrupados em seus sindicatos.

Se o presidente João Goulart tentava reconstruir sua base parlamentar, o deputado federal petebista Argilano Dario aproveitava para pleitear novos postos para seus aliados. Após ser identificado como pertencente ao grupo que retirara o líder do governo na Câmara Federal, Bocaiúva Lima, elemento mais à esquerda do partido, Dario conseguia para sua indicação a delegacia regional do SAPS.<sup>430</sup>

Em dezembro de 1963, João Goulart, percebendo a impossibilidade do acordo com as forças moderadas do PSD, aproxima-se das esquerdas e voltava a dialogar com Leonel Brizola. Ambos passaram a discutir a participação das esquerdas no governo. Neste mesmo sentido, diversas medidas visando ao bem-estar dos trabalhadores e de cunho nacionalista e estatista foram sancionadas por Goulart. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 218)

Já a bancada do PTB na Assembleia Legislativa Estadual, traindo o acordo prévio com a UDN, firmou, em janeiro de 1964, um outro acordo com o PSD para colocar Adalberto Simão Nader, deputado petebista, como presidente da Assembleia Legislativa Estadual. Assim, se no plano nacional, no final de 1963 e início de 1964, o PSD era visto por parte do PTB como uma agremiação de reacionários e de

---

<sup>428</sup> MUITO sucesso na concentração da Praça Oito pelas reformas de base. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 01 nov. 1963. p. 01.

<sup>429</sup> MARIO quer diálogo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 30 nov. 1963. p. 01.

<sup>430</sup> NOVA Delegada do SAPS será empossada amanhã. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 08 dez. 1963.

representantes do latifúndio, os pessedistas, por sua vez, afastavam-se do governo de João Goulart, compondo forças com a UDN. Na ocasião, os petebistas capixabas, demonstrando que a maior parte de seus quadros eram moderados, justificavam a busca de apoio do PSD por uma questão pontual, excluindo do debate os acordos nacionais visando às reformas.

Antes e depois do governo de João Goulart, o PTB comportava vários trabalhismos. Leonel Brizola, com o passar dos anos do governo de Jango, liderava a ala de extrema esquerda do partido, grupo que “definía nacionalismo em associação com um programa de estatização, radicalizando as demandas e os meios para se realizar as reformas de base” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 78). Já San Tiago Dantas, outro petebista, encarnava um trabalhismo que “entre outros aspectos, buscava desfazer o que considerava uma errônea identificação entre nacionalismo e estatismo” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 79), uma vez que, para ele, a intervenção do Estado na economia não poderia promover instabilidade no mercado, de modo a trazer inquietações políticas e sufocar o regime de livre-empresa. Para Dantas, as reformas deveriam ser promovidas de forma gradual, sendo a democracia um fim e um meio.

Entre as elites do PTB capixaba duas vozes eram isoladas e mantinham-se firmes na discussão sobre as reformas intensificadas entre 1963 e 1964. Mario Gurgel, em 1962, ao defender uma política neutra do Brasil no campo da política externa, provocou a ira do grupo a que chamou de *reacionário*, tal como Brizola taxava seus adversários do PSD e da UDN. Gurgel, que na ocasião era do MTR, também falava sobre a encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica e, quando acusado de comunista, definiu-se como um homem de esquerda e de tendências socialistas.<sup>431</sup>

Ramon de Oliveira Netto desde 1959 como deputado federal integrava a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que lutava contra o capital estrangeiro e contra as remessas de lucros para o exterior, e via a autonomia nacional como meio de

---

<sup>431</sup> VOLTA a política externa a agitar nossa Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 26 out. 1962.

desenvolver-se economicamente. Quando estreou em mandatos eletivos, em 1959, integrou o *Grupo Compacto* do PTB, que reunia a ala de extrema esquerda do partido, que defendia a reforma agrária e a estatização de setores da economia. Em 1961, foi vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Petróleo e apoiou um substitutivo que disciplinou a remessa de lucros para o exterior. Nesse mesmo ano, posicionou-se contra o parlamentarismo, após a renúncia de Jânio Quadros, e a favor do reestabelecimento de relações diplomáticas com e comerciais com a União Soviética.

Em 1962, foi reeleito deputado federal pelo PTB e no ano seguinte tornou-se vice líder do seu partido na Câmara Federal. A partir daí, empenhou-se pelas reformas agrária, bancária, administrativa e tributária, defendendo a intervenção e o monopólio estatal nos setores estratégico da economia, apoiando, ainda, projetos sobre o divórcio e uma reforma eleitoral.

Em suma, o PTB capixaba, mesmo tendo uma ala - os ramonistas - e o deputado estadual Mario Gurgel lutando pelas reformas de base sob a linha radical, isso não era suficiente para engajar a maioria do partido nos debates via instituições ou em torno de uma maior mobilização popular. Não havia, entre as elites do partido – exceto os dois acima citados -, elementos que se afinavam com a linha de San Tiago Dantas ou de Leonel Brizola. Quem dava a tônica do partido era “um PTB que não reage”, para usar as palavras do colunista Victor Costa.

## 5.7 A CASSAÇÃO DE RAMON DE OLIVEIRA NETTO E A VOZ ISOLADA DE MARIO GURGEL: SILÊNCIOS E ADESÕES DO PTB CAPIXABA AO GOLPE E À DITADURA CIVIL-MILITAR

O ano de 1963 findou sob intensa polarização das esquerdas e das direitas. A incapacidade de se chegar a um acordo entre PTB e PSD colocou em xeque a

aliança na qual João Goulart se apoiava desde 1961. O PSD se aproximava dos udenistas, engrossando as fileiras da radicalização de direita, a imprensa passava a alterar suas posições de um apoio crítico a uma crítica sem apoio e as esquerdas denunciavam o que viam como uma conciliação e moderação do presidente da República. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 214-217)

Aumentando as desconfianças das direitas de que daria um golpe, Goulart, vendo seu crescente isolamento, aproximava-se das esquerdas reformistas e nacionalistas, voltando a dialogar com Leonel Brizola e com as Frentes de Mobilização Popular e Nacionalista. Afinado com eles, aprovou projetos de cunho nacionalista e visando ao bem-estar dos trabalhadores. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 217-218)

Entretanto, a saída de Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda, contrariando os setores empresariais, e a nomeação de um novo ministro da Fazenda, que não Leonel Brizola, conforme as esquerdas radicais desejavam, contribuiu para o isolamento de Goulart, sem o apoio desses dois importantes setores da política nacional.

As esquerdas passaram a ver Jango como um obstáculo, o que implicava em “superestimar suas próprias forças e subestimar o avanço da direita, que encontrou solo fértil para angariar aliados até então vacilantes e radicalizar a oposição a Goulart” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 223). Retirar João Goulart do governo passou a ser o plano principal das oposições de direita.

Assim, 1963 terminava com a determinação de João Goulart de aprovar reformas que não dependiam de negociações parlamentares e nem das alianças partidárias. Aprovou-se, no fim do ano, o monopólio da Petrobras na importação de petróleo e derivados. Já no começo de 1964, o presidente assinava um decreto que visava a uma colaboração entre a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e os ministérios militares na desapropriação de terras para uma possível reforma agrária. Ainda em janeiro de 1964, Jango regulamentou a Lei de Remessa de Lucros, contrariando o capital estrangeiro. Por meio dessas medidas, o anticomunismo crescia no país e, com ele, “Jango era a personalização dos riscos que o Brasil

corria” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 225-226).

Nos últimos meses do governo, João Goulart se aproximou das esquerdas radicais, por meio da FMP, PCB, do movimento sindical e dos grupos políticos liderados por Leonel Brizola e Miguel Arraes, que reuniam suas teses em uma Frente Única de Esquerda. Na ocasião, uma Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, organizada por San Tiago Dantas, que ambicionava reunir um grupo progressista moderado, teve o apoio de João Goulart recusado.

Uma das possíveis explicações para este comportamento de Jango estava na crescente polarização política que vivia o país. Sendo assim, qualquer outra opção escolhida por Jango seria interpretada como um mal para as oposições. Se optasse pela moderação da frente organizada por Dantas, seria visto pela esquerda como conciliador e derrotista. Por outro lado, ainda assim as direitas radicalizadas o veriam como uma ameaça. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 241)

No Espírito Santo, o jornal pessedista *A Gazeta*, em fevereiro de 1964, demonstrando a moderação com qual se estabelecia grande parte do petebismo capixaba, defendia uma aliança entre PTB e PSD nas eleições presidenciais que pareciam chegar. Almejavam que os petebistas apoiassem Juscelino Kubitscheck. Segundo a publicação, o desejo da coalização dominante, liderada por Ramon de Oliveira Netto e Rubens Rangel, era o de marchar com JK, porém “o PTB do Espírito Santo, dificilmente, se condensaria ideologicamente num esquema francamente esquerdista ou esquerdizante”<sup>432</sup>.

Ou seja, em um momento em que o presidente João Goulart promovia uma guinada à esquerda, sendo acompanhado por uma parcela expressiva do seu partido, o PTB capixaba era identificado como um partido que não adotaria posições esquerdizantes, o que era lamentado pelo jornal oficial do PSD e, mais uma vez, confirma que esse era o desejo dos pessedistas capixabas.

Em março de 1964 havia um clima de incerteza no país, demonstrado, ao contrário

---

<sup>432</sup> PTB com JK: PTB deve andar com JK. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 04 fev. 1964. p. 01.

de diversos estudos, pela não unanimidade nas posturas da imprensa em relação do governo de João Goulart. Dessa forma, “se havia oscilações nos órgãos de formação de opinião pública, havia mais ainda em diversos setores da sociedade civil” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 243). O PSD, percebendo que Jango não apoiaria a candidatura de Juscelino Kubitschek para a eleição de 1965, nos primeiros meses de 1964 rompeu com o governo, passando a fazer parte da oposição.

Optando pela esquerda organizada pela Frente Única, o famoso Comício da Central do Brasil, que ocorreria no começo de março de 1964, demonstraria o enlace entre Goulart, Brizola, Prestes, Arraes e o sindicalismo mais radical em prol das reformas de base sob o “programa máximo” das esquerdas. Desde o seu anúncio, em janeiro de 1964, as forças opositoras da direita e do centro reagiam contra o alinhamento do presidente aos “comunistas”. Para as esquerdas e as direitas o comício “seria uma espécie de momento ritual, no qual o presidente selaria sua aliança com as esquerdas, inaugurando, simbolicamente, um novo governo” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 258).

O Comício da Central do Brasil, ou Comício das Reformas, foi realizado no dia 13 de março de 1964, na Estação Pedro II, no Rio de Janeiro. Foi organizado por grupos de sindicalistas comunistas e trabalhistas sob um acordo com oficiais do Exército. As Forças Armadas foram responsáveis pela segurança do evento e do presidente da República. Havia cerca de duzentas mil pessoas no comício e o episódio contou com discursos de diversas lideranças e políticos representantes das esquerdas.

Na ocasião, entre outros elementos presentes em seu discurso, o presidente João Goulart confirmava a intenção de alterar a Constituição, pensando na viabilização das reformas de base e, além do decreto da SUPRA, anunciava a encampação de refinarias e reformas urbana, universitária eleitoral. A proposta mais radical era de Leonel Brizola, que intentava fechar o Congresso, convocando uma constituinte popular (FERREIRA; GOMES, 2014)

Se o Comício da Central do Brasil era visto como a união das esquerdas com o

presidente da república, a “gota d’água” para o golpe civil-militar foi a rebelião dos marinheiros no final de março de 1964. Contrariando ordens superiores dos oficiais da Marinha e do ministro da Marinha, os cabos e marinheiros, organizados na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), organizaram um evento em comemoração ao segundo aniversário da entidade.

No evento, defendiam melhores condições de vida e trabalho, assim como ampliavam a pauta de reivindicações apoiando as reformas de base sob o programa máximo das esquerdas. Na ocasião, o ministro da Marinha ordenou a prisão dos organizadores do evento e, para isso, deu ordens aos fuzileiros navais que, chegando ao evento, aderiu com alguns quadros à rebelião. João Goulart, por sua vez, deu uma ordem para que nada acontecesse aos cabos e marinheiros, ocasionando na renúncia do ministro da Marinha. Tratava-se, para amplos setores, de uma grave violação da hierarquia militar.

As esquerdas, de forma não unívoca e nem unânime, apoiaram a rebelião dos marinheiros. Se parte das esquerdas, como o grupo de Miguel Arraes, ressabiava-se que o episódio pudesse ser um pretexto para o golpe, o Conselho Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo, em assembleia permanente, convoca as classes trabalhadoras para uma greve geral, defendendo a encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica e a luta de cabos e marinheiros pelas reformas de base e pelas suas reivindicações.<sup>433</sup>

João Goulart, pela via da negociação, optou pela defesa de anistia aos rebelados, indicando um novo ministro da Marinha, alinhado com a CGT. Para os opositores, “para a oficialidade da Marinha e para os militares das Forças Armadas, tal indicação confirmava o “governo das esquerdas” e, pior, a influência do sindicalismo do CGT sobre Goulart” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 323). A partir desse episódio, entre os dias 29 e 30 de março de 1964, setores das Forças Armadas se uniam contra o governo de João Goulart e grande parte da imprensa passou a defender uma

---

<sup>433</sup> CONSELHO Sindical em assembleia permanente convoca classes trabalhadoras. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 29 mar. 1964.

intervenção de modo a reestabelecer a ordem e hierarquia.

No dia 30 de março de 1964, João Goulart compareceu ao Automóvel Clube para o evento da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, que contaria com presença de marinheiros e fuzileiros navais. O episódio foi interpretado como apoio público aos movimentos que quebraram a hierarquia e disciplina militar. O auge da crise político-militar chegava naquela noite, quando Jango ignorou que “hierarquia militar exige obediência”. Em seu discurso, ela deveria ser “fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados”, mas “isso, simplesmente, não era disciplina militar” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 331)

Para os atores políticos da época, o golpe da direita era agora inevitável. Por isso, lideranças estudantis e sindicais de esquerda conclamaram a população para uma greve geral. No Espírito Santo, no dia 31 de março de 1964, o Delegado Regional do Trabalho, Bianor Ribeiro, assinava uma nota que merece ser citada integralmente:

Em face da gravidade da situação que o país atravessa e, por entender que o movimento grevista deflagrado em todo o Território Nacional visa a defender as instituições democráticas, o mandato de S. Excia. o Sr. Presidente da República e a preservação da ordem e da tranquilidade da família brasileira, na qualidade de Delegado Regional do Trabalho e representante de S. Excia. o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, neste Estado, conclamo todos os trabalhadores, indistintamente, a atenderem a palavra de ordem das respectivas categorias profissionais na paralisação geral de todas as atividades, fórmula legal e inequívoca da legítima defesa do Povo Brasileiro, das franquias e prerrogativas institucionais.<sup>434</sup>

No dia 31 de março de 1964, comandados pelo general Olímpio Mourão Filho, tropas do Exército marcharam com o objetivo de tomar o Ministério da Guerra na Guanabara, de modo a impedir manobras militares do governo para demover o golpe. Os focos militares de oposição a Jango espalhados pelo Brasil se uniram quando o general Castello Branco, chefe do Estado-Maior, aderiu ao movimento que

---

<sup>434</sup> DELEGACIA Regional do Trabalho do E. E. Santo. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 01 abr. 1964. p. 01.

marchava para a sitiar o governo.

Esgotadas todas as possibilidades de negociação e medidas para deter a marcha dos militares, algumas forças, outrora legalistas, aderiram ao movimento golpista e João Goulart, devido a uma ameaça de guerra civil e a uma intervenção patrocinada pelos Estados Unidos, não ordenou reações mais amplas e combativas. O presidente, temendo sua segurança na Guanabara, foi para Brasília-DF no dia 1º de abril de 1964, o que foi interpretado por seus adversários como uma renúncia. No dia 2 de abril do mesmo ano, enquanto o presidente estava voando para Porto Alegre-RS, visando a encontrar-se com forças da resistência organizadas por Leonel Brizola, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, tentava consolidar oficialmente o golpe, declarando vaga a cadeira da Presidência da República.

O Congresso Nacional, através de seu presidente, “legitimava o golpe de Estado, cujo objetivo era depor Jango da presidência” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 363), dando caráter oficial a um novo governo, agora com do presidente da Câmara, Raniei Mazzilli, sendo imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos. Tratava-se do sucesso de um golpe “que resultara de uma ampla coalizão civil-militar, com apoio dos Estados Unidos” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 368).

Tão logo se consolidava o golpe apoiado por amplos setores da sociedade, o Comando Supremo da Revolução passou a empreender violências e perseguições aos considerados inimigos da revolução, comunistas, trabalhistas, sindicalistas e toda sorte de elementos considerados subversivos. Já no dia 09 de abril de 1964, o governo editou o Ato Institucional nº 1 e, nele, entre outras medidas, transformava o Congresso Nacional em Colégio Eleitoral e cassava por dez anos os direitos políticos de diversas lideranças, em sua maioria, comunistas e trabalhistas, mas também, as lideranças moderadas. Encabeçando a lista estavam, entre outros, Luiz Carlos Prestes, João Goulart e Leonel Brizola. O nome, cujo número era o número oitenta na lista de cassações, era o de Ramon de Oliveira Netto, demonstrando o protagonismo do capixaba no trabalhismo nacional esquerdizante.

Até a proximidade dos eventos desencadeados com o golpe de 1964, conforme o

professor Ueber José de Oliveira (2013) observou, não se verifica no Espírito Santo agitações e embates observados no plano nacional. Havia uma distância entre a política capixaba e os acontecimentos verificados nas principais capitais do país, o que não quer dizer que “o Estado estivesse imune a tais conflitos”, pois “havia quem se posicionasse de forma mais veemente de um dos lados da disputa” (p. 95). Uma análise mais profunda de jornais capixabas da época, demonstra que “o Espírito Santo tinha outras prioridades nos anos iniciais da década de 60, sendo as mesmas muito mais locais” (OLIVEIRA, 2013, p. 96).

O cerne do debate nos primeiros meses de 1964 estava na campanha pela encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, que encontrou apoio em diversos setores da sociedade capixaba, ensejando quase uma greve do setor e movimentos de não pagamento da conta por parte da população. (OLIVEIRA, 2013, p. 97) O jornal oficial do PSD, *A Gazeta*, tinha em suas páginas apoio à encampação e reiteradas denúncias sobre o governo Lacerda de Aguiar.

Lacerda de Aguiar, por sua vez, diante da crise e do conseqüente golpe de estado continuou com seu “posicionamento pendular” (OLIVEIRA, 2013, p. 98). Tendo o PTB como um dos principais partidos de sua base, ora “pendia para uma postura governista em âmbito federal, uma vez que tinha bom relacionamento com Jango, ora pendia para uma postura de aproximação com aqueles que conspiravam” (OLIVEIRA, 2013, p. 98).

Se ônibus saíram do Estado para compor as fileiras do Comício da Central do Brasil, senhoras ligadas a UDN tentavam organizar uma passeata no Espírito Santo ao modo da Marcha da Família com Deus. O episódio ensejou diversos debates entre políticos e a imprensa capixaba, aumentando a polarização política nas vésperas imediatas do golpe (OLIVEIRA, 2013, p. 98).

Quanto à adesão ao golpe de 1964 por parte do governador Lacerda de Aguiar, Oliveira (2013) defende que “o perfil conciliador de Chiquinho e, em certos momentos, errático e indeciso não permitiria a adesão imediata” (p. 101), fazendo com que ele adiasse sua tomada de posição o quanto pudesse. Assim, se Lacerda

de Aguiar tomou uma posição a favor dos golpistas, havia não só uma oposição ao programa máximo das reformas, mas também um receio de perder o cargo, pois “não restam muitas dúvidas quanto ao fato de que a leitura e o cálculo que Chiquinho fez da conjuntura política do país o induzia a acreditar no sucesso do Golpe, levando-o a tomada de posição em favor” (OLIVEIRA, 2013, p. 102 e 103)

No dia 03 de abril de 1964, Lacerda de Aguiar se manifestava a favor da nova ordem que se estabelecia. No Espírito Santo, verificou-se a “inoperância dos setores contrários ao Golpe, assim como a inércia da maioria da população à derrubada de Jango, com raras exceções” (OLIVEIRA, 2013, p. 103) que não lograram número e tampouco êxito em seus movimentos.

O PTB capixaba, após o pronunciamento de Chiquinho a favor do golpe que retirara Jango da Presidência da República, se desligou do bloco da maioria governista na Assembleia Legislativa Estadual. Entretanto, os petebistas manteriam o apoio ao governo.<sup>435</sup> No dia 10 de abril de 1964, a Assembleia Legislativa recebia a visita de militares do Comando do 3º Batalhão de Caçadores do Exército (atual 38º Batalhão de Infantaria). Em uma proposta de voto de louvor às forças militares que tomavam então o poder, Mario Gurgel, falando em nome da bancada do PTB, reagia que não tecia loas à revolução, mas estava disposto a apoiar todos os atos do governo revolucionário que objetivem o progresso da Nação e o retorno ao regime democrático.<sup>436</sup>

Segundo Antonio de Padua Gurgel (1998), filho de Mario Gurgel, em tal ocasião, seu pai falou em nome da maioria governista e, de forma não tão moderada como *A Gazeta* noticiou, falou de traição das Forças Armadas a Jango e encaminhou a não aprovação do requerimento do voto de louvor, o que levou o líder petebista a ser conduzido ao 3º Batalhão de Caçadores, sem maiores consequências.

---

<sup>435</sup> PTB (na Assembleia) de desliga do bloco da maioria governista. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 10 abr. 1964.

<sup>436</sup> ASSEMBLEIA Legislativa recebe visita do Comando do 3º BC. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 11 abr. 1964.

Entretanto, adotando a moderação ou um tom mais radical, o que se verifica é que Mario Gurgel fora uma voz isolada contra o golpe na Assembleia Legislativa Estadual. Mas não só na ALES. Enquanto diversas empresas e entidades capixabas como a Buaiz S/A, Chocolates Garoto, Vitoriawagen, Vessa, Coser Café S/A, Orlando Guimarães S/A, Fecomércio e Findes congratulavam-se com o novo governo, a Câmara Municipal de Vitória-ES recebeu a visita do Comandante Newton Reis, responsável pela organização do Comando Supremo da Revolução no Espírito Santo. Na ocasião, o vereador petebista Arioaldo Favalessa falou em nome da casa.

Em seu discurso, agradeceu as Forças Armadas por “haver defendido a Democracia em toda a sua plenitude, efetivamente dentro dos princípios que norteiam a tranquilidade social do povo”, além de afirmar que “jamais a cor vermelha substituiria qualquer cor do pavilhão nacional”. Assim, quando “o Brasil se viu ameaçado de uma guerra fratricida, souberam as Forças Armadas bussolar o seu caminho para o futuro”<sup>437</sup>.

Se havia um medo em reagir contra o golpe e perder o mandato, isso por si só não pode explicar os silêncios e as adesões ao movimento detonado a partir de abril de 1964. A história do PTB capixaba nos fornece elementos para discutir as escolhas que os atores políticos tomaram naquele contexto. Mario Gurgel sempre agira de forma independente, saindo de um getulismo para um reformismo esquerdizante, conforme já vimos. Entretanto, grande parcela de seu partido se enveredava por anos anteriores em uma histeria anticomunista e estava mais interessado nas questões locais, fisiológicas e pessoais. Para esse grupo, o caminho para o futuro da nação não passava pelas propostas reformistas mais da esquerda. O medo pode explicar, em alguns casos, comportamentos virtualmente contraditórios, entretanto, os silêncios e as adesões são escolhas políticas, que, em momentos polarizados, refletem, invariavelmente, tomada de lados, que a história pode ajudar a explicar.

---

<sup>437</sup> CÂMARA Municipal recebeu (solene) a visita do Comandante Newton Reis. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 abr. 1964. p. 01.

A partir da posse do novo presidente da República, Humberto Alencar Castello Branco, eleito indiretamente em 15 de abril de 1964, os comandos militares da *revolução* passaram a demonstrar a máquina janguista nos Institutos de Previdência, nos quais o PTB capixaba figurava. Um novo delegado era no fim de abril empossado no IAPFESP<sup>438</sup>, já o IAPC era visitado pelo comandante Newton Reis<sup>439</sup> e também passou por mudança em seu comando<sup>440</sup>. A UES também perdia seu reitor, por ser alinhado a João Goulart,<sup>441</sup> e o mesmo acontecia no IAPI<sup>442</sup>.

O PTB capixaba perdia os cargos que boa parte do partido tanto esmerava. Os silêncios e adesões de setores do partido calavam às perseguições que se processavam com a chegada do Golpe. Em maio de 1964, A Gazeta, noticiava a perseguição que se processavam ao Grupo dos Onze<sup>443</sup> no Espírito Santo<sup>444</sup>. Já em junho de 1964, as notícias davam conta da intervenção nos sindicatos promovida pela Delegacia do Ministério do Trabalho e Previdência Social<sup>445</sup>.

Rubens Rangel continuava como vice-governador no governo de Lacerda de Aguiar e o partido, formalmente, como um dos pilares de sustentação do governador. Nos primeiros meses do golpe, Rangel colocava as secretarias à disposição do governador, para reformular seu secretariado de acordo com os novos tempos.<sup>446</sup>

Mas o que dava mesmo a tônica do PTB no Espírito Santo após o Golpe eram as discussões e tomadas de posição, não mais em torno dos cargos federais, agora exclusivamente sobre a máquina estadual. Em janeiro de 1965, por ocasião da votação de um novo Auditor do Tribunal de Contas do Estado, por uma rixa com Eurico Rezende devido à retenção de verbas das pastas trabalhistas de modo a

---

<sup>438</sup> NOVO Delegado do IAPFESP já empossado. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 21 abr. 1964.

<sup>439</sup> NEWTON Reis visita IAPC. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 21 abr. 1964.

<sup>440</sup> NOVO delegado no IAPC. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 mai. 1964.

<sup>441</sup> FERNANDO Rabelo nomeado reitor da UES. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 mai. 1964.

<sup>442</sup> NOVO delegado do IAPI. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 04 jun. 1964.

<sup>443</sup> Também conhecido como Grupo dos Onze Companheiros, foi organizado por Leonel Brizola em meados de 1963, com o fito de lutar pelas reformas de base sob o programa máximo das esquerdas.

<sup>444</sup> GRUPOS “de onze” serão conhecidos. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 09 mai. 1964.

<sup>445</sup> DELEGACIA do MTPS promove intervenção nos sindicatos. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 03 jun. 1964.

<sup>446</sup> PTB deixa Governo e o testamento continua. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 12 mai. 1964.

impedir que os setores entregues ao PTB atuassem no governo, o partido abandonava a sessão legislativa.<sup>447</sup> Após a deposição do presidente da República do partido, parecia que tudo voltava como era antes no PTB capixaba.

As atenções continuavam voltadas às questões locais. Agora, o importante eram as costuras de alianças para o pleito estadual de 1965. Coligação Democrática, UDN e PSD disputavam o apoio do PTB. Para isso, importava pleitear maiores espaços na máquina estadual, inclusive a Secretaria de Saúde e Viação de volta e a eleição da mesa diretora da ALES.

Assim, em março de 1965, após acordos com as forças governistas, o petebista Adalberto Simão Nader era reconduzido à presidência da Assembleia Legislativa Estadual.<sup>448</sup> A eleição da Mesa Diretora sinalizava que o PTB buscava melhores posições através dos cargos estaduais.

Assim, no mesmo mês, paradoxalmente, o PTB conseguia a indicação do comando da Polícia Militar e da Chefatura de Polícia<sup>449</sup>, retirando da posição os antigos comandantes que tinham sido colocados nos postos após o golpe de 1964. Para uma parcela do PTB capixaba, de que se exclui Mario Gurgel e o grupo ramonista, o Golpe de 1964 parecia apenas um mero acidente que pôde, em um primeiro momento, dar uma guinada na “viagem”, mas não determinara o fim do trajeto.

Ou seja, quando o Golpe aconteceu, o PTB saiu do governo estadual. Entretanto, com a cassação de Ramon de Oliveira Netto e o isolamento de Mario Gurgel, um ano após o golpe, o PTB que se mantinha vivo era *o que não reagia*, fisiológico, pragmático, mais preocupado com o localismo e o personalismo, plenamente adaptado e apto ao protagonismo nos novo tempos autoritários.

Enquanto o PTB tentava manter-se nos cargos da máquina estadual, *A Gazeta* denunciava que o Governo do Estado realizaria um convênio em Baixo Guandu-ES

---

<sup>447</sup> PTB se desforra com o secretário da Fazenda. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 14 jan. 1965.

<sup>448</sup> RECONDUZIDO Adalberto Simão Nader à Presidência da Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 17 mar. 1965.

<sup>449</sup> PTB consegue outro cargo: Lauro Calmon na Chefatura. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 20 mar. 1965.

com um grupo de pessoas para dirigir o Hospital Dr. João dos Santos Neves, de propriedade do Estado. Membros da UDN que lá residiam não esconderam sua insatisfação diante dos fatos, acusando que o grupo possuía cinco pessoas que fizeram parte do chamado Grupo dos Onze, criados no tempo de Leonel Brizola e “desbaratado” pelo Exército quando chegou o golpe. A publicação defendia que já haviam movimentos denunciando o que havia de grave em colocar hospitais nas mãos de supostos comunistas.<sup>450</sup>

Ao que parece, os partidos aproveitavam a exceção imposta pelos militares para pedir-lhes intervenções contra seus opositores. Alguns elementos dos partidos capixabas previam não um embate político com o adversário, mas exigiam seu desaparecimento, que não tardou e chegou para todos os partidos.

Em 27 de outubro de 1965, o regime militar editava o Ato Institucional Número Dois (AI-2). Nele, entre outras medidas, desativava-se o pluripartidarismo, extinguindo todos os partidos até então existentes. As elites políticas que não foram cassadas, deveriam, a partir de então, aglutinar-se em outros dois partidos criados. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que seria o partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que aglutinava as oposições.

O novo AI chegava ao Espírito Santo com apoio das Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, sob a presidência de Américo Buaiz, da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo, da Associação Comercial de Vitória-ES e do Clube de Diretores Lojistas, além do apoio do jornal *A Gazeta*, para quem, encarnando a opinião popular, “a voz geral do povo é que o 2º Ato Institucional ainda foi muito brando. Para se consertar o Brasil, só agindo dessa forma”<sup>451</sup>. No mesmo tom, por meio dos seus presidentes, Judson de Aguiar e Adalberto Simão Nader, respectivamente, a Câmara Municipal de Vitória-ES e a Assembleia Legislativa Estadual aplaudiam a decretação do novo ato.

---

<sup>450</sup> GOVERNO disposto a fazer acordo com elementos do “Grupo dos Onze”. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 15 ago. 1965.

<sup>451</sup> CLASSES produtoras do ES oferecem apoio ao ato nº 2. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 29 out. 1965. p01.

O até então petebista Agenor Amaro dos Santos também elogiava a atitude do presidente da República e das autoridades militares. Chegava ao fim a trajetória do PTB na política brasileira. No Espírito Santo, o desprezo de parte de sua elite política pelo partido chegava com Agenor Amaro dos Santos, que apoiou a medida. Ele dava voz aos silêncios e às adesões de parte do PTB ao Golpe de 1964 e aos seus desdobramentos até 1965.

O que é intrigante é que, mesmo que o ex-presidente João Goulart não gozasse de simpatia de parte do PTB capixaba, o sistema e o partido estavam tão polarizados e fracionados que a (não) ação dos petebistas escapava a qualquer sentimento partidário. O PTB vivia entre a coragem dos que denunciavam um golpe de estado, e seus desdobramentos e os discursos de congratulações com as forças que derrubaram esse mesmo presidente que era do próprio partido.

Se o discurso do vereador Ariovaldo Favalesa em abril de 1964 e o de Agenor Amaro dos Santos em 1965 não eram representativos da maioria do PTB, em determinados contextos históricos, os silêncios, por mais que estratégicos, falam mesmo de adesão.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Quando Ramon de Oliveira Netto ganhou as eleições tornando-se deputado federal em 1958, isso significava que PTB capixaba viveria novos tempos. A eleição de Netto foi acompanhada de grande renovação dos quadros petebistas na Assembleia Legislativa Estadual e em outros cargos eletivos. Quando constituiu seu grupo, disputou o comando da agremiação aliando-se a ala rangelista, enfraquecendo os rubinistas.

Houve uma rotação de elites quando os ramonistas e rangelistas, apoiados pelo comando nacional do partido, conseguiram expulsar a ala rubinista do PTB capixaba, após a eleição de Jânio Quadros. Apoiar Quadros poderia ser uma atitude

fecunda para João Goulart, porém, Floriano Rubim e seu grupo não apoiaram Jango para a vice-presidência. Isso era imperdoável em um partido como o PTB, implacável com as dissidências ao seu comando.

O PTB capixaba expulsava um grupo que possuía mandatos, deixando espaço para o crescimento do PSP nas eleições de 1962. A saída dos rubinistas fez com que Argilano Dario, com seu grupo, passasse a ocupar o espaço com estratégias fisiológicas, empreguistas e pragmáticas.

Dessa forma, enquanto, em nível nacional, o PTB lutava pelas reformas de base, no Espírito Santo, o partido comportava uma briga interna por cargos e posições entre as alas argilanista e rangelista. Resultado: os ramonistas e o independente Mario Gurgel falavam sozinhos a favor das reformas, enquanto o partido não reagia.

Como porta-vozes das reformas em um contexto de maior participação popular, os ramonistas passaram a incomodar o PSD e outros partidos adversários somente quando também indicavam seus quadros nas autarquias federais. Porém, o reformismo promovido por Gurgel e os ramonistas era sufocado em um partido que via as lutas populares sob um forte dirigismo e uma *miopia reacionária*.

Dessa forma, chegou o Golpe de 1964 e, com ele, a ditadura civil-militar que fechou os partidos então existentes e o que se assistiu foi a voz isolada de Mario Gurgel contra os golpistas e a cassação do mandato de Ramon de Oliveira Netto. O “grosso” do petebismo capixaba optou pelo silêncio e/ou pela adesão ao novo regime, pois seus quadros estavam plenamente adaptados aos tempos autoritários.

## CONCLUSÃO

As fontes não são precisas quanto ao processo de formação do PTB em solo capixaba. As eleições de 1945 pareceram preceder qualquer mínima organização da agremiação. Desse modo, a formação inicial do PTB ainda é ponto obscuro, mas o que se sabe é que foi criado por emissários de Vargas vindos da capital federal, entre eles, destaca-se Edison Pitombo Cavalcanti, funcionário de carreira no Ministério do Trabalho desde o Estado Novo. Porém, quando Vargas “saiu de cena” em 1945, Cavalcanti também retirou-se da vida pública, acompanhando seu amigo.

Na composição inicial do partido, pudemos detectar elementos ligados aos sindicatos e à burocracia do Ministério do Trabalho. Assim, a fundação do PTB do Espírito Santo acompanhou o desejo das elites partidárias nacionais de transformar dirigentes sindicais em lideranças capazes de promover a organização do partido e conquistar eleitores.

Nos dois primeiros anos de existência do PTB ainda não havia uma liderança consolidada no comando do partido, embora a imprensa evidenciasse um PTB capixaba muito ligado a Vargas e a suas alianças do Estado Novo. Porém, o pleito de 1947 foi determinante para a organização do partido.

Já na campanha, o partido ficou dividido. Uma ala tendeu a uma aliança com candidatos a cargos majoritários de outros partidos e outra defendeu candidaturas independentes, contando somente com candidatos nas casas legislativas. Na ocasião, o partido ofereceu diversos quadros, principalmente a elementos ligados aos sindicatos. Surgiu, nessas eleições, a primeira liderança que se afirmou no comando do PTB.

O ex-presidente do Sindicato dos Comerciários, Saturnino Rangel Mauro, recebeu a maior votação entre os petebistas e, a partir daí, passou a comandar a Comissão Estadual de Coordenação, que reestruturou o partido e lhe concedeu sua presidência. O desempenho do partido nas eleições municipais de 1947 referendou

o comando de Mauro, posto que foram eleitos aliados em importantes cidades capixabas.

Em sua presidência, Mauro encaminhou o PTB para uma atuação independente em relação à máquina administrativa do governo estadual de Carlos Lindenberg, do PSD. Entretanto, diante das demissões de funcionários do Estado ligados ao PTB e da hegemonia do PSD nas discussões de matérias legislativas, Rangel Mauro levou o partido a oposição ao governo pessedista, optando por alianças com os partidos que mais tarde - juntamente com o PTB - formaram a Coligação Democrática. Além disso, se não podia contar com a máquina estadual, a estratégia de Saturnino Rangel Mauro foi a de fortalecer diretórios municipais e regionais do interior e nos bairros operários de Vitória-ES e cidades vizinhas.

A dificuldade em transformar dirigentes sindicais tanto em lideranças com capacidade de obter votos, quanto em dirigentes partidários era tarefa árdua. Isso trazia instabilidade e desorientação ao partido (D'ARAUJO, 1996, p. 21). A partir de 1948, o comando nacional, visando à sucessão presidencial, e também a livrar a agremiação de diversas disputas internas, transformou-a em interlocutora de diversos setores da sociedade brasileira. O partido não mais seria gerenciado por lideranças sindicais.

É por isso que, durante os preparativos para as eleições de 1950, o empresário José Alexandre Buaziz apareceu como uma das lideranças influentes dentro do PTB capixaba. Não temos informações a respeito da data de ingresso de Buaziz no partido, mas o que se percebe é que seu nome começou a surgir a partir dessa determinação nacional de abrir o leque de filiações para os diversos setores da sociedade.

A partir daí, Saturnino Mauro passou a ter o empresário Buaziz como “sombra” de sua presidência. Se Mauro era um político influente nos meios operários, José Alexandre Buaziz possuía a *gaita*, ou seja, os recursos financeiros necessários em uma campanha eleitoral. A partir daí, pudemos detectar a miscelânea de interesses que o PTB capixaba passou a comportar.

Durante a campanha para o pleito de 1950, após manobras de José Buaiz com o comando nacional do partido, o PTB capixaba sofreu uma intervenção. Substituindo Saturnino Mauro, um dos fundadores do PTB capixaba, Edison Pitombo Cavalcanti foi nomeado interventor no partido. A justificativa era a de que Rangel Mauro não “desembarcou” na eleição do candidato ao governo do Estado, Jones dos Santos Neves, do PSD, não preparou o partido de modo a aproveitar eleitoralmente os votos depositados em Getúlio Vargas para a presidência da República e conduziu o partido segundo suas conveniências pessoais.

Entretanto, como vimos, tal justificativa pode ser relativizada, já que o partido comportou o maior crescimento de bancada na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, constituía-se como a maior bancada nas Câmaras Municipais de Vitória-ES, Vila Velha-ES e Cariacica-ES e ainda elegeu um prefeito em Cachoeiro de Itapemirim-ES, cidade capixaba importante para a política da época.

Quanto à preocupação de que os trabalhadores e sindicalistas não possuíam capilaridade eleitoral, Saturnino Mauro, até 1950, possuía uma relativa base votante. Assim, quando não disputou nenhuma eleição, sintomaticamente, foi removido do comando da sigla e excluído do diretório municipal por esforço de um empresário, José Buaiz, e de um burocrata, Edison Cavalcanti. Um tinha os recursos financeiros, o outro, bom trânsito nacional.

A postura de maior independência de Saturnino Mauro pareceu ser um entrave às alianças costuradas em 1950 com o PSD em nível estadual. Sua aposta foi a de dialogar com lideranças locais, como Oscar Paulo - influente líder de bairro operário de Vitória-ES -, e outros elementos do interior, muito mais que promover alianças com outras agremiações. Mauro apostou mais na força da influência local para os votos, do que nas alianças partidárias e na máquina estadual.

Dessa forma, o conflito originário na formação do PTB nacional revelou-se em solo capixaba. Na ocasião, a ala sindicalista foi retirada do poder por força de uma aliança entre a ala ligada aos burocratas, *amigos de primeira hora de Vargas*, e a ala ligada aos empresários, *os homens da gaita*. Faltou a Saturnino Rangel Mauro a

força das *amizades* e da *gaita*, restava-lhe apenas a força dos votos, dificultosa em um ambiente marcadamente rural e oligárquico, que tinha o PSD como agremiação hegemônica, pelo menos até 1954.

Em 1950, como Vargas foi eleito Presidente da República e Jones dos Santos Neves ganhou a eleição estadual, em uma aliança entre PSD e PTB, o partido passou a fazer parte da máquina administrativa estadual e federal. O comando do partido e as indicações aos cargos passavam pelo crivo do comando exercido por Edison Pitombo Cavalcanti, amigo pessoal de Vargas, e pelo empresário capixaba, José Alexandre Buaiz.

Os cargos nas autarquias regionais da Previdência Social passaram às mãos do PTB capixaba, que indicava seus quadros. Cavalcanti era também um dos idealizadores do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), sendo seu diretor geral durante o Estado Novo. Com a volta de Vargas ao poder, Cavalcanti voltava ao comando nacional do SAPS. A partir daí, até fins da década de 1950, o PTB capixaba passou a comandar o SAPS nacionalmente e, então, o partido passava a contar com os cargos das máquinas estadual e federal em sua estratégia política e eleitoral.

Os outrora aliados de Saturnino Rangel Mauro formaram uma *coalizão dissidente* ou *alternativa*, sem voz nem vez nas decisões partidárias. Outra motivação para a retirada de Mauro do comando da sigla estava na estratégia de alijá-lo das indicações para os cargos nas máquinas estaduais e federais. Sob sua liderança, o partido estava crescendo eleitoralmente, gozando de força na capital e no interior. Mauro tornava-se um problema para a oligarquia capixaba, representada no partido por José Buaiz.

A disputa entre as coalizões dominante e alternativa revelou uma cisão no seio do PTB capixaba. A *ala dissidente*, ou coalizão alternativa, comportava, em sua maioria, figuras da capital ou de cidades do entorno de Vitória-ES, como era Saturnino Mauro. A estratégia da *coalizão dominante* de Cavalcanti e Buaiz, por outro lado, foi apostar nas alianças com lideranças do interior desde as primeiras indicações para

os cargos estaduais e federais. Entretanto, havia um constante êxodo rural no Espírito Santo e, mesmo que ainda incipiente, não se poderia descartar o potencial eleitoral crescente nas zonas urbanas e em Vitória-ES.

Não conseguindo *detectar, combater e expulsar* os dissidentes, a partir de meados de 1952, a *coalizão dominante*, liderada por Edison Pitombo Cavalcanti, passou a encará-los como *companheiros das primeiras horas [porém] desavisados*. Entretanto, se a ala liderada por Cavalcanti passava a negociar posições com os dissidentes, a ala liderada por José Alexandre Buaiz, que também disputava os votos na capital e cidades vizinhas, se viram ameaçados e romperam com a *coalizão dominante*.

Saindo o “fiador” da aliança com o PSD estadual, José Buaiz, nova orientação política traçou o PTB capixaba, se afastando do governo pessedista de Jones dos Santos Neves. Essa decisão foi acompanhada da anuência do comando nacional do partido. Mas, até o rompimento com o PSD, o PTB capixaba comportou um movimento dúbio. Ao passo que era a base de um governo que priorizava as políticas urbanas e industrializantes, não deixava de promover alianças e de se fazer notado no interior, base de sustentação de seus votos. Uma das motivações para o rompimento assenta-se na ocupação dos cargos federais, que deu a tônica e fez com que o partido apostasse em sua crescente influência, obtendo força para disputar o ambiente político com o PSD.

Assim, apesar da tendência de José Alexandre Buaiz dominar as redes de comunicação do partido com o jornal *Folha do Povo*, uma parte do financiamento e das relações com o ambiente externo, ou seja, a dominação de boa parte das zonas de incerteza que influenciam nos jogos de poderes internos de um partido, não era suficiente. O desequilíbrio na coalizão dominante vinha de uma das principais características do PTB: seu excessivo centralismo.

Desse modo, se o comando nacional do partido - e principalmente Vargas - recomendou a resignação e o apaziguamento para acabar com fissuras internas, podia-se até dominar as diversas zonas de incerteza, mas, em um partido

carismático, “o líder representa sua argamassa, e a luta entre os diversos grupos é, definitivamente, uma luta para garantir maior proteção e maiores benefícios por parte do líder” (PANEBIANCO, 2005, p. 123). Na luta pelo comando do PTB capixaba, todos eram getulistas, mas Edison Cavalcanti pareceu *mais getulista* do que os outros.

Se o peso da amizade de Vargas e o comando do SAPS eram os principais aspectos do comando de Edison Cavalcanti no PTB capixaba, em 1953, o amigo de Vargas é exonerado do SAPS. Um ano depois, Getúlio Vargas se suicidou, trazendo incerteza ao comando de Cavalcanti no partido. A essa altura, ele ditava os rumos do PTB capixaba com o deputado estadual Floriano Lopes Rubim.

Nas eleições de 1954, o PTB disputou contra o PSD através da Coligação Democrática, uma frente partidária que comportava os mais diversos interesses. Verificadas as urnas, a Coligação Democrática ganhava do PSD, elegendo Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, como governador estadual. O PTB aparecia como a segunda força eleitoral no Estado, possuía a segunda maior bancada na Assembleia Legislativa Estadual e elegeu diversos quadros em importantes municípios que circundavam a capital e no interior capixaba.

O resultado das eleições demonstrou que, a partir de 1950, o PTB entrou em um crescente eleitoral em Vitória-ES, mas também se mostrava um campeão de votos nas cidades do entorno da capital. Em 1954, portanto, elegeu o vereador mais votado da capital, Mario Gurgel, além de eleger quatro entre os cinco vereadores mais votados no pleito. O primeiro suplente do PTB era ainda o sétimo com maior votação para a Câmara Municipal de Vitória-ES. Além disso, se empatava com quatro cadeiras com o PSD, o partido “sobrava” nos votos de legenda. Para a Câmara Federal, Floriano Rubim tornou-se o deputado mais votado, tendo Rubens Rangel como companheiro de partido também eleito.

Não obtivemos fontes que indicassem os motivos do desaparecimento de Edison Pitombo Cavalcanti do comando do PTB capixaba. Assim como em 1945, ele saiu da cena política capixaba com o desaparecimento de Vargas. Dessa vez, Vargas,

tendo se suicidado, sairia para ficar como legado aos trabalhistas, mas Cavalcanti, sem a presença física de seu amigo, sofreu um risco na história do PTB e da política capixaba.

Com as eleições de 1954 e os desaparecimentos de Vargas e Cavalcanti, surgia no PTB capixaba duas forças eleitorais importantes. Uma assentada nos votos de Floriano Lopes Rubim, até então vice-presidente do PTB, e outra no deputado federal eleito, Rubens Rangel, ex-prefeito de Mimoso do Sul-ES, que, se menos votado que Rubim, conseguira eleger dois elementos de sua cidade e aliados para a Assembleia Estadual.

Com as eleições de Lacerda de Aguiar para o Governo do Estado e de Juscelino Kubitschek para a presidência, tendo João Goulart como vice-presidente, o PTB novamente voltava a fazer parte do governo estadual e federal. No plano nacional, gozava novamente de influência nas autarquias previdenciárias, já na máquina estadual, passou a ter indicação do prefeito de Vitória-ES e da Secretaria de Viação e Obras Públicas, prontamente ocupada pelo comandante do PTB capixaba.

O predomínio de Floriano Rubim no partido, seu sucesso eleitoral no pleito de 1954 e sua influência em importantes autarquias da Previdência Social, se tornaram uma evidente ameaça para o PSD - e seu jornal oficial, *A Gazeta* -, para o governador Lacerda de Aguiar e para os partidos da Coligação Democrática.

Dessa maneira, Chiquinho passou a perseguir os aliados de Floriano Rubim no governo e retirou Rubim do comando da Secretaria, colocando, em seu lugar, o petebista Rubens Rangel. Surgia aí uma disputa que quase levou o partido a uma implosão, protagonizada pelas alas rubinista e rangelista. A disputa pela indicação do prefeito de Vitória-ES também foi alvo de dissensões entre as duas alas dominantes do PTB capixaba.

O comando de Floriano Rubim no PTB capixaba foi marcado por um acentuado pragmatismo e uma supervalorização da ocupação dos cargos nas autarquias previdenciárias e na burocracia estadual. A mediação entre partido-sociedade-

Estado se deu por meio de relações clientelistas, operadas principalmente através da máquina previdenciária. Em 1957, nas eleições internas do partido, Floriano Rubim foi eleito presidente do partido e seu grupo dominou os principais postos de comando.

Já a tendência liderada por Rubens Rangel, sem conseguir ganhar o comando do partido, acabou se apoiando em cargos da máquina estadual - Secretaria de Viação e Obras e Prefeitura Municipal de Vitória-ES -, para se fortalecer, visando ao pleito que chegava e à disputa interna no partido.

A força do PTB no Espírito Santo residia no interior, mas o partido era também o que angariava mais votos nos pleitos municipais de Vitória-ES. A posse da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, por sua vez, dividiu mesmo o trabalhismo capixaba. Era importante ter o Prefeito de Vitória-ES entre os seus. Isso não era à toa. Fora o potencial eleitoral com a crescente migração campo-cidade, o PTB ganhava os pleitos municipais na capital. Quem dominasse a prefeitura e o município que, mais cedo ou mais tarde se emanciparia, dominaria um grande recurso do jogo interno de poder.

Dessa forma, os diversos interesses presentes no partido passaram a entrar em choques constantes. Os quadros do partido disputavam internamente o preenchimento dos cargos, ensejando alianças com as diversas forças políticas capixabas, com fito de derrotar os adversários internos.

O partido foi, então, profundamente cindido para as eleições de 1958. As disputas dividiram o PTB em duas alas que não dialogavam. A imprensa e os partidos adversários se aproveitavam dessa cisão para veicular diversas denúncias de corrupção e empreguismo, principalmente no interior do SAPS. Resultado: o comando nacional do SAPS saiu das mãos do PTB capixaba em 1957. A ala rubinista perdia um importante recurso de poder às vésperas das eleições.

Dividido, o partido lançou a candidatura isolada de Floriano Rubim para o Governo do Estado. Sem o SAPS, tentando derrotar a força da oligarquia agrupada no PSD e

sem o apoio da ala rangelista, Rubim ficou em terceiro lugar na disputa, sendo eleito o pessedista Carlos Lindenberg. O presidente do PTB capixaba perdeu também a eleição na Câmara Federal.

Sem cargo eletivo e sem o respaldo do SAPS, o comando do PTB pela ala rubinista esteve ameaçado. Houve uma renovação da Assembleia Legislativa Estadual e dos quadros do PTB que ganharam as eleições, o que era sintoma de uma mudança. As alas rubinista e rangelista viram um novo perfil de trabalhista ganhando a eleição. Ramon de Oliveira Netto, em sua primeira eleição, “faturou” uma cadeira de deputado federal. Ele não estava sozinho. Fazia parte de um grupo nacional chamado de *pragmáticos reformistas*, e contava com quadros recém-eleitos na ALES e em câmaras municipais. Surgia aí uma nova ala, a ramonista.

Com ações e discursos voltados ao reformismo nacionalista, os ramonistas entraram em acordos com os rangelistas e enfraqueceram o poder dos rubinistas. As eleições presidenciais de 1960 foram determinantes para criar um “racha” no PTB capixaba. O independente e campeão de votos na capital, Mario Gurgel, saiu do PTB, ingressando no MTR, acompanhando a cisão nacional que apoiava Fernando Ferrari para a vice-presidência, contra o candidato do PTB, João Goulart. Este, por sua vez, compunha a chapa presidencial do Marechal Teixeira Lott, do PSD, contra, entre outros candidatos, Jânio Quadros, do PTN.

A ala rubinista, fora dos cargos do SAPS, sem um mandato para Floriano Rubim, percebeu no apoio à Jânio Quadros a última cartada para manter o comando do PTB capixaba. Além disso, a retirada do SAPS das mãos do PTB capixaba pareceu ser consentida pelas lideranças nacionais do PTB, desejosos de enfraquecer Rubim, em favor do grupo ramonista. Jango compartilhava perfil parecido com o de Ramon de Oliveira Netto, podendo ser enquadrados entre os *pragmáticos reformistas*. Tratava-se de retirar os *getulistas pragmáticos*, como Floriano Rubim e seu grupo, do comando do PTB capixaba.

Jânio Quadros ganhou as eleições presidenciais, assim como João Goulart a vice-presidência. A partir daí, as alas ramonista e rangelista, em comum acordo com a

direção nacional do partido, interviram no PTB capixaba pela segunda vez e expulsaram os elementos da ala rubinista para fora do partido, sendo que esse foram abrigados no PTN.

Com isso, o partido ficou com a direção dividida entre as alas rangelista e ramonista, dando margem a uma ala que ocupava o espaço da rubinista, os argilanistas, sendo esta liderada por Argilano Dario. Esse grupo dos argilanistas também se assemelhava ao perfil de trabalhista dos rubinistas, tratava-se de elementos cujo getulismo e pragmatismo davam a tônica.

A partir da expulsão dos rubinistas, os ramonistas passaram a ser porta-vozes do trabalhismo capixaba, sob o nacionalismo e reformismo do PTB. A imprensa oficiosa do PSD, *A Gazeta*, demonstrava que tinha preferências pelo grupo mais programático do partido. Em 1950, durante a primeira eleição para a Prefeitura de Vitória-ES, o jornal deu o parecer de que o partido entrou em uma campanha mais voltada ao nacionalismo e reformismo. Nessa oportunidade, sentenciou que, por isso, o candidato petebista Rubens Gomes tinha perdido as eleições, uma vez que o eleitorado não entendia do que se tratava. Gomes e o PTB não teriam conseguido atingir as suas bases, as classes populares. Esse foi um aprendizado histórico que os adversários do PTB levaram para a década de 1960.

. Nas vésperas das eleições estaduais de 1962, o jornal *A Gazeta* concede voz e elogios aos ramonistas, mas acusa os rangelistas e argilanistas de fisiologismo e empreguismo. O PSD, usando seu jornal oficial, não só ambicionava o apoio do PTB ao seu partido, mas qualificava qual PTB lhe interessava o apoio. Aos pessedistas, não interessava o apoio das alas mais fisiológicas e empreguistas do partido.

Quando optou por esse tipo de atuação, sob a liderança de Floriano Rubim, o PTB cresceu organizacional e eleitoralmente. Passou a jogar como os oligarcas capixabas jogavam, sob um intenso clientelismo, e constituiu-se como a segunda força eleitoral e ameaçou as oligarquias capixabas. Interessava o programa do partido que, em um ambiente marcadamente rural e oligárquico, com as classes trabalhadoras ainda em número pequeno - embora crescente -, não conseguia fazer

frente ao *status quo*.

Entretanto, contrariando a ala ramonista, o PTB capixaba apoiou o candidato da Coligação Democrática ao governo do Estado, Lacerda de Aguiar. Além disso, o candidato a vice-governador na chapa de Chiquinho era o petebista Rubens Rangel. Ambos se consagraram vencedores e o PTB passou novamente a dispor dos cargos da administração estadual.

A essa altura, Jânio Quadros já havia renunciado à presidência e Goulart assumia como primeiro-ministro. Já em 1963, Jango tornava-se presidente da República após o plebiscito que restaurou o presidencialismo. Em decorrência disso, o PTB capixaba voltou a ter as autarquias previdenciárias em suas mãos. Dessa forma, se os rangelistas disputavam o preenchimento dos cargos estaduais, os argilanistas, uma vez que Argilano Dario era deputado federal, passavam a lutar contra os trabalhadores para indicar quadros do partido aos diversos cargos federais. O partido, então, dividia-se entre os nacionalistas, os reformistas e os fisiológicos.

Com o acirramento das polarizações entre 1963 e 1964 e o crescimento das mobilizações populares, o PTB demonstrava sua divisão. Enquanto a ala ramonista gozava do prestígio entre os trabalhadores e suas organizações e também indicava elementos para os cargos federais, elementos das outras alas tentavam dirigir os trabalhadores ou enxergavam suas lutas como fruto de subversões.

Era o tempo das discussões em torno das reformas de base. Os ramonistas e o independente Mario Gurgel cobravam as reformas sob o programa máximo das esquerdas, mas os argilanistas e rangelistas, sem reagir aos debates nacionais, disputavam empregos nas máquinas federais e estaduais. O PTB, enquanto organização, preocupava-se mais com as questões locais e pessoais do que com as disputas pelo programa das reformas.

O partido, que não reagia às reformas, também não reagiu ao golpe civil-militar que se processou em abril de 1964. Se Ramon de Oliveira Netto foi cassado na primeira lista que o Comando Supremo dos golpistas editou, apenas Mario Gurgel não

saudou o golpe que se processou. Outros elementos das alas rangelista e argilanista variavam do apoio ao silêncio diante da nova ordem que se estabelecia. Constituíam-se no PTB capixaba o tempo dos silêncios ou das adesões.

Após reatar o fio da história do PTB capixaba, estamos municiados de elementos para uma análise mais profícua sobre a organização acima citada, segundo o modelo de institucionalização partidária proposta por Panebianco (2005).

Segundo o modelo proposto pelo teórico, no processo de institucionalização a organização partidária passa da ênfase aos incentivos coletivos para a ênfase aos incentivos seletivos; sua ideologia deixa de ser manifesta – com objetivos explícitos e coerentes – para permanecer em um estado de latência, com objetivos vagos, implícitos e contraditórios; há uma progressiva redução da liberdade de ação dos líderes; e, por fim, acontece um deslocamento de estratégias centradas na dominação do ambiente externo para outras, centradas na adaptação.

Entretanto, como o próprio teórico defende ser esse um modelo interpretativo, comportando variações explicadas pela história do partido, sobretudo no que tange ao enfrentamento dos dilemas organizacionais, passemos a retomar o caso do PTB capixaba.

Em toda organização partidária há um conflito constante entre as estratégias de se cumprir os objetivos oficiais do partido e de sobreviver nos ambientes que disputam corações e mentes. No início da organização do PTB capixaba percebe-se que a agremiação se tratava de uma opção criada para cumprir determinados objetivos oficiais: voltado às demandas das classes trabalhadoras e, para isso, contemplava em seu comando elementos sindicais. Saturnino Rangel Mauro, no início da agremiação, optou por uma ação independente às oligarquias capixabas e apostavam no recrutamento de lideranças de bairros populares e do interior, além de fortalecer os diretórios do partido nesses locais. O getulismo e seu legado davam a tônica da atuação nas diversas esferas políticas. Tratava-se, portanto, de uma ênfase na perseguição dos objetivos oficiais do partido.

Entretanto, em 1948 o comando nacional determinou que os sindicalistas deixassem o comando do partido, de modo a abrir o leque de filiações partidárias. Ou seja, no ambiente político capixaba, o PTB deveria abrigar as forças ligadas às classes mercantis-exportadoras e se aliar as forças agrofundiárias. Foi assim que o empresário José Alexandre Buaiz passou a disputar o comando do partido.

A intervenção nacional no PTB capixaba colocando Edison Pitombo Cavalcanti como interventor garantiria que o partido seria guiado segundo as conveniências de seu amigo, Vargas, e garantiria alianças que fossem interessante ao seu poder e que faria a sigla sobreviver no ambiente político capixaba, de modo a ser base de sustentação de seu governo.

Com Vargas na Presidência da República e Jones dos Santos Neves, do PSD, no Governo do Estado, o PTB capixaba passou a dispor de cargos nas máquinas estaduais e, principalmente, passou a comandar o SAPS nacional e a indicar seus quadros nas autarquias previdenciárias. Se o partido optava por sobreviver por meio do apoio dos empregos públicos e do diálogo com as dissidências, ainda havia um uso das máquinas visando ao bem-estar dos trabalhadores, demonstrando que havia uma preocupação em equilibrar a perseguição dos objetivos oficiais do partido e a sobrevivência da organização.

Entretanto, quando Vargas desaparece junto com Edison Cavalcanti, o comando do PTB capixaba passa a ficar nas mãos de Floriano Rubim. Esse, com aspirações pessoais de se constituir como uma das principais lideranças políticas do Estado, passa a operar a máquina partidária com acentuado pragmatismo e fisiologismo. Sobreviver no ambiente político capixaba pressupunha em se fortalecer para fazer frente as oligarquias capixabas. Para isso, Floriano Rubim passou a se preocupar menos com os objetivos oficiais do partido, tendendo a alianças com a UDN e não dialogando com a ala rangelista do partido.

Já a partir da década de 1960, o PTB capixaba passa a ser guiado pelas alas ramonista e rangelista. Se os primeiros “puxam” o partido para a esquerda, de modo a cumprir seus objetivos, que passaram a ser as reformas de base, o outro grupo

preocupa-se com as questões locais, de modo a manter a sobrevivência do na política capixaba. Ao final da república, o PTB capixaba compartilhava a instabilidade do PTB nacional entre sobreviver e cumprir seus objetivos.

Para sobreviver ou cumprir seus objetivos, o partido deve distribuir incentivos coletivos e seletivos, estando os dois em constantes tensões. Optando por ser independente ao Governo do Estado, entre 1945 e 1950, o PTB capixaba não dispunha de cargos estaduais e federais, assim, sob o comando de Saturnino Rangel Mauro o partido optou pela ênfase nos incentivos coletivos, aqueles que visam a assegurar a participação coletiva. Os incentivos assumiam, assim, o caráter de projetos que objetivavam atingir as classes trabalhadoras urbanas e do interior.

Porém, com a leitura de falta de capilaridade eleitoral das lideranças trabalhadoras no PTB, Edison Cavalcanti assumiu o comando do partido em um contexto em que o PTB era base de sustentação dos governos federais e estaduais. Cavalcanti, um dos criadores do SAPS, passou a gerir essa autarquia nacionalmente e as indicações aos diversos cargos federais e estaduais. Porém, conforme vimos, de modo a equilibrar as tensões entre os incentivos seletivos, dirigidos a alguns participantes por meio de cargos na burocracia estatal ou partidária, os petebistas articulavam os cargos nos Institutos de Previdência com ações voltadas a assistência e bem-estar das classes trabalhadoras, articulando objetivos seletivos e coletivos.

Quando Floriano Rubim assume o comando do PTB capixaba, não sendo um elemento ligado às classes trabalhadoras e aos sindicatos, o partido passa a dar maior destaque aos incentivos seletivos. O SAPS volta ao comando do partido a partir da metade da década de 1950, gozando a organização, também, dos cargos estaduais. Com a ênfase no empreguismo e no fisiologismo, o partido cresce eleitoral e organizacionalmente. Por outro lado, disputas internas violentas pelas indicações começam a surgir, ao mesmo tempo, escândalos tomam os noticiários, denunciando corrupções e clientelismo operado pelo PTB capixaba nas autarquias previdenciárias.

Quando Ramon de Oliveira Netto e Rubens Rangel assumem a direção do partido,

há uma rotação das elites dirigentes. Floriano Rubim era um getulista pragmático que dominou o partido até 1960, embora o comando nacional estivesse nas mãos dos reformistas pragmáticos desde 1952. Diante do malogro nas eleições de 1958, após diversos escândalos envolvendo as autarquias previdenciárias, a ênfase na distribuição de incentivos seletivos para seu grupo por parte de Floriano Rubim fez com que novas lideranças surgissem no PTB capixaba.

Houve uma grande renovação entre os petebistas eleitos e o principal quadro dessa renovação, Ramon de Oliveira Netto, recorreu aos objetivos oficiais do partido para derrubar os rubinistas. Porém, apesar dos ramonistas privilegiarem os incentivos coletivos por meio da defesa das reformas de base, mas também indicando elementos nas repartições públicas, os rangelistas – assim como os argilanistas – voltavam-se às questões locais e à ênfase aos objetivos seletivos, tornando o partido aquele que não reagia às reformas.

Tendo de traçar estratégias frente ao ambiente externo, os partidos devem equilibrar a tendência a se adaptar ao meio de atuação - incorporando elementos externos e mudando suas estratégias, com o objetivo de obter sucesso no mercado eleitoral -, com a tendência a dominar o ambiente externo, de modo a transformá-lo e moldá-lo conforme suas metas.

Sob o comando de Rangel Mauro, o partido resolvia essa tensão apostando no diálogo com lideranças locais do interior e de bairros operários com a criação de diretórios locais, ao mesmo tempo que propondo projetos de maior benefício as classes trabalhadoras nas casas legislativas. Porém, o PSD era mais forte no interior e haviam poucos trabalhadores urbanos em Vitória-ES, ficando o partido com uma base de sustentação ainda incipiente, embora tivesse logrado relativo sucesso nas eleições de 1947.

Quando Edison Cavalcanti e José Buaiz assumem a direção do partido, abrem o leque de filiações para os diversos setores da sociedade capixaba e costumam alianças com as oligarquias capixabas, visando a maiores projeções eleitorais. Ao mesmo tempo, voltam-se a atender demandas de trabalhadores por meio do uso

das autarquias previdenciárias.

Já sob o domínio de Floriano Rubim, o PTB capixaba mudava suas estratégias. A perseguição dos objetivos oficiais deixava de ser um dos destaques. Sua liderança optava por um pragmatismo, dialogando com as diversas forças do espectro político capixaba, cogitando alianças com a UDN. De posse de importantes cargos nas burocracias federal e estadual, o partido repete estratégia já usadas na política capixaba, como a de usar o empreguismo e clientelismo como elos de ligação entre partido e sociedade.

Não cuidando de estratégias de dominação do ambiente, de modo a transformar o ambiente político capixaba no sentido de seu programa, Rubim se desgasta na direção do partido e perde o protagonismo para Ramon de Oliveira Netto e Rubens Rangel. Enquanto Rangel e sua ala optam por, de forma mais moderada, disputar empregos e pelo fisiologismo, Netto defende as reformas de base sob o programa máximo das esquerdas. Entretanto, seu grupo não conseguia a hegemonia no PTB capixaba, impondo ao partido um desequilíbrio a favor da adaptação ao ambiente externo.

Outra questão que deve ser equilibrada pelos partidos está no tensionamento entre a liberdade de ação de seus líderes os constrangimentos organizativos ao poder dessas lideranças. Durante o comando de Saturnino Rangel Mauro, a figura e a voz de Vargas foram determinantes para constranger a liberdade de ação dos líderes partidários. Quando nacionalmente houve uma determinação de rotação das elites dirigentes do partido, José Alexandre Buaziz, com o poder de seus recursos financeiros, e Edison Pitombo Cavacanti, com o peso da amizade de Vargas, encontraram caminho livre para dominar o partido.

Porém, havia constrangimentos para a liberdade de ação dos dois comandantes do partido. Apesar de possuírem a distribuição de incentivos, a comunicação do partido, o financiamento e o comando do ambiente externo, não se poderiam desprezar as lideranças dissidentes do partido, que tinham grande influência local em Vitória-ES e, principalmente, no interior. O ambiente político capixaba tornava-se um

constrangimento à liberdade de ação dos líderes.

Assim, quando Floriano Rubim demonstra maior capilaridade eleitoral, principalmente no interior capixaba, sem a presença física de Vargas, passa a dominar o partido. Entretanto, Rubim comandava apenas as lideranças assentadas na região norte do Estado. Sua liberdade de ação era constantemente constrangida por outra liderança, Rubens Rangel, influente no sul capixaba. Havia, assim, um fragoroso tensionamento entre as lideranças do sul e norte capixaba no seio do partido.

Como o ambiente externo exigiu mudanças, chegava o tempo dos nacionalistas reformistas. A margem de manobra da *coalização dominante* estava restrita, fazendo com que essa fosse incapaz de providenciar linhas de ações alternativas frente ao ambiente. Dessa maneira, houve a ascensão de um novo grupo liderado por Ramon de Oliveira Netto, o que se tornou um constrangimento para a liberdade de ação da ala rangelista, que permaneceu a frente do partido.

O PTB nacional seguiu o inverso do modelo de institucionalização de Angelo Panebianco (2005). Ao final de sua trajetória, o partido enfatizava os incentivos coletivos, a ideologia era explícita sob o nacionalismo e reformismo, havia uma liberdade de ação dos líderes - tanto que Brizola, San Tiago Dantas e João Goulart comandavam setores importantes do partido – e houve uma centralização na dominação do ambiente externo, tendendo moldá-lo através das reformas de base.

Entretanto, o estudo da história do PTB capixaba revelou o modelo de Panebianco (2005). O partido optava pelos incentivos seletivos, por meio de indicação a cargos nas autarquias federais e estaduais. Os membros da organização disputavam com suas bases, os trabalhadores capixabas. O reformismo era defendido apenas por Ramon de Oliveira Netto e seu grupo, e pelo independente Mario Gurgel, ficando o “grosso do petebismo preocupado com questões locais. A liberdade de ação dos líderes era reduzida, tanto que o reformismo empunhado pelos ramonistas foi dominado pelos rangelistas, argilanistas e pela oligarquia capixaba. Dessa maneira, o partido optou por uma adaptação do ambiente externo, sob empreguismo,

clientelismo e fisiologismo, resultando em silêncios e adesões, inclusive, ao golpe civil-militar.

A proposta inicial era a de apresentar uma abordagem que visasse a compreender a configuração interna de um partido, de modo a elucidar em que medida um estado tardio e retardatário, no que tange ao seu processo de desenvolvimento capitalista, caracterizado também por possuir uma sociedade eminentemente agrária, oferecia condições para assimilação e desenvolvimento de um projeto voltado às classes populares e aos trabalhadores urbanos de um partido trabalhista, que ocorreu durante o processo de institucionalização do partido.

Em um ambiente como o Espírito Santo, agrário, dominada pelos oligarcas, em que a mediação entre Estado, partido e sociedade se dava por formas clientelistas, o PTB parecia viver uma contradição existencial. Após a retirada de lideranças sindicais do comando do partido, os empregos das autarquias previdenciárias se tornaram importante recurso para a organização.

Saturnino Rangel Mauro foi retirado do comando do partido para não ter as indicações dos cargos para o seu grupo. Edison Cavalcanti se manteve à frente do partido enquanto esteve no SAPS e gozava do prestígio de Vargas, sendo visto como um *outsider* da política capixaba após a perda de seu cargo. Porém, desapareceu com a morte de seu líder, tendo seu nome apagado da história do SAPS, do partido e da política capixaba.

Florianio Rubim, por sua vez, passou a comandar o partido e a dominar os cargos federais e, principalmente, o SAPS. Rubens Rangel era outra importante liderança e se tornou secretário de Estado, passando a fazer frente ao comando de Rubim por meio dos cargos estaduais. Passou a existir uma crítica constante ao fisiologismo e empreguismo do PTB capixaba, uma vez que, dispondo desse importante recurso, o partido cresceu eleitoralmente e passou a fazer frente às oligarquias capixabas, por meio do clientelismo e empreguismo já vigente na política.

O partido se tornou, assim, uma ameaça aos adversários. Mas, por outro lado, o

partido criou uma dependência em torno dos cargos. Brigou internamente pela Prefeitura de Vitória-ES e a ocupação da pasta da secretaria de Viação de Obras Públicas ensejou uma cisão em duas alas, que quase levou o partido ao seu fim. Devido as disputas, o petebista Mario Gurgel foi abandonado na Prefeitura de Vitória-ES e Rubens Rangel foi alvejado pelos próprios petebistas quando esteve à frente da secretaria acima citada.

Tendo uma ala com perfil mais programático, como o grupo de Ramon de Oliveira Netto desejava e brigava internamente, o partido corria o risco de falar quase que sozinho, visto que sua base eleitoral, classes populares urbanas, era pequena e não conseguia fazer frente ao poder dos oligarcas no interior capixaba sem o peso dos empregos. Os adversários sabiam disso e recorriam ao programa do partido para enquadrá-lo em seus objetivos oficiais.

Dessa forma, em um Estado tardio e retardatário no que tange ao seu processo de desenvolvimento capitalista, caracterizado também por possuir uma sociedade eminentemente agrária e dominada pelos oligarcas, o PTB capixaba optou pelo fisiologismo, empreguismo e clientelismo, sofrendo, durante boa parte de sua trajetória, com disputas de interesses diversos por cargos. Com isso, sucumbia pela fúria das oposições mais poderosas, comportando adesões e silenciamentos a um golpe de estado realizado por um presidente do próprio partido. Porém, esse cenário não impediu que lideranças comprometidas com o programa partidário e atentas às demandas dos trabalhadores capixaba, como Mario Gurgel e Ramon de Oliveira Netto, surgissem no partido, embora fossem dominados pelas oposições internas e externas ao partido.

Por fim, nada impede que façamos um exercício de imaginação, sem maiores compromissos acadêmicos e fugindo da proposta deste trabalho. Voltando aos anos anteriores ao golpe civil-militar que, entre outras determinações, fechou os partidos políticos existentes, percebemos que os tempos estavam mudando. Havia uma acentuada migração campo-cidade no Espírito Santo, as esquerdas afinavam o discurso com as entidades sindicais e com os setores mobilizados da sociedade, se

consolidava uma cidadania participativa e havia debates em torno de reformas de base, mesmo que existissem propostas do centro, das esquerdas e das direitas.

Um setor do PTB capixaba, ao que parece, se preparava para os novos tempos. Estava menos fisiológico, mais unívoco, aumentava sua bancada, apostava em outras estratégias, principalmente de mobilização da sociedade. Entretanto, um golpe civil-militar foi capaz de interromper uma trajetória e de detonar uma das maiores angústias dos que sonham com um país mais justo e menos desigual. Mas não foi capaz de encarcerar aquilo que a história não responde: a utopia do que poderia ter sido.

## REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930 – 1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALVARENGA, Jefferson Ferreira. **Considerações sobre o populismo na política do Espírito Santo (1959 – 1966)**. 2012. 271f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

CAMPOS, Dulcinéia. **A alfabetização no Espírito Santo na década de 1950**. 2008. 263f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 59-124. p. 125 – 165.

CARDOSO, Lucian Rodrigues. **Entre a raia miúda e o black tie: a administração de Mario Gurgel na Prefeitura Municipal de Vitória**. 2013. 91 f. Monografia de Final de Curso (Graduação em História) – Departamento de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Orientador: Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira. Disponível em: <[http://lempi.ufes.br/sites/lempi.ufes.br/files/field/anexo/lucian\\_mono.pdf](http://lempi.ufes.br/sites/lempi.ufes.br/files/field/anexo/lucian_mono.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 130–149.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 468-484.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**: o PTB de 1945 – 65. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 59-124.

\_\_\_\_\_. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GERMANI, GINO. Fascismo e processo de mobilização. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (org.). **Política & Sociedade**. v.1. São Paulo: Companhia editorial nacional, 1979.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 17 – 57.

\_\_\_\_\_. **A invenção do trabalhismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GURGEL, Antonio de Pádua. **O menino da Ilha**: história de um líder popular. 1. ed. Vitória, 1998.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 70, 4. ed., 1978.

JONES, Gareth Stedman. **Languages of class**: studies in English working class history. Cambridge, Cambridge. University Press, 1984.

MACKINNON, María Moria; PETRONE, Mario Alberto. **Populismo y neopopulismo em América Latina**: el problema de la cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

MARTINUZZO, José Antonio. A Televisão no Espírito Santo: trajetória histórica e conexões socioeconômicas e políticas do modelo. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**: História da Televisão, v.1, n.2, p. 21-30, jul-dez 2012.

MICHELS, Robert. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Lisboa: Antígona, 2001.

MORAES, Paulo S. **Evolução demográfica do Espírito Santo (1940-1991)**. Vitória: IHGES, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945 – 1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.167 – 203.

OLIVEIRA, Ueber José de. As campanhas eleitorais vitoriosas de Francisco Lacerda de Aguiar no Espírito Santo (1954 e 1962). **Historiæ**. Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 149–167, 2013.

\_\_\_\_\_. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade

Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido:** organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PENA, Victor Augusto Lage. **Os posseiros de Cotaxé e o Movimento Udelinista:** conflitos de representação. 2016. 105f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos:** governos e assembleias no Brasil Republicano. 2004. 239 f. Tese de doutorado (Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Lutando com “ordem e disciplina”: o Sindicato dos Bancários do Espírito Santo (1934-1953). **Ágora:** Perspectivas da História Regional, Vitória, n.20, p. 110-126, 2014.

\_\_\_\_\_. **Teoria e metodologia da História:** o tratamento de fontes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2015.

PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia. Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

RIBEIRO, Diones Augusto. **O elo perdido:** o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – CODEC (1950-1980). 2016. 302 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RIBEIRO, Luiz Claudio Moisés. **Excelsos Destinos:** História da energia elétrica no Espírito Santo (1896 – 1968). Vitória: Edufes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Memória e luta:** Sindicomercários: 75 anos de história (1931/2006).

Vitória: Produz Comunicações, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sinergia-ES: de Getúlio a Lula.** Vitória: Flor & Cultura, 2005.

SILVA, Marta Zorzal de. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder.** 1986. 822f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **A democracia interrompida.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

SUKMAN, Márcio André. **A trincheira dos trabalhadores: João Goulart, PTB e o Ministério do Trabalho (1952-1954).** 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

## FONTES PRIMÁRIAS

Jornal **A Noite** (01 de agosto de 1957). Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

Jornal **A Gazeta** (1945 – 1964). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Jornal **Folha Capixaba** (06 de agosto de 1960). Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

Jornal **Folha do Povo** (1952 – 1953). Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

Jornal **O Semanário** (17 a 24 de julho de 1958). Hemeroteca Digital. Disponível em:  
<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

## ANEXO

### PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

#### **Reforma constitucional**

1.º) Reexame da Constituição sem que sejam reduzidos os direitos por ela assegurados aos trabalhadores]

a) sob qualquer forma, não poderão ser reduzidos os direitos já assegurados aos trabalhadores, considerados os princípios já consagrados, como regras fundamentais de equilíbrio entre o capital e o trabalho;

b) a Constituição de 10 de novembro de 1937 atendendo a influência e imperativos do momento trazia em seu próprio texto o sentido de transitoriedade atendendo a que por força do disposto no seu artigo 187 deveria ser submetido ao plebiscito nacional; c) as alterações da Constituição determinadas pelo Ato Adicional visam facilitar a complementação dos quadros constitucionais, sem modificar, entretanto, as linhas mestras da Carta do País;

d) modificações outras se fazem necessárias para adaptação do Estatuto às condições do povo brasileiro dentro do momento universal;

e) tais modificações se operarão no sentido de estabelecer um melhor equilíbrio entre as classes sociais através do reajustamento das prerrogativas inerentes ao capital e ao trabalho com base na melhor distribuição das riquezas, restrições de lucros a um limite razoável e participação dos mesmos pelos trabalhadores, na extinção dos latifúndios, na realidade do crédito agrícola, na valorização do homem do povo, realizando, enfim, muito mais uma aspiração de caráter social do que uma teoria política.

#### **Manutenção da unidade nacional**

2.º) Unidade nacional sob o regime democrático, com voto direto e universal.

a) o problema de maior importância na organização política do País é a manutenção

da unidade nacional, garantia de nossa força na esfera internacional, não só no aspecto político como também econômico e social;

b) a modificação imposta pela guerra à estrutura social das nações, determina a alteração dos princípios individualistas que nortearam no passado a vida do País;

c) só a democracia pode satisfazer aos nossos sentimentos, às nossas tradições, às nossas aspirações;

d) a democracia só poderá existir com a manifestação do povo através do voto direto e universal.

### **A verdadeira representação política do trabalhador**

3.º) Representação política dos trabalhadores por legítimos trabalhadores.

a) a experiência da política sindical tem proporcionado ao governo o ensejo de melhor auscultar os interesses das classes trabalhadoras, que, por meio dos representantes saídos do seu próprio seio, levam ao exame dos órgãos do governo suas necessidades e as sugestões capazes de solucioná-las;

b) manter essa política fazendo representar as classes obreiras por meio dos seus componentes, é impedir que delegados estranhos à classe, eleitos pelas massas trabalhadoras, exerçam os seus mandatos sem conhecimento de causa e de boa ou má fé acarretam prejuízos àqueles que representam e, conseqüentemente, à coletividade nacional;

c) os trabalhadores nacionais possuem um perfeito conhecimento das necessidades de suas classes e uma já bem formada consciência política;

d) os representantes das classes trabalhadoras devem sair do seu próprio meio, em número proporcional às diferenciações estruturais das referidas classes, atendendo-se, no mínimo, à representação dos artífices, dos técnicos, dos intelectuais, dos lavradores.

### **A legislação social**

4.º) Defesa dos princípios contidos na Consolidação das Leis do Trabalho, aprimoramento dos seus dispositivos e maior rigor na sua aplicação.

a) constitui a Consolidação das Leis do Trabalho um marco venerável na História de nossa civilização e notável obra jurídica, que já se consagrou pelos benefícios já distribuídos, como também pelo julgamento da opinião pública consciente, promovendo o equilíbrio de nossa vida social;

b) ao Estado cumpre estabelecer medidas para que aos trabalhadores seja assegurado o amparo da legislação social vigente, bem como propugnar pelo aprimoramento de seus dispositivos, principalmente no que diz respeito ao rigor de sua aplicação. Essas medidas são as seguintes:

1.º) exigência de justa causa para despedida e conseqüente indenização, seja qual for o tempo de serviço, nunca sendo esta inferior ao correspondente a três meses de salário, desde que não comprovada a justa causa;

2º) participação eqüitativa nos lucros das empresas, proporcional ao tempo de serviço; 3.º) autonomia das entidades sindicais;

4.º) ampliação das representações de classes, sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgãos que interessem ao capital e ao trabalho;

5.º) criação de quadros de acesso nas carreiras técnico-profissionais e aumento de salários relativo ao tempo de serviço, ao aprimoramento da capacidade profissional e ao rendimento do trabalho;

6.º) extensão da legislação social aos trabalhadores assalariados das autarquias, dos institutos paraestatais e das repartições do governo;

7º) inclusão dos trabalhadores rurais na classe trabalhista para efeito de subordinação à legislação do trabalho.

### **O trabalhador rural**

5.º) Amparo da legislação aos trabalhadores rurais e também aos trabalhadores das autarquias e servidores públicos quando seus direitos forem inferiores aos dos trabalhadores nas empresas privadas.

a) estender aos trabalhadores rurais, aos trabalhadores das autarquias, aos servidores públicos e aos profissionais liberais os benefícios da legislação social, é medida de justiça que se impõe, reintegrando na massa trabalhadora elementos que

se encontram em situação "sui generis", deslocados de seu próprio organismo;

b) trabalhadores rurais, trabalhadores de autarquias, trabalhadores de institutos paraestatais, assalariados do Estado e profissionais liberais, não são senão membros da comunidade trabalhista, vivendo todos dos rendimentos exclusivos do trabalho;

c) a legislação trabalhista estender-se-á ao trabalho rural, a fim de evitar o êxodo das populações campesinas;

d) os servidores do Estado e das autarquias não poderão receber salário inferior ao mínimo e deverão ter assegurados todos os benefícios do seguro social, de salário profissional, de férias, de estabilidade e de proteção contra acidentes do trabalho;

165 e) a legislação trabalhista deve ser estendida, em toda sua amplitude, aos empregados em serviços públicos, mesmo quando executados pelo Estado.

### **A Justiça do Trabalho**

6.º) Criação de órgão paritários da Justiça do Trabalho em todos os grandes centros trabalhistas do País, assegurando-se um rápido andamento nos processos e na execução dos julgados. a) nos locais onde não seja possível a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento os dissídios de trabalho deverão ser recolhidos por comissões paritárias presididas pela autoridade judiciária local;

b) as reclamações apresentadas à Justiça do Trabalho deverão ser julgadas dentro do prazo de oito dias;

c) a execução dos julgados deverá ser iniciada dentro de oito dias de sentença do tribunal que julgou o dissídio.

### **Dever de trabalhar e segurança de emprego**

7.º) Obrigatoriedade e direito de trabalho a todo indivíduo fisicamente capaz, em emprego útil e regular, mediante salário razoável, que lhe permita, em um máximo de oito horas, obter os meios necessários ao sustento próprio e de sua família de maneira condigna.

a) da mesma maneira que, para garantir a defesa nacional, o Estado mobiliza os

cidadãos, estes devem ser considerados permanentemente mobilizados para a grandeza nacional. O dever de trabalhar é uma verdadeira obrigação e todo indivíduo deve, sob qualquer forma, cooperar para o bem-estar da Nação;

b) como conseqüência ninguém poderá se ver obrigado, por falta de emprego, a permanecer longo tempo à procura de trabalho;

c) a segurança de emprego útil e regular deve ser dada pelo Estado, em colaboração com os empregadores, para que se criem condições em que haja o máximo de probabilidades para que cada um trabalhe segundo suas tendências profissionais;

d) o emprego útil e regular deve garantir um salário médio, para oito horas de trabalho, de modo a que o trabalhador possa ter oito horas de repouso e oito horas para alimentação, recreio e educação; 166

e) o sustento próprio e da família de maneira condigna inclui não somente a habitação, o alimento e a roupa, como a higiene, a educação e a diversão.

### **O aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores**

8.º) Aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores para que se lhes possibilite ampla oportunidade de acesso. O aprimoramento intelectual do trabalhador depende exclusivamente das medidas tomadas pelas autoridades nacionais e locais no sentido de facilitar aos cidadãos sua formação cultural orientada de acordo com os interesses sociais, políticos e econômicos da coletividade. Tais medidas são:

a) difusão de escolas primárias gratuitas e de freqüência obrigatória, tornadas acessíveis, por sua localização, às populações infantis;

b) disseminação por todo o território nacional de escolas noturnas gratuitas para alfabetização intensiva, ministração de ensino primário a adultos e adolescentes impossibilitados de freqüência às escolas diurnas;

c) multiplicação de estabelecimentos de ensino secundário gratuito, a fim de facilitar sua disseminação;

d) desenvolvimento do ensino técnico-profissional e criação de estabelecimentos

- universitários para formação, em grau superior, de técnicos especializados;
- e) instalação de centros culturais e de recreação, com bibliotecas, discotecas, salões para concerto, teatro, conferências, projeções cinematográficas de caráter educativo etc., de modo a melhorar o índice intelectual do povo;
- f) efetivação da subordinação do ensino em geral ao governo federal e sua conseqüente padronização adaptada às necessidades dos meios de localização - urbanos, industriais e rurais - e fazendo-o assentar sobre bases mais objetivas.

### **Autonomia das entidades sindicais**

- 9.º) Desenvolvimento e prestígio do movimento trabalhista, com maior autonomia para as atividades sindicais.
- a) às entidades sindicais deverá ser assegurada maior autonomia especialmente no que concorre à escolha de seus dirigentes, abolindo-se a formalidade de homologação de eleições pelos poderes públicos, assim como os impedimentos para a reeleição de dirigentes; 167
- b) a ingerência de autoridades policiais nas associações trabalhistas deverá ser definitivamente prescrita, o que permitirá a convivência útil entre os sindicatos e o Estado, num ambiente de compreensão e paz social.
- c) aos representantes sindicais deverá ser assegurada íntima e constante participação, sem preponderância de qualquer deles em todos os órgãos que interessem ao trabalho e ao capital;
- d) devem ser eliminadas as restrições para o exercício do direito de voto aos sindicatos;
- e) os orçamentos sindicais não podem estar sujeitos a um demorado processo de exame, prejudicando as atividades das associações de classe.

### **Da representação das classes**

- 10) Ampliação da representação das classes, sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgãos que interessam ao trabalho e ao capital. Num regime verdadeiramente democrático quando os princípios individualistas cedem lugar aos

interesses da coletividade, mais necessária se faz a representação das classes em sua máxima amplitude e em absoluta igualdade de condições, de vez que capital e trabalho são os alicerces da estrutura nacional.

- a) onde existe interesse do capital há interesse do trabalho e ambos devem estar igualmente representados;
- b) as representações de classe deverão ser indicadas pelas respectivas entidades;
- c) junto aos órgãos da administração devem ser admitidos assessores das entidades de classe.

### **Segurança social**

11) Concretização do programa do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, de modo a assegurar completa proteção aos trabalhadores e às suas famílias.

a) a tranqüilidade no presente e a segurança no futuro, quer para o trabalhador, quer para seus dependentes, é imprescindível não somente para o progresso da Nação como também para a existência de harmonia social;

b) para que essa tranqüilidade se verifique ao trabalhador deve ser assegurado:

- 1.º) assistência a fim de que possa manter perfeita sua saúde;
- 2.º) serviços médicos e farmacêuticos durante a enfermidade, inclusive internação hospitalar; 168
- 3.º) serviços dentários;
- 4.º) garantia de percepção do salário durante a enfermidade;
- 5.º) proteção contra acidente do trabalho ou moléstia profissional;
- 6.º) percepção, no caso de acidente do trabalho ou moléstia profissional, de importância equivalente ao salário normal;
- 7.º) aposentadoria, nos casos de invalidez e velhice, com renda equivalente ao salário normal;
- 8.º) pensão, aos beneficiários, que lhes assegure existência condigna;
- 9.º) melhoria dos benefícios quando se verificarem alterações nas condições de vida; 10º) auxílio natalidade e proteção aos filhos menores;
- 11º) meios para aquisição de casa própria, a preço acessível;

12º) Aumento de nível de vida a fim de se assegurar uma alimentação até o exercício de nova atividade remunerada.

### **A pobreza é um perigo social**

12) aumento de nível de vida a fim de se assegurar uma alimentação conveniente, assim como habitação própria e a preço acessível, melhor trato, recreio e educação das massas, considerada a pobreza como um perigo para a paz social.

a) entendida a pobreza como o estado econômico de impossibilidade de satisfação das necessidades essenciais do homem em sociedade, necessidades que compreendem um mínimo de conforto compatível com a dignidade humana, é ela a geradora dos conflitos de classe pela natural reação instintiva dos não aquinhoados contra os detentores dos maiores quinhões;

b) proporcionar, portanto, a elevação do nível de vida, decorrente da maior capacidade aquisitiva, do aumento da produção, da melhoria de salários, dos serviços de seguros sociais, controle rigoroso dos preços, o incremento do cooperativismo, é o caminho indicado para o combate à miséria e para prevenção das perturbações da paz social; c) o recreio e a educação das massas não são elementos supérfluos à vida, os espetáculos teatrais e musicais destinados ao povo devem ser realizados em praça pública e especialmente nos centros trabalhistas.

### **A iniciativa privada supletiva da ação governamental**

13) Subvenção a todas as organizações destinadas à beneficência, à recreação e à cultura dos trabalhadores. Problemas de solução interdependente e que dizem respeito ao aperfeiçoamento do indivíduo e da coletividade, com a manutenção do equilíbrio físico e mental do povo, a recreação e a educação, o devido cuidado com a subvenção e a orientação das organizações que a tais assuntos se referem.

Assim:

a) as sociedades destinadas à beneficência, recreação e cultura dos trabalhadores devem não só ser isentas de qualquer imposto e taxas, como devem ser subvencionadas pelos poderes públicos;

b) também a cultura deve merecer a devida atenção, cabendo ao Estado manter os centros de cultura física e estimular o funcionamento dos estabelecimentos de iniciativa particular a tal fim destinados.

### **A formação da nacionalidade**

14) Bem-estar infantil, e educação primária obrigatória e gratuita; educação secundária e profissional gratuita, bem como possibilidades de ensino superior a todas as vocações. Garantir uma infância alegre e sadia, com assistência pré-natal, serviços de medicina e alimentação, educação primária obrigatória e gratuita, educação secundária e técnico-profissional gratuita, é dever do Estado, a quem incumbe a formação da nacionalidade. Assim se impõe:

- a) proporcionar aos nubentes o exame pré-nupcial facultativo;
- b) colocar a criança desde o período pré-natal sob assistência médica prestada cuidadosamente à gestante, a quem deverão ser assegurados alimentação e trabalho adequados;
- c) criação de internatos e semi-internatos acessíveis e todas as possibilidades econômicas dos pais, para atender à prole dos trabalhadores, compreendendo desde as classes maternais (crianças em idade imediata ao aleitamento) até às técnico-profissionais, inclusive rurais;
- d) barateamento do ensino superior, facilitando o aproveitamento de todas as naturais vocações;
- e) direito ao ensino religioso nas escolas, sem preferência por qualquer credo.

### **As escolas pré-vocacionais**

15) Criação de escolas pré-vocacionais em todos os pontos do País para os menores que não tenham atingido idade de trabalhar. Orientar-se-á a vocação no sentido de melhor aproveitamento das inclinações naturais do indivíduo para o exercício de determinada profissão, o que redundará indiscutivelmente em benefício da economia coletiva num regime em que cabe ao Estado a responsabilidade do preparo intelectual e técnico-profissional do cidadão, de modo que:

- a) a orientação e instrução profissional atenda à vocação dos menores;
- b) a instrução profissional crie o hábito do trabalho.

### **O homem no futuro**

16) Proteção ampla à maternidade e à infância.

### **A maternidade**

16.1) Dadas as condições de organização da família e as reivindicações de independência econômica alcançadas pela mulher não é possível pensar-se em restringir o exercício da atividade feminina remunerada. Há, porém, que pensar nas conseqüências que o trabalho da mulher acarreta para formação da nacionalidade, quer sob o aspecto econômico, quer social. Impõem-se, portanto:

- a) medidas que resguardem a maternidade, tanto no período de gestação, como no período do aleitamento, zelando de forma eficiente pelo futuro cidadão, valor integrante da coletividade;
- b) cumprir realmente aos dispositivos da atual legislação trabalhista, principalmente no que se refere ao funcionamento e manutenção de creches;
- c) intensificar a assistência pré-natal mediante notificação obrigatória por parte da mulher, amparada pela legislação trabalhista, de seu estado de gravidez e conseqüente prestação de cuidados médicos dos serviços competentes.

### **A infância**

16.2) Não basta ao interesse do Estado a difusão da instrução, mantendo estabelecimentos gratuitos de ensino, como não basta também a prestação de serviços médicos facultativos, sem a obrigatoriedade e a efetivação da assistência à infância, mesmo ante a incúria ou o desvalimento dos pais. Faz-se mister uma melhor compreensão dos valores sociais para que desapareça das legislações atuais o capítulo que se refere à "Infância abandonada", conceito incompatível com os novos princípios da sociologia. Não são os pais que abandonam os filhos - é o

Estado que não cumpre seus deveres em relação aos cidadãos. O instinto do pátrio poder há de sofrer alterações em sua estrutura, a fim de não colidir com os interesses da coletividade, permitindo ao Estado, quando necessário, uma ingerência efetiva na defesa da integração de seus valores. Dessa forma:

a) deverão incluir-se nos planos de educação pública:

1.º) internatos e semi-internatos para a primeira infância, com classes maternas, não inteiramente gratuitas, mas acessíveis às possibilidades econômicas dos progenitores, destinadas aos filhos dos trabalhadores;

2.º) estabelecimentos para débeis mentais, nas mesmas condições dos precedentes; 3.º) internatos técnico-profissionais, inclusive rurais, em número suficiente para a população infantil do País;

b) proibição do trabalho de menores, que, entretanto, será remunerado nos internatos técnico-profissionais, a fim de que os internados possam prover à sua própria subsistência, sem ônus para o Estado.

### **Planificação econômica**

17) Planificação econômica atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do País atenda a todas as necessidades internas, assegurando a baixo custo as utilidades essenciais a todos os trabalhadores.

- A democracia e a planificação não são incompatíveis, esta é, na verdade, indispensável à existência daquela.

- Planificação, para produzir resultados, deve abranger todos os setores da economia. - A planificação visará, sobretudo, que a base da expansão industrial assente em ampla cooperação da iniciativa particular, estimulada, fomentada, auxiliada e orientada pelo poder público.

- A planificação deve ter em vista:

a) resguardo e estímulo da iniciativa privada;

b) ação direta do Estado quando a iniciativa privada for omissa ou inconveniente;

c) ação supletiva e orientadora do Estado sempre que necessária.

- A planificação visará:

### **Fontes de energia**

- a) eletrificação do País com o máximo aproveitamento da energia hidráulica;
- b) estímulo às prospecções e perfurações de poços petrolíferos;
- c) aumento da produção do carvão nacional, beneficiamento do produto e facilidade de transporte;
- d) exploração e industrialização dos xistos betuminosos, turfas e linhitos;
- e) desenvolvimento da produção de álcool-motor e carburantes sintéticos.

### **Transportes**

- a) sistema coordenado de transportes ferroviários e rodoviários visando objetivos conjuntos e não a concorrência nas mesmas zonas, com o abandono de outras;
- b) eletrificação das ferrovias de modo a reduzir seu custeio;
- c) ligação de todos os Estados por linhas férreas que permitam tráfego mútuo;
- d) intensificação do tráfego fluvial;
- e) desenvolvimento do tráfego econômico de cabotagem;
- f) construção de portos e reequipamentos dos existentes;
- g) desenvolvimento dos transportes aéreos com a construção de campos de pouso em todo o País;
- h) aplicação das taxas sobre combustíveis e lubrificantes na execução de planos rodoviários e ferroviários;
- i) limitação, ao mínimo, do lucro nos serviços de transportes e supressão de lucro quando os serviços forem executados pelo Estado;
- j) transformação gradativa das empresas privadas ferroviárias em empresas de serviços públicos exploradas diretamente pelo Estado.

### **Indústrias**

- a) desenvolvimento da produção industrial, assegurados às indústrias, matérias-primas, transportes, energia e mão-de-obra especializada a fim de que a

produção seja perfeita e a baixo custo;

b) criação de órgãos de pesquisas técnicas e de elaboração de normas para a padronização do maquinário, das matérias-primas e dos produtos acabados;

c) estímulo à produção de matérias-primas destinadas à indústria nacional;

d) reequipamento industrial com o aproveitamento dos saldos em divisas estrangeiras; e) desenvolvimento das indústrias de alimentação, de tecidos e de produtos químicos; f) controle das indústrias, pelo Estado, visando os interesses da

defesa nacional. **Agricultura**

a) estímulo à mecanização da lavoura, de modo a assegurar maior rendimento à terra; b) irrigação técnica das terras do Nordeste e revigoramento do solo pela

adubagem científica;

c) proibição da devastação das matas e obrigatoriedade do reflorestamento das zonas devastadas;

d) construção de silos e armazéns de modo a assegurar a conservação dos produtos do solo;

e) financiamento da produção agrícola;

f) estímulo à criação de gado, orientação aos criadores e fornecimento de reprodutores selecionados;

g) proteção especial à pequena lavoura com o fornecimento de crédito a prazos longos e juros reduzidos;

h) redução dos impostos que recaem sobre as pequenas propriedades rurais.

### **Comércio**

a) estímulo ao comércio interno e externo com a facilitação de créditos;

b) controle dos produtos exportados de modo a assegurar o bom nome dos produtos nacionais no exterior;

c) redução dos fretes em todos os sistemas de transportes;

d) redução do imposto de consumo nos produtos essenciais à vida humana.

## **Imigração**

- a) desenvolvimento de correntes imigratórias com a admissão de imigrantes estrangeiros, com condições de saúde e grau de instrução compatíveis com os interesses da Nação;
- b) organização de serviços de hospedagem, assistência técnica, sanitária 174 e econômica através de um instituto nacional de colonização e imigração;
- c) integração dos imigrantes no ambiente nacional impedindo a formação de quistos raciais.

## **A limitação da riqueza**

18) Melhor distribuição da riqueza, reconhecido ao capital o direito a um lucro com limite razoável. O capital privado é, inegavelmente, fator de progresso indispensável à existência do espírito de iniciativa e ao estímulo para o trabalho. Entretanto, não pode o Estado permitir o acúmulo ilimitado da riqueza, nem que a fortuna excessiva de alguns constitua um escárnio à miséria de muitos. Para tanto:

- a) a legislação fixará os meios pelos quais a riqueza excessiva reverta em benefício da coletividade, impedindo que se transforme em arma opressora dos fracos;
- b) o imposto sobre a renda deverá incidir fortemente sobre o que exceder a um justo limite e, da mesma maneira, deverá ser fixado o imposto sobre herança;
- c) o lucro excessivo na indústria, no comércio, ou em quaisquer atividades econômicas deve ser punido como elemento prejudicial ao progresso da Nação e ao bem-estar social.

## **Participação nos lucros**

19) Participação eqüitativa dos trabalhadores nos lucros das empresas que excedam ao justo limite de remuneração do capital. Reconhecendo ao capital e ao trabalho o direito a uma justa remuneração, como fatores que são de enriquecimento e do progresso, cumpre ao Estado, entretanto, estabelecer medidas que assegurem ao trabalhador um justo interesse no capital, quer de maneira direta, quer com a aplicação de parte destes em obras de caráter social. Para que isso se realize

cumprir ao Estado:

- a) manter rigoroso controle de contabilidade das empresas a fim de que não haja desvio de lucros;
- b) fixar as condições e a percentagem de participação nos lucros;
- c) traçar um plano de assistência social em que os empregadores possam colaborar por meio da aplicação de parte de seus lucros.

### **A extinção dos latifúndios**

20) Extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se possibilidade de posse da terra a todos os que queiram trabalhá-la e concedendo-se auxílios aos que nela se queiram fixar. A terra é a base principal da produção e esta é que engrandece um povo. Sua distribuição, a forma em que está dividida e aproveitada, repercutem na economia e na organização de cada país. A terra tem, por isso, uma função altamente social, não sendo possível que se permita sua retenção, sem explorá-la, quando o interesse coletivo exige que ela produza. Para que isso seja possível a política deverá objetivar:

- a) a extinção, pelos meios que a lei fixar, dos latifúndios, especialmente quando situados ao longo de vias de comunicação ou próximos às cidades;
- b) a colonização das áreas devolutas pertencentes ao Estado;
- c) a criação de fazendas-padrão, destinadas ao ensinamento dos agricultores;
- d) o fornecimento de máquinas agrícolas para servir a conjuntos de propriedades;
- e) o revigoramento do solo para que seu rendimento seja constante;
- f) o financiamento da produção agrícola e a armazenagem desta;
- g) a melhoria das condições de vida nos meios rurais, assegurados aos trabalhadores todos os direitos e benefícios da legislação social.

### **O Movimento Cooperativista**

21) Desenvolvimento do movimento cooperativista. Num país em que as classes trabalhadoras e de pequenos produtores não dispõem de recursos financeiros para satisfazer as necessidades individuais, somente com o desenvolvimento do

cooperativismo poderão ser obtidos, a baixo custo, os produtos essenciais, não somente à existência, como os meios necessários ao exercício das atividades produtoras. O movimento cooperativista deve ser amparado pelo Estado, que visará:

- a) facilitar o crédito, em bases satisfatórias, para assegurar condições de vitalidade financeira às cooperativas;
- b) desenvolver o espírito cooperativista nos indivíduos, desde o período da educação primária;
- c) assegurar às cooperativas facilidades de transporte e isenção de ônus fiscais;
- d) fiscalizar a vida das cooperativas, para que infundam confiança aos cooperados, sem que essa fiscalização participe, entretanto, da administração das entidades.

### **Combate aos açambarcadores e responsabilidade funcional**

22) Punição severa dos açambarcadores e efetiva responsabilidade criminal e civil dos autores de imoralidades político-administrativas de qualquer espécie. A existência de "trusts" e cartéis impossibilita o franco desenvolvimento industrial e comercial da nação ao mesmo tempo que submete os consumidores ao livre-arbítrio dos dirigentes daquelas organizações. Os "trusts" e cartéis devem ser considerados, por isso, como anti-sociais, sujeitos seus organizadores e dirigentes a fortes penalidades. Os açambarcadores de qualquer espécie devem ficar submetidos ao mesmo regime punitivo. Ao Estado cumprirá:

- a) impedir a existência de "trusts" e cartéis nacionais ou estabelecidos dentro do País sempre que tiverem finalidades anti-sociais;
- b) impedir que "trusts" ou cartéis internacionais ou estrangeiros promovam, dentro do território nacional, a venda de seus produtos a preços inferiores aos fixados nos países de procedência, com a finalidade de, asfixiando a produção nacional, sujeitar os consumidores ao arbítrio dos "trusts" ou cartéis;
- c) punir os açambarcadores, estabelecendo penas especialmente severas quando se tratar de artigos de consumo obrigatório. Ao Estado, competindo zelar pelo cumprimento da lei, incumbe fixar, também, medidas enérgicas para a punição dos autores de imoralidades administrativas de qualquer espécie.

### **Salário profissional e garantia de acesso**

23) Fixação de salário profissional progressivo em relação ao tempo de serviço e criação dos quadros de carreira. O salário mínimo é o estágio inicial da intervenção do Estado na fixação da remuneração do trabalhador. O salário profissional é um estágio imediato e incentiva a formação de técnicos. A legislação deverá estabelecer:

- a) salário profissional, atendidas as peculiaridades, especialização e responsabilidade da profissão exercida;
- b) aumento progressivo do salário, obrigatoriamente, em relação ao tempo de serviço;
- c) criação de quadros de carreiras como estímulo ao desenvolvimento profissional do trabalhador, assegurando o acesso por merecimento;
- d) extensão dos preceitos sobre aumento progressivo de salário, em relação ao tempo de serviço, aos trabalhadores rurais.

### **O Espírito de Solidariedade entre todos os Cidadãos**

24) Desenvolvimento do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião, visando o bem e a grandeza da Pátria. A unidade nacional, da qual depende a grandeza da Pátria, se funda no espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, abrigados, sem quaisquer distinções, sob a gloriosa Bandeira Nacional. Para que essa solidariedade cada vez mais se solidifique toma-se necessário:

- a) que nenhum preconceito de cor seja empecilho ao acesso de cidadãos na vida pública, inclusive no oficialato das Forças Armadas, no corpo diplomático, admitida a seleção entre todos os candidatos apenas pelo critério da competência;
- b) que o governo cuide, especialmente, da educação e da saúde dos homens de cor para que lhes seja possibilitada igualdade absoluta de condições ao acesso na vida pública;
- c) que sejam abolidos quaisquer preconceitos de classe existentes em entidades privadas, especialmente em associações recreativas e desportivas;
- d) que nenhuma classe possa possuir privilégios ou se arrogar direitos que a

coloquem em posição especial em face do resto da população;

e) que nenhum preconceito de origem impeça o ingresso de indivíduos cuja competência seja comprovada, em quaisquer funções da vida pública e, especialmente, no oficialato das Forças Armadas e no corpo diplomático;

f) que nenhum preconceito ou restrição religiosa possa ser estabelecida, assegurada a liberdade do culto a todas as religiões e a assistência religiosa às Forças Armadas.

### **Combate aos regimes de violência**

25) Ação permanente para que o totalitarismo, sob qualquer aspecto, não possa reaparecer sobre a Terra, considerando-se qualquer regime de força como um atentado à dignidade humana. A extinção dos regimes totalitários custou à humanidade milhões de vidas e não será admissível, que a qualquer título e sob qualquer aspecto, eles possam se instalar no mundo, pois sua existência é uma ameaça permanente à soberania das outras nações. Deve-se, por isso, ter em conta que:

a) o predomínio, pela força ou pela ameaça de violência, de qualquer agrupamento, é uma forma de totalitarismo;

b) a verdadeira democracia assegura a todos os cidadãos, sem quaisquer distinções, o direito de se manifestar sobre o governo da Nação;

c) deve ser considerada antidemocrática qualquer ação visando o domínio do poder por uma classe;

d) todo governo, para ser democrático, terá de ser exercido com poderes dados pelo povo, em manifestação livre, asseguradas todas as garantias;

e) as relações amistosas com governos totalitários são um incentivo à existência dos regimes de violência do mundo.

### **Política de compreensão e ajuda entre as nações**

26) Maior solidariedade entre os povos e desenvolvimento da política de compreensão e ajuda entre as nações. Da participação do Brasil entre as Nações Unidas resultaram compromissos internacionais, que, aliás, correspondem às

tradições de nossa Pátria em suas relações com os outros povos. Para que essa orientação política se consolide, toma-se necessário:

- a) respeito absoluto aos compromissos internacionais;
- b) solução dos dissídios entre nações por meio de tribunais internacionais ou pelo arbitramento;
- c) abstenção de qualquer ingerência estrangeira no direito de um povo, democraticamente, escolher seus governantes e fixar as bases de seu regime político;
- d) repulsa à política de agressão armada e de compressão econômica;
- e) ajuda, quando solicitada, a outras nações para a solução de seus problemas econômicos;
- f) incentivo ao intercâmbio cultural e afetivo entre os povos;
- g) desenvolvimento da política de solidariedade, sobretudo continental.

### **O Direito de Greve**

Defesa do direito de greve pacífica e a distinção entre greve legal e ilegal. O direito ao recurso da greve pacífica não colide com a existência da Justiça do Trabalho. A esta compete dirimir os dissídios que, justamente pela existência da greve, se comprovam. A greve poderá, entretanto, ser legal ou ilegal. Serão legais as greves:

- a) quando o pagamento do salário não for feito até 72 horas depois da data fixada;
- b) quando a empresa se recusar ao cumprimento de decisão da Justiça do Trabalho em dissídio coletivo;
- c) quando a empresa se recusar a discutir com a entidade sindical dos empregados reivindicações sobre aumento de salários. São ilegais as greves:

- a) em serviços públicos cuja paralisação traga prejuízos à coletividade e nas empresas que interessam à segurança nacional;
- b) as que assim forem declaradas pela Justiça do Trabalho por terem sido realizadas em desacordo com os preceitos legais.

Toda greve será sempre pacífica, fixadas penalidades para os que praticarem atos de violência.

28) Exercício do direito de voto, onde impedir a soberania nacional, mesmo com

extraterritorialidade.

29) Readaptação do trabalhador inválido.

30) Contra toda guerra de agressão.

Fonte: CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 468-484.